

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**RHAIANE DAS GRAÇAS MENDONÇA LEAL**

**NACIONALISMO MILITANTE: UMA ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA DE  
MONTEIRO LOBATO E ARTHUR NEIVA (1918-1942)**

**Rio de Janeiro**

**2020**

**RHAIANE DAS GRAÇAS MENDONÇA LEAL**

**NACIONALISMO MILITANTE: UMA ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA DE  
MONTEIRO LOBATO E ARTHUR NEIVA (1918-1942)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof.º Dr.º André Felipe Cândido da Silva

Rio de Janeiro

2020

**RHAIANE DAS GRAÇAS MENDONÇA LEAL**

**NACIONALISMO MILITANTE: UMA ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA DE  
MONTEIRO LOBATO E ARTHUR NEIVA (1918-1942)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Felipe Cândido da Silva. (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

---

Prof. Dr. Vanderlei Sebastião de Souza. (Programa de Pós-Graduação em História/UNICENTRO)

---

Prof. Dr. Robert Wegner. (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

---

Prof. Dra. Dominichi Miranda de Sá. (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

---

Prof. Dra. Paula Arantes Botelho Briglia Habib. (Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (Infes/UFF))

Rio de Janeiro

2020

---

Ficha Catalográfica

---

L435n Leal, Rhaiane das Graças Mendonça.

Nacionalismo militante : uma análise da correspondência de Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-1942) / Rhaiane das Graças Mendonça Leal ; orientado por André Felipe Cândido da Silva. – Rio de Janeiro : s.n., 2020.  
191 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2020.  
Bibliografia: 166-176f.

1. Políticas. 2. Identidade Nacional. 3. História do Século XX. 4. Brasil.

CDD 320.6

---

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo eu sou grata à vida e feliz por renascer após o abrupto evento que marcou minha trajetória no dia 20 de agosto de 2019. Os dois anos de elaboração desse presente estudo foram de muitos desafios, principalmente para conciliar o tempo do trabalho de pesquisa com os horários da docência em sala de aula. Considero que o meu ingresso no programa de pós-graduação foi um divisor de águas em meu cotidiano e na minha carreira, pois passei por uma fase de amadurecimento profissional e de forte entendimento sobre o campo de pesquisa no Brasil após conhecer a Fundação Oswaldo Cruz.

Eu sou extremamente grata à minha família e amigos por me incentivarem a permanecer na carreira docente em meio ao desmonte político da educação no âmbito nacional, recebi sempre palavras positivas de estímulo e confiança. Agradeço aos verdadeiros amigos que compreenderam o processo natural de solidão que é a produção de uma dissertação, por entenderem os momentos que eu precisei estar ausente de eventos devido à elaboração de artigos, fichamentos e redação desse trabalho.

Agradeço aos meus pais, Paulo Cezar Leal e Eliana Leal por apoiarem a minha jornada acadêmica sempre com palavras de otimismo e perseverança todos os dias. Da mesma forma, eu agradeço à minha irmã, Paula Leal, por estar presente no dia a dia partilhando todos os impasses que enfrentei ao longo desses dois anos. Esteve comigo me prestigiando e apoiando as minhas principais palestras realizadas na UERJ e no Centro Cultural Joaquim Lavoura, e por ter tido a paciência de ouvir muitas vezes os meus resumos de trabalhos submetidos em eventos acadêmicos.

À minha prima e madrinha Janaina Leal, eu agradeço pelo enorme carinho e pelo auxílio no período de qualificação dessa dissertação. Jamais me esquecerei de janeiro de 2019 por sua paciência em me tranquilizar na escrita do projeto e pela busca das referências bibliográficas desse estudo. Com o seu jeito doce conseguiu me deixar menos ansiosa e mais calma para escrever o projeto. O meu ingresso como aluna da Casa de Oswaldo Cruz possibilitou também a nossa aproximação, tivemos ótimos e frequentes encontros no campus para almoçar e conversar. Durante o mestrado a nossa identificação foi expressiva!

À minha prima Ivone Leal, eu agradeço por ser uma referência preciosa em minha vida, pois é dona de uma linda trajetória profissional na área de assistência social e saúde.

Mesmo à distância, em Santos, a nossa relação de amizade foi assídua por toda minha graduação e no ingresso no programa de pós-graduação. Sou grata por nossas viagens e passeios em São Paulo e no Rio sempre com muita alegria e boas histórias para contar.

Aos meus amigos que acompanharam de perto todo o meu processo de preparação para o ingresso no Programa de Pós-Graduação e estiveram até o final ao meu lado, Cristiany Pereira, Ruan Henrique, Ana Carolina Monay, Farlen Nogueira, David Rozenfeld, Carolina Benedito, Dandara Albuquerque, Regina Ribeiro, Silvio Augusto Lopes da Silva e Sônia Pereira. Sou grata pelos intensos áudios e mensagens, abraços, comemorações dos sucessos que compartilhei com vocês nessa jornada.

Com enorme carinho eu agradeço à Flávia Souza, por ter me recebido tão bem e me hospedado por diversas vezes em sua residência em São Paulo, cidade onde imediatamente me encantei e pude compreender melhor a famosa *paulistanidade* das cartas de Monteiro Lobato e Arthur Neiva.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, especialmente à Carolina Carvalho, Adnê Moura, Mariana Salvador e Natália Ceolin. Eu aprendi muito ao lado de vocês no período de disciplinas, e guardo com afeição os nossos diálogos pós-aula acerca de leitura de textos, escrita e angústias com os prazos. Eu agradeço pelas saídas aos cafés, aos almoços, as festas animadas, aos passeios de bicicleta na orla da praia, as visitas em espaços culturais e as ligações aleatórias por telefone que tivemos durante esses dois anos.

Ao Prof. Dr. Rafael Vaz de Motta Brandão (UERJ) eu agradeço por seu auxílio durante a minha escrita do pré-projeto de seleção de mestrado e pelas excelentes aulas de metodologia e pesquisa. Sem dúvidas foi mais que um professor querido da minha graduação, tornou-se um amigo que muito admiro, e que tanto contribuiu para eu permanecer no espaço acadêmico.

Ao meu querido amigo Prof. Dr. Thiago Lenine Tito Tolentino (UFU) a quem devo a minhas mais belas memórias e experiências acadêmicas no Encontro de Ensino de Pesquisa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi a partir de seu simpósio realizado em 2017 que me interessei em pesquisar na área de cultura e história intelectual do início do século XX. Desde então, trocamos resultados de pesquisas e diálogos sobre trabalhos e carreira. Agradeço por ouvir os meus longos áudios enviados e arquivos compartilhados nesse

tempo à distância, seja em Aracajú, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo ou Rio Janeiro, nunca perdemos a admiração mútua e carinho em meio a tantos acontecimentos em nossas vidas cotidianas.

Ao Coletivo de Mulheres Negras em São Gonçalo eu sou grata pela oportunidade de participar das reuniões e palestras realizadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - FFP) e escolas públicas do município. Tive o prazer de palestrar sobre minha pesquisa e ter um retorno satisfatório de profissionais das áreas de licenciatura, saúde e assistência básica. As oficinas realizadas pelas integrantes me ajudaram a visualizar na prática a leitura do pensamento racista de Monteiro Lobato na educação básica, o que me deu mais fôlego e entusiasmo pelo tema desenvolvido no segundo capítulo da dissertação. Graças ao Coletivo eu tive visibilidade enquanto pesquisadora e recebi muitos convites ao longo de 2019, assim pude participar mais de atividades relacionadas à temática literária infanto-juvenil.

A meu noivo, João Victor de Jesus Santana, que me acompanhou na reta final da pesquisa, e esteve próximo para me tranquilizar em relação aos prazos, dando-me estímulo e otimismo nos momentos de angústias e inseguranças.

A meu orientador, Prof. Dr. André Felipe Cândido da Silva, agradeço pelas orientações e leituras dos capítulos dessa pesquisa, por todas as correções, sugestões, suporte e ânimo no decorrer desse trabalho acadêmico.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento que me possibilitou a realização da dissertação e pelo custeio aos arquivos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Agradeço à atenção do atendimento dos funcionários dos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas; do Departamento de Pesquisa e Documentação (DAD) da Fundação Casa de Oswaldo Cruz; do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) do Centro de Documentação de Pesquisa (CEDAE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); da Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo (USP). Da mesma forma, eu agradeço aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz pelas disciplinas ofertadas durante o curso, obtive êxito nesse longo processo de aprendizado e formação na área da qual me fez escolher a instituição para a realização essa

pesquisa. Em especial, eu agradeço os secretários Paulo Chagas, Sandro Hilário e Maria Cláudia Cruz pela enorme cordialidade, atenção e satisfação que fui recebida durante a minha formação na instituição. Eu encerro essa parte da minha trajetória acadêmica grata pelas experiências e trocas que agreguei à minha carreira docente, obrigada a todos!

*“Não aceito mais as coisas que não posso mudar, estou mudando as coisas que não posso aceitar.”*

Angela Davis

## RESUMO

O presente trabalho aborda as correspondências trocadas de 1918 a 1942 entre o literato José Bento Monteiro Lobato e o cientista Arthur Neiva. A partir do encontro dos missivistas na campanha sanitária realizada na cidade de Iguape, as suas trajetórias são entrelaçadas às temáticas de projetos de reforma de nação. Nos primeiros anos das correspondências são discutidos o movimento sanitarista e os ideais de paulistanidade nos discursos e ações dos missivistas; posteriormente é analisada a temática racialisista na produção intelectual em diálogo com as cartas, e, por fim, serão abordadas as propostas econômicas e políticas influenciadas pelo forte americanismo e pelo sentimento antilusitanista também presente nas críticas a burocracia institucional brasileira. Monteiro Lobato e Arthur Neiva são integrantes de uma geração de intelectuais dedicados a pensar os projetos nacionais, ambos identificados como “polígrafos”, categoria utilizada pra pensar os letrados da geração de intelectuais no Brasil da Primeira República. Os polígrafos almejavam atender às demandas da grande imprensa, as revistas, aos dirigentes e líderes políticos de forma crítica, com crônicas, artigos ou discursos. Os missivistas foram integrantes da rede de sociabilidade de *Revista do Brasil* e do jornal *O Estado de São Paulo*. Esses intelectuais apresentaram os deslocamentos, rearranjos e a circulação de ideias nas primeiras décadas do século XX. Monteiro Lobato foi um prolífico missivista da sua rede de sociabilidade, todavia, Arthur Neiva era um destinatário que gozava de posição particular na rede de relações de Lobato. Foi um confidente e ao mesmo tempo um cientista e intelectual de amplos interesses, com quem Lobato tanto se identificava quanto sentia ser compreendido, em grande medida pelo entusiasmo do escritor pelas ciências e pela versatilidade de conhecimentos do cientista. A temática pública é essencial no itinerário de Lobato e Neiva, que apresentaram similitudes na identidade intelectual e compartilharam de um nacionalismo militante nas cartas como também na atuação pública.

Palavras-chave: Intelectuais. Correspondências. Arthur Neiva. Monteiro Lobato. Ideais de Paulistanidade. Identidade Nacional. Questões de Nacionais.

## ABSTRACT

The present work addresses the correspondences exchanged between 1918 and 1942 between the literary José Bento Monteiro Lobato and the scientist Arthur Neiva. From the meeting of the missivists in the health campaign carried out in the city of Iguape, their trajectories are intertwined with the themes of nation reform projects. In the first years of correspondence, the sanitary movement and the ideals of paulistanship are discussed in the speeches and actions of the missivists, afterwards the racialist theme in intellectual production in dialogue with the letters is analyzed, and finally the economic and political proposals of strong nature are discussed. Americanist and anti-Portuguese sentiment to criticism of Brazilian institutional bureaucracy. Monteiro Lobato and Arthur Neiva are members of a generation of intellectuals dedicated to thinking about national projects, both identified as the so-called “polygraphers”, a definition used by Tânia de Luca (1999) as literate men of the generation of São Paulo intellectuals in republican Brazil. Polygraphers aimed to meet the demands of the mainstream press, magazines, political leaders and leaders critically, with chronicles, articles or speeches. The correspondents are members of the social network of *Revista do Brasil* and the newspaper *O Estado de São Paulo*. These intellectuals present the displacements, rearrangements and the circulation of ideas in the first decades of the 20th century. Monteiro Lobato was a great correspondent in his sociability network, however, Arthur Neiva was a recipient who enjoyed a particular position in Lobato's network of relationships. He was a confidant and at the same time a scientist and intellectual with wide interests, which Lobato both identified and felt to be understood. The public theme is essential in Lobato and Neiva's itinerary, their intellectual identity was narrow, they shared a militant nationalism in the epistolary genre of this research.

Keywords: Intellectuals. Correspondence. Arthur Neiva. Monteiro Lobato. Ideals of Paulistanidade. National Identity. National Questions.

## LISTA DE SIGLAS

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

PRP – Partido Republicano Paulista

PRM - Partido Republicano Mineiro

DEF- Departamento de Educação Física

IHGSP – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

ANL - Aliança Nacional Libertadora

SRB - Sociedade Rural Brasileira

PD - Partido Democrático

PSD - Partido Social Democrático

STF - Supremo Tribunal Federal

DNPM - Departamento Nacional da Produção Mineral

AIB - Ação Integralista Brasileira

CNP - Conselho Nacional do Petróleo

RBR - Revista do Brasil

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

As fotografias estão depositadas no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio da Universidade Estadual de Campinas. Fundo Monteiro Lobato nas sequências de caixas de correspondências enviadas ou recebidas por Lobato, destacando-se, entre assuntos que dizem respeito às suas atividades de escritor e editor.

### **Documentação Pessoal - Iconográfica: Vida pessoal. Localização: Ar8D1-2P3-9**

Fotografia 1 .....	178
Fotografia 2 .....	179
Fotografia 3 .....	179
Fotografia 4 .....	180
Fotografia 5 .....	180
Fotografia 6 .....	181
Fotografia 7.....	181
Fotografia 8 .....	182
Fotografia 9 .....	183
Fotografia 10 .....	183
Fotografia 11 .....	184
Fotografia 12 .....	185
Fotografia 13 .....	185
Fotografia 14.....	186
Fotografia 15.....	186
Fotografia 16.....	187
Fotografia 17.....	187
Fotografia 18.....	188
Fotografia 19.....	188
Fotografia 20.....	189
Fotografia 21.....	190
Fotografia 22.....	191
Fotografia 23.....	192
Fotografia 24.....	192

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	.....	1
<b>Capítulo 1 – O movimento sanitarista, a identidade nacional e o cientificismo nas correspondências de Monteiro Lobato e Arthur Neiva</b>	.....	9
1.1 - O encontro das trajetórias de Monteiro Lobato e Arthur Neiva: “ <i>Iguape é o Brasil</i> ”	.....	15
1.2 - As expedições científicas e a Liga Pró-Saneamento no Brasil	.....	22
1.3 - A atuação de Neiva em São Paulo: o Serviço Sanitário de São Paulo, o Código Sanitário Rural e a campanha contra a broca-do-café.	.....	37
1.4 - Intelectuais, ciência e rede de sociabilidade na Primeira República: a construção da identidade paulista	.....	45
<b>Capítulo 2 - “A mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva” – Raça e eugenia na produção intelectual de Arthur Neiva e Monteiro Lobato</b>	.....	63
2.1 - O discurso científico racial e a Sociedade Eugênica de São Paulo	.....	64
2.2 - Os artigos de Arthur Neiva no Jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	.....	79
2.3 - A obra de Monteiro Lobato “ <i>O Choque das Raças</i> ” e o americanismo	.....	89
2.4 - A declaração de Monteiro Lobato de apoio à <i>Ku Klux Klan</i> e o determinismo biológico	.....	91
2.5 - A criação do Departamento de Educação Física e o debate imigratório na Constituição de 1934	.....	99
<b>Capítulo 3 – O americanismo a campanha pela metalurgia e petróleo no Brasil nas cartas de Arthur Neiva e Monteiro Lobato entre os anos de 1927 e 1942</b>	.....	110

3.1 -	<i>“A mentalidade do norte aos poucos vai empolgando todo o Brasil”</i> : O sonho americano de Monteiro Lobato com o <i>Processo Smith</i> .....	112
3.2 -	A Quebra da Bolsa de Valores em 1929 e a proposta de Monteiro Lobato e Arthur Neiva de exportação de laranjas.....	123
3.3 -	“Homens de ação” na conjuntura política de 1930: a trajetória política na carreira de Arthur Neiva e a campanha do petróleo por Monteiro Lobato.....	127
3.4 -	O movimento constitucionalista de 1932 e a saída de Arthur Neiva no Instituto Biológico de São Paulo.....	132
3.5 -	A promulgação do Código de Minas e as críticas de Monteiro Lobato a legislação varguista.....	140
3.6 -	A recepção da obra “O escândalo do Petróleo” no Congresso Nacional .....	147
3.7 -	A obra “O poço de Visconde” (1937) e a prisão de Monteiro Lobato em 1941	157
	<b>Considerações finais .....</b>	<b>161</b>
	<b>Fontes .....</b>	<b>164</b>
	<b>Referências .....</b>	<b>167</b>
	<b>Lista de fotografias .....</b>	<b>178</b>

## INTRODUÇÃO

Essa dissertação analisa as correspondências trocadas entre o cientista Arthur Neiva e o literato Monteiro Lobato entre os anos de 1918 e 1942, as quais apresentam o repertório dos debates e engajamentos relacionados à promoção das ciências, da educação e da saúde pública. Os missivistas foram representantes de uma geração de intelectuais dedicados a pensar projetos de reforma da sociedade brasileira. Assim, esse trabalho tem em mira abordar como a questão nacional se apresenta nos projetos, concepções e comentários nas cartas, bem como as formas de engajamento dos intelectuais com os debates do período e o repertório acionado para refletir sobre o Brasil com o horizonte de torná-lo uma nação viável.

O conjunto de cartas depositado no Fundo Arthur Neiva, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC/ FGV), apresenta os temas e debates entre os atores, ao mesmo tempo em que é a principal ferramenta de análise do presente estudo. São trintas cartas manuscritas e cento e oito cartas datilografadas. Algumas se apresentam em papel timbrado das respectivas instituições e empresas das quais os personagens fizeram parte ou criaram no decorrer de suas vidas (Lobato – Revista do Brasil, Lobato & Cia Editores, Brazilian Consulate, Cia Petróleos do Brasil; Neiva - Diretoria do Serviço Sanitário, Instituto Oswaldo Cruz, Museu Nacional). Artur Neiva deixou cerca de 180 textos científicos, elaborados em sua maior parte no Instituto Oswaldo Cruz, onde foi professor. Colaborou ainda em diversas publicações especializadas no Brasil e no exterior.

O fundo Arthur Neiva é composto de cento e trinta e oito cartas, sendo oitenta e cinco cartas de Monteiro Lobato para Arthur Neiva e cinquenta e três respostas. Algumas cartas não apresentam data, mas o conteúdo traz evidências do período em que foram escritas. Desse modo, temos o propósito de fazer a relação entre o contexto de produção e os assuntos das fontes. Nos demais arquivos, eu tive como finalidade investigar a rede de sociabilidade dos intelectuais. Fontes subsidiárias desse estudo incluem documentação relativa a questões como saúde, raça, economia, política e o mapeamento da rede de sociabilidade de Monteiro Lobato e Arthur Neiva. Parte do acervo de Arthur Neiva encontra-se no Departamento de Pesquisa e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Casa de Oswaldo Cruz. Foi doado pela filha do cientista, Ilka Hehl Neiva. No fundo Monteiro Lobato, sob a guarda do

Centro de Documentação Cultural Alexander Eulálio, ligado à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi analisada toda a documentação pessoal do literato: fotografias, correspondências variadas, notícias de jornais, livros e artigos produzidos pelo literato.

No Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) foi possível realizar o levantamento de fontes nos fundos: Fernando Azevedo; Ernani Silva Bruno; Mário de Andrade e Monteiro Lobato. No acervo Fernando de Azevedo foram analisados os artigos publicados por Arthur Neiva. No acervo Ernani Silva Bruno foram verificados os documentos relacionados a letras e literatura brasileira, cujas fontes estão relacionadas aos estudos da língua nacional, ao passo que no acervo Monteiro Lobato e Mário de Andrade encontram-se as correspondências enviadas a Vicente Guimarães e Plínio Barreto, entre outros telegramas. Na Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo foram analisados os principais artigos da *Revista do Brasil* publicados entre os anos de 1916 e 1925. A maioria dos artigos fichados está relacionada aos temas da saúde pública no Brasil.

A partir do estudo das correspondências, artigos e periódicos nessa pesquisa, torna-se necessária a compreensão da existência de uma rede de circulação de ideias envolvidas na construção de projetos nacionais. Nesse sentido, a metodologia empregada para mapear a rede de sociabilidade de Neiva e Lobato foi por intermédio da análise das correspondências do arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC/ FGV) e das demais fontes sob a guarda do Instituto de Estudos Brasileiros, CEDAE, Biblioteca Florestan Fernandes e o Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz. O acesso à documentação pessoal, como o fundo de Monteiro Lobato e o fundo Arthur Neiva, foi fundamental para verificar as diferentes fases das trajetórias e engajamentos dos intelectuais, sendo possível analisar as reportagens, fotografias, capas de livros, documentos de compras, cartões, correspondências internacionais, entre outros.

Inicialmente, o meu interesse e inspiração em analisar as cartas depositadas no fundo Arthur Neiva sob a guarda do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC/ FGV) veio com a grande notoriedade dos trechos da carta que o escritor enviou ao cientista em 10 de abril de 1928, na qual ele manifesta simpatia pela *Ku Klux Klan*. O conteúdo das cartas foi primordial para a reafirmação do racismo do literato

tão evidenciado nas obras infantis, como no caso da representação da personagem tia Nastácia, sempre com características de serviçal, medrosa e caracterizada por expressões pejorativas. A acusação de racismo de Monteiro Lobato foi assunto debatido em âmbito nacional, quando o Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação foram contestados acerca do uso das obras literárias de Monteiro Lobato nas escolas públicas brasileiras. A partir disso, o assunto passou a ser discutido entre pedagogos e literários, e ainda hoje não temos uma definição sobre essa questão na educação básica, pois as divergências foram assíduas entre os educadores e pesquisadores. A princípio, essa dissertação poderá contribuir com uma análise circunstanciada acerca da polêmica racial presente no pensamento lobatiano.

A análise do conjunto de correspondências permitiu identificar a trajetória de Neiva e Lobato e como elas foram marcadas por questões sanitárias, políticas e econômicas presentes em projetos que, para além das motivações individuais, propunham viabilizar o Brasil enquanto nação próspera e moderna. O percurso da vida de Monteiro Lobato e Arthur Neiva foi mobilizado por problemas e soluções que eles identificavam como cruciais para o avanço de projetos nacionais. A correspondência para esses intelectuais foi um meio de comunicação primordial; ambos estavam envolvidos com a missão pública e interessados em compartilhar os diagnósticos, percepções e projetos que vincularam diretamente à questão nacional. As cartas trocadas tratam de temas como a questão racial, o movimento sanitarista, o crítico nacionalismo associado a projetos de intervenção social, a produção editorial da *Revista do Brasil* e o forte envolvimento de Monteiro Lobato com a campanha pela nacionalização do petróleo.

A identidade intelectual de Arthur Neiva com Monteiro Lobato é estreita; compartilham de um nacionalismo militante, principalmente pelo entusiasmo com o modelo norte-americano de desenvolvimento, a crença no conhecimento científico, a visão crítica da herança portuguesa, bem como o progresso e o perfil de formação social, cultural e econômica de São Paulo (NUNES, 1981). É evidente o crescimento exponencial de cartas entre 1918 e 1921 a respeito da saúde pública, e entre 1935 e 1936, a respeito do petróleo e dos projetos editoriais e institucionais em que ambos se envolveram no período. No decorrer dessa dissertação, o itinerário de Lobato e Neiva foi entrelaçado aos temas das

correspondências. Arthur Neiva era um destinatário que gozava de posição particular na rede de relações de Lobato. Foi um confidente e, ao mesmo tempo, um cientista e intelectual de amplos interesses, com o qual Lobato tanto se identificava como sentia ser compreendido. A relação de empatia com os problemas nacionais e individuais enfrentados no cotidiano foi mútua nas trocas de correspondências.

No primeiro capítulo da dissertação, *“O movimento sanitaria, a identidade nacional e o cientificismo nas correspondências de Monteiro Lobato e Arthur Neiva”*, apresento como se configurou o encontro do literato com o cientista na viagem a Iguape, interior de São Paulo. Abordo as primeiras correspondências trocadas entre os intelectuais, escritas em 1918, no período imediatamente subsequente à adesão dos intelectuais à campanha do saneamento no Brasil. A mensagem de admiração de Monteiro Lobato é evidenciada no texto “Artur Neiva” na obra “Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital”, pois estabelece o lugar do cientista enquanto “discípulo de Oswaldo Cruz”. A proposta do capítulo consiste em apresentar o cenário do país no momento de encontro das trajetórias de Arthur Neiva e Monteiro Lobato, ressaltando as afinidades políticas, pessoais e a participação de ambos no grupo d’*O Estado de São Paulo* (LUCA, 1999).

No segundo capítulo, *“A mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva: raça e eugenia na produção intelectual de Arthur Neiva e Monteiro Lobato”*, apresento uma análise circunstanciada do pensamento racial na produção intelectual dos missivistas. Início com a participação de ambos na Sociedade Eugênica de São Paulo e a publicação da obra “O Presidente Negro”. Aponto para o entusiasmo científico e o discurso da regeneração nas correspondências entre as décadas de 1920 e 1930, traçando um paralelo entre as concepções de eugenia na ótica lobatiana e a educação física nos artigos de Arthur Neiva. Discuto ainda nesse capítulo a regeneração do caipira Jeca Tatu, em contraste com o racismo no discurso de Monteiro Lobato de apoio aos ideais da *Ku Klux Klan* em 1928. Finalizo com as leis defendidas por Neiva que visavam o controle da entrada de estrangeiros no país na Constituição de 1934.

No terceiro capítulo, *“O americanismo e a campanha pela metalurgia e petróleo no Brasil nas cartas de Arthur Neiva e Monteiro Lobato entre 1927 e 1942”*, apresento o pensamento antilusitano e a campanha pelo ferro e petróleo no diálogo das missivas. Abordo

as críticas de Monteiro Lobato e Arthur Neiva à herança portuguesa e à burocracia nas instituições brasileiras. Enfatizo o entusiasmo de Lobato com a economia dos Estados Unidos e as propostas para o setor da metalurgia no Brasil. Analiso o papel do americanismo nas propostas políticas e econômicas de Neiva e Lobato para desenvolver a nação. A principal delas é a campanha pelo *Processo Smith* e pelo fim da intervenção estatal no setor petrolífero. Apresento ainda a trajetória política de Arthur Neiva e os impasses institucionais enfrentados em seu itinerário. Por fim, encerro os vinte anos de diálogo dos missivistas com a prisão de Monteiro Lobato durante o governo do Estado Novo.

Como referências teóricas para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas as noções de rede de sociabilidade e de correspondência. A primeira será usado para pensar a questão da circulação de ideias dos intelectuais e a segunda para discutir a esfera pública e privada de Monteiro Lobato e Arthur Neiva. Consoante Jean François Sirinelli (2003), considero nesse trabalho as duas acepções das atividades do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, e a outra, mais estreita, baseada na noção de engajamento. A segunda noção está relacionada a um ator, uma figura atuante na vida da cidade, com modalidades específicas de testemunha ou consciência. A especialização do ator é reconhecida pela sociedade em que ele vive ao mesmo tempo em que legitima e privilegia sua intervenção no debate local, considerado uma personalidade que se põe a serviço da causa que defende (SIRINELLI, 2003: 243). Atribuo essas condições de intelectual para o entendimento de Arthur Neiva e Monteiro Lobato enquanto “homens de ação”, ambos possuem engajamento em relação aos debates nacionais, são integrantes do grupo de intelectuais d`*O Estado de São Paulo* e desenvolveram projetos articulados a diferentes formas de intervenção na sociedade da época. As estruturas de sociabilidade variam conforme as épocas e os subgrupos intelectuais estudados. Visto isso, a história intelectual passa pela pesquisa de gênese, circulação e transmissão dos sujeitos que desempenham um papel decisivo em determinado período (SIRINELLI, 2003: 245).

O meio intelectual constitui um “pequeno mundo estreito” de laços. A atração e a amizade, assim como a hostilidade, a rivalidade ou ruptura desempenham um papel decisivo para o posicionamento de um intelectual. A sociabilidade interpenetra o afetivo e o ideológico com uma dupla acepção, ao mesmo tempo em que caracteriza um microcosmo intelectual

particular. O conjunto de cartas é uma produção imprescindível para o estudo das relações entre as concepções produzidas ou veiculadas pelos intelectuais (SIRINELLI, 2003: 261). Sendo assim, pensar quem é o intelectual e a sua produção significa considerar a cultura política, a geração, o itinerário e a sociabilidade (SIRINELLI, 1996). Ademais, se fez necessário mapear as influências e assimilação pela cultura política definida como código ou conjunto de referentes.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (1993), o espaço da sociabilidade é “geográfico” e “afetivo”. Cabe assim recortar não só vínculos de amizade e cumplicidade, ou de rivalidade e hostilidade, como também certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo especial. Segundo a autora, conhecer um meio intelectual em determinado momento e espaço, implica conhecer a dimensão organizacional e os vínculos que reúnem o “pequeno mundo” intelectual.

Na historiografia recente houve um crescimento de trabalhos com o uso da correspondência privada entre os pesquisadores da “história de intelectuais” (GOMES, 2004; TIN, 2007; LEJEUNE, 2008; ILBAÑEZ; RONCON; ALVES, 2012; SPAGNOLI, 2014), visto que essa fonte primária foi apontada como um importante lugar de sociabilidade para apresentar a dinâmica do campo cultural de um determinado período. Sendo assim, essa dissertação segue a tendência historiográfica de análise do gênero epistolar, no sentido de problematizar o “efeito de verdade” das cartas e a proposta de fragmentação do “eu” moderno (GOMES, 2004).

A correspondência é marcada pela busca do “efeito de verdade” justamente pelo fato do texto ser na primeira pessoa do singular e por insinuar a revelação de dimensões “íntimas e profundas” do indivíduo no âmbito privado. Visto isso, segundo Gomes (2004), a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto. O gênero epistolar significa o trânsito entre o espaço público e o privado, capaz de constituir e reconstituir as identidades pessoais e profissionais no decurso da troca de cartas. O conceito de lugar de sociabilidade é entendido como espaço de constituição de “uma rede organizacional e microcosmo de relações afetivas” (GOMES, 2004). Para a autora, não é a condição de intelectual que desencadeia a sociabilidade, e sim “a participação de uma rede de contatos que estabelece a inserção e projeção de um intelectual na sociedade” (GOMES, 2004: 53). É

necessária a compreensão da existência de uma rede de circulação de ideias entre literatos e cientistas na construção de um projeto nacional. A correspondência pessoal entre intelectuais é um espaço revelador de ideias, projetos, opiniões, interesses e sentimentos.

Ao longo de três décadas de amizade entre os dois missivistas, percebemos as diferentes faces dos projetos nacionais, as ambições dos interlocutores e as ações empreendidas. A carta é uma oportunidade para a construção de pensamentos, ideias e testemunhas do tempo. O gênero epistolar transmite o desejo de estar junto, na constante troca de opinião, nas sugestões contestadas ou aceitas. Monteiro Lobato e Neiva escreveram também felicitações em datas especiais, e ambos se sentiam desconfortáveis com o modo de funcionamento das instituições públicas e ações do governo brasileiro. Muitas vezes eles se sentiram mal compreendidos por seus contemporâneos. O gênero epistolar é uma fonte que acumula temas e informações, estabelecendo uma narrativa plena de imagens e movimentos exteriores e interiores dos missivistas. Nesse sentido, as cartas não só evidenciam as denúncias e as questões dos intelectuais, mas também revelam as angústias tanto de Lobato quanto de Neiva, com a carreira, os descaminhos da política e os projetos de vida. Não foi somente o lugar de cientista, nem tampouco a posição de editor que manteve uma relação de amizade por três décadas. Nas cartas é notória a confiança mútua para escrever sobre os sonhos, projetos pessoais, ideologias, experiências de viagens e questões familiares, como é o caso dos conselhos de Lobato sobre a carreira de “Arthursinho”, Arthur Hehl Neiva, filho do pesquisador de Manguinhos com Justina Hehl Neiva.

Monteiro Lobato foi um grande missivista. Há vários trabalhos de correspondências trocadas entre o literato e Anísio Teixeira, Oliveira Vianna, Godofredo Rangel, Lima Barreto, entre outros, (CAVALHEIRO, 1955; NUNES, 1981; VIANNA; FRAIZ, 1986; FARIA, 2002; TIN, 2007; SPAGNOLI, 2014). A intensa atividade de escrita aos amigos, colegas, políticos e familiares é perceptível em seu arquivo pessoal, o que demonstra que o literato foi um assíduo remetente da sua rede de sociabilidade.

A análise das cartas contribui para o mapeamento da dinâmica de articulação dos homens letrados, ao mesmo tempo em que atesta os lugares de sociabilidade. O intelectual estava envolvido em uma rede, a qual nos permitiu identificar e interpretar o mundo político e social de seu tempo. O estudo das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva

evidenciou o quanto o convívio entre intelectuais é fundamental para a projeção política e social.

Esta dissertação sobre a correspondência de Arthur Neiva e Monteiro Lobato examina os problemas e soluções apontados para a viabilização de um projeto nacional que mirava o exemplo norte-americano, enfatizava o protagonismo que cabia a São Paulo na instauração desse modelo e evocava a superação dos entraves burocráticos legados pela herança lusitana. No espaço restrito da correspondência, Neiva e Lobato dialogaram sobre seus projetos e compartilharam a ansiedade com os rumos da nação brasileira, cujo avanço, para ambos, passava pela promoção da saúde pública, das ciências, da educação e de uma reforma do sistema político e administrativo.

## **Capítulo 1 – O movimento sanitarista, a identidade nacional e o cientificismo nas correspondências de Monteiro Lobato e Arthur Neiva.**

Vou para o Rio, levando ao amigo as mais gratas recordações e como tendo combinado uma ação conjunta a receando que possa olvidar da ideia que junto abraçamos, é que lhe envio, como lembrança afetuosa, os ingredientes imprescindíveis à execução prática daquilo que planejamos. Experimente, e verá quão eficiente é o material que lhe remeto. E, sem mais, receba um abraço de quem, saudoso, se despede como amigo e admirador <sup>1</sup>.

De forma afetuosa e muitas vezes entusiasmada, Monteiro Lobato e Arthur Neiva trocaram correspondências no período de vinte e quatro anos<sup>2</sup>. Como testemunhas do seu tempo, as cartas foram oportunidades de construir pensamentos e ideias. A partir dos diálogos nas cartas, identificamos as muitas fases das trajetórias de Monteiro Lobato e Arthur Neiva, assim como os projetos que abraçaram juntos. Nas cartas temos o registro do envolvimento de ambos, em campanhas públicas, conquistas de cargos institucionais e em expansão de negócios, assim também como a parceria em dividir os sonhos, angústias e projetos. Trata-se de uma relação de amizade construída a partir da admiração mútua e pelo sentimento de confiança para discutir os problemas nacionais e individuais.

A análise do conjunto de correspondências trocadas entre 1918 e 1942 permite-nos identificar as trajetórias dos dois intelectuais, as quais foram marcadas por questões sanitárias, políticas, econômicas, sociais e culturais presentes em projetos que, para além das motivações individuais, propunham viabilizar o Brasil enquanto nação próspera e moderna. O percurso de vida de Monteiro Lobato e Arthur Neiva foi mobilizado por problemas e soluções que eles identificavam como cruciais para o avanço de projetos nacionais: “Por mais que procure isolar-me do pessoal, o problema geral tortura-me sempre”, escreveu Neiva a Lobato em uma das missivas<sup>3</sup>.

Lobato e Neiva trataram das questões nacionais e da burocracia brasileira; criticaram a influência lusitana, abordaram o desenvolvimento da indústria editorial, defenderam o papel

---

<sup>1</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 28/12/1918. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>2</sup> Fontes primárias do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil (CPDOC/ FGV).

<sup>3</sup> Carta de Lobato a Neiva, de 10/06/1921. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

das ciências e da educação como molas propulsoras do progresso e a busca de um modelo de desenvolvimento para o Brasil, idealizado na experiência americana de Monteiro Lobato. Por intermédio da análise de correspondências, biografias e documentação pessoal, a pesquisa de Ilbañez, Roncon e Alvaes (2012) propõe a periodização das correspondências de 1918-1924: Saúde Pública e o projeto editorial; de 1927-1932: América um modelo para o Brasil; de 1932-1942 – Intelectuais e empreendedores: homens modernos. Ainda que não utilizemos de forma tão demarcada as datas sugeridas pelo trabalho de Ilbañez, Roncon e Alvaes (2012), o recorte temporal dos autores foi relevante para o exame das semelhanças e diferenças do itinerário de Monteiro Lobato e Arthur Neiva. Sendo assim, contribuiu de forma significativa para a contextualização das cartas da minha pesquisa e os diferentes projetos nacionais do período.

Na tese “Em busca do Lobato das cartas: a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários”, Emerson Tin (2007) identificou as diferentes faces do literato na relação com seus destinatários: o Monteiro Lobato familiar, o escritor e editor; o entusiasmado com os Estados Unidos; o do ferro e do petróleo; o da prisão e o das crianças. É evidente como a imagem de Monteiro Lobato varia não somente pelas circunstâncias de tempo e de lugar, mas também em função do destinatário. A intensa atividade de escrita aos amigos, colegas, políticos e familiares é perceptível em seu arquivo pessoal: o literato era um assíduo remetente da sua rede de sociabilidade<sup>4</sup>. Todavia, Arthur Neiva era um destinatário de posição particular, cuja referência era de amigo com o qual Lobato se identificava pelo perfil e pelos posicionamentos, pelo qual se sentia compreendido e tinha afinidade pelo engajamento com as questões públicas e pelo fato deste engajamento se dar na qualidade de cientista:

Acabo de chegar de uma excursão de 660 milhas por estas estradas não só maravilhosas como únicas, e toda a viagem vim lamentando a ausência de um companheiro de comentário da sua força. Tanta gente que conheço ai no Brasil, tantos amigos tenho – mas quando vejo certas coisas só de um me lembro<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Correspondências enviadas ou recebidas pelo titular, destacando-se, entre assuntos que dizem respeito às suas atividades de escritor e editor. Localização: Ar 12D1P2- 3cx1-10. Fundo Monteiro Lobato / CEDAE – UNICAMP.

<sup>5</sup> Carta de Lobato a Neiva, de 19/03/1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

A afinidade é uma característica predominante na correspondência entre os dois, tendo em vista o prazer de ambos de ler e escrever as missivas constantemente. Monteiro Lobato e Neiva tiveram carreiras pródigas e mantiveram uma relação de afinidade intelectual registrada em abundante correspondência, em que testemunham visões críticas da nação brasileira e das elites. Eles compartilharam o perfil de “homens de ação”, tendo adquirido relevância histórica devido à atuação literária, científica e política. Tanto o acervo pessoal de Lobato quanto o de Neiva guardam uma quantidade robusta de correspondências trocadas com políticos, médicos, cientistas, jornalistas e demais intelectuais da época. Lobato também identificava Neiva como um destinatário de posição especial em sua rede de sociabilidade: “Agradeço-lhe de coração a carinhosa prova de amizade que me deu”, registrou, afetuoso, em uma das cartas<sup>6</sup>.

O médico e cientista Arthur Neiva nasceu em 22 de março de 1880, em Salvador, Bahia. Ele iniciou o curso superior na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo-o na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903. Trabalhou na Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, nas campanhas dirigidas por Oswaldo Cruz, visando o combate ao mosquito transmissor da doença e o isolamento dos doentes. Ao ingressar no Instituto Soroterápico Federal em 1906, Neiva publicou o seu primeiro trabalho em entomologia (BENCHIMOL, SILVA, 2008: 728). Logo em seguida, em fevereiro de 1907, trabalhou com Chagas na prevenção da malária na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro (BENCHIMOL, SILVA, 2008: 733).

Em 1912, Neiva participou com Belisário Penna de expedição científica pelo interior do Brasil e publicou, quatro anos depois, um relatório acerca das más condições de vida e saúde da população rural. Em abril de 1914, assumiu a cadeira de história Natural e Parasitologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi contratado para organizar a seção de zoologia e parasitologia no Instituto Bacteriológico de Buenos Aires, onde permaneceu até 1916 (BORGMEIER, 1940). Foi na Argentina que o nome de Arthur Neiva apareceu como um dos mais notáveis discípulos de Oswaldo Cruz (BENCHIMOL, TEIXEIRA, 1993: 58). Quando o cientista voltou para o Brasil, de imediato foi convidado para ser o sucessor de Emílio Ribas e assumir a direção do Serviço Sanitário de

---

<sup>6</sup>Carta de Neiva a Lobato, de 11/05/1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

São Paulo (TEIXEIRA; BENCHIMOL, 1993: 113). A missão entregue a Neiva era levar à frente uma ampla reforma da saúde pública no Estado, a qual incluía a instalação dos serviços de higiene nas áreas rurais (BORGMEIER, 1940; RIBEIRO, 1991; SILVA, 2006). Além de ter organizado o Código Sanitário Rural, Arthur Neiva montou 41 hospitais na capital de São Paulo e 119 no interior do Estado, adotou medidas de controle da sífilis e tracoma. De 1923 a 1927, Arthur Neiva dirigiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Entre 1924 e 1927, chefiou a Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira do Estado de São Paulo, trabalhando com Ângelo Moreira da Costa Lima e Edmundo Navarro de Andrade (SILVA, 2006). Em 1928, o governo paulista contratou-o como diretor-superintendente do recém-criado Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal, denominado, a partir de 1937, Instituto Biológico, onde permaneceu até 1932. O cientista foi protagonista na criação desse órgão, reconhecido por seus contemporâneos como um dos seus grandes feitos. Além disso, Arthur Neiva ocupou cargos na administração pública, como o de secretário de Educação do governo de São Paulo, em 1930, e de interventor federal na Bahia, em 1931. De 1935 a 1937, foi deputado federal pelo Partido Social Democrático da Bahia. Com a implantação do Estado Novo e o fechamento do Congresso Nacional, Neiva retomou suas atividades em Manguinhos (BORGMEIER, 1940).

José Bento Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882, dois anos depois de Neiva, em Taubaté, no interior de São Paulo. Seu pai, assim como seu avô materno José Francisco Monteiro, barão e depois visconde de Tremembé, também era proprietário de terras (LAJOLO, 1985). A origem familiar proporcionou a Lobato uma educação privilegiada para o período pós-abolição do Brasil. Aos treze anos, iniciou seus estudos no Instituto de Ciências e Letras, em São Paulo, formando-se no curso de Letras. Posteriormente, cursou Direito na Faculdade do Largo de São Francisco. Em 1907, tornou-se promotor público, assumindo o cargo na cidade de Areias. Paralelamente, escrevia para vários jornais e revistas, com destaque para o *jornal O Estado de São Paulo*. Em 1918, Lobato publicou o seu primeiro livro “Urupês” e comprou a *Revista do Brasil* (LOBATO, 1955). Como escritor, Lobato se destacou no gênero “conto”, retratando, sobretudo, o universo do meio rural (RODRIGUES, 2007). Em 1920, ele fundou a “Monteiro Lobato & Cia”, e com a expansão do negócio, criou, em 1924, a “Graphico-Editora Monteiro Lobato” (BIGNOTTO, 2006: 15).

Monteiro Lobato possui uma trajetória multifacetada e contraditória, caracterizada pelas controvérsias nas quais se envolveu e por expressar suas ideias de forma estrondosa. O trabalho editorial permitiu a Lobato propagar as suas ideias e o seu nacionalismo político considerado “moderno conservador” na área da literatura, pois foi visto como retrógrado pelos intelectuais e artistas do movimento modernista. Ele ficou bastante conhecido pelo caráter polêmico tanto pelas críticas à artista Anita Malfatti publicada no artigo “Paranoia ou Mistificação?”, em 1917, quanto pelo envolvimento intenso na campanha do petróleo que levou à sua prisão, em 1941.

Para compreensão da aproximação de Neiva com Monteiro Lobato é imprescindível mencionar a famosa expedição realizada pelo cientista com o médico sanitarista Belisário Penna, em 1912, pelos estados do norte e nordeste do Brasil (SÁ, 2009). O relatório publicado quatro anos depois denunciou que os problemas responsáveis pelo atraso do Brasil eram as condições precárias de vida e de saúde da população rural do interior (LIMA, 2009). Este documento teve enorme repercussão, contribuindo para deflagrar o movimento político e intelectual referido como “movimento sanitarista”, que apontou os problemas de saúde que assolavam as populações do interior e o pouco envolvimento do Estado nas políticas sanitárias. Arthur Neiva atuou ativamente na divulgação e circulação do relatório, tornando-o um texto que reverberou por anos a fio no imaginário social brasileiro (SÁ, 2009).

No preâmbulo desse primeiro capítulo apresento o encontro das duas trajetórias, partindo do artigo “Iguape”, publicado por Monteiro Lobato na *Revista do Brasil* e no jornal *O Estado de São Paulo* em 15 de maio de 1918, no qual elogia a campanha anti-palúdica realizada por Neiva no litoral paulista:

Graças à orientação de Arthur Neiva a campanha foi iniciada de modo a demonstrar por A mais B não só a nossa capacidade científica, como também a nossa capacidade organizadora. A ofensiva de Iguape merece ser divulgada com amplitude para orientação das subsequentes, e lição aos incréus. (LOBATO, 1951: 306)

Além da matéria sobre a expedição à Iguape, Monteiro Lobato publicou o artigo “Artur Neiva”, em que revela o entrelaçamento de itinerário dos intelectuais, expressando respeito e admiração ao trabalho de Arthur Neiva enquanto cientista discípulo de Oswaldo

Cruz. Durante sua carreira, assim como Monteiro Lobato, o cientista Neiva se destacou como empreendedor constante, perseguindo tenazmente a criação ou reorganização de instituições, tal como Oswaldo Cruz fizera em Manguinhos, onde estabeleceu um instituto em bases amplamente personalistas.

Em 21 de junho de 1918, Monteiro Lobato enviou a primeira carta para o cientista Arthur Neiva. O ano de 1918 é bastante significativo para a carreira dos missivistas, pois foi marcado por eventos que envolveram a participação de ambos intelectuais em projetos coletivos concernentes ao debate nacional, tais como: a adesão do Monteiro Lobato à campanha do saneamento simbolizado pela regeneração do personagem Jeca Tatu publicada no artigo “Problema Vital”; a compra da *Revista do Brasil* por Monteiro Lobato; a entrada de Arthur Neiva no Serviço Sanitário paulista; a integração de Lobato e Neiva à Liga Pró-Saneamento e à Sociedade Eugênica de São Paulo; além dos artigos dos intelectuais publicados na *Revista do Brasil*. Percebemos que o espaço de sociabilidade dos intelectuais foi propício para o encontro das trajetórias e identificação das afinidades. Ambos participaram dos mesmos debates e compartilharam círculos sociais, da mesma forma que tinham interesses e motivações pessoais e profissionais semelhantes, relacionados às questões nacionais e individuais.

Portanto, a partir de “Iguape”, analiso a temática que foi responsável pela aproximação dos missivistas - a saúde pública - , assunto presente nas correspondências trocadas entre Neiva e Lobato. Assim, é de suma importância para esta pesquisa a expedição Neiva-Penna, a repercussão do relatório sobre a mesma, publicado em 1916, e a deflagração do movimento sanitário, de maneira a examinar o engajamento de intelectuais com a “questão nacional”; a “regeneração” do Jeca Tatu como emblema da atenuação do determinismo biológico de Lobato; a constituição da Liga Pró-Saneamento como sedimentação daquele movimento; a atuação de Arthur Neiva no Serviço Sanitário e Monteiro Lobato na *Revista do Brasil*, ambos como membros do chamado “grupo d’*O Estado* de São Paulo”, a rede de sociabilidade intelectual cujo repertório incluiu, entre outras coisas, o engajamento com a narrativa e concepção de “epopeia bandeirante” – os dois como entusiastas da visão de nacionalidade via São Paulo. Sem deixar de mencionar os projetos individuais dos missivistas: a *Revista do*

Brasil e os projetos editoriais, por Monteiro Lobato; a campanha contra a broca-do-café e a criação do Instituto Biológico de São Paulo, por Arthur Neiva.

### **1.1 - O encontro das trajetórias de Monteiro Lobato e Arthur Neiva: “Iguape é o Brasil.”**

Quem, por viver no mundo da Lua, inda descrê do nosso estado coletivo de doença, e atribui esta campanha do saneamento a mil e um méis, menos ao único real: desejo ou ânsia de ver queimar-se o derradeiro cartucho na defesa da nacionalidade vacilante, que vá a Iguape. Que vá a Iguape que de lá voltará apóstolo. Iguape lhe porá ante os olhos, em que eloquente epitome, o quadro geral da caquexia orgânica em que emperrou o país. Iguape é o Brasil (LOBATO, 1918: 303).

Em 1918, Monteiro Lobato foi o convidado pelo cientista Arthur Neiva para excursão à Iguape<sup>7</sup>, no qual pôde ver o cotidiano dos trabalhos de combate à opilação e à malária. A participação do literato na expedição foi primordial para a sua adesão à campanha pró-saneamento: “Que vá a Iguape que de lá voltará apóstolo”. Em 2 de dezembro de 1917, era inaugurado na cidade de Iguape o primeiro posto sanitário, onde, simultaneamente se fez a profilaxia contra a malária e a ancilostomíase. Em 30 de junho de 1918, os trabalhos findaram-se, com o saneamento das zonas mais insalubres de São Paulo. Para Arthur Neiva, o saneamento do país era o caminho a seguir, pois a ciência médica já conhecia os meios de combate aos males que devastam a população. O cientista defendia o empenho conjuntamente a todos os esforços para convencer os poderes públicos da necessidade de sanear.

Foi necessário Monteiro Lobato ir a campo para entender a campanha do saneamento: “Penetramos na mata”, “caçando mosquitos” (LOBATO, 1918: 172). A partir dessa experiência, o escritor afirma ter compreendido e alcançado a “força tremenda que se potencializa nos apaixonados da ciência”. Após essa experiência, o literato escreve em tom de denúncia a situação sanitária do país tendo como lente o interior do Estado de São Paulo. De imediato, ele aponta o grave problema sinalizando as dificuldades de acesso ao local,

---

<sup>7</sup> Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. AN.FC ST 02 – 05/ 1916 – 05/1920. Fundo Arthur Neiva, Departamento de Arquivo e Documentação DAD - Fundação Casa de Oswaldo Cruz.

Neiva convidou-me a acompanhá-lo e lá fui nove da noite, sem saber ao que. Penetramos na mata alguns quilômetros fora da cidade. Vi-o apear-se e acender a lanterna elétrica, e correr a luz pelo couro do cavalo em procura das anofelinas que incontinenti acudiram àquele inesperado banquete. Uma hora passou ele assim, caçando mosquitos, e dissertando sobre as particularidades de cada espécie. O caso era este: havia daquelas bandas um foco malárico resistente a todos os trabalhos da profilaxia – drenos, roçados, etc. (LOBATO, 1918: 172)

No artigo “Iguape”, publicado pela *Revista do Brasil* e pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 15 de maio de 1918, Monteiro Lobato reforçou a importância da ciência experimental<sup>8</sup> como a parasitologia, a microbiologia e a entomologia médica como balizas da agenda sanitária dos anos 1920. O literato enfatizou a função social do posto de profilaxia e os resultados diretos na população. Nesse sentido, cabe ressaltar a congruência entre o personagem Jeca Tatu e o capítulo “Iguape”, cujo enfoque é a campanha do saneamento. Monteiro Lobato cita tanto no conto o “Problema Vital” publicado em 1918 quanto no capítulo “Iguape”, a doença provocada pelo ancilóstomo:

Nada de pedir à retórica ou à política, ou à etnografia, explicações que nada explicam. Mudemos de rumo. Peçamos a opinião da ciência experimental e a parasitologia no lá dará sinceríssima. Conduzindo-nos ao Posto de Profilaxia de Iguape ela nos fará estas tremendas confissões. O recenseamento da cidade revelou em dezembro uma população de três mil e tantos indivíduos, dos quais se inscrevera na lista dos candidatos à saúde 3.1000. Só o ancilóstomo, essa praga tão grande que moveu a piedade de *Rockefeller* e o levou a organizar no mundo inteiro uma campanha contra, só este maldito estagnador da vida, ascoroso percevejo dos intestinos, peste duodenal, só ele envenenava a vida a 2.102 pessoas. (LOBATO, 1918: 304-305)

O texto acima é uma narrativa para elucidar a saúde como questão nacional: “o Posto de Profilaxia de Iguape nos fará estas tremendas confissões”. Dessa forma, apoiar os cientistas era, para Lobato, uma responsabilidade social. Inicialmente, a admiração de Lobato está relacionada à carreira científica de Arthur Neiva: “ao influxo da alma ardente de Osvaldo Cruz, Neiva revelou-se a si próprio, compreendeu a ciência, amou-a e entregou-lhe de corpo e alma, como outrora os místicos se entregavam à religião” (LOBATO, 1918: 171).

---

<sup>8</sup>LOBATO, Monteiro. *Iguape. Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. Brasiliense, São Paulo, 1951.

Em 1918, Monteiro Lobato escreveu o artigo “Opiniões” com um dos subtítulos “Artur Neiva”, no qual descreve Neiva como o grande cientista de Manguinhos e o exalta por colocar em prática as suas ideias no período que atuou no serviço sanitário de São Paulo: “Quando o grande cientista de Manguinhos pôs em prática as suas ideias na chefia sanitária de S. Paulo, M. L. exaltou-o com calor” (LOBATO, 1918:169). Para o literato, Arthur Neiva na função de diretor do Serviço Sanitário de São Paulo poderia finalmente fazer ciência da maneira de Oswaldo Cruz, e se esquecer das funções burocráticas do Rio de Janeiro.

Em “Artur Neiva”, Monteiro Lobato escreveu um panorama da carreira do cientista, mencionando todos os locais que estudou e louvando a sua trajetória científica. Neiva é identificado como um “homem das ciências”, desde a sua formação até a ocupação de cargos públicos relacionados à saúde pública. Interessante notar que o traço de Neiva que provoca admiração em Lobato é seu perfil de homem de ação, capaz de realizar seus projetos apesar dos obstáculos da burocracia:

Neiva criou demais, inovou demais (...). Não se limitou Neiva à função cômoda de chefe de departamento público, com rapapés lisonjeiros aos jornais, tendentes a criar uma irisação adjetivosa em torno de sua pessoa. Criou. Plantou. Semeou. Remodelou serviços velhos e iniciou serviços novos. Restringiu a burocracia ao mínimo. Venceu a resistência tremenda do espírito de inércia, de rotina e de apercepção (LOBATO, 1918: 226).

Arthur Neiva representa um caso muito particular da chamada “escola de Manguinhos” (FONSECA, 1976), o grupo que participou da criação e consolidação do Instituto Oswaldo Cruz. Neiva parece ter perseguido em sua trajetória a ambição de ser reconhecido como “discípulo” dileto do “mestre” Oswaldo Cruz (BRITTO, 2006), se não ocupando os mesmos cargos, criando e reformando instituições e liderando campanhas sanitárias e agrícolas (SILVA, 2006). No caso de Neiva, como de muitos de seus contemporâneos, o ideal de prática científica é permeado por um senso de compromisso social e missão pública. O cientista participou da organização, gestão e reformas de instituições; contribuiu para a expansão das políticas de saúde, envolveu-se em debates públicos na Primeira República e na Era Vargas. Todavia, o cientista é fortemente lembrado pela viagem com Belisário Penna pelos estados do norte e nordeste do Brasil em 1912 (SÁ, 2009).

Ainda no artigo “Opiniões”, Monteiro Lobato escreveu um sub tópico: “A ação de Oswaldo Cruz”<sup>9</sup> para exaltar o trabalho de Oswaldo Cruz e as suas ações na reforma sanitária no Rio de Janeiro. Declara que Oswaldo Cruz foi a melhor escolha para a chefia de higiene na cidade por representar segundo ele um moderno espírito científico no Brasil. Para Lobato: “até Oswaldo o médico no Brasil era o Chernoviz<sup>10</sup>: xaropes, iodureto e a continha. Curava – quando não matava. Prevenir, nunca. O higienismo dormia o sono das crisalidas, apesar do movimento científico universal determinado pelas teorias pasteurianas” (LOBATO, 1918: 226). De acordo com esse trecho, Monteiro Lobato estava entusiasmado com a medicina que se apresentava como “científica”, em detrimento da medicina considerada “popular”, mostrando afinidade com a produção memorialística da escola de Manguinhos e com o ideário que animava seus pesquisadores.

Anteriormente, na coluna “Resenha do Mez” da *Revista do Brasil*, o literato escreveu acerca das realizações de Oswaldo Cruz na área da saúde e do impacto dessas ações para o Brasil:

Oswaldo Cruz: Ninguém, entre nós, realizou obra de tal magnitude no curto espaço de 17 anos de vida pública. Remodelou a higiene no Brasil no decurso de 3 anos, realizando a prodigiosa obra de extinção da febre amarela, trabalho incomparavelmente mais difícil que o realizado pelos norte-americanos em Cuba e no Panamá, não só pelo volume da população do Rio de Janeiro, como ainda por se achar em Havana (...) <sup>11</sup>.

A obra de Nara Azevedo (2006) “Oswaldo Cruz a construção de um mito na ciência brasileira” (2006) é fundamental para compreender os significados do pertencimento à categoria de discípulo de Oswaldo Cruz, especialmente no uso desse status para fins políticos e institucionais. Neiva se posicionava enquanto “homem de ação” tal como Oswaldo Cruz. A continuação desse legado científico é indicado por Monteiro Lobato no capítulo “Artur Neiva”, no qual menciona a todo instante a relação da carreira de Neiva e a geração de cientistas formados pelo “herói do saneamento” do Brasil.

<sup>9</sup> LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. Brasiliense, São Paulo, 1951, p. 223.

<sup>10</sup> O “Chenoviz” era um manual de medicina doméstico bastante disseminado no Brasil desde o Império. GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. História e Saúde. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>11</sup> Biblioteca Florestan Fernandes – USP RBR, *Revista do Brasil*, Resenha do Mez v. 1, janeiro de 1916.

O sanitaria Oswaldo Cruz nasceu no dia 5 de agosto de 1872 na cidade de Parahytinga em São Paulo. Após seu falecimento, em 11 de fevereiro de 1917, foi realizado um conjunto de ações para heroificação do cientista (BRITTO, 2006). Os testemunhos e festividades marcaram a associação da imagem de Oswaldo Cruz ao movimento sanitaria, mitificado como um herói da nacionalidade. Oswaldo Cruz foi transformado em um símbolo “capaz de catalisar e aglutinar as práticas e interesses de médicos e higienistas, fazendo suas ações convergirem com as de outras forças no terreno político-ideológico” (BENCHIMOL, TEIXEIRA, 1993: 102).

O processo de construção do “salvador da ciência” está relacionado principalmente à criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918), cujo objetivo era conferir legitimidade ao discurso dos médicos e higienistas, fortalecendo seus interesses científicos e políticos. A exaltação da imagem de Oswaldo Cruz foi fundamental para o consenso a respeito da legitimidade dos cientistas de Manguinhos:

Oswaldo Cruz é objeto de uma profusão de imagens que põem em evidência tanto a idealização do cientista como a valorização de seus herdeiros ou discípulos. Nesse sentido, a ciência constitui, simultaneamente, um elemento justificador da campanha do saneamento rural e na definição da autoimagem do grupo (BRITTO, 1995: 13).

Oswaldo Cruz passara a ser o modelo e o patrimônio científico para os seus discípulos, “os quais se encarregaram da manutenção de sua memória, investindo-se do que consideravam uma verdadeira missão” (BRITTO, 1995: 52). O legado do mito também era uma preocupação dos membros das instituições médicas, “como a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e de órgãos governamentais, como a Diretoria Geral de Saúde Pública (...)” (Ibidem). A categoria de discípulo de Oswaldo Cruz não era restrita aos membros de Manguinhos: abrangia também os médicos que tiveram orientação do cientista no início da carreira. Nesse momento, é construído o sentimento de filiação à tradição científica “usada para designar todos àqueles que, de alguma forma, passaram pelo Instituto de Manguinhos ou gravitavam em torno dele.” (BRITTO, 1995: 52). Dessa forma, o culto à memória de Oswaldo Cruz significou um passo fundamental para a construção do mito de origem e identidade sanitaria no Brasil (CASTRO SANTOS, 1985). Após a sua morte, em 1917, produzira-se

uma construção mitológica para atender pragmaticamente a interesses políticos da classe médica (BRITTO, 1995). Os “discípulos” eram encarados como os herdeiros do patrimônio científico do mestre, elevado à condição de “pai” da ciência experimental brasileira.

A pesquisa de Nara Azedo (1995) sobre a construção do culto a Oswaldo Cruz, contou com uma análise das fontes do arquivo Arthur Neiva no CPDOC e do arquivo do Instituto Oswaldo Cruz sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz (DAD-COC), nos quais a autora verificou extensa correspondência entre Neiva e os membros do Instituto Oswaldo Cruz. Acredito que o ponto chave para a afinidade de Monteiro Lobato com Arthur Neiva foi a admiração profissional e o perfil de “homem de ação”, principalmente pela posição de Neiva enquanto cientista “discípulo de Oswaldo Cruz” e das medidas higienistas em São Paulo.

No início do século XX, a ciência se individualizava no Brasil como atividade profissional especializada entre os intelectuais (SÁ, 2009), fato notório no diálogo das cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva, ambos interessados no desenvolvimento da ciência brasileira:

Recebi um grosso volume dos trabalhos do seu instituto e dou-lhe os parabéns pelo *achievement*. Felizmente a ciência vai entrando no Brasil – e quanto graças à sua atividade! País sem ciência, hoje é país derrotado (...). Pobre Brasil como o traem de todos os lados. Como fazem dele gato e sapato<sup>12</sup>.

Apesar do pessimismo em relação ao futuro do país partilhado nas correspondências, uma das razões para os missivistas estarem imersos na fé científica foram os resultados positivos da campanha do saneamento no sertão: os postos de profilaxia, a Liga Pró-Saneamento e o controle das epidemias pelo sanitarista Oswaldo Cruz. Esses três fatores contribuíram para a adesão dos missivistas ao discurso científico.

Consoante Dominique Sá (2009), a mentalidade científica incentivou a elaboração de relatórios de pesquisa, memórias, diários de laboratório, documentos, textos científicos, correspondências e depoimentos. Por essa perspectiva, os “homens de ciência” apresentavam especialização intelectual assegurada pelo domínio da linguagem científica (SÁ, 2009: 122).

---

<sup>12</sup> Carta de Lobato a Neiva, de 20/06/1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Literatos e cientistas começaram a serem então membros de “dois mundos totalmente diversos, de caracteres próprios inconfundíveis”, gerando, cada um dos grupos, um gênero de escrever que não poderia ser mais distante um do outro. O literário, por exemplo, poderia ser caracterizado como “espontâneo e viçoso, forte, incentivo e criador, como a própria natureza”, enquanto o científico, de sua parte, seria para uns artificiais e mirrado, pálido, anêmico e dessorado, como a própria civilização (SÁ, 2009: 129).

O trabalho de Dominichi Miranda de Sá (2006) aborda um panorama dos processos de especialização da atividade intelectual brasileira entre os anos de 1895 e 1935. Examina a especialização do trabalho científico e a afirmação do cientista como categoria profissional nas três primeiras décadas do século XX. Para a autora, o otimismo científico e a associação entre inovação tecnológica e progresso social são duas características marcantes dos intelectuais brasileiros. Segundo Sá (2006), ocorreu uma fusão entre a produção intelectual e a reflexão política. A intelectualidade esteve voltada para a construção de uma cultura válida para o país, valorizando a realidade local que procuraram decifrar a partir de parâmetros das sociedades ocidentais consideradas modernas:

A crença entre o paralelismo e o progresso da instrução e o bem-estar de todos propiciaria o nascimento de um novo mundo, uma das motivações para o ditame da produção de ideias que tomou a intelectualidade brasileira no final do século XIX (SÁ, 2006: 40).

Os intelectuais brasileiros enfrentavam dificuldades para responder quem era o brasileiro e quem o representava (CÂNDIDO, 2006). Concomitantemente a essas inquietações, os intelectuais enfrentavam dificuldades com as particularidades do Brasil em relação à geografia, raça e história naquilo que divergiam dos padrões europeus. A busca por referências para construir a imagem do latino-americano se concretizaram devido ao efeito de desterritorialização do europeu. A análise de Sá (2006) contribui para uma compreensão do período de transição da sociedade brasileira não somente como parte das transformações mundiais, como argumentam Cândido (2006) e Santiago (2006), mas como o processo de legitimação social da atividade especializada da ciência, o que nos faz compreender a importância de pensar a atividade científica na história do Brasil. Nesse sentido, a produção

literária e científica é integrada à história intelectual da Primeira República, visto isso na produção de periódicos especializados, as revistas de ciências e letras, as *maganizes* e as fontes impressas de cunho popular como os almanaques. Nesse sentido, as proposições de Sá (2006) estão em diálogo com a narrativa do trabalho científico de Arthur Neiva nas correspondências trocadas com Monteiro Lobato. A atividade profissional era um traço da personalidade de Neiva e as cartas trocadas expressam o ideal científico dos intelectuais do período:

Com o seu antigo esplendor irradiante de fé científica e devotado amor ao nosso sofredor e desgovernado Brasil (...). Para resistir até o final das minhas forças em prol do ideal que em dia de inspiração abracei<sup>13</sup>.

## **1.2 - As expedições científicas e a Liga Pró-Saneamento no Brasil.**

No contexto da Primeira Guerra Mundial houve grande entusiasmo com os debates sobre a questão nacional, que envolve aspectos como a questão racial, a imigração, a educação e o recrutamento militar, com o propósito de identificar as mazelas e as chances de “regeneração” no Brasil. Manguinhos tornou-se o centro de ação de uma geração de sanitaristas que protagonizou um movimento pela modernização dos serviços sanitários do país, com Carlos Chagas na direção do Instituto a partir de 1917, substituindo Oswaldo Cruz (BENCHIMOL, 1990: 97).

De acordo com Jaime Benchimol (1990), Oswaldo Cruz assumiu a Diretoria-Geral de Saúde Pública (DGSP) com a intenção de enfrentar três doenças: febre amarela, varíola e peste bubônica (BENCHIMOL, 1990:81). A cidade foi repartida em dez distritos sanitários, cujo pessoal tinha a incumbência de receber as notificações de doentes, aplicar soros e vacinas, multar e intimar proprietários de imóveis, detectar focos epidêmicos (BENCHIMOL, 2018: 88).

Em março de 1904, com a promulgação do decreto n° 5156, Oswaldo Cruz pôde intervir na cidade do Rio de Janeiro, colocando em prática a reforma sanitária, em conjunto com a reforma urbana destinada a modernizar e “civilizar” a capital federal. Todavia, a

---

<sup>13</sup> Carta de Neiva a Lobato de 11/05/1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

vacinação obrigatória para todos os habitantes, transformou “a cidade em uma praça de guerra” (CHALHOUB, 2004: 97 *apud* COSTA; SANGLARD, 2006: 497), no evento que ficou conhecido como a Revolta da Vacina. A vacinação em massa foi acompanhada das brigadas mata-mosquito, que percorriam as ruas buscando destruir os focos de suas larvas nas águas estagnadas. As equipes entravam nas residências com plenos poderes para aplicar a vacina aos moradores e enxofre e piretro nos ambientes insalubres onde havia sido detectada a presença do mosquito transmissor (BENCHIMOL, 2001: 41; CHALHOUB, 2004: 60 *apud* COSTA; SANGLARD, 2006: 497).

De acordo com Hochman e Lima (2000), temos dois momentos do desenvolvimento do sanitarismo no Brasil. O primeiro corresponde ao início do século XX, marcado pela gestão de Oswaldo Cruz à frente dos serviços federais de saúde entre 1903 e 1909, basicamente restritos ao Distrito Federal e aos portos. A principal característica dessa fase foi a ênfase no saneamento urbano da cidade do Rio de Janeiro e o combate às epidemias de febre amarela, peste e varíola. O fator determinante das políticas públicas de saúde nesse primeiro período foi a necessidade de livrar o país dos prejuízos causados ao comércio exterior pelas péssimas condições sanitárias da capital federal e de seu porto (LIMA; HOCHMAN; 1996: 75).

A fase mais dinâmica do movimento sanitarista enfatizou o saneamento rural, em especial o combate a três endemias rurais: ancilostomíase, malária e mal de Chagas. Diferentemente do período anterior, a reforma sanitária neste contexto articulou-se mais estreitamente com a construção da nação, uma vez que uma corrente nacionalista recusava o determinismo racial e climático como explicação do Brasil e dos brasileiros. Na visão do movimento pelo saneamento do país, a higiene seria o instrumento central para a reforma deste, pois viabilizava a remoção do atributo que o identificava e o desqualificava: a doença (LIMA; HOCHMAN, 2000).

A expedição científica de 1912 realizada por Arthur Neiva e Belisário Penna foi um marco significativo para a ciência nacional. A partir dessa experiência, os cientistas fizeram um inventário do ambiente físico e social de uma área inóspita e desconhecida do “Brasil Central”, revelando um quadro de doenças, miséria e ausência do poder público (LIMA, 2009; SÁ, 2009). O relatório publicado foi largamente difundido, debatido e tão impactante que em cerimônia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Miguel Pereira pronunciou:

“O Brasil é um imenso hospital”. As palavras do professor e médico repercutiram com força no debate político e intelectual sobre a identidade nacional (SÁ, 2009).

Um dos objetivos da viagem, realizada em 1912, era de encontrar evidências que reafirmassem a ideia propagada por Chagas da extensa difusão geográfica da tripanossomíase americana (PONTE; LIMA; KROPF, 2010: 88). Ao longo do trajeto, Neiva e Penna localizaram diferentes espécies de barbeiros, realizando exames para ver se estavam infectados pelo *Trypanosoma Cruzi*,

A presença constante de casas de pau a pique, com paredes barreadas, indicava condições epidemiológicas propícias para a disseminação da doença transmitida por aqueles insetos. Juntamente com as cafuas e os barbeiros, o “papo” – que, quando a viagem foi feita, era amplamente aceito como principal sinal para o diagnóstico clínico da doença de Chagas – foi o critério privilegiado para estimar a presença desta enfermidade (PONTE; LIMA; KROPF, 2010: 88).

O movimento pelo saneamento do Brasil colocou em evidência as precárias condições de saúde das populações rurais como principal obstáculo a que o país se civilizasse e se tornasse efetivamente uma nação (CASTRO SANTOS, 1985; LIMA; HOCHMAN, 1996, 1998, 2000; SÁ, 2009). É imprescindível mencionar que essa fase do sanitarismo está relacionada à história da tripanossomíase americana ou doença de Chagas, descoberta por Carlos Chagas, médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, em Lassance, norte de Minas Gerais, em 1909.

Segundo Kropf (2006), em outubro de 1916, Carlos Chagas e a delegação brasileira, ao retornarem de um congresso médico realizado em Buenos Aires, foram recebidos com grandes homenagens da classe médica do Rio de Janeiro, reconhecido por representar a ciência nacional no exterior. A campanha do saneamento reuniu médicos, cientistas, intelectuais e políticos em torno da ideia de que o “atraso” do Brasil em face das nações consideradas civilizadas não era resultado do clima tropical ou da composição racial de sua população, mas dos prejuízos causados pelas endemias rurais à produtividade do trabalho e do descaso do Estado com as populações do interior. Tal diagnóstico – fundamentado, sobretudo, nos relatos das viagens de pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz ao interior (CASTRO SANTOS, 1985; LIMA; HOCHMAN, 1996, 2004; HOCHMAN, 1998; SÁ, 2009), que

atualizavam a denúncia de Euclides da Cunha quanto ao isolamento e ao abandono que marcavam os sertões do país – contrapunha-se à visão bucólica do ambiente rural e de seus habitantes propugnada pela literatura romântica e mesmo pelo discurso médico.

Em decorrência das denúncias dos médicos sanitaristas, foi criada, em 1918, a Liga Pró-Saneamento do Brasil, no mesmo ano em que os artigos de Belisário Penna publicados entre 1916 e 1917 no jornal *Correio da Manhã* seriam reunidos no livro “Saneamento do Brasil”, tornando-o um dos principais apóstolos do sanitarismo (PONTE; LIMA; KROPF, 2010: 90). Nessa obra, Penna afirmava que o problema econômico do país residia na necessidade de curar o homem rural, instruí-lo, fixá-lo e dar-lhe meios de alimentar-se para que possa produzir um homem de saúde normal. Da mesma forma, em 18 de novembro de 1916, no discurso acerca do saneamento do sertão, Arthur Neiva pronunciou que:

Mais cedo do que se imagina, o governo, diante do clamor cada vez maior, terá que atender aos reclamos da opinião nacional. Então veremos que a obra de saneamento iniciada por Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro se dirigirá por todos os caminhos para o interior do Brasil, em verdadeiro trabalho de redenção nacional. (CASTRO SANTOS, 1985: 1)

Os artigos de Belisário Penna publicados entre 1916 e 1917 no jornal *Correio da Manhã* caracteriza o período em que se inicia a implementação da reforma dos serviços de saúde federais (KROPF, 2006: 90). Os textos foram reunidos no livro *Saneamento do Brasil*, editado em 1918, como base para a fundação, nesse mesmo ano, da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 11 de fevereiro de 1918, um ano após a morte de Oswaldo Cruz. No documento de criação da Liga está evidente a relevância do saneamento rural para o país, até pelo próprio nome do programa.

Em 12 de junho de 1918, Monteiro Lobato foi convidado para compor o quadro de membros da Delegação da Liga Pro-Saneamento. A campanha do saneamento representava uma “cruzada” dos cientistas pelo Brasil com adesão dos intelectuais, era uma ação patriótica defender e participar dessa agenda desse movimento:

Rio de Janeiro, 12 de junho de 1918,  
Exmº Sr. Dr. Monteiro Lobato  
M. D. Membro da Delegação do Estado de S. Paulo.

Tenho a maior satisfação em comunicar a V. Ex. A escolha de seu ilustre nome para membro da Delegação da Liga Pro-Saneamento do Brasil, no Estado de S. Paulo, segundo determinações estabelecidas entre o Diretório-Executivo desta associação e o nosso prestimoso consocio Dr. Pedro Lessa. Certo de que, envidará os recursos ao seu alcance para o êxito eficiente da cruzada do saneamento rural do país (sic) desde já consideramos V. Ex. Investido desse patriótico mandato. Aproveito o ensejo para apresentar a V. Ex. As mais sinceras felicitações. O Diretor- Secretário Luís Calvantanti<sup>14</sup>.

A Liga Pró-Saneamento ambicionava ser catalizadora da modificação social por sua ação patriótica e pela mobilização dos saberes acumulados na fase “científica” do saneamento rural (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993: 95). A Liga foi um projeto patriótico. Promoveu conferências em associações privadas e instituições públicas; distribuiu panfletos de caráter pedagógico alertando a população para a importância dos princípios básicos de higiene (ROCHA, 2017) e estabeleceu delegações em algumas unidades da Federação, com o objetivo de estimular os governos estaduais e municipais implementar a construção de habitações higiênicas. Belisário Penna era crítico do federalismo implantado no Brasil com a Constituição de 1891. Em consonância com os demais membros do movimento pró-saneamento, identificava na partilha do poder entre as elites locais um dos grandes entraves à solução dos problemas brasileiros. Para os líderes do movimento, a federação minava a solidariedade e dissolvia os elos da nacionalidade em nome do interesse de oligarquias retrógradas e parasitárias dos recursos nacionais (HOCHMAN, 1998).

Conforme André Campos (2012), Belisário Penna já havia ampliado o debate em torno da saúde pública entre 1916 e 1917, ao publicar uma série de artigos no *Correio da Manhã*, conclamando o povo e as autoridades ao “saneamento dos sertões”. Argumentava Penna que a “proverbal... indolência do brasileiro” e a sua “incapacidade para trabalhos que demandam vigor e saúde... não eram decorrência do ‘clima e da raça’”. Para o sanitarista, o brasileiro era sobretudo “uma vítima indefesa da doença, da ignorância e da deficiência da alimentação” (CAMPOS, 2012: 49).

A Liga Pró-Saneamento do Brasil foi dirigida por Belisário Penna, tendo como objetivo a instituição de uma política nacional de saneamento. A proposta consistia em

---

<sup>14</sup> Entre os membros: Dr. Monteiro Lobato, Dr. Plínio Barreto, Dr. Vital Brasil, Dr. Arthur Neiva, Dr. Renato Kehl Fundo Monteiro Lobato / CEDAE – UNICAMP. MLB320021909.

evidenciar as condições precárias de saúde da população do interior do país, concomitantemente expor a necessidade de investimentos no saneamento dessas áreas. (PONTE; LIMA; KROPF, 2010: 96). Penna tornou-se o apóstolo do saneamento rural, empenhou-se em despertar nas elites a consciência de que tinham de investir na saúde das populações rurais e das periferias urbanas, na modernização das relações sociais e técnicas que conformavam o mundo agrário.

Para as lideranças da Liga Pró-Saneamento do Brasil, Belisário Penna, Arthur Neiva e Miguel Pereira, a precariedade das condições de salubridade e o abandono a que estava submetida boa parte da população brasileira deviam-se à ausência e intransigência do poder público, que não assumia a responsabilidade de zelar pela saúde do povo a quem devia servir (LIMA; HOCHMAN, 1996: 106). Nesse sentido, os periódicos serviam de apelo para a relevância da agenda do saneamento, eram ferramentas de divulgação e propagação dos ideais sanitaristas.

Em 1918, a *Revista do Brasil* publicou um artigo chamado “Pequenos cuidados higiênicos” com os tópicos: “Os mata-mosquitos de Oswaldo Cruz; O mata-doença; O impaludismo; Necessidade de conhecimentos higiênicos; As águas; O alcoolismo”, entre outros. Entre esses temas foi publicado “Objetivo da Liga Pró-Saneamento”, cuja proposta era levar o conhecimento e os cuidados higiênicos para todos os cidadãos brasileiros:

Será esse um dos primeiros cuidados da “Liga Pró-Saneamento do Brasil”, que para fundar o seu curso da educação higiênica, aguarda apenas 3.000 brasileiros dos 24.000.000, de que se compõe a sua população, se disponham a concorrer com a parcela de rs. 12\$000 por ano, ou rs. 1\$000 por mês (...). Ao Brasil, porque os semeadores da higiene irão levar a todos os seus recantos os conhecimentos dos pequenos cuidados higiênicos, cuja prática salvará a vida de centenas de milhares de crianças, e preservará a saúde de milhões dos nossos patrícios, que verão restabelecida a coragem para o trabalho, e elevada à capacidade produtiva. A si mesmos, porque não há felicidade, nem alegria, nem tranquilidade, nem segurança, mesmo para os que sabem se defender das doenças, onde os seus focos se multiplicam em mais de 70 de cada 100 pessoas que nos cercam; na terra, que pisamos, e cujas poeiras, carregadas de óvulos e embriões invadem as nossas casas, e penetram a nossa boca; na água que bebemos contaminada de dejeções atiradas no solo e acarretadas aos depósitos, pelas enxurradas, ou pelo vento, depois de misturadas às poeiras; nos alimentos (ervas, verduras e frutos) regados com água poluída e ingeridos crus; nos insetos hematófagos (mosquitos, pulgas, percevejos e barbeiros), que pululam nas casas e

veiculam germens de doenças terríveis, tais a malária, a febre amarela, a filariose, a peste, a lepra e a moléstia de Chagas (...) <sup>15</sup>.

A partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro, o movimento pelo saneamento teve um papel central e prolongado no debate sobre a identidade nacional: “Os semeadores da higiene irão levar a todos os seus recantos os conhecimentos dos pequenos cuidados higiênicos, cuja prática salvará a vida de centenas de milhares de crianças” (RBR, 1918: 8).

Conforme Hochman e Lima (2000), o Brasil foi pensado pelas suas ausências e o homem brasileiro como atrasado, indolente, doente e resistente aos projetos de mudança. “A ciência buscava identificar os sintomas de nossa cultura submetendo-os ao espelho crítico de outro civilizado (...) constituindo-se, enfim, em um instrumento do projeto modernizador que nos garantiria uma almejada sintonia com o progresso” (HOCHMAN; LIMA, 1996: 495).

A Liga Pro-Saneamento publicou a *Revista Saúde* em oito edições, divulgou artigos de caráter científico sobre as endemias rurais e sobre variados temas associadas à higiene (HOCHMAN; LIMA, 1996: 314). O alcoolismo, a doença de Chagas, a malária e a opilação eram os males que na época atingiam a população do interior, sendo retratados nos artigos publicados (LIMA, 1999; LIMA; HOCHMAN, 1996, 2004; HOCHMAN, 1998; SÁ, 2009).

O movimento pelo saneamento ocorreu em sincronia com o esforço de vulgarizar a ciência, em um momento em que se buscava a especialização do discurso científico e da profissão de cientista. Expressão disso foi a criação da Academia Brasileira de Ciências, em 1916, e da Rádio Sociedade, em 1923. Os cientistas eram vistos como intérpretes, construtores da cultura e reformadores sociais. As revistas e os jornais também foram canais importantes para a promoção do saber na medida em que se tornaram “o espaço para a propagação de ideias e dedicação sistemática à atividade pensante” (SÁ, 2006: 44).

É imprescindível destacar a repercussão do movimento sanitário com a adesão de algumas figuras públicas, como políticos, jornalistas e escritores e os demais intelectuais da Primeira República (ENGEL, 2012). A questão sanitária era um problema nacional. De forma

---

<sup>15</sup> Biblioteca Florestan Fernandes – USP RBR, Revista do Brasil – Artigo Pequenos cuidados higiênicos. RBR – volume IX – setembro – dezembro de 1918, Objetivo da “Liga Pró-Saneamento”, páginas: 8 - 9.

direta ou indireta as endemias que assolavam o país afetavam a todos. Sanear era a expressão de uma ação coletiva para salvar a nação,

O nosso problema, verificado que foi o mau estado da população nativa, é simples e uno: sanear. Para sanear é forçoso, preliminarmente, convenceremos o país da sua doença; e em seguida fazer dessa ideia o programa de todos os governos, a ideia fixa de todos os particulares. (LOBATO, 1918: 271)

Lobato era bastante influente no campo intelectual do período. Em seu fundo pessoal sob a guarda do Centro de Documentação e Pesquisa da Unicamp há inúmeras correspondências ativas e passivas com médicos, engenheiros, empresários e políticos (TIM, 2007). Ele participou de organizações e era lembrado por membros das sociedades científicas<sup>16</sup>. Como intelectual militante da agenda do saneamento, Monteiro Lobato em suas cartas demonstra notória preocupação em resolver as causas das deficiências da saúde no Brasil:

Por mais que procure isolar-me no problemazinho pessoal, o problema geral tortura-me sempre. E as conclusões a que chego (sic) são as mesmas suas: má-semente. O Moncorvo Filho<sup>17</sup> nega que o país (sic) seja doente, e que o M. Pereira tivesse razão na célebre frase. Tudo mentira-derrotismo (veja como eles assimilam bem os neologismos franceses). De modo que toda a campanha do saneamento, cujo mérito maior parecia ter sido destruir a funesta ilusão perpetuada até Miguel Pereira, todo o seu trabalho de viagens (sic) reveladoras, os livros e as conferências do Belisário e de tantos outros, isso não bastou para provar B coisa alguma ao Sr. Moncorvo. Tudo isso é mentira ou derrotismo como lá diz (...)<sup>18</sup>

O literato refere-se ao “problema geral” como metáfora da questão nacional na década de 1920, no âmbito da qual a saúde assumia lugar de relevo. A expressão “má-semente” faz

<sup>16</sup> Monteiro Lobato recebeu uma correspondência de Edgar Roquette-Pinto, membro da Sociedade Brasileira de Ciência, em 26 de julho de 1918 sobre a leitura do livro “Urupês”. A cerimônia de fundação da SBC se deu no dia 3 de maio de 1916, no salão nobre da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no Largo de São Francisco de Paula. A iniciativa de sua criação teria partido de alguns dos professores dessa Escola, onde ficou inicialmente instalada. Neste local, reuniam-se periodicamente esses professores, assim com os pesquisadores do Observatório Nacional, do Museu Nacional e do Instituto Oswaldo Cruz, recebendo adesão também do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

<sup>17</sup> Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo Filho foi criador do Instituto de Proteção e Assistência a Infância do Rio de Janeiro, eleito Membro Honorário da Academia Nacional de Medicina e, em 1921 tornou-se sócio da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> Carta de Lobato para Neiva em 10/06/1920. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

menção aos aspectos dos problemas advindos da formação do Brasil, à época pensada tanto em termos históricos e culturais, como geográficos e biológicos. Foi justamente nessa fase que o retrato do Jeca Tatu e as causas do atraso nacional foi repensado. Segue o fragmento abaixo com a opinião de Monteiro Lobato sobre o dilema:

Não é a raça – a raça dos bandeirantes é a mesma de Jeca Tatu. É um longo e ininterrupto estado de doença transmitido de pais a filhos e agravado dia a dia. Graças à orientação de Arthur Neiva a campanha foi iniciada de modo a demonstrar por A mais B não só a nossa capacidade científica, como também a nossa capacidade organizadora. A ofensiva de Iguape merece ser divulgada com amplitude para orientação das subseqüentes, e lição aos incrêus (LOBATO, 1918: 306).

Monteiro Lobato é uma das personalidades mais conhecidas pela participação e promoção da campanha do saneamento, à qual contribuiu de forma decisiva com a imagem da regeneração do seu personagem Jeca Tatu, em 1918, que em vez de indolente em virtude de uma composição biológica condenada, mostrava-se assolado por doenças parasitárias e, portanto, passível de cura e redenção (HOCHMAN; LIMA, 2000).

A célebre frase “O Jeca não é assim; está assim” simbolizou de forma emblemática a “conversão” do escritor aos ideais sanitários. A partir da regeneração do Jeca, o autor escreveu uma série de artigos para explicar as consequências da falta de saneamento, evidenciando os problemas enfrentados pela população rural: “Em 1918, o escritor Monteiro Lobato expressou adesão ao ideário sanitarista, sintetizando-o no famoso personagem do Jeca Tatu, como exemplo do impacto das doenças sobre os sertanejos e das possibilidades de sua redenção” (PONTE, C. F.; LIMA, N. T.; KROPF, S. P., 2010: 91).

Em 1918, Lobato publicou a obra “Problema Vital”, na qual expôs as ideias de aperfeiçoamento da raça do povo brasileiro. Foi editada pela *Revista do Brasil*, sob o patrocínio da Liga Pró-Saneamento e da Sociedade Eugênica de São Paulo. Após o contato de Lobato com a agenda do saneamento, o literato lançou uma série de artigos sobre o tema e trouxe ao público o vocabulário usado pelos médicos sanitaristas, tais como opilação, bromatologia, parasitismo e saneamento. A mobilização em torno do saneamento reuniu importantes setores da sociedade brasileira. Logo, a adesão dos intelectuais à campanha do saneamento rural apresentou dois elementos: a ideia da doença como característica central da

população e a qualificação do isolamento do sertanejo como expressão do abandono pelos poderes públicos (LEAL, 2017). A saúde e a educação tornaram-se temas centrais para a construção da identidade nacional: a “saúde era o prisma que refratava os parâmetros sociais, culturais, políticos e geográficos da modernização desejada por todos os grupos sociais descontentes” (BENCHIMOL, TEIXEIRA, 1993: 93). O lema da campanha do saneamento era “higienizar, cuidar e civilizar” para “regenerar” o povo brasileiro. Portanto, a saúde através da ciência deveria alcançar o campo para combater as endemias rurais e, ao mesmo tempo, “civilizá-lo”. A mensagem proclamada enfaticamente pela Liga Pró-Saneamento era: “Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo”.

Nas primeiras décadas do século XX, temos um intenso debate em torno de um projeto nacional, e na constituição física e moral do brasileiro. A questão nacional tinha como elemento o aprimoramento da raça e das condições de vida da população brasileira, como elementos capazes de alavancar o progresso da nação. A questão do aprimoramento racial, no entanto, era matizada por posições que iam desde as mais retrógradas – “que defendiam pura e simplesmente a necessidade de constituição de uma nova raça pela crescente incorporação de contingentes brancos” –, até aquelas favoráveis a uma maior intervenção por parte do Estado no sentido de fornecer à população meio adequada para a obtenção de parâmetros satisfatórios de saúde e educação (PONTE, 1999).

A representação da tripanossomíase como “doença do Brasil” se fazia não apenas do ponto de vista do diagnóstico dos males da nação, mas das possibilidades de superá-los. Penna reiterava as colocações do próprio Chagas, afirmando que os poderes públicos, por meio de ações voltadas para a melhoria das habitações rurais, deveriam combater a tripanossomíase e outros problemas das populações do interior.

De acordo com Hochman (1998), a campanha pelo saneamento como movimento político expressou-se fundamentalmente na reivindicação de que o Estado brasileiro aumentasse seu poder de intervenção no campo da saúde pública. A concepção de que as doenças que grassavam nos sertões eram o principal obstáculo ao progresso econômico e social do país e à construção da nacionalidade foi defendida por Carlos Chagas desde os primeiros estudos sobre a doença que leva seu nome.

A tese do impacto social da doença de Chagas foi difundida também por Monteiro Lobato. Em seu livro *Problema vital*, editado em 1918, os números apontados por Penna para o “cataclisma” sanitário do país ganharam ainda mais destaque, estampados nos títulos dos artigos em que o escritor abordava as endemias da “trindade maldita”: “dezessete milhões de opilados”, “dez milhões de impaludados”, “três milhões de idiotas e papudos”. Lobato recolocava as ideias de Penna a respeito da questão geral do saneamento e também da tripanossomíase.

Lobato havia cunhado a imagem do Jeca Tatu como caboclo em 1914, inerte em virtude de seu aparato biológico, no artigo intitulado “Velha Praga”, escrito para a seção de “Queixas e Reclamações” do jornal *O Estado de São Paulo*, em tom de indignação e ironia a respeito das queimadas rotineiras no campo. Posteriormente, as queixas dos artigos de Monteiro Lobato tornaram-se contos (VALENTE, 2010: 98) que serviram de inspiração para a criação do personagem Jeca Tatu. O trecho seguinte publicado no livro *Urupês* em 1918, apresenta a reclamação das queimadas e a primeira representação da personagem realizada pelo autor no conto “Velha Praga”:

É peculiar de agosto, e típica, esta desastrosa queima de matas; nunca, porém, assumiu tamanha violência, nem alcançou tal extensão, como neste tortíssimo 1914 que, benza-o Deus, parece aparentando de perto com o celebre ano 1000 de macabra memória. Tudo nele culmina, vai logo ás do cabo, sem conta nem medida. As queixas não fugiram á regra (...). Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. Á medida que o progresso com a via-férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugiando em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (LOBATO, 1918: 270)

Primeiramente, o Jeca Tatu é descrito como o caboclo miserável, o mestiço da terra, pobre e cansado (HOCHMAN; LIMA, 2000), Lobato o retrata como “o Piraquara do Paraíba” imerso na pobreza em seu cotidiano. Nos contos que compõem a obra *Urupês* (1918), o personagem é uma caricatura do sertanejo paulista, recheado de superstições e tradições nos diálogos. Segundo o literato, o Jeca sofria de ausência de sentimento patriótico em seus hábitos. A todo o momento critica por ser analfabeto e não saber votar. É uma figura

emblemática na construção de identidade nacional, mais especificamente nas representações literárias utilizadas para pensar o homem brasileiro na primeira metade do século XX (LEAL, 2017: 26).

Em *Urupês*, Monteiro Lobato realiza uma análise do perfil psicológico do caboclo e sertanejo Jeca Tatu (LEAL, 2017). Em diversas passagens da obra, é perceptível a crítica ao sistema eleitoral e ao direito de voto concedido aos mais pobres. Na concepção lobatiana, os “homens pobres de cultura e educação” tal como Jeca Tatu, não sabem votar e são analfabetos políticos. Esse pensamento é próprio da chamada política “café com leite” na Primeira República, caracterizada pela liderança dos chefes políticos do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), relacionada ao domínio e controle das oligarquias fazendeiras no poder local que desenvolveram estratégias junto ao poder federal: voto de cabresto, coronelismo e “curral eleitoral”. O voto aberto viabilizou as fraudes eleitorais e a compra de votos; além do aumento da violência por meio da dominação dos coronéis.

A expressão política do “café com leite” e o monopólio de São Paulo são contestados por Cláudia Viscardi (2012) por meio do exame das articulações referentes às sucessões presidenciais. A autora defende a hipótese de que a estabilidade do Primeiro Regime republicano pode ter sido fornecida pela “instabilidade” das alianças entre atores como o Exército, o poder executivo e os seis estados mais fortes: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (VISCARDI, 2012: 25). Para a autora, a expectativa do rodízio das forças ao término de cada mandato, os efeitos das disputas e o esforço dos competidores no sentido de impedir a monopolização do poder por um ou outro ator asseguravam a crença em campanhas futuras, inibiam o ressentimento de exclusão entre os perdedores e continham rupturas. Sendo assim, São Paulo e Minas não fizeram o que bem entendiam, uma vez que havia intensa barganha entre os estados.

Na concepção lobatiana, a formação brasileira de maneira geral era organizada “jecocentricamente” (LOBATO, 1918: 34). Lobato em tom de sarcasmo, desmerecendo o personagem Jeca Tatu, o julga ser um homem não civilizado, indomável, ignorante e avesso à ciência. A primeira versão do Jeca Tatu (1914) tem como alvo o discurso de abandono e pobreza no interior paulista:

Na mansão de Jeca a parede dos fundos bojou para fora um ventre empanzinado, ameaçando ruir; os barrotes, cortados pela umidade, oscilam na podriqueira do baldrame (...). O mobiliário cerebral de Jeca, á parte do succulento recheio de superstições, vale o casebre. O caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas. Só ele não fala, não canta, não ri, não ama. Só ele, no meio de tanta vida, não vive. Um terreirinho descalvado rodeia a casa. O mato a beira. Nem árvores frutíferas, nem horta, nem flores – nada revelador de permanência (LOBATO, 1918: 279-286).

Conforme o fragmento acima, o Jeca Tatu é descrito como o brasileiro miserável, o mestiço pobre da terra, inerte e cansado. Era o símbolo do fracasso, uma síntese da visão determinista e pessimista da nação (NAXARA, 1998). Na segunda versão, o Jeca Tatu (1918) é diagnosticado como doente e, portanto, passível de cura. Nesse sentido, a doença do personagem não era mais um estado permanente e natural ao interior brasileira - o diagnóstico da cura significava a regeneração e a sua conversão ao saneamento:

Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e xucro, resolveu examiná-lo.  
 - Amigo Jeca, o que você tem é doença.  
 - Pode ser. Sinto uma canseira sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda.  
 - Isso mesmo. Você sofre de ancilostomose.  
 - Aqui... o quê?  
 - Sofre de amarelão, entende? Uma doença que muitos confundem com a maleita.  
 - Essa tal maleita não é a sezão?  
 - Isso mesmo. Maleita, sezão, febre palustre com febre intermitente (...). O que você tem é outra coisa. É amarelão (LOBATO, 1918: 279-286).

A mistificação do sertão é elaborada na literatura lobatiana<sup>19</sup>. Em “Urupês”, a obra que apresenta o personagem Jeca Tatu, a ênfase é na vivência do interior. Monteiro Lobato usa dados da realidade para difundir um imaginário sobre o homem caipira (RODRIGUES, 2007) tanto que o personagem Jeca Tatu posteriormente tornou-se referência em representações de

<sup>19</sup> Em Urupês Monteiro Lobato classifica a cidade de Taubaté como modorrenta tacanha e sem individualidade, uma continuidade de sociabilidades atrasadas. As tradições do sertanejo são construídas na obra de Monteiro Lobato; o ideário do que é viver no interior é enfatizado. Sendo assim, o autor usa dados da realidade para difundir um imaginário sobre o homem caipira, tanto que a personagem Jeca Tatu tornou-se referência em representações de cinema e TV a fim de elucidar o estereótipo de roça.

cinema e TV a fim de elucidar o estereótipo de roceiro encarnado na figura do Mazzaroppi. Em 1918, a concepção de progresso de Monteiro Lobato associa-se ao espírito científico, “ao emprego do microscópio e ao uso do remédio de laboratório, prescrito pelo doutor” (RIBEIRO, 1991: 243). Conforme é evidenciado por Hochman e Lima (2000), o personagem Jeca Tatu atribui ao caipira do interior paulista as características de indolente e “o piolho da terra” (LOBATO, 1918). O Jeca era cansado e imerso no desânimo, plantava para sobreviver, andava de cócoras, vivia em uma casa de sapé. Com as ações do saneamento, diagnóstico e medicação, o perfil do Jeca Tatu se transformou.

De acordo com Hochman e Lima (2000), muito antes de Monteiro Lobato, os viajantes, cronistas e escritores já haviam descrito as condições de vida nas áreas rurais. O uso dos termos isolamento e ignorância foram comuns nos relatos de viagens e crônicas acerca do interior brasileiro. Na literatura romântica, os modos de representação do homem e da vida no interior variavam entre a representação positiva ou negativa. Geralmente os elementos da adaptação ao ambiente, a força e a virilidade eram acentuados em imagens sobre caçadas. O tema da preguiça aparece como grande elemento distintivo. A partir disso, moldura-se o retrato ou caricatura do homem rural brasileiro (HOCHMAN; LIMA, 2000; RODRIGUES, 2007; NEPOMUCENO, 2005; VALENTE, 2010; JANS JR, 2011).

A frase “O Jeca não é assim: está assim” sintetiza a regeneração e a declaração de apoio de Monteiro Lobato ao ideário sanitarista em 1918. Nesse sentido, a segunda versão do Jeca Tatu significou uma nova perspectiva para o problema do homem do interior: “Já notou que o Brasil sarou? Que acabou o papo, a malária e tudo mais”<sup>20</sup>. Para Monteiro Lobato, o diagnóstico sobre a preguiça do caboclo mudou, passando a ter outro nome: ancilostomíase.

Ainda em 1918, Arthur Neiva e Monteiro Lobato participaram de campanhas, publicaram em periódicos, ocuparam cargos públicos e foram integrantes da Sociedade Eugênica de São Paulo<sup>21</sup>, afinal, sanear e eugenizar eram frequentemente empregados como

<sup>20</sup> Carta de Lobato a Neiva, 1922, sem data e mês. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>21</sup> A 1ª edição deste livro é de 1918 e trazia o seguinte esclarecimento: “Artigos publicados n’O Estado de São Paulo, e enfaixados em volume por decisão da ‘Sociedade de Eugenia de S, Paulo’ e da ‘Liga Pró Saneamento do Brasil’” (LOBATO, 1918/1927/1968, p. 221).

SOUZA, José Wellington. O Jeca Doente de Problema Vital: Monteiro Lobato e os higienistas de São Paulo em 1918. *Estud. sociol. Araraquara* v.23 n.44, jan.-jun. 2018, p. 331.

sinônimos (SOUZA, 2006: 45-46 *apud* WEGNER, 2017: 82)<sup>22</sup>. A Sociedade Eugênica de São Paulo se definia como uma “organização científica” de estudos e aplicação e representou o marco institucional da eugenia no Brasil. Os principais objetivos era responder às questões relacionadas à hereditariedade, à descendência e à evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie humana. Os estatutos definiam a importância do estudo da legislação, dos costumes e das influências do meio sobre as “aptidões físicas, morais e intelectuais das gerações futuras”; da divulgação da eugenia entre o público; do estudo da regulamentação matrimonial e da campanha pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial (SOUZA, 2006: 35).

A Sociedade Eugênica teve como seu primeiro presidente o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Renato Kehl, que ocupava o cargo de secretário-geral, concentrou boa parte de sua trajetória de vida na luta pela implantação da eugenia no país, defendendo o estudo da hereditariedade, a educação eugênica, a “seleção conjugal”, a higiene e o saneamento, além de ser escritor de inúmeras obras de propaganda eugênica no meio intelectual e político. Lobato e Renato Kehl mantiveram, ao longo de suas vidas, uma grande proximidade, compartilhando muitos pensamentos a respeito das questões relativas à higiene, saúde e educação, como podemos observar nas diversas cartas trocadas entre ambos. Para Kehl, Lobato era “a franqueza patriótica em ação” e “uma das mais brilhantes e promissoras mentalidades da nova geração brasileira” (HABIB, 2007: 3).

Na primeira sessão ordinária da Sociedade Eugênica, realizada em 1918, foi proposta por Kehl a compilação dos artigos de Lobato sobre o saneamento dos sertões, que futuramente seriam editados na obra *Problema Vital*, cujo prefácio foi escrito por Renato Kehl. Os discursos de Kehl na sessão inaugural da Sociedade Eugênica e nas três sessões seguintes, além de artigos seus e de outros nomes da eugenia nacional e internacional, foram posteriormente publicados nos *Annaes de Eugenia*. A obra, de mais de 250 páginas, foi editada pela *Revista do Brasil*, de propriedade de Lobato. Em 1923, Lobato trouxe ao público a edição de um livro de Renato Kehl, “A cura da fealdade”. Três anos depois, Monteiro Lobato lançou *O Choque das Raças* ou *O Presidente Negro*, um romance de ficção de forte

---

<sup>22</sup> Segundo Robert Wegner a expressão “sanear é eugenizar” era compartilhada por amplo espectro de médicos, cientistas e intelectuais e deu o tom dos movimentos nos anos seguintes (SOUZA, 2006:45-46).

cnho eugênico. O trabalho editorial na *Revista do Brasil* permitiu a Lobato propagar as ideias sanitaristas e eugenistas.

A partir do trabalho de Habib (2003), é possível identificar a relação entre a literatura lobatiana e os ideais eugenistas e de que modo isso foi associado a fins políticos e sociais. Em nome da ciência, progresso e civilização, muitos intelectuais, políticos e médicos difundiram os pressupostos eugênicos. Ao associar “saneamento rural” e “questão nacional”, Monteiro Lobato pôde aprimorar as suas ideias sobre eugenia e a eficácia para a eliminação da “má semente” nacional. Monteiro Lobato e Arthur Neiva compartilharam de aspectos do pensamento eugênico tal como defendido pelo médico Renato Kehl, apesar de o defenderem em linhas diferentes no que diz respeito às discussões sobre raça e saúde, raça e imigração, raça e esporte. Aprofundarei no segundo capítulo a temática racial relacionada ao repertório da rede de sociabilidade intelectual à qual ambos pertenceram.

### **1.3 – A atuação de Neiva em São Paulo: o Serviço Sanitário de São Paulo, o Código Sanitário Rural e a campanha contra a broca-do-café.**

As transformações econômicas ocorridas na capital de São Paulo no início do século XX não beneficiou toda a população (RIBEIRO, 1991:273). Segundo Castro Santos (1985), os serviços paulistas haviam também se restringidos às cidades, por serem as portas de entrada dos imigrantes e por efeito da resistência dos grandes proprietários a quaisquer ações estatais em seus domínios. Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial e a consequente interrupção do influxo migratório, as cidadelas dos coronéis puderam ser expugnadas pela saúde pública porque a valorização da força de trabalho passou a exigir o prolongamento de seu tempo de vida útil, sem o que a produção agrícola entraria em colapso por falta de mão-de-obra (CASTRO SANTOS, 1985).

A expansão das ações sanitárias nas áreas rurais teve como contrapartida a realização de interesses das elites agrárias, sobretudo a criação de agências voltadas para o desenvolvimento técnico e econômico da agricultura e da pecuária. As medidas sanitárias de São Paulo serviram como uma espécie de “laboratório de saúde pública para o país”. Por isso, “o reconhecimento do papel do Estado de São Paulo na institucionalização dos primeiros

serviços de saúde pública deve estar, portanto, articulado à história mais ampla do saneamento do Brasil” (ALMEIDA, 2005: 89).

Entre 1917 e 1920, durante a sua gestão no Serviço Sanitário, Arthur Neiva aplicou medidas importantes em relação à legislação sanitária do Estado de São Paulo, entre elas o Código Sanitário Rural. A matéria publicada no jornal “A conquista” no Rio de Janeiro sob o título “Arthur Neiva e homem público”, reverbera as mudanças nos hábitos de higiene com a instituição do código sanitário:

Foi o código sanitário de Neiva que criou a exigência do uso de água corrente nos dormitórios dos hotéis de classe. Proibiu a construção de casas sem banheiros, mesmo as destinadas a moradia de proletários, exigência essa de evidente relevância dadas as condições de país quente como o Brasil. Incluiu uma seção inteiramente original – o Código Rural – que na opinião do professor Paz Soldan, eminente cientista peruano, seria o suficiente para consagrar qualquer homem público<sup>23</sup>.

Neiva se envolveu em um intenso processo de negociação política com os lavradores e seus representantes para implementar o Código Sanitário Rural em 1917. Ao concretizá-lo, o cientista realizou antigo anseio do sanitarista Emílio Ribas, que era ganhar controle sobre o território coronelista. Chefe do Serviço Sanitário entre 1898 e 1917, Ribas dirigiu e desenvolveu diversos trabalhos sobre variados temas, como febre amarela, varíola, tuberculose, lepra, entre outros (ALMEIDA, 2005). Nos portos brasileiros, Neiva afirmava que os serviços sanitários funcionavam “para inglês ver”. Por isso, uma das primeiras medidas dele foi elevar os vencimentos dos inspetores, que só trabalhavam à base de propinas e se faziam esperar horas e horas (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993: 142). Durante o tempo em que chefiou o Serviço Sanitário paulista, Neiva dirigiu a gestão do Instituto Butantã. Transformou-a numa fábrica de produtos biológicos (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993), e enfrentou a terrível epidemia de gripe espanhola, em 1918 (BERTOLLI FILHO, 2003). Neiva pretendia converter o Butantã num centro produtor de medicamentos e imunobiológicos, como quina e quenopódio, além de cultivar plantas tóxicas e anti-helmínticas. Para

---

<sup>23</sup> Matéria publicada no jornal “A conquista” - Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1931, Título: Arthur Neiva cientista e homem público. Fundo Arthur Neiva, Departamento de Arquivo e Documentação DAD - Fundação Casa de Oswaldo Cruz.

comercializar os produtos, criou o Instituto de Medicamentos Oficiais (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993). Por essa atuação, o nome do cientista ficou conhecido e respeitado, pois correspondeu aos anseios ufanistas da sociedade paulista, e forneceu inclusive combustível intelectual ao modo como representava a si mesma perante a nação (SILVA, 2006: 104).

Quando esteve à frente do Serviço Sanitário de São Paulo, de 1917 a 1918, Neiva interferiu de tal modo na gestão do Instituto Butantã, criado no mesmo contexto do Instituto Oswaldo Cruz, que acabou por provocar o afastamento de Vital Brazil e por se envolver em intensa contenda com Carlos Chagas, então diretor do Instituto Oswaldo Cruz. A disputa, além de comercial, era pela herança simbólica de Oswaldo Cruz. Foi enquanto diretor do Serviço Sanitário de São Paulo que Neiva estreitou suas relações com intelectuais e políticos do estado. Ele passou a defender uma concepção de nação bastante refratada pelo nativismo paulista, sendo atribuída a ele a célebre frase que identifica São Paulo como a locomotiva que arrasta as outras unidades da federação.<sup>24</sup>

O Código Sanitário Rural de Arthur Neiva foi saudado com entusiasmo por Monteiro Lobato que viu na obra de Arthur Neiva a construção do alicerce da higiene (LOBATO, 1918: 175). Ao levar adiante campanha contra doenças como malária, ancilostomíase e tracoma em São Paulo, Neiva punha em prática o ideal de combater os males que segundo o relatório Neiva-Penna de 1916 eram os responsáveis pelo atraso e inércia das populações rurais. Sendo assim, o Código Sanitário Rural foi essencial para evidenciar a necessidade de extensão dos serviços de saúde para além das grandes cidades.

Para Belisário Pena, foi o primeiro código “a incorporar sob a forma de lei”, em sua versão mais integral, os postulados do saneamento rural (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993: 96), pois ao consolidarem os serviços públicos de saúde e tendo como meta principal o saneamento de São Paulo, os articuladores das ações sanitárias olhavam não somente para os problemas locais, mas interagiam constantemente com outros centros científicos e sanitários e queriam, ao mesmo tempo, ser notados e reconhecidos.

---

<sup>24</sup> Foi nesse período que Arthur Neiva se integrou à rede de intelectuais que gravitavam em torno do diretor do jornal O Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho. Reunindo-se com frequência nas redações do periódico, estes intelectuais ficaram conhecidos como o “grupo do Estado”. No item 1.5 aprofundarei na rede de sociabilidade intelectual.

O Código Sanitário Rural de 1917 contribuiu para o início do combate à ancilostomose em várias zonas do Estado através do serviço sanitário (RIBEIRO, 1991). Foram garantidas as visitas sanitárias às fazendas e distribuição pelo inspetor sanitário de quinino e medicamentos contra ancilostomíase e malária. O código proibiu a utilização das fezes humanas como adubo, a defecação nas proximidades das habitações e das águas de abastecimento, junto aos mananciais. Instituiu a obrigatoriedade do uso de calçados por parte dos trabalhadores e de todos os habitantes das zonas rurais. Além disso, viabilizou a campanha antipalúdica com a adesão de autoridades estaduais e municipais e proprietários de terras, fazendas, companhias:

Em todas as fazendas e estabelecimentos agrícolas deveriam ser afixadas instruções de higiene no trabalho, elaboradas pelo Serviço Sanitário. As construções de casas de colonos e de vilas rurais poderiam ser feitas somente em terrenos elevados e estavam proibidas as coberturas de sapé, de capim e os rebocos de saibro e de barro (...). Ficavam proibidas as habitações comuns entre animais e homens (...). A água para o abastecimento das colônias deveria ter seus mananciais protegidos (RIBEIRO, 1991: 235).

Em 2 de dezembro de 1917, foi inaugurado o 1º posto na cidade de Iguape, onde, simultaneamente se fez a profilaxia contra a malária. Com a missão de interiorizar a saúde, Arthur Neiva priorizou os serviços voltados para as doenças endêmicas (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993:96). Em 30 de junho de 1918, os trabalhos findaram-se, com o saneamento das zonas mais insalubres de São Paulo. Os postos que concluíram serviços: Iguapé, Tremembé, S. Bernardo, Campo Grande (Santos), Cosmópolis, Instituto Disciplinar e Santo Amaro:

Saneamento do país: agora que a ciência médica já conhece os meios de combater os males que devastam a nossa população, empenhemos conjuntamente todos os esforços para convencer os poderes públicos da necessidade de sanear a nossa terra<sup>25</sup>.

Através dos serviços de profilaxia nas áreas rurais, o poder público estadual pôde ampliar as suas ações nas fazendas. O serviço incluía medidas contra a malária, a

---

<sup>25</sup> Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. AN.FC ST 02 – 05/ 1916 – 05/1920. Fundo Arthur Neiva, Departamento de Arquivo e Documentação DAD - Fundação Casa de Oswaldo Cruz.

ancilostomíase e o tracoma, de elevada incidência entre os imigrantes. Além disso, Arthur Neiva determinou que o Instituto Butantã realizasse, em caráter de urgência, os estudos para o desenvolvimento de uma vacina contra a gripe espanhola.

A reorganização do Serviço Sanitário de São Paulo significou a retomada, pelo poder central do Estado, dos encargos que haviam sido destinados aos municípios (BENCHIMOL; TEIXEIRA, 1993). Em 1906, foram registrados “442 a 448 óbitos por ancilostomíase no interior, e 16 na Capital por óbitos de doentes vindo do interior para se tratarem. No ano seguinte, o número de óbitos no interior se eleva para 523” (RIBEIRO, 1991: 223). A recuperação da população rural para o mercado de trabalho no campo foi premissa para a elaboração do Código Sanitário Rural e a entrada da Fundação Rockefeller em São Paulo (RIBEIRO, 1991).

Em 1913, foi criada a Fundação Rockefeller nos Estados Unidos, em Nova Iorque, com a finalidade de lutar contra as doenças no continente do continente americano (CUETO, 1994; MAGALHÃES, 2016). De acordo com Rodrigo Magalhães (2016), os primeiros alvos de sua intervenção sanitária da Rockefeller no continente foram: a ancilostomíase, a malária e a febre amarela. Nesse contexto, Arthur Neiva firmou em 1916 o primeiro acordo com a Fundação Rockefeller, com a qual dividiu as tarefas de ações de saúde no combate a doenças como tracoma e ancilostomíase, em um investimento importante para profilaxia rural. Esse acordo contribuiu para o desenvolvimento dos serviços sanitários de São Paulo sem a participação do governo federal, reforçando certa autonomia do Estado na área da saúde. A Fundação Rockefeller contribuiu com recursos técnicos, financeiros, com a formação de médicos sanitaristas e com a instalação da cadeira de higiene na Faculdade Paulista de Medicina (HOCHMAN, 1998: 236).

Na década de 1920, a fundação filantrópica norte-americana atuou de modo decisivo na implementação de ações voltadas para a saúde pública no Brasil (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009). Em relação a isso, é interessante a opinião de Lobato em carta enviada em a Neiva em 10 de abril de 1928 durante a sua estadia nos Estados Unidos. O literato ironiza a

imagem da Fundação Rockefeller: “banca o benfeitor do mundo, mas não é nada disso. Tudo é mentira, exagero”<sup>26</sup>.

No Brasil, a Fundação Rockefeller contribuiu para o desenvolvimento do campo que surgia como a “ciência sanitária”, tanto em São Paulo como de modo geral em todo o país. Assim, contribuiu com recursos humanos e financeiros (FARIA, 2006), valorizando o trabalho de saúde pública:

O governo paulista negociou um acordo, no qual ficou estabelecido, segundo o Diretor do Serviço Sanitário, Dr. Arthur Neiva, que as duas comissões – a da Rockefeller e a do Serviço Sanitário desenvolveriam seus trabalhos de profilaxia da malária e da ancilostomíase independentemente, em zonas diferentes do Estado de São Paulo (RIBEIRO, 1991: 230).

O Código Rural criado por Arthur Neiva foi um sucesso de tal maneira que serviu de modelo para reformulação da área sanitária de todo o Estado. Em 1918, conforme Ivomar Gomes Duarte (2009), o Código Sanitário do Estado de São Paulo foi amplamente discutido e emendado no Congresso Legislativo do Estado, o que resultou da incorporação das demandas sociais e das reivindicações dos movimentos grevistas<sup>27</sup> do ano anterior. Assim, o código estadual de 1918 adotou os dispositivos do código sanitário rural, a legislação de referência que reorganizou o Serviço Sanitário do Estado no final de 1917.

Nas primeiras décadas do século XX, não existia no Brasil uma legislação específica para as relações trabalhistas. O Código Sanitário do Estado de São Paulo constituía-se numa das poucas referências legais nessa área (DUARTE, 2009). Por isso, tal condição já se fazia presente desde o primeiro Código Sanitário, datado de 1894, e implantado pelo decreto nº 233 de 2 de março de 1894, composto de 520 artigos, o qual regulava: “aspectos referentes às condições sanitárias das moradias, cortiços e hotéis; das condições do ambiente de trabalho, do trabalho noturno e infantil; das escolas, teatros e do lazer; do abastecimento e da produção de alimentos; do esgoto e das águas; do atendimento a saúde, entre outros” (DUARTE, 2009). É imprescindível mencionar que a expansão das ações sanitárias às áreas rurais também se relacionou com os interesses das elites agrárias (CASTRO SANTOS, 1985). Para os

---

<sup>26</sup> Carta de Lobato a Neiva de 10/04/1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>27</sup> Período de greve de trabalhadores da indústria e do comércio brasileiro por maiores salários ocorrida em julho de 1917, em São Paulo, e promovida por organizações operárias anarquistas ligadas à imprensa libertária.

fazendeiros, os serviços sanitários significavam a possibilidade de melhora dos trabalhadores doentes e, ao mesmo tempo, de promover uma imagem positiva de São Paulo para os imigrantes europeus.

Em 1919, Neiva tornou-se chefe de serviço do Instituto Oswaldo Cruz (como o Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos passou a ser denominado em 1908) e, um ano depois, foi para o Japão a convite do Instituto Kitasato, para realizar conferências sobre o desenvolvimento da medicina e higiene no Brasil. De volta ao Brasil, em 1923, licenciou-se de Manguinhos para dirigir o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a mais longeva e tradicional instituição de história natural no Brasil. Tomou uma série de medidas importantes tais como a criação do *Boletim do Museu Nacional*, imprimiu materiais de divulgação da fauna e da flora brasileira para distribuir às escolas, publicou números da *Fauna Brasiliense* e dos *Archivos do Museu*. Apoiou expedições científicas, a retomada das pesquisas paleontológicas em Lagoa Santa – MG e, entre outras iniciativas, criou um horto de plantas medicinais (BORGMEIER, 1940:9). Ações que atestam sua vocação como organizador de instituições, além do comprometimento com a divulgação do conhecimento científico e a missão pública do homem de ciências.

Durante a gestão do Museu Nacional, Arthur Neiva foi convidado pelo governo de São Paulo a orientar e dirigir os serviços de combate à praga nos cafezais (SILVA, 2006). Em maio de 1924, o estado de São Paulo enfrentava uma crise fitossanitária instaurada pela broca-do-café. A praga assolou os cafezais da região de Campinas, com posterior alastramento por todo o estado de São Paulo (RIBEIRO, 1997; SILVA, 2006). Arthur Neiva e o entomólogo Ângelo Moreira da Costa Lima identificaram o inseto responsável pela praga e elaboraram um plano de combate à broca, com base nas características biológicas de seu agente. Devido à gravidade do caso e ao risco de alastramento da praga, o governo de São Paulo compôs uma comissão científica, a Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira, cuja direção foi entregue a Neiva, e composta pelo agrônomo e silvicultor Edmundo Navarro de Andrade e por Adalberto Queiroz Telles.

Arthur Neiva trabalhou na campanha contra a broca com o método de catação dos grãos e detritos de café após a colheita (RIBEIRO, 1997; SILVA, 2006). Conseguiu levar à frente a campanha contra a broca e obteve resultados positivos. O amparo do governo do

Estado na campanha pôde ser visto através de leis que puniam aqueles que não observassem as medidas de combate à praga, preconizadas pela Comissão. É imprescindível aqui a relação de Arthur Neiva com o Estado de São Paulo e a sua defesa da paulistanidade.

A criação do Instituto Biológico foi consequência do estado de crise instaurada pela broca-do-café em maio de 1924. Cabe ressaltar que a campanha contra a broca teve ampla campanha de divulgação científica. Além de cartilhas para escolas rurais, cartazes ilustrados e filme, a campanha de divulgação incluiu informes regulares nos principais jornais paulistas, em coluna intitulada “A Broca do Café”, cujo conteúdo foi elaborado pelo próprio Arthur Neiva (SILVA, 2006).

Uma das características da campanha contra a broca-do-café foram medidas que previram o controle de pessoas pelas estradas de ferro e a intervenção local. Isso ocorreu em grande medida devido às experiências anteriores de Neiva, cuja trajetória profissional se iniciara no Serviço de Profilaxia da Febre Amarela orientado por Oswaldo Cruz, tendo em seguida dirigido duas importantes campanhas contra a malária: em 1907 e 1908 em Xerém, na Baixada Fluminense e, um ano depois, durante a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e na zona cafeeicultora de São Paulo (BORGMEIER, 1940).

A campanha de combate à broca levou à realização de “antiga aspiração” da lavoura paulista de fundar uma instituição científica para cuidar da defesa fitossanitária do produto basilar da economia nacional (SILVA, 2006). A motivação econômica foi determinante, mas a “nova instituição deveu-se a outros fatores, como a pretensão das elites paulistas de aliar à pujança econômica de São Paulo o reconhecimento nos terrenos cultural e científico”. O Rio de Janeiro, enquanto capital federal abrigava a instituição científica reconhecida como modelar, e não é fortuito que Arthur Neiva tenha sido chamado para dirigir o novo estabelecimento de São Paulo. A tradição que desejavam implantar lá se vinculava assim diretamente ao legado científico de Oswaldo Cruz, considerado o patrono da ciência brasileira.

A broca-do-café foi a responsável pela instauração de um vigoroso aparato de pesquisa em São Paulo<sup>28</sup>, e fomentou a implementação de métodos pioneiros de combate a pragas (SILVA, 2006). Assumindo posteriormente amplitude nacional, foi um marco crucial na institucionalização da pesquisa agrícola no Brasil e na promoção da entomologia econômica como campo autônomo de estudos, ganhando espaços institucionais próprios. Arthur Neiva teve uma carreira prodigiosa como gestor e cientista de instituições nacionais. Em sua carta enviada a Lobato ele expressa bem esse perfil de homem de ação:

Meu caro Dr. Monteiro Lobato,  
Boas Festas,

Juntamente com esta lhe remeto o arsenal imprescindível à vitória, cuja utilidade praticamente o sr. verificará, caso queira se utilizar de armas tão decisivas. Começa-se cravando o menor prego no cérebro, o que obriga a pessoa a preocupar-se com o assunto que necessita empolgar toda nossa atenção. Ao cabo de alguns dias, com a multidão de afazeres e o redemoinho contínuo que é a vida atual, sobrevém a anestesia e surge então a imperiosa necessidade de substituição do prego pequeno por outro maior e assim seguidamente, até que a ideia triunfe. Às vezes, há necessidade de se percorrer a escala toda, mas o que é certo é que, quando se chega ao último, a ideia já tomou corpo e se avolumou tanto e se torna tão palpável e tangível que não há nada mais que obste a sua realização prática. Vou para o Rio, levando do amigo as mais gratas recordações e como temos combinado uma ação conjunta e receando que possa se olvidar da ideia que junto abraçamos, e que lhe envio, como lembrança afetuosa, os ingredientes imprescindíveis a execução prática daquilo que planejamos. Experimente, e verá quão eficiente é o material que lhe remeto. E, sem mais, receba um abraço de quem, saudoso, se despede como amigo e admirador.<sup>29</sup>

#### **1.4 Intelectuais, ciência e rede de sociabilidade na Primeira República: a construção da identidade paulista.**

Por meio do jornalismo e da literatura, principalmente, buscou-se construir a imagem de São Paulo como um grande estado, herdeiro de uma tradição nobre, com um povo valoroso

---

<sup>28</sup> O resultado positivo da campanha da broca do café impulsionou posteriormente a criação do Instituto Biológico de São Paulo, com desdobramento a Estação Experimental de Plantas Sacarinas e Oleaginosas, voltada, entre outros objetivos, para estudo das variedades de cana a introduzir no país.

<sup>29</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 28/12/1918. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

e que tinha na produção cafeeira sua grande realização. A expressão paulistanidade se refere a um conjunto de ideias e representações sociais que demarcam também as expectativas de um grupo que pretendeu afirmar a supremacia paulista. A ideia está relacionada à necessidade de modernização nacional através de transformações no campo político brasileiro que possibilitassem o progresso econômico do país tendo como referência a “realidade” paulista e as características “modernas” presentes em São Paulo. O regionalismo paulista fez parte do cenário de construção dos elementos da identidade nacional. Por isso, é importante mencionar a relação entre o grupo d’*O Estado de São Paulo* e o debate dos intelectuais na Primeira República (MOTA, 2012).

A ideologia bandeirante atribui os elementos da nacionalidade exclusivamente aos paulistas, tais como fronteiras definidas, conquista da soberania política, feitos históricos gloriosos, habitantes dotados de traços étnicos específicos, posse de uma língua e de uma cultura própria. Durante a Primeira República, o estado de São Paulo representava o paradigma de modernidade e progresso. Em 1924, enquanto estava na direção do Museu Nacional, Arthur Neiva partilhou as suas angústias em relação à burocracia do Rio de Janeiro. Com entusiasmo escreve a mudança do centro político para São Paulo, e a questão da mudança ortográfica em contraposição aos editores portugueses:

O centro nacional desloca-se para São Paulo em tudo, incluindo letras bancárias e outras. A nacionalização literária vai começar com este movimento e eliminar os editores portugueses que nos querem impingir a ortografia lusitana cujo resultado foi espanholizar a língua sem terem levado em consideração a variante brasileira criada pelo Jeca.<sup>30</sup>

A paulistanidade é um conceito norteador para explicar a configuração dos integrantes da rede de sociabilidade intelectual na qual Monteiro Lobato e Arthur Neiva estavam inseridos. A justificativa consiste na memória construída em torno dos heróis bandeirantes como os responsáveis pelo alargamento e consolidação do território, e na relação com uma perspectiva de identidade nacional que passava por atribuir a São Paulo a condição de epicentro do Brasil:

---

<sup>30</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 01/02/1924. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Em tudo há uma compensação e eu para desforrar-me do meu erro de mau profeta sou obrigado, aos 50 anos, a voltar a minha situação mental de adolescente, a sonhar com uma grande pátria, poderosa, rica e magnífica. Nos meus devaneios, consequência talvez do *bahianismo*, procuro adivinhar a grande pátria da qual devia ser eu contemporâneo, segundo meu vaticínio, para os dias dos meus netos e assim envolto pela fantasia, vou me enchendo de falazes esperanças, deixando-me opiar, afim de que o sonho seja cada vez melhor e possa fugir da dura e penosa realidade. Fora de São Paulo, meu caro Lobato, o Brasil todo é uma pitoresca pilhéria<sup>31</sup>

No final do século XIX temos as primeiras tentativas de organização dos escritores e intelectuais paulistas em uma instituição de formato regional. Em 1885, sob a liderança de João Mendes de Almeida, foi fundada a Sociedade de Homens de Letras (FERREIRA, 2002: 246). Nesse período, a Faculdade de Direito, o Museu Paulista, os ginásios e salas do poder estadual representavam locais de convívio e integração dos letrados “bem-situados socialmente”,

As repúblicas, uma tradição que remontava ao nascimento do curso de Direito do Largo São Francisco, atraíram, ainda no começo do atual século, muitos daqueles vindos do interior ou de outros Estados (...). Uma das mais famosas delas era a do Minarete, que reuniu desde 1902 o grupo Cenáculo, sob a liderança de Monteiro Lobato. (FERREIRA, 2002: 247).

Segundo Ferreira (2002), os cafés, os ateliês de artistas e as livrarias formavam pontos de encontro do debate literário e da polêmica política. Os locais de permanente agitação literária eram as salas de redação dos jornais como *O Estado de S. Paulo*, o *Correio Paulistano*, a *Plateia*, *A Gazeta*, o *Diário Popular*, A Academia Paulista de Letras, ou as casas editoras, a exemplo da *Revista do Brasil* e da Cia Monteiro Lobato (FERREIRA, 2002: 249), onde se arquitetou a formação de um grupo paulista, às vésperas da Semana de Arte Moderna (LEITE, 1996: 59-61 *apud* FERREIRA, 2002). Muito embora fossem frequentados por aspirantes à consagração no pequeno mundo das letras, tais ambientes não eram espaços de segurança institucional. Alguns intelectuais trataram de buscar alternativas para o fortalecimento do grupo. Uma delas foi a Sociedade dos Autores, criada em 1917 sob direção de Amadeu Amaral, Vicente de Carvalho, Armando Prado e outros, com a finalidade de defender os direitos autorais.

---

<sup>31</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 30/06/1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

No início do século XX, entre os intelectuais paulistas, era desejo restabelecer uma memória e identificação cultural a partir do recorte do sertanejo. Para Ferreira (2002), a república paulista das letras buscava novos conteúdos simbólicos e respostas utópicas. Nos anos 1920, a estrutura da sociedade paulista modificara: “a aristocracia, que sedimentara toda uma ordem sociopolítica e um modelo integrado de representação da história regional sob sua tutela, via-se desafiada pela aparição de novos componentes sociais com suas inevitáveis demandas de poder e identidade” (FERREIRA, 2002: 269).

Os impactos da Primeira Guerra (1914-1918) na América Latina endossaram a crise de paradigma de identidade cultural no Brasil. O colapso dos grandes impérios multinacionais e a Revolução Russa em 1917 (HOBSBAWN, 1987), marcou o início das críticas ao eurocentrismo e o fomento do nacionalismo na América Latina. Os milhares de mortes, a destruição das cidades, a instabilidade econômica e política do pós-guerra proporcionaram as críticas ao Velho Mundo: a Europa. Conforme Lucien Febvre (2001), o modelo de civilização proveniente somente da Europa, imaginada como lugar de progresso, ciência, modernidade, racionalismo e ordem, tornou-se obsoleto. Sendo assim, a recusa da língua francesa, a arquitetura clássica e a literatura romântica foram sinais da mudança de mentalidade entre os intelectuais.

Os impactos da primeira guerra mundial não atingiram somente a construção da identidade nacional na América Latina (SANTIGO, 2006). As questões de saúde e imigração foram discutidas devido às calamidades sanitárias, o crescimento industrial e o grande contingente de imigrantes europeus. A virada do século XX no Brasil é assinalada pela busca dos intelectuais pela autêntica nacionalidade, momento em que o país se transformara num verdadeiro laboratório de reformas, ideias e projetos. Temas como a questão racial, a educação e o recrutamento militar entrecruzavam-se na perspectiva de identificar as mazelas e as chances de “regeneração” do país (ALMEIDA, 2005).

A partir da crise de paradigma cultural, os intelectuais latinos compreenderam novas possibilidades de escrita e representação sobre a nação. Não é por acaso que, no mesmo período, temos no Brasil a construção do regionalismo e a valorização do interior como ícone de brasilidade partindo do imaginário do sertanejo paulista.

Para Maria Alice Ribeiro (1991), a semana de Arte Moderna foi fundamental para o processo de construção da personalidade cultural de São Paulo<sup>32</sup>. O estado foi o epicentro da Semana de Arte Moderna no Brasil, que sacudiu os alicerces da tradição letrada nacional. Um movimento catalisador da nova literatura, coordenando, graças ao seu dinamismo e à ousadia de alguns protagonistas, as tendências mais vivas, capazes de renovação, na poesia, no ensaio, na música, nas artes plásticas (SANTIAGO, 2006). Inclusive foi na Semana de Arte Moderna em 1922 que Monteiro Lobato ficou conhecido pelas críticas de seu artigo “Paranoia ou Mistificação”, texto publicado em 20 de dezembro de 1917 sobre o trabalho da artista Anita Malfatti<sup>33</sup>.

No ensejo de uma renovação literária, Monteiro Lobato criticou o bacharelismo no sentido de romper com a tradição portuguesa e francesa (LEAL, 2017). Do mesmo modo, Arthur Neiva também contestou a cultura bacharelesca impregnada de imaginação romântica e fantasiosa distante da realidade nacional.

Os primeiros contos lobatianos promoveram uma escrita nacional com características regionais, sem intenção de enaltecer a cultura europeia. Escreveu severas críticas à imitação dos modelos franceses e à falta de patriotismo cultural do brasileiro. Com essa ação o literato almejava criar novas referências nacionais que pudessem abarcar o momento de transformação dos diversos setores da sociedade brasileira.

Monteiro Lobato era um modernista “conservador” em relação aos seus contemporâneos, embora estivesse inserido na rede de sociabilidade intelectual e engajado nos assuntos norteadores da nação. Era moderno por criticar a arte francesa e defender uma identidade nacional artística (LEAL, 2017), ao mesmo tempo em que não via com bons olhos o que aclamavam de “arte cubista ou futurista”. Segundo o literato, a arte de Anita Malfatti era ramo da arte caricatural que não visava ressaltar uma ideia, mas desnorrear e atordoar o espectador:

---

<sup>32</sup> A Semana de Arte Moderna, evento que ocorreu no Teatro Municipal de São Paulo entre 11 e 18 de fevereiro de 1922. Para Maria Alice Ribeiro (1991): “A Semana de Arte Moderna, com toda a sua iconoclastia, só poderia surgir e ser realizada em solo paulistano. Os ventos das renovações e das rupturas só provam mais fortes nas terras paulistas do que nas cariocas (...). Não é de se estranhar que enquanto no Rio de Janeiro, em 1922, se realizava a Exposição Internacional do Centenário da Independência, em São Paulo acontecia um movimento de ruptura das imagens bem comportado de país tropical e europeizado” (RIBEIRO, 1991: 255).

<sup>33</sup> Paranoia ou Mistificação. MAC USP. Disponível em:

<<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/educativo/paranoia.html>>. Acesso em 28 de janeiro de 2020.

A única diferença reside em que nos manicômios essa arte é sincero produto lógico dos cérebros transtornados pelas mais estranhas psicoses (...) não há sinceridade nenhuma, nem nenhuma lógica, sendo tudo mistificação pura (...) Para que sintamos de maneira diversa, cubista ou futurista, é forçoso ou que a harmonia do universo sofra completa alteração, ou que o nosso cérebro esteja em desarranjo por virtude de algum grave destempero (...) Estas considerações são provocadas pela exposição da Sra. Malfatti, onde se notam acentuadíssimas tendências para uma atitude estética forçada no sentido das extravagâncias de Picasso & Cia (LOBATO, 1955: 60- 61).

A partir dos ideais de paulistanidade, o sertanejo descendente do bandeirante seria o braço trabalhador da nação e o intelectual paulista o propagador dos ideais políticos e culturais do Brasil. São Paulo detinha as economias industrial e agrária mais prósperas da nação, bem como as tendências culturais mais inovadoras. São Paulo estaria sempre na “vanguarda” da marcha brasileira para a modernidade (BAPTISTA, 1934: 347 *apud* WEINSTEIN, 2003: 287).

O regionalismo é o elemento que surge como mediação necessária para se atingir a nacionalidade, o que garantiria a inserção do país na modernidade e no quadro internacional (MOTA, 2012). Dessa forma, com o intuito de resgatar os traços definidores da identidade nacional, a figura do caipira é eleita por Monteiro Lobato como este símbolo definidor; o Jeca Tatu é lido como a “essência” da nacionalidade para os intelectuais do início de XX.

A pesquisa de Ferreira (2002) é fundamental para a análise entre a identidade regional a qual chamamos de “paulistanidade” e o discurso dos intelectuais na literatura e história, o que nos ajuda a responder o que significa ser paulista para os intelectuais entre 1870 e 1940. Ferreira (2002) ressalta que no âmbito da literatura, a figura do sertanejo paulista materializava o bandeirante e por isso estava no centro de análise da formação da nacionalidade brasileira. No romance, a interpretação histórica partia ainda da memória dos emboabas: “os paulistas tiveram um lugar proeminente, dilatando o território, descobrindo riquezas, criando instituições e formas culturais próprias, lançando as bases” (FERREIRA, 2002: 183). São Paulo era o palco de formação da nação devido ao culto à memória de um passado heroico dos bandeirantes<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Vale mencionar que, esse heroísmo é posto em xeque no final da Primeira República com a cisão das oligárquicas estaduais. O fim do liberalismo paulista na década de 1930 provocou o sentimento de derrota para o estado São Paulo.

Segundo Sá (2006), o Rio de Janeiro na condição de centro político do país, “teria tido a obrigação de se apresentar como fachada de um Brasil civilizado; o que levava os seus intelectuais, os autoencarregados da epopeia civilizatória, a se converterem em imitares da cultura europeia, desprezando o Brasil e a verdadeira base social” (SÁ, 2006: 29). Enquanto os paulistas seriam os responsáveis pela criatividade cultural dita como intelectuais carregados de importar as ideias e exportar a boa imagem do país, Monteiro Lobato, em carta, condena o Rio de Janeiro por ter sido a capital do Brasil durante a colonização e centro do império português: “Todos os males do Brasil vem do Rio, o monstruoso cancro que tudo devora e corrompe. Já reparou que o Rio é um caso espantoso de parasitismo?”<sup>35</sup>

É uma geração marcada pela “indissolubilidade entre produção intelectual e a reflexão política em todo período” (SÁ, 2006: 38). Nesse sentido, Arthur Neiva contribuiu para a imagem sintética do ufanismo paulista mobilizada por um sentimento identitário regional (FERREIRA, 2002). O cientista correspondeu aos anseios da sociedade paulista, e forneceu inclusive entusiasmo intelectual ao modo como ela representava a si mesma perante a nação. Assim como Lobato, Neiva critica o passado lusitano e culpa esse fato pelo atraso científico do Brasil:

A ciência é tudo no Brasil, porém, há ainda quem acredite muito mais no maravilhoso. A herança portuguesa criou um depósito de chumbo nas células cerebrais dos seus descendentes, em geral somos burros de nascença e burros morremos. O Brasil é o robusto filho de Portugal e poderá mudar seu nome com justiça para o de Portugalão<sup>36</sup>.

A relação de amizade e a admiração profissional entre Lobato e Neiva estabeleceram-se a partir do engajamento de ambos nos debates sobre a “questão nacional”, nos quais reconheciam a preeminência de São Paulo como modelo de uma nação avançada e das possibilidades para o Brasil, ao passo que identificavam o Rio de Janeiro, então capital da República, como sede do atraso, da burocracia ineficiente e emperrada, legada pela administração colonial lusitana,

Rio, 8 de marco, 1935.

---

<sup>35</sup> Carta de Lobato a Neiva de 12/11/1923. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>36</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 21 de dezembro de 1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Algumas linhas apenas. Providencie segundo me escreveu. Estou a espera de informes, o que alcançar imediatamente lhe transmitirei.  
 O Fonseca Costa<sup>37</sup> esta em Petrópolis veraneando. O carnaval, a única coisa seria destes cariocas, absorveu todas as atividades durante algum tempo. O calor aqui esta de entorpecer. Quando abrandar não se esqueça de vir por estas paragens e então mataremos saudades conversando longamente.  
 Abraços do amigo.<sup>38</sup>

A expressão divulgada no jornal *A Gazeta* em notícia sobre a população e povoamento da cidade de São Paulo, título de artigo de periódico sob a guarda do acervo Ernani Silva do Instituto de Estudos Brasil (USP), reverbera o pensamento regionalista paulista: “São Paulo é fruto do esforço de muitas raças e de homens poderosos e humildes” (A GAZETA, 1966)<sup>39</sup>.

Os missivistas são intelectuais envolvidos com uma missão pública; ambos são homens de ação engajados em resolver ou aplicar fórmulas para as demandas nacionais, como no fragmento da carta com uma fórmula química para a resolução do problema da siderurgia no país: “Ao Arthur Neiva Filho oferece Monteiro Lobato esta maravilhosa fórmula onde esta uma solução perfeita de todos os problemas nacionais, pela solução fundamental do problema siderúrgico”<sup>40</sup>. É atribuída a Neiva a célebre frase: “São Paulo é a locomotiva que arrasta vinte vagões, constituídos pelos estados, e cujos passageiros bramam e reclamam da máquina, quando esta solicita dos poderes combustíveis para arrastar o trem pesadíssimo que ela, a arfar, vai puxando em rampa forte” (BORGMEIER, 1940: 74). Visto isso, embora Arthur Neiva tivesse a origem baiana, a sua postura nas correspondências, assim como na sua produção intelectual expressava adesão aos ideais da paulistanidade. Partindo desse princípio,

---

<sup>37</sup> Ernesto Lopes da Fonseca Costa formou-se engenheiro geógrafo e engenheiro civil em 1913, pela Escola Politécnica, atual Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1928 tornou-se professor catedrático de Metalurgia da mesma Escola. Foi também professor da Pontifícia Universidade Católica e do Instituto Militar de Engenharia – então Escola Técnica do Exército. Foi diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, participou da Diretoria Geral de Pesquisas Científica do Ministério da Agricultura dirigida por Arthur Neiva (1880-1943), com a denominação de Instituto de Tecnologia. Fonte: Ernesto Lopes da Fonseca Costa, *O Instituto Nacional de Tecnologia e seus Fins*, Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Instituto Nacional de Tecnologia, 1934.

<sup>38</sup> Carta de Neiva para Lobato de 08/04/1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>39</sup> A GAZETA, São Paulo, 1966. Acervo Ernani Silva Bruno. ESB (25) 1- 1468. Nesse fundo encontram-se os artigos publicados por Neiva no jornal Estado de São Paulo.

<sup>40</sup> Carta de Neiva para Lobato de 08/04/1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

na correspondência abaixo Arthur Neiva compartilha com Lobato o sentimento de infelicidade pela condição submetida ao intelectual brasileiro:

Rio 11 de julho de 1935.

Meu caro Lobato,

Recebi um livro e a carta com a mudança de endereço, faço votos para que aproveite sua estadia em campos do Jordão.

Que drama é a vida dos homens de inteligência e visão e que tiveram a infelicidade de nascer neste país. Faço estas reflexões lembrando-me do amigo e também de mim mesmo (...). Parece incrível isso que vou dizer. No Brasil há momentos em que o individuo sente ter descendência, no entanto, nos sabemos o infinito de doçura que isso e de amor que nos proporcionam os filhos (...). Brasil, pobre coisa, por mim quer o desvario, mas cujo futuro desgraçadamente vejo mais negro possível. E neste instante mesmo em que lhe escrevo, vou me recordando de todas suas atividades, sua revista brasileira, querendo dizer coisas oriundas de todo o Brasil imenso, narrando os fatos de cabo frio, a vida da gente que vende cocos na Paraíba, o norte, o sul, o sertão, e o litoral, a linguagem da nossa gente e o profundo amor que sempre teve pelo Geca, obra sua, e a melhor coisa deste país, como disse de uma feita, quando quis redimir numa campanha formidável de elevação e beleza. E no andar em que vamos não me iludo, o Brasil perecerá, o Brasil se desmembrará. Sarmiento<sup>41</sup> acabara tendo razão.

E não imagina como me emociono ao verificar que isto vai ser assim, talvez eu não assista, terei ido antes, o que será um consolo, mas os homens não veem, a estupidez que impermeabiliza os cérebros desta gente, quebra a ponta dos mais acerados argumentos e não se dão conta de que o Brasil já e praticamente uma colônia e que per capita a nação que dobra de 30 em 30 anos a sua população, que fica anualmente cada vez mais pobre, enquanto anualmente alguns mandarins ficam cada vez mais ricos. Depois, os problemas para os que se desmembrarem serão tristemente os mesmos. Qualquer força organizada, que nos orçarmos, reproduzira, se tal ocorrer, entre os pedaços desmembrados a história eterna do nosso exército com os seus surtos salvadores e politiqueiros, absorvendo as maiores rendas para eles, resolvendo acima de tudo o problema pessoal deles, e seus afins.

E aqueles que fazem parte do ciclo luso-brasileiro tem que sofrer com os mesmos transe porque passaram os nossos indícios espojados de tudo e olhados com alguma simpatia por alguns por muito admirados e por algum Rodom maníaco que procurou revelar somente as qualidades da nossa gente esquecendo muitos os defeitos (...). Recorda se meu bom amigo da fobia que sempre tive pela burocracia e aos 55 anos de experiência administrativa em nosso país lutando contra ela, eu só vi este percevejo, que qualquer grande urso poderia esmagar, crescer cada vez mais e hoje atingir as dimensões de um grande urso tendo a força deste.

---

<sup>41</sup> Intelectual argentino, Domingo Faustino Sarmiento Albarracín, autor da obra "Facundo o Civilización Barbarie"(1845).

Somos 10 na comissão, cinco deputados e cinco nomeados pelo governo. A maioria porque vive no Rio, supõe um país rico, e generaliza para todos os habitantes da china sul-americana, a indumentária que está revestido, o bem-estar de que frio nas capitais e bom, e dos amazonas ao rio grande, colocando problema generalizando para o todo o país e seus habitantes, a situação pessoal e m que se encontra. Dependesse de mim, é São Paulo que dirigia o Brasil durante 50 anos. Pensei sempre assim que certa feita desse é um amigo rio-grandense, Ernani Lopes, na Argentina, que me recordo depois de encartar esta acessão (...)<sup>42</sup>

Na carta enviada pelo cientista Arthur Neiva à Monteiro Lobato, Neiva expressa o sentimento de infelicidade pela conjuntura política brasileira. Segundo Neiva, não há valorização dos homens de ciência no Brasil, tampouco um plano de carreira ou possibilidade de melhoria. O drama dos missivistas é a solidão do ser intelectual no Brasil, a desgraça de viver numa ilusão de um progresso inviável para a nação. Ele se demonstra abatido pelo fracasso de aplicação dos projetos nacionais, e por isso sua previsão sobre é o futuro fatalista: “o Brasil perecerá”.

Neiva recorda nostalgicamente as atividades de Monteiro Lobato na *Revista do Brasil*, e a função do periódico de narrar distintas realidades do país: do litoral ao interior do Jeca Tatu. Com o mesmo pesar, ele recorda a sua trajetória na burocracia e a experiência administrativa nas instituições brasileiras. Em contraposição a seu trabalho, o cientista critica a tutela do Exército no Brasil, os “surto” salvadores cuja finalidade é adquirir poder político e rendas pessoais.

Em meio a tanto derrotismo e tristeza no pensamento do cientista, o estado de São Paulo é posto como a salvação nacional: “Dependesse de mim, é São Paulo que dirigia o Brasil durante 50 anos.” No livro *Ideias de Jeca Tatu (1919)* Lobato faz uma afirmação que vai ao encontro com o que Neiva propõe como solução para o progresso brasileiro: “Cito, para exemplificar, que em S. Paulo que é um lugar onde a civilização no Brasil atingiu maior desenvolvimento”<sup>43</sup>. Por essa chave interpretativa, para os intelectuais São Paulo era o epicentro do progresso do país:

<sup>42</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 11/06/1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>43</sup> LOBATO, Monteiro. *Idéias de Jéca Tatu*. Brasiliense, São Paulo, 1919.

Nós somos uma volumosa melancia que nem de vez está. Se formos transplantados não poderemos reproduzir, por falta de amadurecimento, a bojuda cucurbitácea que simbolizamos. Não valeria mais sermos o minúsculo fruto da mostarda, inteiramente amadurecido, mas capaz de se multiplicar com todas as características da espécie que pertencemos? (..) Fora de São Paulo, meu caro Lobato, o Brasil todo é uma pitoresca pilhéria (...) O Instituto Biológico vai bem e com grandes autoridades científicas, tendo mandado para o prelo os primeiros originais do 2º volume dos Archivos<sup>44</sup>.

Consoante Bárbara Weinstein (2003), São Paulo não estava longe de equiparar-se ao Rio de Janeiro como centro da cultura erudita. Na década de 1920, os modernistas paulistas tinham uma variedade de escritores de vanguarda e artistas que proclamaram sua região como a apoteose da modernidade brasileira, ao mesmo tempo em que lançavam questionamentos críticos sobre a vida urbana contemporânea. “À luz desses múltiplos desenvolvimentos, requeria-se pouco trabalho ideológico para os intelectuais paulistas retratarem sua província nativa como favorecida pelo destino” (WEINSTEIN, 2003: 286). Uma vez que o regionalismo paulista seria, algum tempo depois, comparado com o separatismo por muitos dos seus opositores, é importante notar que a já mencionada concepção da superioridade paulista era, de certa forma, o oposto do separatismo, concebendo a nação brasileira como um todo, com São Paulo. A construção paulista da identidade nacional brasileira atribuía toda ação histórica e progresso nacional à modernidade de São Paulo. Tanto o domínio político de São Paulo durante a Primeira República quanto o seu crescimento econômico nesse período colaboraram para a imagem de São Paulo como o “Brasil que deu certo”. Todavia, nem o poder político nem o sucesso econômico podem ser tratados como bases para a formação da identidade, não fornecem os elementos materiais para a construção da identidade regional com amplo apelo popular.

Em relação aos outros regionalismos, segundo Weinstein (2003) a identidade paulista é relativamente ineficiente no domínio cultural, pois foi inspirada pelo rápido progresso econômico e pelo anseio da modernidade: “Os intelectuais paulistas, principalmente os historiadores, aos quais pode ser creditada a bem-sucedida construção de um mito de origem fundamental – que posicionou São Paulo não apenas como crucial para a formação da nação

---

<sup>44</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 30/06/1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

brasileira, mas também como qualificativamente diferente do resto da nação.” (WEINSTEIN, 2003: 287). É evidente o regionalismo paulista na correspondência de Monteiro Lobato enviada a Arthur Neiva em 18 de junho de 1918. Em carta, o literato ressalta o movimento de progresso do estado de São de Paulo em contraste com o Rio de Janeiro, capital do Brasil:

São Paulo (...) está desluzitanizando. O progresso das nossas zonas é diretamente proporcional ao grau de desluzitanização operado (...). O mal secreto do Rio é mais que o *baianismo*, o lusitanismo. Chega a cercear o pensamento dos que se dirigem a público<sup>45</sup>.

Na narrativa histórica, o Brasil, além das fronteiras de São Paulo, aparece como fundamentalmente atrasado, sobrecarregado pelo legado colonial do declínio do domínio português, pela monarquia obscura e pela *plantation*. Em contraste, o idiossincrático passado colonial de São Paulo supostamente explicaria a singular disposição regional, e sua receptividade, para a modernidade. O mito fundamental para essa representação cultural foi a saga dos bandeirantes. As bandeiras eram grupos de homens que tinham suas bases em São Paulo, de onde organizavam expedições de longa distância para explorar o interior brasileiro durante o século XVII e início do XVIII, principalmente na busca de metais preciosos e escravos indígenas. Consoante Weinstein (2003), os escritores paulistas do início do século XX resgataram essa figura do bandeirante empreendedor e aventureiro, pois foram os homens que exploraram o interior brasileiro e garantiram as fronteiras da futura nação brasileira.

Segundo Tânia de Luca (1999), a expressão ideológica do estado de São Paulo como porta-voz dos projetos nacionais deu-se por meio do grupo de intelectuais que se reunia na redação do jornal *O Estado de São Paulo*, o qual apresentava vinculações políticas e ideológicas que oscilavam entre o apoio e a oposição ao governo, de acordo com as conveniências (CAPELATO, 1986). O grupo de intelectuais por tal razão ficou conhecido como “grupo d’*O Estado*”, formação articulada por Júlio de Mesquita Filho. Este grupo foi o idealizador da *Revista do Brasil*, cujo primeiro número volume veio em 1916, ainda durante a Primeira Guerra, quando os modelos europeus de progresso e civilização estavam sendo

---

<sup>45</sup> Carta de Lobato a Neiva de 21/06/1918. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

refutados, deflagrando, no Brasil, o debate sobre a busca de uma identidade nacional pensada a partir de seus próprios termos:

O que há por trás do título desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e imensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para frente numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade.<sup>46</sup>

O trabalho de Tânia Regina de Luca (1999) permite-nos situar Monteiro Lobato e Arthur Neiva no quadro do grupo de intelectuais conhecidos como “grupo d’O Estado” devido à forte ligação que tinham com o jornal *O Estado de São Paulo* e os seus redatores. Dessa forma, na formação do periódico, a *Revista do Brasil* foi concebida enquanto instrumento de ação pelo grupo “que acreditava na capacidade transformadora e pedagógica da palavra escrita” (LUCA, 1999: 71). O próprio nome, *Revista do Brasil*, representa a proposta desses intelectuais paulistas em dar conta da totalidade do país pelas lentes do Estado de São Paulo:

O nacionalismo desta revista visa até, pelas suas tendências e pela raiz do horizonte que se traçou, um fim mais humano que regional. O milagre histórico da persistência da nossa integridade territorial, a despeito da ausência de laços forte que uma às outras prendam as populações das diferentes partes do país<sup>47</sup>.

De acordo com Luca (1999), o “grupo d’O Estado” defendeu a promoção de uma democracia “com a existência de uma opinião pública atuante, partidos de oposição, críticas, discussões e projetos alternativos” (1999: 42). Não só pelo pertencimento ao grupo d’O Estado, mas pela proximidade com Monteiro Lobato, que assumiu a direção da *Revista do Brasil* a partir de 1918, Neiva foi um assíduo colaborador da publicação e frequentador de sua redação. Ao mapear e analisar o conteúdo divulgado nas páginas da *Revista do Brasil* é possível notar, não obstante a diversidade de posicionamentos e tradições intelectuais, que há

---

<sup>46</sup> Biblioteca Florestan Fernandes – USP RBR, Revista do Brasil, v.1, janeiro de 1916, p.2.

<sup>47</sup> Biblioteca Florestan Fernandes – USP RBR, Revista do Brasil, Resenha do Mez, v. 1, janeiro de 1916.

uma enorme afinidade entre as questões às quais Neiva se dedicou e as discussões veiculadas pelas páginas da revista.

É pertinente a associação entre o grupo d’*O Estado de São Paulo* e a *Revista do Brasil*, justamente pelo modo como entendiam o nacionalismo como uma atitude intelectual que culminaria em ação civilizatória. O patriotismo e a atuação política eram a composição do ser intelectual no Brasil. Monteiro Lobato e Arthur Neiva são identificados nesse trabalho como intelectuais militantes da agenda da saúde, educação e política nacional.

As cartas do acervo Arthur Neiva apresentaram os principais temas nacionais ligados aos interesses dos intelectuais do grupo d’*O Estado de São Paulo*. Os contos lobatianos abordaram os temas nacionais relacionados às áreas da saúde e educação, pois tinha o interesse de sinalizar o caminho para tornar o Brasil uma nação moderna (LEAL, 2017). Entre os anos de 1916 a 1918, a produção dos artigos cresceu exponencialmente na *Revista do Brasil*. O fato de Monteiro Lobato ter liberdade suficiente para escrever contos com bastante acidez em periódicos, deve-se à sua compra da *Revista do Brasil*, o que significou uma possibilidade de dizer o que gostaria e como quisesse (VALENTE, 2010: 21).

Durante o período em que a *Revista do Brasil* pertenceu a Monteiro Lobato, de maio de 1918 a maio de 1925, foram publicados 84 números que, somados aos 29 anteriores, totalizam 113 exemplares. Ao adquirir a revista, Monteiro Lobato já despontava como figura de destaque no cenário cultural do país. Abaixo segue o documento acerca da origem da casa editora de Monteiro Lobato e a repercussão da obra *Urupês*:

ORIGEM DA CASA – MONTEIRO LOBATO E CIA  
A casa editora Monteiro Lobato e Cia nasceram de livro publicado em 1918 – *Urupês*. Com o produto da primeira edição desse livro fez-se a segunda e em seguida as mais e também as primeiras edições de livros alheios. E como por esse tempo Monteiro Lobato, agindo em seu nome individual adquirira a *Revista do Brasil*, ficou apensa a mesma incipiente sessão editora. Em 1919 organizamos um corpo de vendedores no país inteiro e em 1920 entramos francamente no mercado publicando livros em escala crescente (...)<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Carta de Lobato a Neiva em 1918. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Para além do pertencimento à rede de sociabilidade do “grupo d’O Estado”, o trabalho editorial na *Revista do Brasil* auxiliou Monteiro Lobato na difusão das ideias sanitaristas e eugenistas, possibilitando um forte diálogo entre ciência e edição:

A nossa Revista do Brasil, agora com o nome de Revista Brasileira, prepara-se para sair. Sairá no fim deste mês; Não quererá o amigo honrar o número de estreia com algo seu?<sup>49</sup>

Arthur Neiva foi um parceiro importante para Monteiro Lobato por respaldar o lado científico do projeto a partir de sua atuação como sanitarista, pesquisador da área biomédica e intelectual de interesses variados. Não por acaso, ele dirigiu a seção “Nota de Ciência” da *Revista do Brasil*. A publicação dos contos de Monteiro Lobato na *Revista do Brasil* deu-lhe visibilidade como integrante de um grupo intelectual para avançar na elaboração do seu projeto de ser editor escritor. Posteriormente, ele abriu a Companhia “Gráfico-Editora Monteiro Lobato” e tornou-se um empresário da cultura (BIGNOTTO, 2006). Da mesma forma, o pertencimento de Arthur Neiva<sup>50</sup> à categoria de “discípulo de Oswaldo Cruz” conferiu-lhe legitimidade no exercício de funções em cargos públicos.

O regionalismo paulista fez parte do cenário de construção dos elementos da identidade nacional. Por isso, é importante mencionar a relação entre o grupo d’O Estado de São Paulo e o debate dos intelectuais na Primeira República. De acordo com Tânia de Luca (1999), “as páginas da revista atestam que as publicações expressaram diferentes setores da intelectualidade paulista, e a nação era identificada ao Estado de São Paulo que, com suas fazendas, indústrias, ferrovias e grandes cidades, desfrutavam de uma prosperidade econômica sem similar no país” (LUCA, 1999: 42). Segundo a autora, os idealizadores do periódico, entusiasmados pela atmosfera nacionalista, decidiram abandonar o nome inicial de “Cultura” passando chamar de Revista do Brasil (LUCA, 1999: 42). A alteração do nome é uma informação relevante para verificar como esse grupo se imaginava e se projetava como a elite intelectual brasileira em São Paulo:

<sup>49</sup> Carta de Lobato a Neiva em 1918. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>50</sup> O cientista paulistanizou-se e encheu-se de entusiasmo pelo Estado de São Paulo progressista por ter uma mentalidade criadora e dinâmica (NUNES, 1981: 20).

O Estado de São Paulo é hoje um dos elementos mais ativos do progresso econômico e social do Brasil (...). São Paulo não é somente a Manchester sul-americana, que a Argentina e os demais países deste continente admiram. É, ademais, um centro de irradiação intelectual de grande prestígio no Brasil. A literatura brasileira tem, neste momento, nesse próspero Estado, uma de suas faces mais características (LUCA, 1999: 274).

Assim como Luca (1999), entendo que a definição “polígrafo” é a que melhor define essa geração de intelectuais paulistas no Brasil republicano. Para a autora, os polígrafos almejavam satisfazer a todo tipo de demandas que lhes faziam a grande imprensa, as revistas mundanas, os dirigentes e mandatários políticos da oligarquia, sob a forma de críticas, rodapés, crônicas, discursos, elogios, artigos de fundo, editoriais (LUCA, 1999: 131). Os integrantes desse círculo de sociabilidade da *Revista do Brasil* configuram uma base fundamental para o entendimento do ufanismo paulista presente em Monteiro Lobato e Arthur Neiva, já que ambos compartilham visões interpretativas de nacionalismo, e se identificavam com os ideais da paulistanidade, progresso e modernidade.

A revista é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, concomitantemente é um espaço de sociabilidade (SIRINELLI, 2003: 249). Os intelectuais pertencentes ao grupo do Estado d’*O São Paulo* tiveram a *Revista do Brasil* como um espaço aglutinador. A partir da rede de sociabilidade compreendemos o espaço e o clima em que se moviam os intelectuais. A atração e a amizade, assim como a hostilidade, a rivalidade ou ruptura desempenham um papel decisivo para o posicionamento de um intelectual.

A sociabilidade interpenetra o afetivo e o ideológico com uma dupla acepção, ao mesmo tempo em que caracteriza um microcosmo intelectual particular. O conjunto de correspondências trocadas entre Arthur Neiva e Monteiro Lobato é uma produção imprescindível para o estudo das relações entre as concepções produzidas ou veiculadas pelos intelectuais. Sendo assim, pensar quem é o intelectual e a sua produção significa considerar a cultura política, a geração, o itinerário e a sociabilidade (SIRINELLI, 1996).

A maioria dos nomes dessa rede de sociabilidade de intelectuais paulistas participou da redação da *Revista do Brasil*, e vinham precedidos do título de doutor. Encontram-se vários médicos, engenheiros, professores, advogados, políticos e jornalistas. O periódico representou um empreendimento desse segmento social extremamente relevante para

mapearmos a rede de sociabilidade em torno da qual trafegaram os dois missivistas que são objeto dessa pesquisa.

Os integrantes da *Revista do Brasil* eram “homens bem-nascidos”, representavam o grupo de eruditos e letrados da nação, que possuíam prestígio social e reverência pública. A função dos “homens de letras” era produzir e semear ideias novas com a missão de vulgarizar a atividade literária. O intelectual tinha os adjetivos de “doutores, cronistas, bacharéis, parlamentares, poetas, publicistas, médicos, letristas, escritores, polígrafos, sábios ou homens de ciências” (SÁ, 2006:37).

A leitura de periódicos, especialmente a *Revista do Brasil*, na Biblioteca Florestan Fernandes, revelou importantes nomes por meio das publicações, entre 1916 e 1925. Além disso, outros fundos pessoais foram consultados, como de Fernando de Azevedo, Ernani Silva Bruno e Mário de Andrade no Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo. Dessa forma, as fontes auxiliares contribuíram para o alargamento da compreensão do círculo de relações dos intelectuais. A comparação e análise das fontes primárias e secundárias nos permitiu identificar importantes interlocutores da rede de sociabilidade de Lobato e Neiva, tais como: Vicente de Paulo Guimarães, Renato Ferraz Kehl, Plínio Barreto, Anísio Spínola Teixeira, Júlio Mesquita Filho, Francisco José de Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo, Afonso Henriques de Lima Barreto, José Godofredo de Moura Rangel, Belisário Augusto de Oliveira Penna, Júlio Afrânio Peixoto, Carlos Henrique da Rocha Lima e Mario Raul Morais de Andrade, e até políticos como Getúlio Dornelles Vargas, João Alberto Lins de Barros, Gustavo Capanema Filho, Adalberto de Queiroz Telles, Armando Sales de Oliveira, Ernesto Lopes da Fonseca Costa, Antônio Garcia Medeiros Neto. A maioria dos nomes citados também está presente nas correspondências trocas entre Neiva e Lobato pertencentes ao acervo do CPDOC/ FGV. Essa rede de intelectuais nos apresenta os deslocamentos, rearranjos e a circulação das ideias nas primeiras décadas do século XX.

Em suma, nesse primeiro capítulo apresentei a atuação dos intelectuais no Brasil do século XX, identificando as principais “questões obrigatórias” que mobilizaram os intelectuais na Primeira República. Sendo assim, a ênfase consistiu na abordagem da saúde e ciência como os norteadores das ações de Monteiro Lobato e Arthur Neiva. No próximo capítulo, abordarei o debate racial nas correspondências, em publicações de periódicos e na

atuação dos intelectuais. Inicialmente, tratarei da eugenia no período da Primeira República via Sociedade Eugênica de São Paulo e a participação de Neiva e Lobato nela. Posteriormente, é abordada a questão racial na obra “O Choque das Raças” e o movimento eugênico, em forte diálogo com a dissertação de Paula Habib (2003). No próximo capítulo será analisada a relação entre os ideais eugenistas e a produção intelectual de Arthur Neiva nos artigos do jornal *O Estado de São Paulo* sobre o esporte, educação física; e as suas considerações acerca do debate imigratório na constituição de 1934.

## **Capítulo 2 - “A mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva” - Raça e eugenia em Arthur Neiva e Monteiro Lobato.**

Nesse capítulo apresento o debate contemporâneo sobre a obra de Monteiro Lobato deflagrado a partir da carta enviada a Neiva em abril de 1928, explorando, a seguir, o significado que assumiu nesse contexto a partir da relação com a questão racial nos EUA; as articulações de Lobato com o movimento eugênico – a obra “Choque das Raças”, sua relação com Kehl e a Sociedade de Eugenia, bem como a questão racial no grupo do Estado (LUCA, 1999). Examinado ainda a rede de Arthur Neiva, seus artigos sobre esporte, de viés eugênico, comparando com os argumentos de Kehl e a criação do Departamento de Educação Física (DEF), já quando secretário do interior de SP.

A questão racial é um tema que invoca opiniões divergentes em relação ao conteúdo das obras e narrativas de Monteiro Lobato. Todavia, o racismo nas obras lobatianas não é uma novidade, muito menos algo que provoque desconhecimento no âmbito acadêmico. Na plataforma de catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) temos um número considerável de pesquisas sobre o racismo no pensamento lobatiano (OLIVEIRA, 2001; HABIB, 2003; COSTA, 2005; MOTA, 2010; OLIVEIRA, 2011; SANTIAGO, 2013; ALMEIDA, 2014; SCARAVONATTI, 2015; FORMIGHIERI, 2017; SOUZA, 2017).

Entre as pesquisas que abordam a questão racial em Monteiro Lobato, destaco a de Paula Habib (2003), a qual perpassou a literatura e as ciências nas primeiras décadas do século XX. A pesquisadora realizou um debate crucial sobre a eugenia como elemento importante das obras de Monteiro Lobato, e para tal comprovação do argumento analisou as correspondências trocadas entre o literato e o mais conhecido eugenista brasileiro, Renato Kehl. O resultado de sua pesquisa apresentou de forma detalhada a participação de Monteiro Lobato na Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), em associação com a perspectiva racista na obra o *Choque das Raças* (1926). Dessa forma, a autora discutiu a questão racial no Brasil como parte da agenda do mundo intelectual e científico da década de 1920.

A partir dos estudos da história das ciências e da saúde no Brasil, o presente capítulo contribui, através de uma análise circunstanciada, para compreender e contextualizar a

polêmica racial no pensamento lobatiano e passagens da trajetória científica e política de Arthur Neiva, marcado por aproximações com o pensamento racialista e o movimento eugênico. A temática racial e da eugenia estão presentes nos escritos e nas ações de Neiva e Lobato, figuras que dialogaram com os princípios defendidos pelo médico Renato Kehl e que integraram a rede de sociabilidade intelectual do movimento eugênico (HABIB, 2003). Abordarei a eugenia a partir da Sociedade Eugênica de São Paulo, surgida em 1918, e a participação dos intelectuais nesta organização. Em seguida, analiso a obra *O Choque das Raças* (1926) e a sua relação com a carta de Lobato de apoio à *Ku Klux Klan* (1928). Dessa forma, considerarei a dimensão racial no debate sobre a identidade nacional deflagrado pelo grupo do Estado e o papel da visão racial na “epopeia bandeirante” (FERREIRA, 2002) mencionado no primeiro capítulo.

É imprescindível nesse capítulo a análise do entusiasmo científico e o discurso da regeneração do brasileiro na produção intelectual dos missivistas entre as décadas de 1920 e 1930, relacionando os aspectos da eugenia e raça (STEPAN, 2005, SOUZA, 2006) sob a ótica lobatiana e a educação física nos artigos de Arthur Neiva no jornal *O Estado de São Paulo*. Discutirei a participação de Arthur Neiva na criação do Departamento de Educação Física no Brasil (DEF) em 1931, e seu posicionamento a respeito da prática de esporte entre a juventude brasileira, bem como seu papel no debate sobre a imigração antinipônica na Constituinte de 1934,. Serão mencionadas as leis defendidas por Neiva que visavam o controle da entrada de estrangeiros no país, principalmente de asiáticos na Constituição de 1934 (GERALDO, 2007).

## **2.1 - O discurso científico racial e a Sociedade Eugênica de São Paulo.**

O país que fez isto em tão pouco tempo e em vez de dormir sobre os louros está mais que nunca trabalhando para se aperfeiçoar sob todos os aspectos, não pode mesmo ser compreendido ou pelos velhos países caquéticos e esclerosado ou por países que nasceram errados etnicamente e cumprem o destino do ditado do quem nasce para dez reais não chega a vinte (...)<sup>51</sup>

O fragmento acima reverbera o pensamento racialista de Monteiro Lobato, expressando o determinismo biológico em seu argumento antilusitano partilhado com Arthur Neiva nas

---

51 Carta de Lobato a Neiva, de 10/04/1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

correspondências e presente na produção intelectual dos missivistas. No trecho da carta acima enviada em abril de 1928 o literato faz relação com a herança portuguesa a fim de sobrepor o sucesso econômico dos Estados Unidos.

Ao longo do século XIX e XX, a ideia de raça foi construída e desconstruída de acordo com os princípios do conhecimento científico vigentes à época e segundo as ideologias que visavam legitimar o domínio do Norte Atlântico sobre as demais porções e populações do globo. Consoante Maio e Santos (2010), a princípio a definição biológica de raça recebeu uma interpretação social mobilizada a partir de mecanismos de regulação, classificação e hierarquização próprios a sistemas sociais particulares (MAIO, SANTOS; 2010). Desta forma, compreende-se que o termo raça, antes de aparecer como um conceito fechado, fixo e natural, foi entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado foi constantemente renegociado e experimentado num contexto histórico específico que investiu em modelos biológicos de análise (SCHWARCZ, 1993: 12).

A emergência do conceito de “raça” foi uma justificativa para a naturalização das diferenças sociais e para hierarquização da diversidade humana. As teorias raciais da segunda metade do século XIX tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças. A partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo: “os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e os demais ocupando as posições intermediárias” (SEYFERTH, 1996: 43).

O trabalho de Lilia Schwarcz (1993) foi um dos pioneiros ao discutir a questão racial no Brasil a partir das instituições científicas. De início, a autora nos apresenta as teses monogenistas e poligenistas que prevaleceram no debate. O conceito de monogenia defendia uma origem humana única. Ao argumentar que a humanidade estava caminhando para a “degeneração” pensava-se nela “como um gradiente, que iria do mais perfeito... ao menos perfeito” (SCHWARCZ, 1993: 48). Esta forma de pensar o ser humano predominou em círculos científicos até “A Origem das Espécies”, publicada em 1859, ganhar notoriedade. A obra de Darwin significou uma reorientação teórica em diversos campos da ciência, inclusive nas ciências ditas humanas da época.

A hipótese poligenista transformava-se em alternativa plausível, já que tentava dar uma explicação biológica aos comportamentos humanos. A poligenia, ao defender origens humanas distintas pela raça, acabava com a ligação humanista entre os povos. Este modelo de análise afastava-se cada vez mais dos modelos humanistas, pois tentava analisar o interior através do exterior, prevendo comportamentos a partir de critérios puramente morfológicos. Segundo Schwarcz (1993), o embate entre monogenistas e poligenistas foi sobreposto pelo novo paradigma da época: o evolucionismo de Darwin.

Os conceitos básicos da obra “A Origem das Espécies” (1859) foram utilizados para analisar o comportamento social: “competição”, “seleção do mais forte”, “evolução”, “hereditariedade” passaram a figurar nos mais variados campos de conhecimento. Estava pronta a base do darwinismo social, cuja essência consistia em enaltecer os chamados “tipos raciais puros (homem branco europeu) e evitar a miscigenação”.

O darwinismo social – principal doutrina racista vigente na passagem do século radicalizou o primado das leis biológicas na determinação da civilização, afirmando que o progresso humano é um resultado da luta e da competição entre raças, vencendo os mais capazes (ou aptos) – no caso, os brancos, porque as demais raças, principalmente os negros acabariam sucumbindo à seleção natural e social (SEYFERTH, 1996: 43).

A civilização era um estágio acessível a poucas raças e, por isso, os mestiços eram considerados uma “sub-raça decadente e degenerada” (SCHWARCZ, 1993: 49). Duas escolas deterministas eram então influentes. A escola determinista geográfica, cujos maiores representantes advogavam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria condicionado pelo meio, a qual acreditava que era suficiente a análise das condições físicas de cada país para uma avaliação objetiva do seu “potencial de civilização” (SCHWARCZ, 1993: 57). O outro determinismo era de cunho racial. Denominada de darwinismo social ou “teoria das raças”, essa perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que não se transmitiriam caracteres adquiridos, de maneira que defendiam a existência de “tipos puros” e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação (SEYFERTH, 1996).

Francis Galton foi quem passou usar o termo “eugenia” como o estudo dos agentes sob controle social, com o propósito de melhorar as qualidades raciais das futuras gerações, seja

física ou mentalmente. O objetivo era aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural aos seres humanos, mas que, em vez de ser operada pela natureza, como preconizava Darwin, seria operada por procedimentos determinados de seleção e reprodução dos considerados mais aptos. Cabe ressaltar que Darwin não pensou a “Origem das Espécies” aplicada aos homens. Foram leituras posteriores do seu trabalho que se apropriaram de seus conceitos para explicar os seres humanos. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios eram entendidos como únicos e obrigatórios, pois toda humanidade deveria passar por eles; entendia-se o progresso como obrigatório (SCHWARCZ, 1993: 54).

Em 1869, no texto “Gênio Hereditário” Francis Galton utilizou o método estatístico e genealógico a fim de provar que a capacidade humana era fruto da hereditariedade. Para a realização do projeto de melhorar a raça humana por meio da seleção natural, Galton estudou a herança das características humanas físicas e, principalmente, não físicas (TEXEIRA; SILVA, 2017). Para o cientista, a aptidão humana seria função da hereditariedade, não da educação. Por essa interpretação, a sociedade deveria contemplar uma seleção social exata para resguardar as futuras gerações da inaptidão biológica (STEPAN, 2005).

A eugenia tinha como ideal prático alcançar uma “raça pura”, um corpo branco supostamente saudável, sem atavismos e desvios biológicos, exterminando os indivíduos considerados as origens da barbárie humana: negros, deficientes físicos e mentais. Tratava-se de um conjunto de métodos que visavam supostamente melhorar o patrimônio genético. Junto a essa definição temos a convicção de que eram hereditárias muitas doenças comuns entre os pobres: tuberculose, sífilis, alcoolismo, doenças mentais, eram diagnósticos que provocavam o medo de decadência social. Na América Latina, onde a população é majoritariamente mestiça, a eugenia esteve associada à formação das identidades nacionais, com a finalidade principal de desconstruir a visão negativa acerca da composição racial não branca.

De acordo com Nancy Stepan (2005), a eugenia latino-americana foi muito esquecida devido à relação histórica entre a eugenia e nazistas, acompanhada da ideia segundo a qual a América Latina teria ficado relativamente isenta do racismo característico de outras partes do mundo. No entanto, trabalhos recentes mostram que os movimentos eugênicos estiveram

presentes na maior parte da América Latina e conformaram o pensamento científico e social e as políticas públicas. Os eugenistas se identificaram, inicialmente, com o movimento eugênico francês, amplamente influenciado pelas concepções ambientalistas de origem neolamarckista (STEPAN, 2005). Nessa perspectiva, a história da eugenia brasileira seria um entusiasmo generalizado pela ciência como sinal de modernidade cultural (Ibidem). Compatível com o saneamento, o estilo neolamarckiano da eugenia era sintomático também da moralidade tradicional, o que o tornava ainda mais atraente no Brasil. Mantinha as possibilidades de regeneração, encaixava-se bem na doutrina católica e permitia a fusão das linguagens moral e científica. A pobreza, as doenças venéreas e o alcoolismo podiam ser vistos como produtos tanto de condições sociais como de escolha moral (Ibidem). Foram proferidas palestras sobre higiene sexual e prevenção de doenças venéreas e maternidade “digna”, com ênfase na saúde materna e no cuidado pré-natal.

Os primeiros trabalhos sobre eugenia foram publicados no Brasil ainda no início da década de 1910, através de pequenos artigos de Erasmo Braga, João Ribeiro e Horácio de Carvalho (Ibidem)<sup>52</sup>. O argumento para tais pesquisas eugênicas foi o grande número de “moléstias hereditárias” e pela mestiçagem em todo território nacional. Sendo assim, a eugenia foi tema de diversas reuniões e conferências pan-americanas realizadas entre 1900 e 1940 e congressos regionais<sup>53</sup>.

Entre as duas guerras mundiais, a eugenia esteve associada a uma série de congressos e conferências e à legislação social sobre bem-estar infantil, saúde materna, direito de família, controle de doenças infecciosas e imigração. Ela estimulou a criação de alguns dos primeiros cursos de genética na região. Além de debates médicos e jurídicos e atividades legislativas referentes ao papel apropriado do Estado na regulação do matrimônio eram permeados por temas de “aprimoramento eugênico”. A exemplo, nos Estados Unidos a eugenia foi apresentada em propostas de eutanásia, controle reprodutivo, esterilização e até em concurso de bebês. De 1907 a 1937, trinta e dois estados estadunidenses aprovaram as leis de esterilização, e a eugenia fez parte de um projeto maior de saúde pública para combater a degeneração. O Estado tinha o dever e autoridade de proteger a saúde pública através da

---

<sup>52</sup> A ciência eugênica e a moralidade higienista consolidaram-se nos meios universitários brasileiros pelos trabalhos de Erasmo Braga, Horácio de Carvalho e João Ribeiro na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

<sup>53</sup> O primeiro realizado em Cuba, em 1927, e o segundo na Argentina, em 1934.

erradicação de genes deletérios (STERN, 2016). Em 1909, na Califórnia, foi aprovada lei de esterilização que concedia a superintendentes médicos de asilos e prisões a autoridade para “assexualizar” um paciente ou um detento se tal ação melhorasse sua condição física, mental ou moral. Posteriormente, em 1917, a lei reformulou a descrição para um diagnóstico que justifica a cirurgia de insanidade hereditária ou mania crônica incurável ou “demência” a uma doença mental que pode ter sido herdada e provavelmente transmitida aos descendentes.

Entre 1920 e 1950, aproximadamente 20.000 pessoas foram esterilizadas na Califórnia em casas e hospitais do Estado, com base em uma lei eugênica que autorizava superintendentes a realizar cirurgias em pacientes considerados “inaptos” (STERN, 2016). As recomendações de esterilização foram processadas como cartas, às vezes acompanhadas de comunicações adicionais e consentimento modificado com formulários. Na instituição *Pacific Colony*, as mulheres de sobrenome espanhol com menos de 18 anos corriam grande risco de esterilização, e os pais de origem mexicana eram ridicularizados como de “baixo grau” ou “inferiores”.

As práticas eugenistas tinham o propósito de desarticular famílias para não reproduzir mais indivíduos da sua espécie. Sendo assim, o caso norte-americano evidencia a maneira pela qual os pressupostos eugênicos podem se definir como “fatores estruturantes” (ROSENBERG, 1997) para compreender as políticas de higiene e suas controvérsias nas primeiras décadas do século XX (STERN, 2016; SOUZA, 2016; STEPAN, 2005; ENGEL, 2008; REVENIN, 2013; FREIRE, 2008).

Ao analisar o caso brasileiro percebemos que a eugenia neolamarckiana da década de 1920 não foi exclusivamente de estilo “otimista”. Embora não tivéssemos a aplicação do estilo estadunidense, temos no Brasil uma quantidade robusta de materiais com conteúdos eugenistas, com notória presença de projetos políticos divulgados em periódicos e em instituições do período. Para Stepan (2005), o movimento eugenista no Brasil se relacionava muito mais com as condições internas do país do que com o que se passava na Europa. Um dos principais motivos para isso estava no fato de que a mestiçagem da população brasileira acabava por excluí-la da noção europeia de eugenia. Todavia, o uso do termo “eugenia latina” (STEPAN, 2005) seria uma interpretação mais suave do pensamento eugênico, ocultando a

adesão de pesquisadores brasileiros ao racismo científico e aos programas radicais de intervenção, sobretudo de políticas de segregação (SOUZA, 2016).

A ciência eugênica era um instrumento para motivar a construção de uma população mais saudável, forte e homogênea, indo ao encontro dos desejos das autoridades nacionalistas. Em 14 de janeiro de 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo foi a primeira instituição sul-americana dedicada ao estudo e à propagação de ideais eugenistas, e representou a síntese da polifonia das ideias relacionadas à saúde, identidade e nação no início do século XX.

A Sociedade Eugênica teve como seu primeiro presidente o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo. Renato Kehl, que ocupava o cargo de secretário-geral, concentrou boa parte de sua trajetória na luta pela implantação da eugenia no país, defendendo o estudo da hereditariedade, a educação eugênica, a “seleção conjugal”, a higiene e o saneamento, além de ser escritor de inúmeras obras de propaganda eugênica no meio intelectual e político. Em seu estatuto, a Sociedade Eugênica preconizava:

#### Capítulo V

##### Disposições Gerais

Art. 29 – A Sociedade terá uma revista que se denominará “Annaes de Eugenia”, onde serão publicados todos os seus trabalhos.

Art. 30 – A Sociedade manterá um bureau de informações, de distribuição de folhetos e memórias sobre assuntos eugênicos.

Art.31 – A Sociedade poderá organizar uma biblioteca e um laboratório de pesquisas eugênicas.<sup>54</sup>

A instituição se definia como uma “organização científica” de estudos e aplicação da eugenia no Brasil. Os principais objetivos eram responder às questões relacionadas à hereditariedade, à descendência e à evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie humana. Os estatutos definiam a importância do estudo da legislação, dos costumes e das influências do meio sobre as “aptidões físicas, morais e intelectuais das gerações futuras”; da divulgação da eugenia entre o público; do estudo da regulamentação matrimonial e da campanha pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial (SOUZA, 2006: 35). Segue abaixo o fragmento do primeiro capítulo do estatuto da Sociedade Eugênica de São Paulo:

---

<sup>54</sup> Estatutos da Sociedade Eugênica de São Paulo – Aprovados na Assembleia Geral de 14 de janeiro de 1918. São Paulo. Base Arch/ Fiocruz/ COC.

### Capítulo 1

Da Sociedade, seu objeto, sede e duração.

Art. 1º – A Sociedade Eugênica de S. Paulo tem por objeto:

1º) – O estudo e a aplicação das questões de hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e melhoria da espécie humana.

2º) – O estudo e aplicação das questões relativas a influência do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre as aptidões físicas, intelectuais e morais,

3º) – O estudo das ciências que se relacionam com a Eugenia.

4º) – A divulgação entre o público de conhecimentos higiênicos e eugênicos, para o bem do indivíduo, da coletividade e das gerações futuras.

5º) – O estudo para a regulamentação do meretrício.

6º) – Concorrer para o exame pré-nupcial dos nubentes.

Art. 2º – A Sociedade tem a sede em S. Paulo, Capital do Estado e reger-se a pelos presentes estatutos e aos casos omissos, pelo que for resolvido em assembleias gerais extraordinárias, convocadas especialmente para esses fins.

Art. 3º – O prazo da duração da Sociedade é ilimitado.<sup>55</sup>

A eugenia garantiu um espaço de autoridade, sobretudo, aos intelectuais ligados à medicina social, permitindo dar continuidade às políticas de saúde públicas. A “degeneração” do Brasil, segundo Renato Kehl, estava diretamente relacionada a duas questões: à aberração moral sexual da população, conjugada aos vícios e aos males sociais da sociedade moderna, e aos caracteres raciais, transmitidos hereditariamente através da intensa miscigenação. Nos estatutos da sociedade há uma sessão com uma lista das pessoas que deveriam ser examinadas: crianças, alunos, professores, candidatos para empregos ou funções, funcionários públicos de todas as categorias, militares, membros de sociedades esportivas, cozinheiros, mulheres grávidas, imigrantes, prostitutas, as amas de leite ou cuidadoras de crianças. A criação da Sociedade Eugênica de São Paulo viria, nas palavras do médico Renato Kehl, “propugnar pelo avigoramento da raça e, portanto, para o progresso do Brasil” (HABIB, 2007: 70).

Os *Annaes de Eugenia* foram organizados em 1919 por Renato Kehl e publicados pela editora da *Revista do Brasil*, de propriedade de Monteiro Lobato. Nesta obra constam mais de uma dezena de artigos, muitos deles reproduzidos na imprensa paulista, além de

---

<sup>55</sup> Estatutos da Sociedade Eugênica de São Paulo – Aprovados na Assembleia Geral de 14 de janeiro de 1918. São Paulo. Base Arch/ Fiocruz/ COC.

pronunciamentos e conferências realizadas pelos membros da Sociedade Eugênica de São Paulo em várias instituições, escolas, associações. Como é possível perceber através *dos Annaes*, a eugenia foi recebida pelos membros da sociedade como a “nova ciência” médica que, com a higiene e o saneamento, contribuiria para fortalecer o vigor físico, intelectual e moral da população brasileira. Ainda em 1919, após amplo debate entre os membros da Sociedade Eugênica de São Paulo<sup>56</sup>, a entidade aprovou moção, que foi enviada ao Congresso Federal, condenando a reforma do artigo 183-IV do código civil brasileiro que pretendia eliminar a proibição, então vigente, do casamento consanguíneo (SANTOS, 2009).

A Sociedade Eugênica de São Paulo tinha originalmente dividido a eugenia em três tipos: “positiva”, que se preocupava com uma procriação sadia; “preventiva”, que tratava da conquista dos fatores ambientais disgênicos (saneamento); e “negativa”, que visava a impedir a procriação dos que não tinham saúde. Na década de 1920, predominou o interesse na eugenia preventiva, ou saneamento. Ainda assim, os eugenistas brasileiros discutiram algumas vezes aborto, controle de natalidade e até esterilização, como medidas eugênicas para controle dos indivíduos inadequados (SANTOS, 2009: 364). Kehl era defensor da esterilização eugênica para os “grosseiramente degenerados”. Foi elaborado um projeto político e educacional na Diretoria de Defesa Biossocial<sup>57</sup> em quatro atuações: Instrução e Propaganda; Museu Didático de Medicina Pública; Instituto de Exames Médicos e o Instituto de Eugenia. O documento deste plano com a divisão de setores encontra-se na mesma pasta das atas da reunião da Sociedade Eugênica de São Paulo. O dado mais relevante nesse esquema criado pelos membros é a relação do item b, o Museu vinculado à tríade chave saneamento, higiene e medicina preventiva, ou seja, é expressiva a relação indissociável entre eugenia e sanitarismo.

A Sociedade Eugênica de São Paulo realizou várias reuniões no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia com o objetivo de discutir assuntos que, segundo os eugenistas, seriam de interesse nacional. Além dessas reuniões, muitos trabalhos foram publicados na imprensa, principalmente nos jornais paulistas, na *Revista Brasil-Médico* e na *Revista do Brasil*.

---

<sup>56</sup> Fundo Renato Kehl - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação. Estatutos da Sociedade Eugênica de São Paulo aprovados na Assembleia Geral de 14 de janeiro de 1918. Localização: BR RJCOG RK-GP-3.

<sup>57</sup> Fundo Renato Kehl - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação. Educação Sanitária. Folhetos educativos e fotos do Museu da Higiene. Localização: BR RJCOG RK-GP-2.

A rede de sociabilidade de intelectuais do grupo d`*O Estado de São Paulo* publicava nos periódicos citados acima. A imprensa representava para eles assim como para os homens das letras e das ciências em geral um espaço de discussão das questões nacionais. A cultura intelectual estava nos jornais. Os periódicos publicavam artigos de opinião que dialogavam com as questões públicas enfrentadas no momento. Como parte da agenda intelectual da década de 1920, a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, sendo por vezes interpretada como um novo ramo da higiene (STEPAN, 2005).

A história da eugenia brasileira seria um entusiasmo generalizado pela ciência como “sinal” de modernidade cultural (STEPAN, 2005). Por essa perspectiva, as ideias eugenistas de Renato Kehl possuíam um suporte institucional proporcionado pela Sociedade Eugênica e demais centros de pesquisa do período, além da sua propagação educativa promovida por Monteiro Lobato através do Jeca Tatu e pela edição na *Revista do Brasil*. Portanto, na figura desses intelectuais brasileiros é possível ter a união de dois discursos: o científico e o literário. Ambos se sustentam, ganham visibilidade, autoridade e são apropriados socialmente no início do século XX.

O movimento eugênico brasileiro para Nancy Stepan (2005) é um caso particularmente interessante de estudo de ciência e ideologia social. Referia-se à raça e ao aprimoramento racial, não à classe. Isso porque concentrava suas atenções nas doenças que eram vistas como particularmente prevalentes entre os pobres, vale dizer, entre a população principalmente negra ou mestiça. O discurso propagado era que os cruzamentos entre “mulatos” e brancos favoreceriam o branqueamento não só pela superioridade biológica dos brancos como também pelo fato de que os mulatos preferiam parceiros mais brancos que eles próprios (SOUZA, 2017). Vale ressaltar que no Brasil após 1850, a miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista, visto que foi a base de formação da nação, pois o debate do período resultou num processo seletivo de branqueamento direcionado a política imigratória (SEYFERTH, 1996: 43).

Reforçando a tese de Stepan (2005), Vanderlei Sebastião de Souza (2008) aponta que nas décadas de 1910 e 1920 a eugenia no Brasil possuía um caráter preventivo devido a sua forte ligação com o projeto reformista proposto pelo movimento sanitarista, tendo as ideias eugênicas surgido nessa época como “uma metáfora para a própria saúde pública” (SOUZA,

2008: 147). Por outro lado, Souza problematiza este argumento, ao apresentar concepções mais próximas da “eugenia negativa”, tal como a que defendeu o médico Renato Kehl. A realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, a criação do “Boletim de Eugenia”, ambos em 1929, e o processo político que se seguiu na década de 1930 definiram um momento social, político, institucional e intelectual, de afirmação e consolidação do desenvolvimento das ideias eugênicas no Brasil (SOUZA, 2008: 147). Os programas brasileiros eugênicos de Renato Kehl e Roquette-Pinto têm referências que estão centradas num estreito diálogo com as eugenias anglo-saxã e germânica mais do que com a “eugenia latina”, como propõe Nancy Stepan (2005).

Vale ressaltar que apesar de Arthur Neiva e Monteiro Lobato compartilharem de aspectos do pensamento eugênico tal como defendido pelo médico Renato Kehl, ambos aplicaram os ideais em linhas diferentes no que diz respeito às discussões sobre raça e saúde, raça e imigração, raça e esporte. Particularmente, Gomes e Dalben (2011: 323) mencionam como Neiva, membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, representou uma vertente da eugenia em que o esporte figurou como método preventivo de manutenção da saúde e aperfeiçoamento do patrimônio racial da nação, vendo na educação física um meio de contrabalançar os excessos do trabalho intelectual. Certamente, Arthur Neiva pode ser encarado como exemplo da proximidade entre os discursos da eugenia e do higienismo, proximidade esta apontada por Nancy Stepan (2005) como bastante pronunciada no pensamento eugênico latino-americano. Não obstante, a trajetória de Neiva ter sido identificada ao sanitarismo, suas ações concretas em saúde pública são insuficientemente exploradas pela historiografia.

O médico paulista Renato Ferraz Kehl<sup>58</sup> fez parte da rede de sociabilidade intelectual de Monteiro Lobato e Arthur Neiva, pois, além de ser um dos fundadores da Sociedade Eugênica de São Paulo, ele atuou na difusão e divulgação das ideias eugênicas, realizou conferências no Brasil, publicando mais de trinta livros e inúmeros artigos em jornais e

---

<sup>58</sup> O Dr. Renato Kehl, médico e higienista, é um apóstolo da Eugenia no Brasil. Seus livros, destinados à popularização dos últimos ensinamentos dessa nobre ciência, vão sendo lidos com proveito em todo o país. A trilogia – pais, médicos e mestres – é a mais importante dos problemas que, direta ou indiretamente, dizem a formação eugênica do Brasil de amanhã. (do “Jornal do Comércio” de 21/05/ 1939). Fundo Renato Kehl - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação. Localização: BR RJCOC RK-RI.

revistas<sup>59</sup> especializadas sobre o tema. Exerceu importantes cargos na administração pública, entre eles o de inspetor sanitário rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). Trabalhou na Bayer como farmacêutico e depois como diretor. Além disso, foi o idealizador e criador do Museu de Higiene, em 1922.

Entre os principais livros de Renato Kehl destacam-se: *Eugenia e medicina social*, *Lições de eugenia*, *Bíblia da saúde e Pais, médicos e mestres*, *A cura da fealdade*. Em 1923, Monteiro Lobato trouxe ao público a edição de um livro de Renato Kehl, *A cura da fealdade*. O nome fealdade significa desonra, indignidade, feiura. Na primeira parte do livro, Kehl escreveu sobre o “O homem e a mulher normal” e na segunda discutiu a “etiologia e profilaxia de fealdade, regras gerais para a profilaxia; fatores degenerativos; a permissão para o casamento, higiene conjugal, cuidados com a alimentação das crianças; meios de assegurar a saúde e beleza das crianças, robustez, educação física e perfeição moral, intelectual e a educação”<sup>60</sup>. O fragmento abaixo é uma apreciação da obra de Kehl, feita pelo médico eugenista Carneiro Leão, membro da Academia de Letras:

Livro que se lê com enorme prazer e que ensina como devemos proceder para viver com saúde e alegria (...). *A Cura da Fealdade* é um livro que figurará com igual propriedade e necessidade na estante do médico, do advogado, do engenheiro, do leigo, do pai e da mãe de família, do industrial, do fazendeiro, e mais que tudo, deve ser constantemente manuseado pelos moços de ambos os sexos, para que pratiquem os valiosos ensinamentos que nele se encontram para a defesa e aperfeiçoamento da espécie<sup>61</sup>.

No livro *Sexo e Civilização*, Renato Kehl escreveu sobre os problemas básicos relacionados à hereditariedade, inteligência e a personalidade do homem. O médico discutiu sobre o suposto homem normal “superior”, médio e degenerado, abordou sobre criminalidade e a longevidade com tais indagações: “Por que os filhos nem sempre se parecem com os

---

<sup>59</sup> Renato Kehl trocou correspondências com a Associação Brasileira de Educação, a Revista de Neurologia e Psiquiatria de São Paulo, Sociedade Mexicana de Eugenesia e The American Institute of Family Relations.

<sup>60</sup> Livraria Francisco Alves – Paulo de Azevedo & Cia “Este livro é um belo serviço prestado ao Brasil.” Carneiro Leão – Academia brasileira de Letras. Fundo Renato Kehl - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação. Localização: BR RJCOC RK-RI.

<sup>61</sup> Livraria Francisco Alves – Paulo de Azevedo & Cia “Este livro é um belo serviço prestado ao Brasil.” Carneiro Leão – Academia brasileira de Letras. Fundo Renato Kehl - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação. Localização: BR RJCOC RK-RI.

pais?”<sup>62</sup>. Assim, também analisou a suposta limitação do nascimento ou procriação racional e consanguinidade degenerada do brasileiro. A obra “Bíblia da Saúde” é um manual de higiene destinado aos professores dos colégios particulares e para os alunos dos cursos normais e ginásios.

No artigo “Exercícios Físicos” publicado em 14 de agosto de 1920, Renato Kehl ensina como combater a regeneração da raça através da educação física dos meninos e meninas. O médico recomenda o atletismo para o desenvolvimento de músculos fortes e para a formação de homens e mulheres ágeis e vigorosos. Em sua análise, as principais causas da inferioridade física dos jovens brasileiros era a hereditariedade mórbida legada pelos ancestrais e a ausência de higiene individual nas habitações, na alimentação e a falta de educação e vícios:

#### Exercícios Physicos

Data de poucos anos o interesse da nossa mocidade pelo adestramento físico. Até em bem pouco tempo não se cuidava, entre nós, do que dissesse respeito á gramática e aos esportes. Em consequência desse lamentável desleixo grande parte dos rapazes brasileiros panteava a sua franzina constituição em contraste flagrante com a de rapazes de outros países, onde se faz a educação simultânea do corpo e do espírito (...) os nossos jovens, por conta própria se entregam a toda sorte de esporte a começar pelo *football*, jogo inadequado para crianças e mesmo para rapazes, por ser excessivamente violento; se entregam ao remo, à natação, sem cuidados, sem método, sem um treinamento paulatino, sem os cuidados a que devem obedecer todos os esportes. Desse desleixo resultam grandes inconvenientes para a saúde e para o desenvolvimento da maioria dos meninos e rapazes. Temos observado a preocupação crescente dos moços pelo atletismo; desejam ser forte, ágeis, vigorosos. Num agrupamento deles, a conversação predileta é sobre resistência, a coragem, a força de determinado parceiro, que se vangloria dos seus dotes físicos da sua superioridade sobre os demais (...). De um modo geral podemos dizer que as causas principais da inferioridade física dos jovens brasileiros são as seguintes: hereditariedade mórbida, legada pelos ancestrais á falta de higiene individual nas habitações, na alimentação, a falta de educação em todos os sentidos, a “precocidade nos vícios”, os desregramentos e as moléstias adquiridas na adolescência. Já temos mostrado em artigos publicados neste jornal, sobre medicina social e eugenia, a triste situação de grande parte da mocidade nacional, no que diz respeito a sua decadência pela sífilis, pela gonococia, pelo alcoolismo, pelas noitadas perdidas em clubes e cabarés. Não é nosso intuito considerar neste artigo esses males que tanto nos infelicitam, acarretando a degeneração da nossa raça, e que precisam ser combatidos; mas insistir para que os nossos

<sup>62</sup> Livraria Francisco Alves – Paulo de Azevedo & Cia. Fundo Renato Kehl - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação. Localização: BR RJCOC RK-GP-2.

educadores se interessem pela educação física dos meninos e meninas (KEHL, 1920).

Renato Kehl em boa parte de sua trajetória dedicou-se à implantação da eugenia no Brasil, defendendo o estudo da hereditariedade, da higiene e do saneamento, além de escrever inúmeras obras sobre o tema. A criação da Sociedade Eugênica viria, segundo o médico, “propugnar pelo avigoramento da raça e, portanto, para o progresso do Brasil” (HABIB, 2007). O discurso de Renato Kehl na sessão inaugural da Sociedade Eugênica, bem como nas sessões ordinárias seguintes, além de mais de vinte artigos seus e de outros nomes da eugenia nacional e internacional, foram posteriormente publicados na obra *Annaes de Eugenia*<sup>63</sup>. De acordo com Paula Habib (2003), a correspondência entre Monteiro Lobato e Renato Kehl dentro do debate eugênico é fundamental no processo de difusão e divulgação da eugenia no Brasil:

Folha da União Jornalística Brasileira – S. Paulo.  
Renato,  
Cá me chegaram os dois exemplares da *Bio-Perspectiva* que v. me mandou. Está linda a obra. Parece uma aspirina – e é uma verdadeira aspirina para a cura de uma porção de noções erradas que temos no cérebro. Para cada item v. dá um punhado das ideias sólidas, irredutíveis. Quem outro no Brasil sabe pensar como essa precisão matemática?  
Adeus. E votos para que não pare com as aspirinas de que precisamos. Do Monteiro Lobato<sup>64</sup>.

Para Kehl, o literato era “a franqueza patriótica em ação” e “uma das mais brilhantes e promissoras mentalidades da nova geração brasileira” (HABIB, 2006). “Elo” semelhante o unia a Neiva: o patriotismo e o perfil de “homem de ação”, de iniciativa. É uma rede de interlocução entre a ciência e a literatura em torno da eugenia brasileira, nas figuras de Renato Kehl e Monteiro Lobato. Ambos defendiam a eliminação dos “pesos mortos” da sociedade: o vadio, o doente e o pobre.

<sup>63</sup> *Annaes de Eugenia*, volume publicado em 1919, que apresenta trabalhos organizados pela Sociedade Eugênica de São Paulo. Acervo: Museu Nacional – Arquivo de Antropologia Física. O livro, de 260 páginas, foi editado pela *Revista do Brasil*, de propriedade de Monteiro Lobato.

<sup>64</sup> UJB. União Jornalística Brasileira LTDA- São Paulo. Fundo Renato Kehl - Fundação Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e Documentação. Localização: BR RJCOC RK-RI.

A pesquisa de Paula Habib (2007) promove o entendimento da relação entre Monteiro Lobato e Renato Kehl, uma vez que a literatura lobatiana é vista como um objeto de estudo relevante para a compreensão do movimento eugênico brasileiro. A autora nos apresenta os ideais eugênicos de uma maneira não institucionalizada e, principalmente, “vulgarizada” em jornais, revistas e livros de grande circulação. Essa premissa é possível de observar na constatação em carta de Lobato enviada a Kehl:

A cainçalha não me perdoa ser querido das crianças e vender meus livros mais que eles. Daí tudo ser pretexto para insultos e difamações. Que gentinha ruim e miúda a nossa! Se com tua eugenia não concertas esta raça, tê-la-emos uma das mais sórdidas do mundo<sup>65</sup>.

As ideias eugenistas foram proferidas em palestras sobre higiene sexual e prevenção de doenças venéreas a rapazes “educados” e estudantes de medicina (STEPAN, 2005: 352). Para as moças, eugenia significava maternidade digna com ênfase na saúde materna e no cuidado pré-natal. A construção do ideal de mãe moderna nos anos 1920 foi marcada não só por princípios higiênicos e por um nacionalismo que conjugava saúde, educação e nação, mas também por uma aliança entre médicos e mulheres na configuração da maternidade científica. A ideia era transformar as mães em aliadas dos médicos, sem que a autoridade destes fosse alterada. O arquétipo negativo também é construído - a mãe desnaturada e a mulher indigna (FREIRE, 2008; LEVINE, 1994).

Cabe ressaltar que em 1923 foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) no Rio de Janeiro, pelo psiquiatra Gustavo Riedel, a qual tornou possível reunir a elite da psiquiatria nacional, além de médicos, educadores, juristas e intelectuais, na defesa do “aprimoramento racial” através de medidas eugênicas (REIS, 1994). Os profissionais que participaram desse grupo estavam convencidos de que a degradação moral e social dos povos advinha dos vícios, da ociosidade e da miscigenação racial. Os psiquiatras passaram a cuidar da higiene do povo brasileiro. No Brasil, tanto as teorias raciais quanto o movimento eugenista foram incorporados e adaptados especialmente por médicos, já que instituições de pesquisa científica ainda eram nascentes no país.

---

<sup>65</sup> Correspondência de Monteiro Lobato a Renato Kehl, de 04/03/1936. Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC.

O médico Renato Kehl escreveu conselhos eugênicos e sociais para os candidatos ao casamento. Kehl foi um dos idealizadores do *Boletim de Eugenia*, que divulgou os efeitos da eugenia nos países ricos. Usou do periódico para pedir aos leitores que respondessem a um questionário sobre livros adequados para educação sexual e ‘eugênica’ de moças, no lar e nas escolas. O interesse eugênico na educação sexual pouco tinha a ver com visões radicais sobre sexualidade ou papéis sexuais. Pelo contrário, a eugenia brasileira vinculava-se estreitamente a uma ideologia conservadora, familiar. O médico condenava a mestiçagem por considerá-la uma degeneração das melhores raças e se posicionava contra os casamentos inter-raciais.

## **2.2 – Os artigos de Arthur Neiva no jornal *O Estado de São Paulo*.**

Em 1923, Arthur Neiva licenciou-se de Manguinhos para dirigir o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a mais longeva e tradicional instituição de história natural no Brasil. Tomou uma série de medidas importantes tais como a criação do *Boletim do Museu Nacional*, a publicação de trabalhos de divulgação sobre a fauna e flora brasileiras para distribuir às escolas, de números da Fauna Brasiliense e dos Archivos do Museu. Apoiou expedições científicas, a retomada das pesquisas paleontológicas em Lagoa Santa – MG e, entre outras iniciativas, criou um horto de plantas medicinais (BORGMEIER, 1940: 9). Ações que atestam sua vocação como organizador de instituições, além do comprometimento com a divulgação do conhecimento científico e a missão pública do homem de ciências.

Nesse período, Neiva publicou artigos na *Revista do Brasil* e jornais cariocas como *Correio da Manhã* e *O Paiz*. Escreveu livros didáticos de ciência para a editora e ampliou a linha de fornecimento de livros para o estado de São Paulo para se recuperar da crise econômica de 1923 e da greve geral que atingiu São Paulo (KOSHIYAMA, 1982: 77-80 *apud* ILBAÑEZ; RONCON; ALVAES, 2012).

O cientista dirigiu *A Nação*, além de colaborar com artigos para *O Estado de São Paulo* entre 1920 e 1921, para o jornal argentino *El Tiempo*, de Buenos Aires, e na *Revista do Brasil*, dirigida por Monteiro Lobato. Foi ainda co-fundador da revista *Boletim Biológico*, deixando registrado cerca de 180 textos científicos, elaborados em sua maior parte no Instituto Oswaldo Cruz, onde foi pesquisador. Colaborou ainda em diversas publicações

especializadas no Brasil e no exterior. Ainda em 1923, Arthur Neiva criou o periódico *Scientia Medica* com os pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, César Pinto e Olympio da Fonseca (BENCHIMOL, TEIXEIRA, 1993: 178). Em carta enviada a Lobato, Arthur Neiva comenta um pouco da sua demasiada rotina de trabalho no Rio de Janeiro e dos desafios financeiros para manter o periódico *Scientia Medica* em circulação,

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1923.

Dr. Lobato

Demorei a resposta pelos afazeres. São cinco os artigos saídos em outubro, novembro, janeiro, março do corrente ano e o último crê que no mês de maio Faça-me favor de verificar porque não tenho este número, mas é trabalho que trata da descoberta arqueológica do Maranhão.

Nada li a respeito do artigo na revista francesa a propósito da Soror Marianna. Como se chama a revista? E o homem o que diz?

Queira mandar o dinheiro para o Rio. Para mim me seria mais fácil enviar um artigo por mês sobre assunto científico ou não. Há tanta coisa interessante a se dizer no Brasil e fora dele, evocações de viagens e impressões várias. Pelo mesmo correio envio-lhe dois números da “*Scientia Medica*” que por enquanto só me tem dado grandes prejuízos, porém se os companheiros não desanimarem há de vencer. Também envio o número do boletim do Museu Nacional publicação nova para dar vazão aos trabalhos cá de casa. Os companheiros já me colocaram em crise porque tenho o segundo número *prélo* e possuo o material para os dois mais além de um grande volume destinado aos arquivos e que deverá sair ainda este mês.<sup>66</sup>

Na correspondência acima Arthur Neiva se refere à colaboração dele nas notas de *Scientia da Revista do Brasil* e à edição da revista do Museu Nacional. Assim como Monteiro Lobato, Neiva escreveu crônicas literárias publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* e na *Revista do Brasil* (SOUZA, 2009:251). Entre as publicações do período, ele escreveu o artigo “Do Esporte” publicado em 30 de julho de 1922, em defesa da prática do esporte na juventude brasileira: “Partiu dos moços de hoje, que fazem esporte, a repulsa à triste dádiva dos legisladores brasileiros, nascidos e criados ontem, quando o esporte era considerado pelos cultos da época, meio de desenvolver os músculos atrofiando o cérebro”<sup>67</sup>. Esse fragmento relaciona-se aos pressupostos de Kehl no artigo “Exercícios Physicos”, no qual ele afirma: “em consequência desse lamentável desleixo, grande parte dos rapazes brasileiros panteava a

<sup>66</sup> Carta de Arthur Neiva a Lobato, em 08/11/1923. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>67</sup> Fundo Fernando de Azevedo. Código: FA – RSFA/ cd1,48/ Instituto de Estudos Brasileiros/ USP. Do Esporte, 30/07/ 1922.

sua franzina constituição em contraste flagrante com a de rapazes de outros países, onde se faz a educação simultânea do corpo e do espírito”<sup>68</sup>.

Na carta de Neiva enviada a Monteiro Lobato em 26 de janeiro de 1924, o cientista comenta a relação entre as ótimas habilidades intelectuais de seu filho com a prática de educação física. Ou seja, ele está convencido que o desenvolvimento saudável é fruto da prática de esporte, e faz uma projeção de progresso para o futuro de Arthurzinho:

O Arthurzinho ia terminar os preparatórios este ano não permiti, pois ia acabar cedo demais. Falta-lhe apenas História Natural e tem 14 anos, embora com a educação física que lhe estou dando esteja já corpulento e mais alto do que eu. O ano passado teve um discípulo de aritmética que passou com boa nota no exame gramatical, este ano prepara um aluno para o Colégio Militar. Leva-me vantagem em tudo, até no trabalho, pois eu comecei a ganhar dinheiro aos 18 anos ele aos 13<sup>69</sup>.

Consoante Vanderlei Souza (2009), Neiva sempre esteve ligado ao trabalho editorial, tanto como dirigente ou consultor, como no caso da *Revista do Brasil*. O cientista Arthur Neiva dirigiu ao lado de Roquette-Pinto a seção “Notas de Ciência”, e foi fundador de periódicos científicos, como o *Boletim do Museu Nacional*, que criou durante a sua passagem como gestor da instituição, entre 1923 e 1927.

Souza (2009) destaca o forte nacionalismo que permeou os escritos de Arthur Neiva, otimista na possibilidade de o Brasil progredir, mas muito crítico à inação dos governantes e ao apego das classes eruditas à retórica e tradições. O autor ressalta o envolvimento do cientista com o trabalho editorial, além da intensa atividade como articulista na imprensa, a qual “entendia que tinha um papel regenerador a cumprir” (SOUZA 2009: 256). As produções de Vanderlei Souza (2009) e Dominichi Sá (2009) fornecem indícios da rede de sociabilidade intelectual de Arthur Neiva, situando-o no quadro de uma geração dedicada a pensar projetos de reforma da sociedade brasileira que passavam pela promoção das ciências, da educação e da saúde pública. Eles mostram como a imprensa representou a arena de ação por excelência desses indivíduos.

<sup>68</sup> Fundo Ernani Silva Bruno. Código: FA – RSFA/ cd1, 33/ Instituto de Estudos Brasileiros/ USP.

<sup>69</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 26/ 01/1924. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Na carta de Arthur Neiva enviada a Monteiro Lobato em 26 de janeiro de 1924, o cientista expôs no diálogo a sua rotina da burocracia com os relatórios, verbas de manutenção e orçamentos do Museu Nacional. É notória a preocupação de Arthur Neiva em produzir para a *Revista do Brasil*, e com as relações da rede de sociabilidade intelectual, pois, ao citar Alberto Childe na correspondência, Neiva exalta a admiração por seu trabalho e a erudição, ponto fundamental no diálogo com Monteiro Lobato que sublinhava sua cultura e conhecimento:

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1924.

Dr. Lobato.

De há muito que estava para escrever-lhe e no meu caderno estava apontado: “Escrever Lobato”. Fim de ano, confecção de relatório, luta com os orçamentos, colocação dos papéis em dia para ir-me embora no dia 1 de janeiro, caso o Governo não me tivesse dado os recursos que pedi para tocar para diante o Museu. Estes e não sei quanto outros motivos tiraram-me o tempo senão teria recebido apenas como amostra, o que junto remeto feito pelo Snr. Alberto Childe, preparador e conservador de Arqueologia, russo de nascimento que ninguém sabe como apareceu no Brasil e que trabalhava no Museu há muitos anos, por todos admirados pela profunda erudição e vasta cultura artística, linguística, e que, no entanto ganhava trezentos mil réis (...). Quando o Sr. reaparecer aqui no Museu, poupar-lhe-ei as marchas e contramarchas a que obriguei por ocasião da sua visita, em compensação lhe oferecerei oportunidade de travar relações ou alguns elementos entre estes o Childe. Quero ver se mando qualquer coisa para a Revista, a que, aliás, não tenho recebido para o número de Fevereiro ou Março e uma vez começada prometo ser assíduo (...). Acho-me mais animado agora no Museu, pois obtive elementos de trabalho e muito satisfeito com os técnicos que desenvolvem grande atividade<sup>70</sup>.

Na carta do dia 9 de abril de 1923, Arthur Neiva descreve mais uma vez para Monteiro Lobato o seu cotidiano no Museu Nacional, parece estar fadigado e atarefado com seu acúmulo de funções: diretor do museu, redator e editor de periódicos,

Rio, 9 de abril de 1923.

Dr. Lobato

Recebi sua carta: por esses dias quero ver se escrevo a crônica para o próximo número da Revista.

Os afazeres, a infernal burocracia, o emperramento de todas as molas do Museu Nacional e os contínuos esforços que faço para ver se as

<sup>70</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 26/01/1924. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

desenferrujo, têm-me tirado qualquer tempo para outra coisa. Junto vos envio um recorte do “Paiz” de hoje; é um trecho de uma das minhas crônicas para a Revista do Brasil; não há menor indicação de onde tirou, nem se quer existem aspas. É a segunda vez eu observo minha colaboração no *Paiz* através das crônicas para a Revista; antes assim<sup>71</sup>.

Arthur Neiva era um entusiasta da divulgação e promoção das ciências, traço presente em toda sua trajetória de organizador de instituições. Em decorrência do seu papel enquanto “homem das ciências”, durante a década de 1920 a temática da educação também perpassou pelos assuntos discutidos por Neiva e Lobato em cartas e artigos, no que tange às mudanças do ensino e a ortografia portuguesa<sup>72</sup>. Uma das objeções de Neiva a Lobato em carta foi a introdução da língua espanhola na gramática oficial sem a consideração das dificuldades do povo brasileiro, o sertanejo analfabeto:

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1924.

Dr. Lobato,

O centro nacional desloca-se para São Paulo em tudo, incluindo letras bancárias e outras. A nacionalização literária vai começar com este movimento e eliminar os editores portugueses que nos querem impingir a ortografia lusitana cujo resultado foi espanholizar a língua sem terem levado em consideração a variante brasileira criada pelo Jeca<sup>73</sup>.

Na correspondência de Arthur Neiva a Monteiro Lobato do dia 19 de março de 1928, o cientista comenta sobre o envio de uma cópia do livro *Daqui e de Longe*, e menciona ser conhecido por seu amigo devido às publicações na *Revista do Brasil* e do jornal *O Estado de São Paulo*. Arthur Neiva considerava o trabalho intelectual uma atividade exaustiva, responsável por atrofiar os músculos e criar uma geração de indivíduos de “corpo mole.” Os textos reunidos abordaram uma variedade de temas, tais como: “as características do pensamento intelectual e científico brasileiro, o uso da língua inglesa e francesa no Brasil, a questão do café na economia nacional, a prática do esporte para a saúde física, a censura à

<sup>71</sup> Carta de Neiva a Lobato em 09/04/1923. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>72</sup> Carta de Neiva: Lobato amigo (...). Recordo-me que houve uma discussão gramatical enorme sobre a verdadeira pronúncia; aérolitho ou aerólitho. Tudo acaba entre nós em gramática (...). Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921. Carta de Neiva a Lobato em 15 de maio de 1937. O estado de São Paulo como foi vanguarda do processo de mudança na ortografia nacional.

<sup>73</sup> Carta de Neiva a Lobato em 01/02/1924. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

imprensa (...) a imigração e a questão racial no Brasil e nos Estados Unidos.” (SOUZA, 2009: 250).

Arthur Neiva associa a prática esportiva à questão racial e à identidade brasileira, e acaba tendo uma opinião pessimista sobre o assunto, aliás, o que mais Monteiro Lobato e Neiva partilham é o sentimento de impotência e de fracasso em relação ao país. Os artigos publicados por ele sobre o esporte são fundamentados em concepções eugênicas. Arthur Neiva colocou-se na condição de defensor da Educação Física no Brasil, por ele vista como fonte de melhoria da saúde dos jovens, das “raças vindouras”. O cientista filiava-se à vertente da eugenia que concebia o esporte como medida preventiva, forma de salvaguardar a saúde da população. O trecho abaixo é fragmento do artigo “Do Esporte” publicado na obra “*Daqui e de longe*”:

Do Esporte

II

Uma das características do povo brasileiro é a falta de memória. Nós somos o povo que mais facilmente esquece no mundo inteiro (...). Quando a raça é forte, musculosa, de peito largo e ombros quadrados, como latagões portugueses, o Rei pode ser moço e fugir, como o fez d. Manuel; mas o povo luta, bate-se, morre; não importa o homem, há alguma coisa acima das fraquezas humanas e que formam o que chamamos opiniões, ideias, princípios (NEIVA, 1922: 66).

Nos artigos sobre o esporte Arthur Neiva evidencia como elementos principais para o sucesso de uma nação: a raça musculosa e forte, a presença de espírito, força física e robustez. Assim, em 24 de outubro de 1922, o cientista afirma que o aprimoramento das características destacadas afastaria o país de caminhar para a derrota,

Do Esporte

IV

O sangue frio, a presença de espírito aprende-se nas justas esportivas quando um golpe em falso, uma manobra precipitada podem decidir da vitória. Tais virtudes corrigem no homem todos os excessos criados pelo nervosismo com o capricho, gerado pela tensão elevada, ou filho da depressão como é a negligência e que sempre acabam conduzindo á derrota. O esporte desenvolve a força física e esta dá ao homem uma condição que não faz parte do seu ciclo evolutivo, como é a virilidade. Dá-lhe robustez e o torna varonil e, esta faculdade, impregna-lhe a própria essência do indivíduo,

dando-lhe um título de nobreza que eles mesmo poderá forjar por suas mãos e manter pelas suas atitudes, palavras, atos e ações (NEIVA, 1922).

Para Arthur Neiva, o Brasil deveria seguir o exemplo da Inglaterra através do “uso do esporte”, em sua concepção nesse país “cada geração que nasce é em todos os sentidos melhor que a precedente. Homens e mulheres são mais robustos, e a prole condensaria os valores somáticos dos genitores. Em tais condições o aperfeiçoamento é fatal” (NEIVA, 1922: 82). Vale mencionar que, os artigos publicados por Arthur Neiva em *O Estado de São Paulo* foram posteriormente reunidos no livro “*Daqui e de longe*” em 1927, compondo uma série de seis artigos relacionados à educação física intitulada “Do esporte”,

#### Do Esporte

##### III

Essa paixão corrosiva é o esporte nacional por excelência, e tempos houve, não mui afastados, que o ser votante na capital do país era considerado como lutador romano; havia o culto ao nosso atleta apenas apelidado á maneira tupy de –“capoeira”. Esporte tão levado a sério que Couto de Magalhães pretendeu que se ensinasse nos colégios. A ideia não foi levada avante porque a “capoiragem” ficou sendo apanágio de alguns políticos, alguns dos quais são mestres em rasteiras e cabeçadas (...). Quando vejo essa rapaziada de hoje, forte e sacudida, tendo ironias para os alfenis anemiados, as almofadinhas, da sua gíria, ponho-me a imaginar nos belos tipos da roça nova que em futuro não remoto há de habitar esse país (...) a feição de pátio de hospital onde os convalescentes passeiam e que era minha impressão da gente do Rio de outrora, desaparecerá, definitivamente: o esporte influirá mais que tudo para essa transformação (NEIVA, 1922: 71-72).

De acordo com Neiva, o esporte desenvolveria a força física e ofereceria no homem uma condição que não fazia parte do seu ciclo evolutivo, como a virilidade. Por essa perspectiva, a prática esportiva levaria à regeneração da população, o que implicaria numa transformação na fisionomia e no físico. É notório no discurso de Arthur Neiva os aspectos dos pressupostos de uma educação preventiva no que tange à hereditariedade do brasileiro. O que se distancia da abordagem kehliana da qual Monteiro Lobato endossou em seu discurso: eugenizar a nação a partir da exclusão de indivíduos supostamente inadequados.

No jornal *O Estado de São Paulo*, a coluna “O momento esportivo – a situação da educação física no Brasil”, Neiva abordou a influência de São Paulo no esporte nacional, a organização esportiva e a necessidade e os meios de reformá-las. Nessa sessão, foi publicado

um artigo sobre arte e atletismo: “não sabemos o que pensam esses grandes talentos da beleza plástica e dos meios e estímulos em voga no cultivo da harmonia das linhas esculturais e anatômicas da beleza racial” (*O Estado de São Paulo*, 1922).

No conteúdo das crônicas de Neiva podem ser vistos os projetos político-culturais que propunham reformar os “caminhos da nação”, preocupação central da geração de intelectuais a que ele pertencia. Assim como Monteiro Lobato, o cientista partilhava dos ideais do americanismo ao comparar os Estados Unidos e o Brasil, que para Neiva representava um verdadeiro contraste entre o progresso e arcaico:

O Brasil, vítima da superstição francesa, viveu durante muito tempo, ignorando os Estados Unidos, tal qual a grande França (...). Fui encontrar nos Estados Unidos tudo o que se negava por aqui: ciência, idealistas, filantropia, arte, literatura, e, sobretudo, uma capacidade de organização verdadeiramente assombrosa (...). Washington é chamada ironicamente o “Paraíso dos negros”; isto porque o homem de cor tinha direito de tomar o mesmo bonde. Não sei se tal regalia continua (NEIVA, 1921).

No fragmento do artigo “Reconstrução” Arthur Neiva faz uma analogia com o personagem de Monteiro Lobato, Jeca Tatu: metaforicamente, o Brasil estaria na mesma condição do célebre caipira - esquelético, desnutrido, sem instrução e esquecido. O esporte era a resposta para o rejuvenescimento da população brasileira, o que a afastaria de superstições e recordações:

O Brasil sentimental dá o que não pode, ostenta filantropia no exterior; no entanto, embota-se para o sofrimento dos irmãos. E continua não reparando no Jeca esquelético, desnutrido, sem vias de comunicação, sem instrução, esquecido de quase todos os governos, vivendo ao deus-dará. Foi assim que eu o vi nos lugares onde passei minha meninice, no recôncavo da Bahia e em todas as extensões das grandes áreas que atravessei vagarosamente, em viagens de estudo, por esse Brasil afora (...). O novo Brasil escreveria outro Estatuto para o seu rejuvenescimento. Era a primeira medida a se tomar. Superstições e recordações não guiam povos (NEIVA, 1921: 183-189).

Em relação ao ensino secundário e superior, Arthur Neiva argumenta que a razão principal do insucesso das repetidas reformas no Brasil para a reorganização do ensino consiste na transplantação de métodos e processos em grande parte inadequados ao país. No

debate da participação do estado, em cooperação com seus representantes federais, Arthur Neiva considerava que o estado de São Paulo deveria se colocar numa situação à parte, procurando resolver o problema do ensino secundário e superior, tomando iniciativas que tão somente lhe digam respeito, pois a maioria das aspirações paulistas não poderá enquadrar-se nas necessidades da generalidade dos Estados,

#### Ensino secundário e superior

Sou favorável ao ensino secundário largamente baseado nas ciências e línguas modernas, sem o desprezo, no entanto, das humanidades clássicas (...). No Brasil nós supomos erradamente que a língua francesa é universal; em todos os países do norte da Europa, no Oriente e nos Estados Unidos, quem souber somente francês terá dificuldade de se fazer compreender fora dos hotéis em que os porteiros falam vários idiomas. Eliminar, pois, a única língua universal de fato, que é o inglês e substituí-la por uma língua morta, como o *latim*, acho verdadeiramente incompreensível (NEIVA, 1922: 208).

Entre os artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1921, Arthur Neiva expressou uma opinião favorável à imigração nipônica no Brasil. Em um deles, o cientista problematizou a geografia e recursos do Japão e criticou a doutrina *Monroe* dos norte-americanos. No fragmento abaixo de título explicativo “Um estadista japonês”, Neiva apresentou argumentos pró-japoneses na obra “*Daqui e de Longe*” (1927):

#### Um Estadista Japonês

Todo o japonês é portador de um drama íntimo diante da barreira que o homem branco, sobretudo o norte-americano, procura levantar ao povo que habita o Japão. Sobre os ombros de nenhum político do mundo caem responsabilidades tão pesadas, como as que oneram um *chancellor* nas terras japonesas (...). Os que são contrários à imigração japonesa no Brasil devem culpar com mais razão os Estados Unidos, que com uma política bifronte impedem, com a doutrina de Monroe, a intervenção na América, achando-se com pleno direito de intervir nas coisas asiáticas, e, o que é mais, criando toda a sorte de óbices aos japoneses, que são levados a emigrar para remotos países, tocados pela mais dura necessidade. No Japão, não há mais onde plantar e isto não é figura retórica (...). Onde não pode mais ser semeado o arroz e outros cereais, cultivam-se os pinheiros e outras árvores.  
(NEIVA, 1921: 164).

Conforme o trecho acima, no início da década de 1920 o cientista parecia firme em sua defesa nipônica: “Os que são contrários à imigração japonesa no Brasil devem culpar com

mais razão os Estados Unidos, que com uma política bifronte impedem, com a doutrina de Monroe, a intervenção na América” (NEIVA, 1921). Para Neiva, os japoneses viviam um drama íntimo diante o domínio político e econômico dos Estados Unidos. A admiração pelo Japão é justificada por sua viagem ao país no ano anterior, onde proferiu conferências e visitou hospitais, faculdades médicas e institutos, além de percorrer vinte e seis cidades dentre elas Hakone, Nikko, Nagoya, Yamada (Ise), Nara, Osaka, Quioto e Miyajima (KUBOHIRA, 2019).

Em 2 de julho de 1920 Arthur Neiva embarcou em um navio do Rio de Janeiro com destino ao Japão, para onde fora convidado pelo diretor M. Miyajima (1853-1931), do Instituto Kitazato, a pedido do governo japonês e da Companhia de Emigração Japonesa Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha para avaliar quais seriam os principais problemas sanitários que acometiam os imigrantes japoneses no Brasil. Segundo Ryo Kubohira (2019), Miyajima declarou que sua maior preocupação era a ancilostomíase, conhecida como amarelão. Neiva aceitou o convite do instituto Kitazato no Japão, com a intermediação do Ministério das Relações Exteriores, para a realização de uma série de conferências sobre a higiene empregada no Brasil. O resultado desse trabalho lhe concedeu a condecoração da “Ordem Do Sol Nascente”, maior prêmio científico japonês da época.

Contudo, é notório que como parte constitutiva das trajetórias intelectuais, há rupturas e continuidades no discurso, e isso não foi diferente para o cientista Arthur Neiva acerca da imigração japonesa para o Brasil entre 1920 e 1937. Ryo Kubohira (2019) aponta para as três fases do discurso de Neiva: um primeiro momento anti-japonês, entre 1910 e 1920; um segundo momento, no qual ele se autoproclamou pró-japonês após retornar da viagem científica ao Japão em janeiro de 1921, ano que publica o artigo “Um estadista japonês”. Na terceira fase, o cientista motivado pelas questões políticas que tangenciaram o espírito nacionalista da década de 1930, assumiu um papel conservador com outros líderes de vertente antinipônica na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Mais adiante será abordado este momento na carreira de Neiva.

### 2.3 – A obra de Monteiro Lobato “*O Choque das Raças*” e o americanismo.

Mas nem eliminando com os recursos da ciência o característico essencial da raça deixavam os negros de ser negros na América. Antes agravavam a sua situação social, porque os brancos, orgulhosos da pureza étnica e do privilégio da cor branca ingênita, não lhes podiam perdoar aquela *camouflage* da despigmentação. (LOBATO, 1951: 219).

O ódio de raças está acima de tudo e ninguém é capaz de romper com os preconceitos, nem mesmo Roosevelt.  
(NEIVA, Arthur. *Presente de Negros*. O Estado de São Paulo, 1921).

Em 04 de setembro de 1926, um ano antes de Monteiro Lobato viajar aos Estados Unidos como adido comercial o literato lançou seu único romance adulto: “O Choque das Raças” ou “O Presidente Negro”. O primeiro capítulo foi apresentado na primeira página do jornal carioca *A Manhã*. O literato o escreveu em um período de três semanas para publicação em folhetins. Inicialmente este livro tinha o subtítulo “Romance americano do ano 2228” (HABIB, 2003). O texto foi publicado novamente no jornal, em 1º de outubro de 1926.

Na redação de “O Choque das raças”, Monteiro Lobato escreveu que se tratava de um romance americano. Na primeira edição da obra, lê-se a seguinte dedicatória: “A Arthur Neiva e Coelho Netto, dois grandes mestres no trabalho, na ciência e nas letras” (TIN, 2007: 453). Vale mencionar que é muito significativo que dedique a um dignitário da ciência, e outro das letras. Sintomático das audiências às quais estava endereçando o trabalho, de como concebia a obra, como narrativa literária que veiculava ideais científicos, pois era assim que via a eugenia, aliás, assim, era como ela era vista à época, como solução “científica” para a “questão racial”.

O “Choque das Raças” é uma narrativa de ficção científica de forte cunho eugênico, com referência às ideias de Renato Kehl e proposta de controle do casamento dos supostos homens não-aptos<sup>74</sup>. O romance tem início com o encontro de Ayrton Lobo, um vendedor ambulante, com o Dr. Benson, após o primeiro sofrer um acidente de carro. Depois dos

---

<sup>74</sup> Monteiro Lobato sugere a despigmentação dos negros para solucionar o problema racial. Durante a narrativa com o objetivo de endossar o argumento de extermínio, Monteiro Lobato faz referência à Grécia Antiga por intermédio da lei espartana: “reduziram praticamente a zero os números dos desgraçados por defeito físico (...) restavam os desgraçados por defeito mental” (LOBATO, 1979:75).

cuidados recebidos, o vendedor pede para ficar com o seu benfeitor em sua mansão. A partir de então, Ayrton Lobo tem contato com a filha do cientista, a Miss Jane, e com o aparelho “porviroscópio”, criado pelo Dr. Benson, que possibilitava ver o passado e o futuro.

De forma semelhante à obra 1984, de George Orwell, Monteiro Lobato fez projeções sobre como imaginava o futuro<sup>75</sup>. Ao contrário de Orwell, cujo Estado é autoritário e ditatorial, o literato acreditava na via democrática, com eleições livres. O tema da obra lobatiana, o choque das raças na sociedade americana, é introduzido com o depoimento de Miss Jane a Ayrton, ao relatar que viu, por meio do porviroscópio, o que ocorreria no ano de 2228, quando um negro venceria, pela primeira vez, a disputa pela presidência dos Estados Unidos. Conforme Jane, no ano de 2228 haveria uma disputa à presidência: o ex-presidente branco Kerlog, a feminista Evelyn Astor e o candidato negro Jim Roy. Os brancos não aceitam o resultado da eleição e elaboram uma solução para o problema negro: Jim Roy é encontrado morto em seu escritório, e, então, Kerlog é reeleito.

Segundo Monteiro Lobato (1926), no futuro os partidos políticos se intercalariam no poder, possibilitando a ascensão do presidente negro. De qualquer sorte, o planejamento familiar, por imposição autoritária do Estado, é determinante nessa nova sociedade imaginada por Lobato. Apenas as famílias autorizadas podem procriar para manter a pureza da raça. Os crimes, a pobreza, enfim, todos os problemas tidos e havidos no mundo atual, são vistos na obra como decorrência do problema racial, e apenas a eugenia era a solução social. No capítulo “Eficiência e Eugenia”, Monteiro Lobato expressa o seu pensamento acerca da questão racial nos Estados Unidos:

Muito cedo chegou o americano à conclusão de que os males do mundo vinham de três pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade — o vadio, o doente e o pobre. Em vez de combater esses pesos mortos por meio do castigo, do remédio e da esmola, como se faz hoje, adotou solução muito mais inteligente: suprimi-los. A eugenia deu cabo do primeiro, a higiene do segundo e a eficiência do último. Aliviada da carga inútil que tanto a

---

<sup>75</sup> Monteiro Lobato elaborou um projeto reformador através do conserto do mundo pela eugenia. Em sua concepção, Walter Owen foi o verdadeiro remodelador da raça branca na América, pois publicou o famoso livro “O Direito de Procriar” (LOBATO, 1979: 75). De acordo com o literato, a lei Owen, como era chamado esse Código da Raça, promoveu a esterilização de abusadores, dos mal formados mentais, de todos os indivíduos capazes, em suma, de prejudicar com má progênie o futuro da espécie. Só depois da aplicação de tais leis é que foi possível realizar o grandioso programa de seleção que já havia empolgado todos os espíritos.

embaraçava e afiava, pôde a América aproximar-se de um tipo de associação já existente na natureza, a colmeia — mas a colmeia da abelha que raciocina. (LOBATO, 1979:92)

A obra “O Choque das Raças” tem forte relação com os ideais eugênicos de Renato Kehl. Conforme Habib (2003), a literatura lobatiana e os ideais eugenistas foram aplicados a fins políticos e sociais, visto isso nas entrevistas, prefácios escritos, biografias e demais escritos por Monteiro Lobato analisado pela pesquisadora (HABIB, 2003). Contudo, não se pode excluir o fundo de análise econômica e cultural relativas ao “American Way of Life” na obra, pois nas correspondências trocadas entre o literato e Arthur Neiva a questão racial está atrelada ao atraso do desenvolvimento econômico nacional e ao passado colonial português.

A mentalidade de Lobato mudara após a viagem à Nova Iorque em 1927 e o seu pensamento racista passou a ter forte associação à eficiência produtiva da nação. A respeito disso, em carta Monteiro Lobato afirma que possível resolver o Brasil numa equação, justificando assim a sua lógica pautada na economia dos países supostamente desenvolvidos:

O Brasil é o que sabemos – e o é, sobretudo por pobreza. Hoje ponho o problema brasileiro numa equação. O homem é pobre porque possui índice muito baixo de eficiência (o índice americano é de 42, o do europeu é de 13; o nosso é pouco mais que 1, que é índice do homem natural, do selvagem, o que só pode o que podem os seus músculos. Ora, a eficiência do homem na terra só se aumenta por meio da máquina. Se posso ir de S. Paulo ao Rio em 12 horas, é que o trem ou automóvel – a máquina – me multiplicaram a eficiência<sup>76</sup>.

#### **2.4 - A declaração de Monteiro Lobato de apoio à *Ku Klux Klan* e o determinismo biológico.**

Monteiro Lobato esteve fora do Brasil durante a transição entre a Primeira República e a Revolução de 1930. Nas correspondências entre 1927 e 1932, ele compartilhou com Neiva o modelo de nacionalismo americano como solução aos problemas brasileiros e ficou deslumbrado com a independência econômica em relação à Europa e o alto grau tecnológico adquirido pela sua indústria (ILBAÑEZ; RONCON; ALVAES, 2012: 243). Para o literato, a

<sup>76</sup> Carta de Monteiro Lobato a Neiva em 9 de março de 1934. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

organização da fábrica estadunidense era o oposto da economia agrária predominante no Brasil. O escritor passou a estudar os moldes do fordismo e do georgismo devido ao seu interesse em investimentos na indústria de base como a metalúrgica e a petrolífera. Em 9 de setembro de 1927, em Nova Iorque Lobato escreveu as suas impressões da vida na América:

Que estradas, que culturas, que gado, que cidades (...). Vejo todos os problemas resolvidos e uma média de felicidade individual que nenhum outro sociólogo julgou possível. É positivamente o primeiro país que acertou a mão na ciência do viver coletivo (...). Este ponto de vista vejo bem o Brasil em conjunto e posso julgar da sua mentalidade. É o caso perdido que eu já suponha aqui. Para curá-lo era preciso uma campanha tremenda que o convencesse de 4 coisas. 1) Que não é um país novo como os jornais e todo mundo vivem a proclamar, e sim um país dos mais velhos do mundo. Idade se conhece pelos sinais da ação do tempo no organismo, rugas, cabelos brancos, arteriosclerose etc. e não vejo povo que apresente mais coisas. Herdou em 1500 a decrepitude de Portugal e aperfeiçoou-a a ponto que importa português para remoçar o sangue. 2) Que o que o brasileiro chama inteligência é uma coisa muito velha no mundo e conhecida por burrice. Somos imensamente burros, tão burros que não nos apercebemos disso. Inda não vi um jornal daqui falar na inteligência do americano. No dia em que eles descobrirem que são inteligentes é possível que comecem a desandar e a emburrecer, do mesmo modo em no dia em que nos convenceremos da nossa burriedade hereditária é possível que comecemos a ficar inteligentes. Sempre o nosce te ipsum. 3) Convencer-se que é pobre, talvez mesmo o mais pobre de todos os países pobres do mundo, pobre de pedir esmola a quanto povo soube ganhar e juntar dinheiro. Essa convicção será o primeiro passo para o enriquecimento. 4) Convencer-se que é um doente. Neste pormenor vejo uma doença nova que aí não me chamou muito atenção: paralisia. Um país onde um sujeito para ir de um ponto a cem milhas de distância precisa, salvo honrosíssimas exceções, montar um nosso irmão cavalo e gastar 150 horas da sua vida é positivamente um país paralítico. O americano faz essas 100 milhas com o dispêndio de 2 horas de vida. (...) Eu quando vejo essa carroça de lixo – imprensa brasileira - a intitular-se alavanca do progresso e a condenar a abertura de estradas tenho vontade de extirpar-me da brasilidade pelo resto da vida. É demais. Ganhar do português em burrice é demais<sup>77</sup>.

Ainda entusiasmado com os padrões americanos, em carta Monteiro Lobato declarou admiração à *Ku Klux Klan* em 10 de abril de 1928. Esta correspondência permite matizar o conhecido abandono de Lobato do fatalismo biológico e do conseqüente racismo em sua adesão pública ao movimento sanitarista, dez anos antes, quando afirmou que o “Jeca não é

---

<sup>77</sup> Carta de Lobato a Neiva, de 09/09/1927. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

assim, o Jeca está assim”. Nesse sentido, o apoio de Monteiro Lobato a *Ku Klux Klan* revela a persistência do pensamento racial no âmbito privado:

País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é país perdido para altos destinos. (...) Um dia se fará justiça ao Klux-Klan; tivéssemos aqui uma defesa desta ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva (...). Acho ótima a sua ideia de americanizar o Arthurzinho. Ele vencerá aqui, ao passo que na Alemanha terá que arcar com a sua quota de derrota ambiente. A Alemanha está em excesso handicap – além do handicap europeu, comum a tudo que é europeu, o handicap alemão, consequente é a guerra. Aquele se beneficiará com a quota de vitória ambiente (...). Recebi o seu livro e vou lê-lo com o prazer com que sempre leio coisas pensadas – gênero tão raro nas nossas letras. Adeus. Quando tiver outras novidades de Detroit, escreverei. Muitas lembranças ao famoso rebento e recomendações á sua senhora<sup>78</sup>.

O assunto principal do diálogo da carta acima era a questão do ferro com a implantação do *Processo Smith*<sup>79</sup> no Brasil. Contudo, a declaração racialista e a recomendação de americanização do Arthurzinho estão inseridas nesse diálogo. O fracasso da adesão no Brasil à proposta do modelo econômico norte-americano pode ter relação com a questão racial na concepção de Monteiro Lobato, que julgava que o Brasil estava fatalmente condenado a ser um “país de mestiços”. No início da correspondência, Lobato critica o Brasil por julgar não entender a sua campanha em favor da siderurgia, e aproveita para expressar o seu pensamento antilusitano “o brasileiro não passa de português degenerado”, para o literato “dentro de todo brasileiro há um mineiro, miúdo, mesquinho, malévolo e desconfiado” (Carta de Lobato a Neiva em 10/04/1928).

A declaração de Monteiro Lobato na referida carta contradiz a sua defesa anterior da regeneração da população brasileira: “a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva”. Na carta enviada ao cientista Arthur Neiva, Monteiro Lobato retoma o determinismo biológico: “o brasileiro é um português degenerado”. O literato ainda afirma que “países que nasceram errados etnicamente cumprem o destino do ditado do quem nasce

<sup>78</sup> Carta de Lobato a Neiva em 10/04/1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>79</sup> Um dos temas norteadores do terceiro capítulo da dissertação.

para dez reis não chega a vinte”, o Brasil é uma nação deteriorada<sup>80</sup>. Abaixo segue o fragmento da carta enviada a Neiva:

O brasileiro, que no fundo não passa de português degenerado, não compreende os Estados Unidos, não acredita neles, a ponto de ter inventado a definição clássica que só define o definidor: “Aquilo é um bluff.” Bluff quer dizer uma coisa que parece que é, mas não é (...). Ora o país que fez isto em tão pouco tempo e em vez de dormir sobre os louros está mais que nunca trabalhando para se aperfeiçoar sob todos os aspectos, não pode mesmo ser compreendido ou pelos velhos países caquéticos e esclerosados ou por países que nasceram errados etnicamente cumprem o destino do ditado do quem nasce para dez reis não chega a vinte (...). Escrever é aparecer no tablado de um circo (...) chamado imprensa, e exhibir-se diante de uma assistência de moleques *feeble-minded* e despídos da menor noção de seriedade. Mulatada, em suma<sup>81</sup>.

A afirmação de Monteiro Lobato acima é realizada em um contexto de muita contrariedade pessoal, pois literato estava insatisfeito com críticas da imprensa carioca, e esta ira parece ter acionado os estereótipos e associações que eram feitas com o Rio – o assento da nacionalidade, a “meca do lusitanismo” e o “sítio da mestiçagem”. Na mesma correspondência, Monteiro Lobato deixa claro a sua indignação com a imprensa do Rio de Janeiro:

É tão mesquinha a nossa imprensa que já apareceram naqueles piolhentos jornais do Rio várias coisas atribuídas a mim, opiniões, frases, etc. – que eu nunca tive nem comuniquei a ninguém. Até em telegrama já vi uma opinião minha sobre o Instituto do Café, instituição da qual estou virgem de ideias.<sup>82</sup>

Retornando ao cenário brasileiro do final da década de 1910, quando Monteiro Lobato aderiu à campanha do saneamento em 1918, ele afirmara que o caipira brasileiro tinha salvação e o sertanejo paulista doente seria regenerado graças aos cientistas de Manguinhos. Inclusive a sua relação de amizade com Arthur Neiva é iniciada pelas afinidades com a visita à Iguape, onde Lobato acompanhou de perto o trabalho do “discípulo de Oswaldo Cruz”,

<sup>80</sup> Sobre essa questão ver a tese: SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917- 37)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense - Departamento de História, Niterói, 2008.

<sup>81</sup> Carta de Lobato enviada a Neiva em 10/04/1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>82</sup> Carta de Lobato enviada a Neiva em 10/04/1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

motivo de entusiasmo para a publicação da obra “Problema Vital”. Em 1918, aparentemente Monteiro Lobato se converteu à agenda sanitária, o que o teria feito abandonar o fatalismo biológico da primeira versão de 1914 do personagem Jeca Tatu. Não obstante, ao declarar: “país de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma *Ku Klux Klan*, é país perdido para altos destinos”, o literato não demonstra estar convencido da suposta regeneração da nação brasileira<sup>83</sup>.

A afirmação da carta de 1928 refuta o otimismo dos ideais sanitaristas proferidos pela Liga Pró-Saneamento e a divulgação do livro “Problema Vital” pela Revista do Brasil. Não se trata aqui de uma análise do conceito de raça por meio do personagem Jeca Tatu, mas sim do entendimento da dimensão da adesão de Lobato à campanha e às ideias de regeneração do Brasil na frase: “O Jeca não é assim, está assim”. O personagem Jeca Tatu pode ser interpretado por múltiplas lentes, pois a imagem do mesmo abarca a campanha do saneamento, a circulação e expressividade de intelectuais paulistas frente ao progresso da nação, e da divulgação da produção literária de Monteiro Lobato. É o sertanejo das queimadas na fazenda de Buriqui que consagra o autor de “Urupês” como expoente da possibilidade de regeneração do brasileiro.

Dois anos depois da publicação em 1918 da obra “Problema Vital”, o literato afirma que “a opilação é uma mentira.” Em tom de sarcasmo na carta enviada a Arthur Neiva em agosto de 1920, Monteiro Lobato ironiza o Jeca Tatu e faz relação com projeção de ganhos em seus negócios. O personagem tornou-se ícone para o período de criação do mercado editorial brasileiro, consagrado pela adesão do público letrado e vendas da publicação:

Bons ventos (...)

O Brasil delira! Campeão do mundo! O “Paíz” deu artigo: “O Jeca Tatu não falha!” Para a publicação está vendida. A opilação é uma mentira. A roça é *estupenda*: campeã do mundo!<sup>84</sup>

<sup>83</sup> Em tom determinista em relação ao Brasil, Monteiro Lobato escrever a Arthur Neiva na mesma carta de 10/04/1928: O Brasil (excluindo um bocado S. Paulo) a escala também não é fixa, move-se, mas para baixo. Quem quer chegar tem que fazer cabriolas incríveis e não raro desanda e racha a cabeça, como eu. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>84</sup> Carta de Lobato a Neiva, em 06/08/1920. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Assim, é evidente a atuação de Lobato como publicista: sempre manifestava publicamente e de forma contundentes suas ideias e convicções e, por isso, envolveu-se em muitas controvérsias. Na carta de Neiva enviada a Monteiro Lobato, o cientista evidencia os pilares que compõe o personagem Jeca Tatu: a campanha do saneamento e a Revista do Brasil:

Lobato,  
Escreva qualquer coisa naquele seu estilo, como já tanta vez o fez, naquela apologia do Jeca, expressão da pátria nacional, alvo como aquela campanha de saneamento, com aquele espírito que levou a fundar a Revista Brasileira para contar e tratar coisas deste Brasil, que pensam ser uma nação e que, no entanto, brinca disto.<sup>85</sup>

No fragmento acima, Arthur Neiva confirma a função do Jeca Tatu para a campanha do saneamento, como expressão da identidade nacional e o espírito que o levou a fundar a Revista do Brasil (LUCA, 1999). O cientista enaltece o personagem Jeca Tatu e junto com Lobato reverbera o pensamento fatalista sobre o futuro do país: “o Brasil perecerá”, “desmembrará”. Neiva também expressa o seu sentimento de desgosto com o desenvolvimento da ciência brasileira e angústias sobre o futuro da nação:

E neste instante mesmo em que lhe escrevo, vou me recordando de todas as suas atividades; sua Revista Brasileira, querendo dizer coisas oriundas de todo Brasil imenso, narrando fatos de Cabo Frio, a vida da gente que vende cocos na Paraíba, o Norte, o Sul, o sertão, e o litoral, a linguagem da nossa gente e o profundo amor que sempre teve pelo Jeca, obra sua, e a melhor coisa deste país, como disse de uma feita, quando o quis numa campanha formidável de elevação e beleza. E no andar que vamos não me iludo: o Brasil perecerá, o Brasil se desmembrará (...). A linguagem da nossa gente e o profundo amor que sempre teve pelo Jeca, obra sua, e a melhor coisa deste país, como disse de uma feita, quando o quis numa campanha formidável de elevação e beleza. E no andar que vamos não me iludo: o Brasil perecerá, o Brasil se desmembrará (...) talvez eu não assista, terei ido antes, o que será um consolo, mas os homens não vêm, a estupidez que impermeabiliza os cérebros desta gente, quebra a ponta dos mais acelerados argumentos e não se dão conta de que o Brasil já é praticamente uma colônia e eu per capita a ação que dobra de 30 em 30 anos sua população, fica anualmente cada vez

---

<sup>85</sup> Carta de Lobato a Neiva, em 06/08/1920. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

mais pobre, enquanto anualmente alguns mandarins ficam cada vez mais ricos.<sup>86</sup>

Antes de enviar a carta a Neiva sobre o apoio à *Ku Klux Klan*, Monteiro Lobato demonstrava simpatia aos pressupostos eugenistas do médico Renato Kehl. Ao viajar para os Estados Unidos em 1926, Monteiro Lobato almejava editar o livro “O Choque das Raças” nos Estados Unidos; imaginava que a sua obra fosse fundamental para interferir no debate étnico da sociedade norte-americana. Não é em vão que o literato faz referências aos ideais racistas defendidos pela *Ku-Klux-Klan*, a permanência no mesmo território de duas raças perturbava a felicidade nacional:

O problema transcende a esfera política e torna-se racial. Neste momento não estamos aqui como secretários de estado sim como brancos afrontados pelos negros. Acima das leis políticas vejo a lei suprema da Raça Branca. Acima da Constituição vejo o Sangue Ariano. O negro nos desafia. Cumprenos aceitar a luva e organizar a guerra (LOBATO, 1951: 279).

Monteiro Lobato acreditava que a sua narrativa teria alguma notoriedade na sociedade norte-americana. Todavia não aconteceu o esperado: a sua obra foi rejeitada, nem chegando a ser publicada. A defesa de Monteiro Lobato do grupo *Ku-Klux-Klan*<sup>87</sup> na carta enviada ao cientista Arthur Neiva não é apenas por fascínio e entusiasmo de Lobato com o desenvolvimento econômico e político dos Estados Unidos, pois anteriormente o literato já demonstrava afinidade com as teorias de superioridade racial difundida pelo médico Renato Kehl.

Cabe ressaltar que o intenso contato de Monteiro Lobato e Renato Kehl durante a edição das obras “Cura de Fealdade” em 1923 valida o consentimento do escritor com os pressupostos eugênicos. No mesmo sentido, temos a participação de Monteiro Lobato e Arthur Neiva na Sociedade Eugênica de São Paulo. Logo, a experiência do literato na

<sup>86</sup> Carta de Neiva enviada a Lobato em 11/07/1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>87</sup> *Ku Klux Klan* ou *KKK* foi uma organização civil americana que pregava a supremacia racial branca, o racismo e o antissemitismo. O primeiro grupo da Ku Klux Klan foi fundado logo após a Guerra de Secessão ou Guerra Civil Americana e dissolvido posteriormente. No entanto, em 1915, a organização ressurgiu e sobrevive até os dias atuais, em outubro de 2018 David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogiou o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. ‘Ele soa como nós’: David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogia Bolsonaro, mas critica proximidade com Israel. BBC News, Brasil.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>, acesso em 09 de outubro de 2018.

América apenas estimulou o fatalismo quanto à questão racial no âmbito privado, dando continuidade a uma perspectiva racista sobre a formação do país.

É notório o destaque de Arthur Neiva e seu envolvimento na organização, gestão e reforma da institucionalização da pesquisa médica e agrícola e da formação, consolidação e expansão das políticas de saúde pública. Devido ao seu amplo conhecimento em diversos setores científicos do país e a sua experiência internacional na América Latina, Estados Unidos, Europa e Ásia, Neiva muitas vezes lamenta nas cartas enviadas a Lobato a ineficiência dos serviços brasileiros, e atribui a palavra raça à crítica a burocracia, ao espírito lusitano, a administração pública, ineficiente e pesada do país. O Brasil supostamente formado por uma população constituída por uma triste raça de “burros falantes e bípedes”:

Meu caro Lobato,

Por imposição sentimental desta triste raça a que pertencemos do amigo que era v. e daquela instante felicidade perfeita que me transmitiu da filhinha que compreendia seu espírito e mais do que tudo o mundo maravilhoso que V. criava e onde a criança vive.

No fundo de tudo, meu caro Lobato, existe a crônica em progressiva inveja do brasileiro. Sofrem com o seu sucesso os incapazes e como o Brasil sempre dominado por uma pequena minoria de inigualável coragem e de ilimitado desescrúpulo e que a primeira coisa que lançam fora, como lastro inútil é o sentimento de Justiça, V. levantou aqui, ali, acolá, a hostilidade dos Conselheiros Sudoestes de que este Brasil está cheio, burros falantes, bípedes, mas que são a demonstração de que a Bíblia ao menos neste particular era verdadeira; o milagre da besta de Balaã que falava, aqui é de todo dia, de toda hora<sup>88</sup>.

O pensamento fatalista para com o povo brasileiro de Arthur Neiva perdura nas correspondências trocadas com Lobato, responsabilizando o passado lusitano pelo fiasco organizacional da nação. Mais uma vez, a triste raça que o cientista menciona anteriormente possui o sentido de crítica aos trâmites brasileiros:

Meu caro Lobato,

A burocracia eis o tabu; não há revolução que a modifique senão para complicá-la mais. A burrice lusitana transplantou-se para cá com todos os matadores tal qual o fez D. João VI com a sua corte, e o mais interessante é que supomos ser o povo mais inteligente do mundo (...) a burrice é crônica e

---

<sup>88</sup> Carta Neiva enviada a Lobato em 18/ 08/ 1936. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

progressiva, e, que chego a temer seja perpetua. A asnice nacional está com a última teoria de Einstein para o infinito: o espaço se dilata incessantemente numa velocidade incrível. Assim a estupidez brasileira<sup>89</sup>.

Outra queixa e lamentação de Arthur Neiva em relação ao Brasil está relacionada com a situação política nacional:

Meu caro Lobato

(...) Eis o Brasil! Pela segunda vez recorro a V. Recordar-se ainda? A primeira colaborando na Revista do Brasil, e V. logo me atendeu; hoje por seu intermédio, procurando solucionar o meu problema com qualquer auxílio do estrangeiro. V. tem razão no que escreve a respeito da situação política. Que pátria desgraçada! O brasileiro é o escaravelho, desenvolve-se na bosta. O pior é que o Destino nos chumbou a viver aqui. O céu, às vezes tão formoso cobre uma das porções mais tristes, mais infelizes da terra<sup>90</sup>.

A partir do final da década de 1920 os missivistas escrevem mais sobre pautas econômicas e políticas baseadas no modelo norte-americano. Assim, as associações ou expressões racistas usadas por Monteiro Lobato e Arthur Neiva estão recheadas de antilusitanismo e críticas ao sistema econômico da Primeira República. Os diálogos nas cartas durante a virada para a década de 1930 ficam mais densos, detalhistas e com expressões do inglês ao tempo com pensamentos de forte entusiasmo nacionalista. Durante a Era Vargas, Neiva e Lobato tornaram-se atores políticos mais assíduos, acionaram novos integrantes à sua rede de sociabilidade intelectual e exerceram novas atividades públicas nas quais procuraram desempenhar de forma mais intensa seu engajamento em favor de projetos nacionais.

## **2.5 – A criação do Departamento de Educação Física e o debate imigratório na Constituição de 1934.**

A perspectiva centralizadora da reforma administrativa dos anos 1930 fortaleceu a regulação do governo central sobre os estados no campo da saúde pública. Essa tendência contrastava com a concepção campanhista, voluntarista, fragmentada, politizada das décadas

<sup>89</sup> Carta Neiva enviada a Lobato em 13 de março de 1934. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>90</sup> Carta de Neiva a Lobato, em 08/ 10/1937. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

da Primeira República (HOCHMAN, 2005). As estruturas organizacionais e os médicos sanitaristas vinculados ao Estado que emergiram desse processo foram bastante diversos dos períodos anteriores. Corresponde a outra geração, criada no serviço público e para este orientado, com treinamento em cursos específicos de saúde pública no Brasil. Em comum, uma orientação mais geral, que conferia à saúde papel crucial na constituição da nacionalidade, e uma resistência à incorporação da assistência médica, de caráter mais individualizado, na agenda da saúde pública brasileira (HOCHMAN, FONSECA, 1999: 91). O mesmo processo ocorreu com os intelectuais e com o movimento pela educação.

Cabe ressaltar que até a Primeira República os intelectuais dependiam fundamentalmente das redes de relações familiares e pessoais que intermediavam suas conexões e atuavam como suportes políticos e sociais (MICELI, 2001). Ao passo que, a partir de 1930, os intelectuais tornaram-se atores mais próximos do Estado brasileiro: atuaram em diversos setores do aparelho de Estado e também fora de suas instâncias. Esta intelectualidade, por meio de um projeto autoritário de identidade, aliou a valorização do trabalho à noção de cidadania.

Para compreender esse perfil de intelectual varguista, a historiografia do pensamento social brasileiro apresentou as características desse novo intelectual interessado em interpretar o Brasil, evidenciando as estruturas sociais e econômicas, a formação ibérica, a sociabilidade e a cultura nos trabalhos pioneiros de Gilberto Freyre (1933), Sergio Buarque de Holanda (1936) e Caio Prado Jr. (1942). Paralelamente, temos formulações de concepções étnicas e raciais, assim como de segurança nacional, cuja finalidade era elaborar categorias de classificação, controle e exclusão sobre trabalhadores estrangeiros. Nesse período o papel dos imigrantes na formação étnica e racial da população brasileira atravessou o processo de centralização e nacionalismo, estando presentes nas políticas de saúde e educação.

O Estado Varguista foi caracterizado pelo intervencionismo e autoritarismo, conferindo um processo de controle das ações de saúde pública em todo o país, além de contribuir para evidenciar a diferenciação entre os médicos clínicos e os higienistas/sanitaristas (HOCHMAN, 1993). Houve um intenso processo de organização, profissionalização, despolitização, burocratização das atividades de saúde e saneamento vinculadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública (HOCHMAN; FONSECA, 2000). Foi

um contexto marcado pela criação de delegacias federais de saúde, serviços nacionais e instituição das conferências nacionais.

Em 1930, Belisário Pena assumiu a chefia do Departamento Nacional de Saúde Pública. Entre 1934 e 1945, Gustavo Capanema assumiu a gestão do Ministério da Educação e Saúde Pública, visto como um marco definitivo no processo de construção institucional da saúde pública enquanto política estatal (HOCHMAN; FONSECA, 2000). Ainda em 1930, João Alberto criou o primeiro Departamento de Educação Física no país, um Serviço de Assistência aos Psicopatas, bem como ordenou a reorganização do Instituto Bacteriológico de São Paulo, extinto em 1925 (BORGMEIER, 1940; LIMA, 1943; REZENDE, 2009).

No final de 1930, Arthur Neiva organizou a comissão de estudos encarregada de formular as bases do Departamento de Educação Física em São Paulo. A comissão foi composta por Américo R. Netto; Francisco Figueira de Mello, médico e então chefe da Inspeção de Educação Sanitária e dos Centros de Saúde de São Paulo; Benjamin Alves Ribeiro, médico, professor de higiene do trabalho e inspetor técnico de educação física na Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo; Erasmo de Assumpção Junior, jogador de tênis; Jorge Martins Rodrigues, automobilista; Manuel Carlos Aranha e o engenheiro Antônio Smith Bayma. De modo geral, os integrantes da comissão eram esportistas membros de famílias da elite econômica e política paulistana, médicos que desempenhavam funções de destaque em órgãos públicos e cronistas esportivos. Interessante observar a ausência de possíveis educadores e normalistas interessados na educação física infantil (GOMES; DALBEN, 2011).

Em 1931, Neiva passou a trabalhar no DEF, o primeiro órgão público estabelecido no Brasil, em nível estadual, para a gestão da educação física e do esporte. A sua criação, no entanto, não se resume tão somente às linhas do decreto em questão ou ao momento político pelo qual passava o país com a ascensão de Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder, estando relacionada, também, com uma série de debates, realizados em níveis estadual e nacional, sobre a necessidade de se organizar e controlar a prática esportiva no país. Tais debates contaram com a participação de cronistas esportivos e intelectuais brasileiros e ficaram registrados em matérias de jornais da época, artigos de revistas especializadas em educação

física, livros e teses de médicos e professores (DALBEN; GÓIS JUNIOR, 2019; GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015).

Coube a Arthur Neiva organizar as bases para a criação do DEF-SP ao assumir o cargo de Secretário do Interior de São Paulo em dezembro de 1930. No terceiro capítulo aprofundarei as ligações que Arthur Neiva tinha com os tenentes da “revolução” de 1930, particularmente com João Alberto, que assumiu a interventoria de SP. Cabe mencionar que o debate sobre a criação de um sistema nacional de repartições de educação física era anterior ao governo Vargas, já estando presente, em 1925, no plano do I Congresso Brasileiro de Educação Física, evento que Américo Netto, Azevedo e Cardim pretendiam realizar em São Paulo. Apesar de o evento não ter ocorrido, devido às disputas entre sua comissão organizadora e a Federação Paulista de Atletismo, entre as sessões concebidas para compor seu programa oficial havia uma especialmente destinada ao debate de um plano para a organização oficial da educação física: o departamento nacional de educação física, como organismo coordenador e diretor, e o departamento estadual subordinado ao nacional (GOMES; DALBEN, 2011).

Ao fomentar a identidade paulista, intelectuais como Monteiro Lobato e Arthur Neiva, ligados diretos ou indiretamente ao movimento eugenista, justificavam o investimento público no esporte com apelos ao desenvolvimento físico e moral do brasileiro. Para Neiva, o esporte deveria se tornar um elemento a ser cultuado pela elite dirigente, por conta de sua presumida capacidade de formar personalidades fortes, viris e disciplinadas. A prática esportiva afastava a juventude da formação intelectual, mas colocando aqueles que não aderiam à cultura esportiva como antiquados e responsáveis pela degeneração da raça por não desenvolverem fisicamente seus corpos.

Arthur Neiva defendeu a criação, entre as mulheres, do gosto por parceiros de aparência física atlética para o desenvolvimento de uma prole geneticamente selecionada. Tratava-se de uma estratégia adotada pelos intelectuais ligados à eugenia preventiva para promover mudanças mais profundas no âmbito da cultura, ou seja, ensinar ao desejo humano o que desejar em benefício de uma visão particular de mundo. Houve forte incentivo à educação física na formação de corpos femininos considerados aptos a gerarem filhos “geneticamente fortes” (DALBEN JÚNIOR; LIMA; PALMA, 2019).

Ao criar o DEF-SP, Neiva almejava afirmar São Paulo como vanguarda esportiva do país. Sua ideia principal era alavancar ainda mais o esporte em São Paulo, estado representado por ele pela metáfora da pujante locomotiva que carregava os demais vagões da economia brasileira. A partir do ufanismo paulista que lhe era próprio, ainda que baiano de nascença, Neiva esperava que o DEF-SP se tornasse o “alto exemplo para todo o país, pois o paulista tem mais tenacidade e maior espírito de organização que o restante dos brasileiros”. Ao comentar sobre as rivalidades e os atritos existentes naquele momento entre os clubes e federações paulistas e cariocas, Neiva (1931) acreditava que, em breve, seria necessário impedir a possibilidade de São Paulo desligar-se do Rio de Janeiro formando uma entidade esportiva à parte, caso os dirigentes cariocas se oponham ao progresso esportivo de São Paulo.

A criação do primeiro órgão oficial voltado à educação física, em 1931, não pode ser analisada tão somente a partir do momento político pelo qual passava o país com a ascensão de Vargas ao poder. Sua implantação esteve também relacionada aos debates próprios dos campos esportivo e intelectual paulistas, em intersecção com disputas e tensões tributárias das discussões e projetos em torno da identidade nacional. São Paulo, por parte de seus intelectuais e de suas políticas governamentais nas áreas da saúde, educação e esporte, almejava, ao constituir uma identidade paulista, tornar-se o grande exemplo para o restante do país.

A partir da criação do DEF-SP, foi estabelecida a intervenção do Estado na área esportiva, até então de responsabilidade da iniciativa privada, com o objetivo de alavancar o esporte paulista no cenário nacional e transformá-lo na prática moralmente educativa requisitada por muitos intelectuais (VIMIEIRO-GOMES; DALBEN, 2011). Em seu primeiro ano de funcionamento, o DEF-SP procurou estruturar ações de regulamentação e orientação da prática esportiva, a partir de parcerias estabelecidas com clubes e federações, com o objetivo de se afirmar como a principal entidade gestora dos esportes no estado de São Paulo (VIMIEIRO-GOMES; DALBEN, 2011). O DEF-SP dava os primeiros passos no sentido de implementar um amplo projeto de orientação, direção e fiscalização da educação física no Estado de São Paulo, ou seja, de sua institucionalização.

A hegemonia esportiva, contudo, era apenas uma das faces das tensões pelos simbolismos que envolviam a consolidação de uma identidade nacional. Uma identidade paulista que se colocava como responsável pela liderança do país, com manifestações de ideias e comportamentos, justamente na particularidade, na autodeterminação, na modernidade, na singularidade paulista, que, concomitantemente, absorvia os símbolos nacionais. São Paulo tentava constituir modelos de desenvolvimento da saúde e educação públicas, estabelecendo um solo fértil para a institucionalização do esporte e da educação física. Exaltava-se, no período, a necessidade de a educação física ser uma prática.

Em 1934, Neiva foi eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, vindo a compor a Assembleia Constituinte reunida naquele ano. A atuação mais marcante de Neiva foi a defesa de leis que visavam o controle da entrada de estrangeiros no país, principalmente de asiáticos (NUCCI, 2000). Ao lado dos médicos Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Monteiro de Barros, Neiva lutou pela restrição da imigração de japoneses, defendendo que não eram assimiláveis à composição racial brasileira, eram súditos de um império com ambições expansionistas e comprometiam a ocupação de trabalhadores nacionais, os quais deveriam ser privilegiados na exploração econômica do território nacional. A ação dos deputados contra a imigração nipônica teve enorme repercussão e gerou controvérsias. O tema racial aparece no debate político dirigido por Neiva, uma vez que o sentimento antinipônico possui fortes relações com concepções da eugenia negativa defendida por Renato Kehl nas décadas de 1920 e 1930 (SOUZA, 2016).

Consoante Endrica Geraldo (2007), durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34 o tema da imigração novamente suscitou inúmeras polêmicas, as quais participaram ativamente Miguel Couto e Xavier de Oliveira. Foi durante a sessão de 30 de novembro de 1933 dessa Constituinte que Miguel Couto leu o estudo e as propostas apresentadas por Azevedo Amaral no Primeiro Congresso de Eugenia<sup>91</sup> para defender a emenda que acabou por

---

<sup>91</sup> Evento realizado entre 1 e 07 de julho de 1929, segundo Andrade (2013) o congresso pode ser considerado um marco nas discussões acerca da eugenia no Brasil, tanto pelo quantitativo e capital social e científico de seus partícipes –médicos, antropólogos, educadores, advogados e autoridades políticas – quanto pela proposta precípua de respaldar, cientificamente, políticas governamentais que contribuíssem para o almejado projeto de modernização em curso no país, dado o imperativo de transformá-lo em uma nação internacionalmente reconhecida. Tal intento incluía viabilizar práticas, baseadas em pressupostos “científicos”, que possibilitassem administrar as diferenças e purgar as degenerescências de sua miscigenada população. No dia 02 de julho de

criar a lei de cotas para a imigração na Constituição brasileira. O projeto elaborado pela Comissão Brasileira de Eugenia que possibilitou mudanças na constituição de 1934 promulgando o Artigo 138 determinava a responsabilidade da União, dos Estados e Municípios, nos termos da respectiva lei, o estímulo à educação eugênica, condicionando a educação como prática de melhoramento racial.

Os imigrantes judeus, praticamente ausentes das discussões realizadas na Constituinte de 1934, foram transformados em um problema imigratório especialmente quando foram crescentemente identificados como refugiados do nazismo e como uma população considerada indesejável por diversas nações do período (GERALDO, 2007). É o contexto conflituoso do processo de formulação das políticas imigratórias restritivas, com decretos e leis e na atuação de representantes de órgãos e departamentos do Governo Vargas.

A lei de cotas aprovada na Constituição brasileira de 1934 reproduziu o limite estabelecido e as categorias utilizadas para o cálculo, ou seja, 2% sobre cada nacionalidade de imigrante. A seleção de imigrantes pela origem nacional havia sido criada pela legislação americana durante a década anterior. O que se reconhece é que quase toda a bancada paulista estava a favor da emenda de Monteiro de Barros, a de nº 315, a qual pretendia a criação de um órgão técnico destinado a coordenar as medidas de caráter eugênico e educacional tomadas pelos Estados, e sugeria ainda a proibição da formação de agrupamentos concentrados de elementos alienígenas uni nacionais raciais (GERALDO, 2007). Além disso, os deputados também discutiram como fixar os imigrantes no campo.

Em fevereiro de 1934, em relação à emenda apresentada, Arthur Neiva afirmou que “Não precisamos tanto do braço estrangeiro e é por isso que podemos selecioná-lo” (GERALDO, 2007: 97). Arthur Neiva condenava a imigração nipônica, defendendo que a seleção de imigrantes era passível de ser feita sob variados aspectos, como o sanitário, o étnico, o ideológico, o político, o religioso, o da profissão, idade ou sexo (GERALDO, 2007: 207). Por fim, a Assembleia Constituinte aprovou uma emenda que previa cotas de 2% do

---

1929, no Anfiteatro de Química da Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, o médico e jornalista político Azevedo Amaral (1881-1942) proferiu sua palestra, que gerou acalorado debate entre os participantes do Congresso devido à sua enfática defesa da proibição à entrada de imigrantes não brancos no Brasil. Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro: Academia Nacional De Medicina. v. I, 1929.

contingente de imigrantes de cada nacionalidade fixado no país nos últimos 50 anos, uma forma de favorecer os europeus que eram os que haviam afluído em maior número nesse período (LEÃO NETO, 1989; RAMOS, 1996; LESSER, 2001; GERALDO, 2007; SOUZA, 2009).

De acordo com Geraldo (2007), as campanhas movimentadas contra os imigrantes japoneses e alemães foram permeadas por políticas influenciadas pelo estereótipo, ou seja, baseado na imagem internacional desses grupos. No caso dos imigrantes japoneses, “mesmos seus críticos mais severos referiam-se ao poderio militar da nação japonesa, assim como à eficiência, à docilidade e a organização dos trabalhadores imigrantes japoneses no Brasil” (GERALDO, 2007:5). Por essa perspectiva, a imigração deveria ser selecionada para que fosse evitada a formação de núcleos concentrados de uma mesma raça.

A constituição das políticas brasileiras em relação aos estrangeiros possuiu como importante referência a grande nação imigrantista do período, os Estados Unidos, cujo país já havia desenvolvido um intenso debate sobre seus imigrantes nipônicos, sobre cotas para a imigração e sobre assimilação dos estrangeiros. Sendo assim, quando os refugiados judeus começam a entrar em números crescentes no Brasil, as políticas de imigração estavam formuladas em torno de critérios de seleção e restrição, após muitos debates sobre os imigrantes japoneses.

A imigração de origem judaica, que desde o início do século XX já havia formado áreas de colonização consideradas bem-sucedidas no sul do país, passou a chamar a atenção dos políticos e intelectuais brasileiros como uma etnia internacionalmente identificada como “não branca”. Não eram vistos como imigrantes empobrecidos em busca de trabalho, mas de “expulsos”, “renegados”, “perseguidos”, “degenerados” e “fugidos” da Europa. De acordo com as informações do censo de 1920, os estrangeiros correspondiam na época a 18,1% da população paulista, totalizando 829.851 pessoas. As elites locais acreditavam que a continuidade da imigração poderia induzir um processo de branqueamento capaz de diluir em algumas gerações as características “inferiores” da população. Assim, a contribuição dos imigrantes seria aproveitada pelo discurso regionalista com ênfase na “brancura” do paulista como marca da superioridade do estado no contexto nacional, ao lado de fatores como civilização, modernidade e dinamismo econômico (WOODARD, 2004).

Segundo Luciano Monteiro (2014), a presença maciça de estrangeiros na cidade de São Paulo causava preocupação, chegando a ser percebida como ameaça de dissolução da nacionalidade. Assim como no interior, os imigrantes chegavam como lavradores, mas em muitos casos se tomavam proprietários de fazendas, “os imigrantes e seus descendentes podiam surgir na capital como simples operários ou como donos de empresas bem-sucedidas, capazes de ostentar um padrão de vida análogo ao da oligarquia local” (MONTEIRO, 2014).

O sonho do “branqueamento” permeou as políticas restritivas em relação à entrada de imigrantes, porém, os estereótipos raciais tornaram-se instrumentos de grande importância somada aos temores em relação às disputas políticas internacionais. As relações entre os argumentos raciais e políticos ficam ainda mais evidentes nos programas desenvolvidos pelo governo Vargas em relação aos estrangeiros presentes no Brasil:

Este governo foi marcado por uma crescente xenofobia, com a associação de estrangeiros a inúmeros problemas políticos e sociais. Um dos principais fantasmas políticos do período, o comunismo, era considerado como ideologia alienígena introduzida e praticada por muitos imigrantes, o que resultou em diversos casos de expulsão. O forte apelo do discurso nacionalista do governo Vargas, de sedução da classe trabalhadora, utilizou a imagem de que o trabalhador estrangeiro era o “concorrente” em potencial do trabalhador nacional, retirando do foco os conflitos de classe. (GERALDO, 2007: 4 -5).

Na década de 1930, os núcleos de colonização passaram a ser classificados como um problema étnico a ser resolvido. Os principais núcleos que concentravam imigrantes e descendentes de uma mesma nacionalidade que mais chamaram a atenção deste governo foram os de japoneses e alemães. Mais do que os estereótipos raciais, as principais críticas contra esses núcleos condenavam a sua forte organização a partir de escolas, igrejas, imprensa e inúmeras associações, as quais pareciam garantir uma unidade linguística e cultural no interior das colônias. A concentração de japoneses e alemães em determinadas regiões de colonização, a despeito de sua caracterização racial distinta, foi tratada e investigada como um problema semelhante a ser resolvido por uma mesma estratégia do governo: a campanha de nacionalização.

O debate imigratório da Constituinte de 1934 é expressivo do projeto de identidade nacional em curso, que deveria firmar-se pelo uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo território nacional. Segundo Helena Bomeny (2000), a existência de uma “universidade-padrão”, de escolas-modelo secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização correspondiam a um ideal de homogeneidade e centralização da Era Vargas. A ação pedagógica do Ministério da Educação teve aspectos relacionados ao ufanismo, à história mitificada dos heróis e das instituições nacionais e o culto à autoridades. Sendo assim, a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas através da assimilação se transformaria em uma questão de segurança nacional.

A ideologia de formação de uma juventude alinhada aos princípios estadonovistas era, sem dúvida, uma contribuição benéfica ao projeto de construção do Estado Nacional. Nessa conjuntura, parecia impossível construir uma nacionalidade com a simultânea convivência de diferenças culturais, ou seja, construir o nacionalismo era destruir as diferenças e proceder a uma seleção na formação da cidadania brasileira. Na questão da nacionalização, ao que tudo indica, foram os japoneses e os alemães os que mais mobilizaram as autoridades brasileiras.

De acordo com a legislação vigente não se poderia impedir a entrada de livros estrangeiros, pelo artigo 1º do decreto-lei que regularizava a produção e distribuição do livro didático no Brasil. A maioria dos decretos que reprimiam as atividades estrangeiras no Brasil foi promulgada entre 1938 e 1939, com o fechamento de escolas, a proibição do ensino de língua estrangeira, os decretos relativos à importação do livro didático em língua estrangeira, enfim, as medidas de nacionalização representavam para esses grupos a interrupção de um processo cultural que vinha sendo mantido há quase um século.

Consoante Helena Bomeny (2000), o Estado Novo promoveu a homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia do país. A uniformização cultural implicava na exclusão dos “estrangeiros”, entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização, quase toda a preocupação foi concentrada nos núcleos de colonização estrangeira. Sendo assim, na década de 1930 o modelo de nacionalismo brasileiro buscava

transformar a nação em um todo orgânico, uma entidade moral, política e econômica cujos fins se realizariam no Estado.

Em suma, nesse segundo capítulo abordei a questão racial e a ligação de Arthur Neiva e Monteiro Lobato com o movimento eugênico brasileiro em suas diversas nuances e expressões. Foi apresentado o movimento em linhas mais gerais, enquanto projeto para nação e projeto científico e intelectual, assim como foram estabelecidos os elos de atuação de Arthur Neiva e Monteiro Lobato. A declaração de Monteiro Lobato a Arthur Neiva sobre o seu apoio à Ku Klux Klan foi tratado de forma de circunstanciada, o que pode contribuir para o debate contemporâneo sobre a carta. Em relação ao americanismo, no próximo capítulo será aprofundada a campanha dos intelectuais pela defesa do ferro e petróleo, e os dilemas enfrentados no contexto político brasileiro da década de 1930.

### **Capítulo 3 – O americanismo e a campanha pela metalurgia e petróleo no Brasil nas cartas de Arthur Neiva e Monteiro Lobato entre anos de 1927 e 1942.**

Nesse capítulo serão abordadas as principais críticas e soluções nas correspondências entre Lobato e Neiva acerca da sociedade e do Estado brasileiro, tais como o antilusitanismo, a burocracia institucional e o antiliberalismo. Para os missivistas, o Brasil era vítima de um regime fiscal opressivo. A partir desse pensamento, analiso o papel do americanismo nos debates e modelos acionados por Arthur Neiva e Monteiro Lobato para compreender e atuar sobre a realidade brasileira.

O recorte cronológico desse capítulo final é dos anos de 1927 a 1942, um período bastante conturbado da história brasileira, caracterizado por crise econômica, golpes de Estado, transformações sociais, violentas disputas políticas e guerras. Nesse momento, Monteiro Lobato viajou aos Estados Unidos e atuou como adido comercial a partir de 1927; fez uma rede de contato internacional e, a partir disso, elaborou propostas para implantar no Brasil indústrias siderúrgica e petrolífera. No final da década de 1920, o literato começou a escrever cartas para autoridades do governo brasileiro defendendo a necessidade de industrializar o país por meio do ferro e petróleo, basilares para que o país atingisse nível de desenvolvimento similar ao dos EUA, paradigma que norteava suas concepções de avanço social, cultural e econômico.

A crise financeira de 1929 e as transformações políticas causadas pela Revolução de 1930 inviabilizaram o auxílio governamental que Monteiro Lobato solicitava, primeiramente com o processo Smith e depois com a campanha pela pesquisa do petróleo nacional. Assim, ele fundou empresas privadas de petróleo e continuou escrevendo cartas para políticos, empresários, intelectuais e outros. Nelas tentava convencê-los da existência de petróleo no Brasil e da necessidade de explorá-lo. Além disso, as correspondências serviam para firmar pactos de aliança, organizar e coordenar ações, tal como o apoio da Aliança Nacional Libertadora (ANL), manifestado em carta. Inegavelmente, para concretizar os objetivos de sua campanha e consolidar suas empresas Lobato teve que construir uma rede de

sociabilidade que tinha a correspondência como espaço privilegiado. Ao mapear e analisar esta rede de sociabilidade tecida pelo literato entende-se melhor a configuração da formação da campanha do ferro e petróleo.

Para Monteiro Lobato, a indústria petrolífera estava diretamente relacionada a questões políticas e interesses econômicos que envolviam o destino de toda a nação. Dessa forma, um estudo sobre a atuação de Monteiro Lobato e Arthur Neiva permite entender melhor as propostas desse importante intelectual para o Brasil, bem como os métodos que utilizou para colocá-las em prática e os interesses que estavam em jogo durante as primeiras discussões públicas sobre esse assunto. Lobato dedicava-se visceralmente aos bastidores do petróleo, por meio de intensa troca de cartas, buscando os mais diversos arranjos políticos e comerciais. Lobato e Arthur Neiva, sobretudo, faziam parte do cenário político. O primeiro era ouvido por estar em todos os ambientes e usava a literatura porque ele era conhecido não por ser um perfurador do petróleo, mas por ser um escritor de projeção. O segundo, prestigiado por sua trajetória científica, discípulo de Oswaldo Cruz, articulador do código sanitário paulista, de campanhas sanitárias e organizador de grandes instituições públicas.

Em 1934, Arthur Neiva foi eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) da Bahia e compôs a Assembleia Constituinte reunida naquele ano. Como vimos no último capítulo, a sua atuação mais marcante foi em defesa de leis visando o controle da entrada de estrangeiros no país, principalmente de asiáticos. Os anos iniciais após 1930 foram marcados por uma reorganização institucional, negociações partidárias e instabilidade política. O Governo Provisório nasceu em meio ao federalismo da Primeira República e das disputas entre diferentes grupos e regiões. O fortalecimento do poder Executivo foi uma medida gradual que teve seu ápice de organização no Estado Novo (PANDOLFI, 1999).

Entre os anos de 1935 e 1936, verifica-se maior frequência de trocas de correspondências entre Neiva e Lobato, período em que ambos estavam envolvidos com setores da política e economia brasileira, tendo sido anos de muito engajamento e negociações para os missivistas. Em maio de 1935, o cientista foi novamente eleito deputado federal, ao passo que Lobato, conseguiu atestar em 1936, no poço São João de Riacho Doce, o primeiro jato de gás de petróleo no Brasil. Vale ressaltar que é comum aos diálogos dos missivistas

desse período, o tom de pessimismo em relação aos projetos nacionais, e ao mesmo tempo, uma intensa vontade de transformar o Brasil numa nação viável.

Em novembro de 1937, o golpe de Estado de Getúlio Vargas impôs o fechamento do Congresso Nacional. O Estado Novo levou ao fim o mandato de Arthur Neiva como deputado, que retomou suas atividades no Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, com estudos sobre insetos de importância médica (BORGMEIER, 1940). Assim, ele estreitou colaboração com a geração mais jovem de pesquisadores do Instituto, como César Pinto e Herman Lent. Ao passo que Monteiro Lobato lançou a obra *O poço do Visconde* com a finalidade de divulgar ao público a questão do petróleo no Brasil. Um ano antes, o literato publicara “O escândalo do petróleo”, na qual registrou a defesa da exploração do óleo por empresas nacionais e da soberania do Brasil no setor. A primeira ocorrência de petróleo líquido no Brasil foi comprovada em 1939, na região de Lobato na Bahia.

No auge da campanha, em 24 de maio de 1940, Monteiro Lobato escreveu uma carta sobre a questão do petróleo ao presidente Getúlio Vargas, logo seguida de outra ao general Góes Monteiro. O resultado disso não foi como planejava: em 20 de março de 1941, Monteiro Lobato foi preso pela ditadura do Estado Novo devido à sua participação na campanha do petróleo nacional, assunto relevante nas cartas e de encerramento do longo período de trocas de correspondências entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva.

Em suma, evidencio o projeto de nacionalismo americanista no gênero epistolar deste presente estudo. Lobato e Neiva acreditavam que modelo de sociedade e desenvolvimento do Brasil deveria ser encontrado a partir dos valores da sociedade norte-americana, sobretudo no que dizia respeito à capacidade de organização política, intelectual e econômica.

### **3.1 - “A mentalidade do norte aos poucos vai empolgando todo o Brasil”: O sonho americano de Monteiro Lobato com o *Processo Smith***

Minhas relações com o Ford estão rendendo. Vai ele receber-me em *Dearborn* em outubro. Já mandou-me dizer. E para o Brasil vai talvez render muito. Imagine que fiz relações com Mr. Smith, o homem que há 20 anos dirige a metalurgia da Ford Motor. Carta vem carta vai, tive uma entrevista com ele, na qual me expôs a grande descoberta siderúrgica feita lá – um processo de reduzir o ferro inteiramente revolucionário. Desde que se

descobriu o ferro, o meio de extraí-lo do minério era sempre o mesmo: fundir o minério. Ora isso exigia uma temperatura tão alta que só os povos ricos em carvão podiam obter ferro em condições industriais. E nós estávamos com o problema siderúrgico metido num impasse: sem capitais próprios para montar os caríssimos fornos de produzir alto calor e sem ânimo de entregar essa indústria aos capitalistas de fora. Mas mesmo nesta hipótese não obteríamos ferro em condições econômicas porque teríamos de importar o coque para agente redutor. Donde, se criássemos a indústria com dinheiro dos outros, necessidade de proteger essa siderurgia com taxas contra o ferro importado. Quer dizer teríamos ferro caro – e só ferro barato é ferro que presta.<sup>92</sup>

A partir desse diálogo dos missivistas nasce outra faceta em Monteiro Lobato: o “homem de letras” deixa a cena e para dar lugar ao publicista profundamente engajado com a implantação da indústria de base no Brasil. A correspondência acima relata outro momento das trajetórias dos missivistas desta pesquisa: reverbera a grande motivação de Monteiro Lobato com os negócios com a empresa Ford, que em no ano de 1921 inaugurou uma grande fábrica brasileira em São Paulo. O literato relata a sua ida à *Dearborn*, uma cidade localizada no estado americano de Michigan, no Condado de Wayne, a cidade natal de Henry Ford, que sediava a Ford, bem como diversas fábricas da companhia.

Monteiro Lobato estava apaixonado pela siderurgia e com as tentativas de aplicação de capitais da fórmula do ferro para o Brasil. O literato pôde perceber a relevância da empresa Ford para o sucesso do americanismo. Henry Ford implementou uma série de inovações organizativas no trabalho da fábrica, com o intuito de produzir um novo tipo de carro, o modelo T, no menor tempo e na maior quantidade possível, diminuindo assim o preço e possibilitando sua compra em massa (GOUNET, 1999). O empresário Henry Ford adaptou os métodos do taylorismo, também conhecidos como “organização científica do trabalho”, de modo que fosse possível, a partir dessa matriz, praticar a produção em massa. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do mundo ocidental, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção.

---

<sup>92</sup> Carta de Lobato a Neiva, 09/09/1927. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Em carta, Monteiro Lobato escreve a Neiva que Mr. Smith<sup>93</sup> é a alma metalúrgica da Ford Motor, homem muito rico, “técnico dos que operam milagres”<sup>94</sup>. Para Lobato, os americanos da Ford eram homens extraordinários em tudo, principalmente Mr. Smith, muitíssimo citado nos diálogos do literato e Arthur Neiva. Visto isto, considero o contato com o Mr. Smith o marco inicial para o engajamento de Monteiro Lobato no setor da indústria siderúrgica. O famoso engenheiro citado nas correspondências e livros trabalhava para a Ford e patenteou uma nova forma de produzir ferro, o qual Monteiro Lobato chamou de *Processo Smith* nas correspondências trocadas com Neiva. Inicialmente, Smith trabalhou como gerente-geral numa siderúrgica de Buffalo em Nova Iorque, empresa produtora de bicicletas e fornecedora de equipamentos para a empresa de Ford.

Em 1927, Monteiro Lobato foi nomeado adido comercial nos Estados Unidos pelo presidente Washington Luís, embarcando no navio *American Legion* com destino a Nova Iorque, onde assumiu o cargo e permaneceu até 1931 (ILBAÑEZ; RONCON; ALVAES, 2012). Nesse período, Monteiro Lobato se associou a Fortunato Bulcão, diretor do Banco do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, a fim de conseguir apoio do governo e da iniciativa privada para implantar no Brasil o processo siderúrgico criado por Smith. Em um primeiro momento, tentaram conquistar o apoio do presidente Washington Luís e seus ministros, por meio de cartas, relatórios e reuniões.

Ainda no ano de 1927, Monteiro Lobato publicou a obra *Mr. Slang e o Brasil*, na qual o personagem principal é um velho inglês filósofo morador do bairro da Tijuca, Rio de Janeiro que conversa com um “homem comum” durante intermináveis partidas de xadrez (LOBATO, 1951: 7). Nas crônicas, o Brasil é apresentado como “uma massa falida” que dificilmente se recuperaria, pois na concepção lobatiana a instabilidade monetária e a ausência de recursos financeiros inviabilizavam qualquer investimento possível, de forma que o país jamais poderia ser atrativo para a ascensão do comércio interno e externo. Os ideais da paulistanidade são reforçados nessa obra, visto que a região brasileira que se destaca mediante

---

<sup>93</sup> Willian C. Smith trabalhou no centro de siderurgia da Ford Motors, lecionava e pesquisava na Universidade de Detroit, era dono de uma empresa de consultoria para empresas siderúrgicas (ILBAÑEZ; RONCON; ALVAES, 2012. 243).

<sup>94</sup> Carta de Lobato a Neiva, em 26/ 12/ 1927. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

a situação política do país é o estado de São Paulo, que por sua vez, é apresentado como o maior polo industrial e de investimentos financeiros do Brasil. São Paulo era vista por Lobato como a melhor referência de qualidade de vida do país, marcado pela modernidade social das elites, caracterizado como símbolo de bom desempenho político e com um avanço tecnológico que impulsionava o estado a ser o melhor modelo pelas demais regiões do país.

Nas crônicas *Mr. Slang e o Brasil*, Monteiro Lobato critica a burocracia estatal, cuja disfuncionalidade seria a “miséria do funcionalismo público”, a qual o literato apelida de “mandarins” privilegiados. A ineficiência do serviço público é um desses disfarces do patrimonialismo, chamado por Lobato de “parasitismo camuflado”. A aversão ao funcionalismo público tanto por Lobato quanto por Neiva tem bastante relação com as críticas contundentes ao federalismo, uma vez que eles se opunham ao modelo de liberalismo brasileiro tal como vigorara na Primeira República. Existe um Monteiro Lobato antes e depois da experiência nos Estados Unidos. É notório o seu entusiasmo com o país ao ponto que nada mais fora da América parecia ter importância para Lobato, como reverbera em carta a Neiva: “*o resto do mundo is over*”<sup>95</sup>.

A partir da década de 1930, Monteiro Lobato partilhou em seus diálogos com Neiva o modelo americano como solução aos problemas brasileiros. Lobato ficou deslumbrado com a independência econômica dos EUA em relação à Europa e o alto grau tecnológico adquirido pela sua indústria (ILBAÑEZ; RONCON; ALVAES, 2012: 243). O escritor passou a estudar os moldes do fordismo e do georgismo devido ao seu interesse em investimentos na indústria metalúrgica e petrolífera. Desde a chegada de Monteiro Lobato aos Estados Unidos, a descrição da sua experiência nas cartas é recheada de emoção e renovação. Cresceu a esperança sobre o “futuro e progresso”, cuja expressão serviu de justificativa para a resolução dos problemas nacionais. O sonho americano de Lobato consiste em se identificar com um país de suposta “cultura” avançada, de espírito jovem, em contraposição à Europa, que correlaciona com o atraso, a decrepitude e a inércia. Não é por acaso que sugere a Neiva que o seu filho se americanize nos costumes se e torne um homem moderno segundo o perfil do *American Way of Life*:

---

<sup>95</sup> Frase da carta de Lobato a Neiva. Sem data. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

New York, 10 de abril de 1928.

Acho ótima a sua ideia de americanizar o Arthurzinho. Ele vencerá aqui, ao passo que na Alemanha terá de arcar com a sua quota de derrota ambiente (...). Não conheço o temperamento do seu filho. Mas se ele tem algo da abelha e admira a colmeia e é futurista, isto é, olha mais para frente que para trás ou para o presente, há de dar-se maravilhosamente bem aqui. Ou melhor, se é moço. Terra de mocidade, onde até o *Rockfeller* e o Ford são perfeitamente moços, quem nasceu moço encontra aqui a sua verdadeira pátria mental e moral. Mas se nasceu velho, se gosta de ficar com o olho parado num muro velho, e contemplar ruínas e ver lagartixas subindo sobre pedras limosas de um castelo onde em 1123 um conde normando matou um barão do Poitou, então que vá para a Europa.

Recebi o seu livro e vou lê-lo com o prazer com que sempre leio coisas pensadas – gênero tão raro nas nossas letras. Adeus. Quando tiver outras novidades de Detroit, escreverei. Muitas lembranças ao famoso rebento e recomendações á sua senhora. Monteiro Lobato<sup>96</sup>

A afetividade de Lobato a escrever para Neiva é expressiva, visto que sempre demonstrava notória admiração pela inteligência do seu amigo, e o prazer que tinha em trocar conhecimento e acompanhar o trabalho: “gênero tão raro nas nossas letras”. Monteiro Lobato incentivou Arthur Neiva a educar o seu filho no padrão norte-americano; almejava para o jovem Arthur Hehl um futuro grandioso nos Estados Unidos, na “terra de mocidade.” Extremamente apaixonado por ideais americanos, Lobato exalta Rockfeller e Ford ao relacioná-los ao padrão nacional e moral dos Estados Unidos. Posteriormente, Monteiro Lobato escreve a Arthur Neiva a recomendação de Mr. Smith para Arthurzinho estudar no Instituto de Metalurgia de Boston<sup>97</sup>. Era uma oportunidade do filho de seu amigo instruir-se com a maior autoridade do tema nos Estados Unidos. Segundo Lobato, Mr. Smith “apesar de milionário (...), tem paixão por ensinar o ‘que só ele sabe.’” (LOBATO, 1929).

O pensamento antilusitano é constante no diálogo e se coadunava com o passadismo que Monteiro Lobato associava à Europa: “um muro velho, ruínas, castelo, conde... de forma depreciativa”. Na correspondência o literato estava a caminho de Detroit, a cidade mais populosa e mais famosa do estado de Michigan, cuja economia gravitava em torno da indústria automobilística e que por isso figurava como um emblema do avanço da indústria norte-americana e da própria modernidade tecnológica capitalista. E sobre essa paisagem,

<sup>96</sup> Carta de Neiva a Lobato em 10 de abril de 1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>97</sup> Carta de Lobato a Neiva em 05/04/1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Marisa Lajolo (2010) argumenta que Lobato descreve uma América dourada e sedutora (...) cidades, monumentos, edifícios, instituições, bairros, linhas e estações de metrô, ruas e rios são o cenário a partir do qual Monteiro Lobato comenta a América (LAJOLO, 2010). Esses sentimentos do literato ficam evidentes quando ele escreve sobre os edifícios, o cinema, espetáculos da Broadway, o avanço tecnológico e a eficiência dos norte-americanos. Por outro lado, todas essas maravilhas do estrangeiro chamam a atenção do escritor para o subdesenvolvimento brasileiro, que seria solucionado se o Brasil seguisse o modelo econômico e social dos Estados Unidos. Antes de viajar para a América o escritor já acreditava no sucesso do *American way of life*: ele traduzira para o português e publicara, em abril de 1927, dois livros do Henry Ford, *Minha Vida e minha obra* e *Hoje e amanhã* (AZEVEDO, 1997).

Na virada do século XX, houve nos Estados Unidos um aumento da extensão das ferrovias, abrindo vastas áreas à agricultura comercial, favorecendo a criação do mercado nacional para produtos industrializados e um avanço da mineração, carvão e produção do aço (WASSERMAN, 1992). Na década de 1920, a produção industrial cresceu ainda mais, a renda per capita aumentou um terço, o desemprego e a inflação caíram, com avanços e inovações tecnológicas nos processos de produção na indústria automobilística (linha de montagem), de comunicações, eletrônicos e plásticos. Os preços do mercado ficaram mais acessíveis à população, consolidando uma sociedade de consumo, influenciada pela propaganda e criação de marketing. O consumo se transformou no elemento essencial de felicidade e cidadania. O crescimento econômico fez a recessão e o desemprego das décadas anteriores desaparecer, a especulação nos mercados financeiros tornou-se cada vez mais popular e lucrativa. O clima de prosperidade contribuiu para a classe empresarial e muitos políticos utilizarem a retórica patriótica de democracia e liberdade industrial.

Acerca do processo acima, Antônio Tota (2005) considera que a americanização do Brasil foi, sobretudo a partir dos meios de comunicação, tais como o rádio e o cinema, usados como parte da denominada política de boa vizinhança na América Latina a partir de 1933. Por essa perspectiva, a difusão do espírito norte-americano abriu a oportunidade de apresentar o sucesso e a ilusória superioridade da industrialização norte-americana. A mídia foi usada como instrumento pedagógico para americanizar o Brasil, o que comprova a existência de um

plano articulado para promover a americanização. Esse projeto estava, contudo, imbricado às forças de mercado, e não apenas a política de Estado, ou seja, o mercado foi um dos caminhos percorridos para a americanização tal como evidencia Monteiro Lobato nas correspondências a Arthur Neiva.

A paixão pelo *American way of life*, considerado um paradigma de desenvolvimento, e, paradoxalmente, o apego à terra natal, principalmente a preocupação com os problemas do Brasil, estão presentes na atuação de Monteiro Lobato como Adido Comercial. Nos relatórios que enviou ao Itamaraty ele fez análises geopolíticas sobre os Estados Unidos além de sugestões ao governo brasileiro, como investir em propaganda do país no exterior, reduzir os impostos de exportação, modernizar o sistema de transporte, explorar o potencial turístico do Brasil e enquadrar os produtos nacionais segundo o padrão de qualidade dos norte-americanos. Ao produzir esses documentos era inevitável não comparar o Brasil com os Estados Unidos e não questionar o motivo das nações terem seguido rumos tão diferentes. Assim, de acordo com seus biógrafos, ao comparar a riqueza norte-americana com a pobreza brasileira percebeu que a industrialização era a responsável pelo desenvolvimento dos Estados Unidos (MUQUIM, 2017).

No final da década de 1920, é bastante evidenciado o perfil de “homens de ação” motivados por sentimentos nacionalistas. Nessas missivas, Monteiro Lobato discursava sobre as possíveis fórmulas nacionais para o crescimento econômico no Brasil, expressando em paralelo o antilusitanismo como justificativa do atraso atual, “velhos países caquéticos e esclerosados”, da mesma forma que aponta para os ideais norteadores da paulistanidade: “No Brasil, excluindo São Paulo, a escada não é fixa, move-se para baixo.” Nota-se também que, Arthur Neiva está mais íntimo de Monteiro Lobato nas cartas trocadas nesse período. Sabe-se que apesar de ter uma frequente e extensa correspondência intelectual, ainda é pouco analisada a relação e o diálogo de Neiva com outros intelectuais e cientistas de sua geração.

Cabe ressaltar que houve uma mudança significativa na rede de sociabilidade dos missivistas na virada da década de 1920 para a de 1930, em função das diferentes posições que ambos passaram a ocupar nesse momento e dos debates e projetos nos quais se engajaram. Os projetos de Monteiro Lobato e Arthur Neiva ganharam outro formato - o literato não é apenas um editor e redator, tampouco Neiva o viajante da expedição científica

de 1912 e prócere do sanitarismo. É possível observar a ampliação dos contatos profissionais dos intelectuais, na medida em que esses “homens de ação” expandem seus ideais e negócios, com conseqüente formação de novas redes de sociabilidade. Os missivistas têm contato com personalidades de diferentes graus de projeção e importância política, de Getúlio Vargas até o perfurador do poço, passando por Armando de Sales Oliveira, engenheiro e político brasileiro, fundador da USP, uma rede que foi sendo construída a partir da literatura, da ciência e da atuação em favor de projetos institucionais, políticos e sociais.

A mudança da rede sociabilidade deveu-se à atuação de Monteiro Lobato no debate sobre metalurgia. Ele conseguiu montar uma equipe de sócios para viabilizar as negociações entre o Estado e a Cia siderúrgica, revelando aos representantes de confiança os segredos da empreitada com William Smith, são eles: Sampaio Correia, Victor Konder, ambos também envolvidos no Movimento Tenentista do Rio de Janeiro; Edmundo Navarro de Andrade e Macedo Soares (ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo e um dos envolvidos no movimento Tenentista de 1924) e Paulo Prado, escritor e ex- editor da *Revista do Brasil* em São Paulo (NUNES, 1985: 26).

No auge do deslumbramento pela metalurgia, Monteiro Lobato declarou que a única esperança para o progresso econômico nacional era que o ferro concertasse tudo, e o Mr. Smith era o ferreiro dessa ação. Em sua análise, a siderurgia significava a primeira indústria legítima a se estabelecer no Brasil, sem tarifas de favores oficiais. O problema do Brasil estava resolvido, o ferro seria a base de tudo:

Meu caro amigo, escreva o que vou lhe dizer: o problema da siderurgia do Brasil está afinal resolvido. Quer isto dizer que o problema do Brasil está solvido. Todos os nossos problemas, até os Moraes, são uma conseqüência da nossa inominável miséria, e essa miséria veio porque não tínhamos ferro. Só se criam riquezas, só dão origem a civilizações os países que tem ferro e carvão – Inglaterra, Alemanha, E. Unidos. Os que não possuem esses elementos ficaram a funcionar de satélites, sempre dependentes e pobres. Nós tínhamos ferro e tão mais carvão que equivalia e não tê-lo. E por isso tivemos de marcar passo até agora. Não preciso me estender nisto, dirigindo-me uma inteligência como a sua. O sr. sabe que o ferro é base de tudo<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup> Carta de Lobato a Neiva em New York, 3 de maio de 1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Monteiro Lobato se identificou e enalteceu Mr. Smith como um “homem de ação” no perfil norte-americano, que suscitava esperanças para o desenvolvimento econômico no mundo:

O processo Smith é a maravilha que lhe mandei dizer e na opinião dos técnicos que o conhecem vai revolucionar toda a metalurgia moderna. Consequências não previstas a princípio começam a surgir. Imagine, por exemplo, que o *sponge iron*, isto é o pó de ferro que resulta do processo e é obtido por metade do preço em que fica o atual pig iron, mostrou uma propriedade de alcance imenso para a indústria. Comprimido a uma pressão de 60.000 libras e aquecido a uma temperatura de mil graus esse *sponge iron* solidifica-se e adquire índices de resistência, etc., superiores aos revelados pelo ferro fundido<sup>99</sup>.

Mr. Smith era um homem de “beleza einsteiniana” segundo Monteiro Lobato, e representava um parceiro das ciências da metalurgia. Cabe ressaltar que, o apreço pelo desenvolvimento das ciências foi basilar para o encontro das trajetórias dos missivistas Arthur Neiva e Lobato, e continuou sendo o principal motor para os projetos que abraçaram ao longo de suas trajetórias.

Não obstante, tudo parecia transcorrer bem no imaginário apaixonado de Monteiro Lobato sobre a aplicação do *Processo Smith* no Brasil até a correspondência do dia 5 de abril de 1929, quando Lobato escreve a Neiva sem o mesmo entusiasmo anterior. O literato se demonstrou abalado por Mr. Smith não corresponder ao anseio que literato projetara em relação ao futuro do Brasil. A consequência dessa ausência de reciprocidade foi o sentimento de fracasso no empreendedorismo da metalurgia: “Já estou me desinteressando do caso.” Após essa baixa com o plano metalúrgico, Monteiro Lobato retorna para a sua área de atuação e inicia a sua carreira de escritor infantil. Não se sabe até que ponto Smith estava próximo de Lobato ou se era apenas entusiasmo da parte dele. A falta de reciprocidade do engenheiro em relação ao Brasil desestimulou o literato a ponto de afirmar que Smith não quisesse perturbar o “sistema planetário metalúrgico existente.”

Contudo, embora o projeto de Lobato não encaminhasse como almejava, ele ainda nutria o sentimento de que a América detinha todas as possibilidades para o progresso, de

---

<sup>99</sup> Carta de Lobato a Neiva em New York, 5 de dezembro de 1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

maneira que o sonho de americanização para o Brasil ainda lhe parecia viável. Mais uma vez, ele reforçou a ideia do filho de Arthur Neiva estudar e fazer uma carreira nos Estados Unidos,

New York, 5 de abril de 1929.

Smith está entusiasmado com a Alemanha. Diz que dá gosto lidar com os maravilhosos técnicos que ela possui. Para prová-los, em vez de uma extensiva exposição do processo mandou a fórmula que a título de curiosidade eu copiei para remeter ao Brasil e ponho prender a beleza einsteiniana que encerra e só os homens de estatura de Smith e seus alemães pescam. Pois bem: não foi preciso mais. Os alemães se entusiasmaram com a fórmula e revelaram tal compreensão de todas as suas ilações que Smith está em lua de mel com os alemães e aborrece-se quando tem de lidar com outra gente menos bem apetrechada em técnica. Achei-o desinteressadíssimo do Brasil. Acha que ainda é cedo para cuidarmos de metalurgia. Que sem cultura não pode haver metalurgia. Que inda estamos em fase colonial, de vender nosso minério para que outros o manipulem. Receio muito uma coisa: que Bulcão<sup>100</sup> não consiga levantar capitais para instalar a fábrica no Brasil. Está muito desajudado. Tem contra si a ignorância nacional e uma coisa ainda pior, que é a ciência nacional em Pires que ai abunda e sentenciam. Tem contra si o desinteresse de Smith. E tem contra si o interesse que este país e Alemanha têm que o Brasil não tenha metalurgia e continue escravo da importação de ferro. O caso é muito sério e infelizmente o único homem no Brasil capaz de compreender a situação e aparar o golpe não está ajudado pelo governo nem tem a atar de si a força financeira necessária. Esse homem é o Bulcão. Estou de dentro do caso, a acompanhá-lo com todos os olhos abertos os do corpo e os da instituição. Estou vendo, estou assistindo um reajuste da siderurgia no mundo, com base na “invenção” de Smith. Estou vendo a conspiração dos velhos países até aqui donos da indústria seria o Brasil, mas Smith que a princípio estava ou parecia muito interessado em meter o Brasil na dança, parece-me hoje frio e mais inclinado a não perturbar o sistema planetário metalúrgico existente. E como o eterno bobalhão do Brasil está cooperando para que tudo saia como estes espertíssimos industriais desejam! Já estou me desinteressando do caso. Apenas o acompanho por curiosidade. No jogo industrial do mundo há sempre um trouxa que fica com as cartas na mão. É o burro. Mais uma vez o burro vai ser o Brasil. Burro de pires na mão. Tenho feito alguma coisa no meu campo. Vendido contos para magazines e estou em véspera de um bom contrato editorial para livro infantil. Além disso, estou na iminência de tirar duas patentes que, na opinião do advogado que está handling o caso, pode dar fortunas. Quem sabe? Tudo é possível nesta América de todas as possibilidades. O Arthurzinho dará tacado se estudar metalurgia e fizer um remate de curso com Mr. Smith. Ele só toma alunos que já vem doutores pelas altas escolas. Apesar de milionário esse homem tem paixão por ensinar o “que só ele sabe”. Talvez este mês saia na Iron Age uma exposição do

---

<sup>100</sup> Fortunato Bulcão, entusiasta da siderurgia, amigo e sócio de Monteiro Lobato. Para saber mais: NUNES, Cassiano. *Monteiro Lobato e Fortunato Bulcão – O sonho do aço brasileiro*. Thesaurus, 1ª edição, 1985.

processo Smith por uma das grandes autoridades deste país. Mr. G.B. Waterhouse, do Institute of Tecnology, de Boston. Só agora Smith vai soltar a coisa, porque só agora concluiu o processo das suas patentes pelos 17 países que o interessam. A razão do silêncio das publicações técnicas a respeito do caso era essa – necessidade de cobrir a invenção do mundo inteiro (...)<sup>101</sup>

Para os missivistas os problemas brasileiros estariam resolvidos com a aplicação da técnica da siderurgia. Na visão de Lobato, todos os nossos problemas, até os morais, era uma consequência da inominável miséria. Em seu argumento, só se criavam riquezas e originavam civilizações os países que têm ferro e carvão – Inglaterra, Alemanha, E. Unidos. Os que não possuíam esses elementos ficariam a funcionar de satélites, sempre dependentes e pobres; o ferro seria a base de tudo.

Acerca do processo Smith, Monteiro Lobato afirma que a primeira comunicação sobre o processo foi comunicada na Iron Age de 25 de abril de 1928, assinada por George B. Waterhouse, professor de *Massachusetts Institute of Technology* e consultor técnico da *Bethlehem Steel Corporation*<sup>102</sup>. A técnica do representante da Ford foi bem recebida na Europa, principalmente na Alemanha, e a impossibilidade de aplicação no Brasil gerava desconforto em Lobato. Dessa forma, ele expressava a visão de atraso da nação frente aos demais países, “estamos em fase colonial, de vender nosso minério para que outros o manipulem.”

Nas correspondências, José Pires do Rio é um nome mencionado de forma crítica em relação ao projeto da metalurgia no Brasil. Era uma figura incômoda para Monteiro Lobato por atrapalhá-lo na evolução dos projetos metalúrgicos e posteriormente do petróleo. Pires iniciou a sua carreira profissional como engenheiro nas obras do porto do Rio de Janeiro, entre 1906 e 1910. Depois de lecionar na hidráulica na Escola Politécnica da Bahia entre 1912 e 1914, trabalhou na construção do porto do Rio Grande (RS), sendo nomeado a seguir para o cargo de diretor de um dos distritos da Inspetoria de Obras contra as Secas. Pires do Rio foi comissionado pelo governo federal para estudar a potencialidade do carvão mineral<sup>103</sup>.

<sup>101</sup> Carta de Lobato a Neiva, New York, 5 de abril de 1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>102</sup> LOBATO, Monteiro. *O Escândalo do Petróleo e Ferro*. Brasiliense, 1951: 301.

<sup>103</sup> José Pires do Rio. Dicionário Biográfico.

Em 1916, publicou “O combustível na economia universal”, no qual atribuiu ao emprego do carvão de pedra enorme importância na industrialização (OLYMPIO, 1944). Durante a gestão de José Pires do Rio no Ministério da Viação e Obras Públicas, foram contratadas firmas estrangeiras de engenharia para a realização de obras de grande porte voltadas principalmente para o combate às secas do Nordeste.

Em suma, o que se pode atestar nas correspondências trocadas entre Lobato e Neiva é que os grandes responsáveis pelo fracasso de Monteiro Lobato na indústria siderúrgica foram: a falta de investimento público e a comprovada ineficiência do *Processo Smith*. Nesse sentido, Monteiro Lobato desvia do seu engajamento da siderurgia e passa a defender o petróleo nacional e a produção agrícola no Brasil. Ainda que seja pouco mencionada nas cartas a produção agrária exportadora brasileira, foi analisado por Lobato e Neiva a produção de café, a crise do produto e a indústria da borracha (ILBAÑEZ; RONCON; ALVES, 2012).

### **3.2 - A Quebra da Bolsa de Valores em 1929 e a proposta de Monteiro Lobato e Arthur Neiva de exportação de laranjas.**

Após o crescimento econômico durante a década de 1920, ocorreu um evento que desestabilizou todo o mercado financeiro estadunidense: a Queda da Bolsa de Valores dos Estados Unidos em 24 de outubro de 1929. Este evento provocou grande perda do dinheiro dos investidores, os bancos americanos faliram e a produção industrial caiu em 46 %; o PIB diminuiu a um terço e os preços, caíram pela metade; 25% da população ativa ficou desempregada, pois um terço da mão de obra teve horas ou salários reduzidos; além de um forte declínio de poder aquisitivo (KARNAL, 2012).

Para Karnal (2012), as principais causas que contribuíram para essa Grande Depressão foram a falta de diversidade da economia americana (1920); a dependência de poucas indústrias, principalmente automobilísticas e da construção civil; diminuição de vendas; distribuição desigual da renda do mercado de consumo; a dependência dos bancos de

empréstimos. Por essa leitura, o que justificou a crise econômica em série foi a inadimplência dos devedores, não conseguiram pagar as dívidas e ocasionaram uma cadeia de falências.

Na década de 1920, o café era o esteio da economia brasileira, contribuindo com 70 por cento das exportações brasileiras. São Paulo, de longe o maior produtor do país, controlava quase a metade do comércio cafeeiro mundial (LOVE, 1982). Em 1924, foi criado o Instituto do Café e, dois anos depois, o Banco do Estado de São Paulo, cuja principal finalidade era fornecer crédito agrícola com base nos estoques. Recrudescceu o círculo vicioso, nos quais bons preços estimulavam novas plantações, e em seguida, superprodução. As abundantes colheitas geraram uma crise de comercialização, que antecipou os efeitos da crise de 1929 no Brasil. Concomitantemente, as elites paulistas foram desarticuladas pelo governo centralizador que ascendeu ao poder com o golpe de outubro de 1930.

Em relação à economia agrária nacional, vale ressaltar que o jornal *O Estado de São Paulo* é caracterizado como órgão professor do liberalismo da burguesia cafeeira paulista nos anos 1920, voltado para um público mais elitizado. Envolvido com a modernização da agricultura (FIGUEIRA; LOPES, 1997) e com a promoção das ciências enquanto impulsionadoras do progresso, *O Estado* identificou-se estreitamente com os interesses dos lavradores agremiados na Sociedade Rural Brasileira (SRB), da qual fez parte seu presidente, Júlio de Mesquita Filho<sup>104</sup>.

A crise de 1929 abateu profundamente a lavoura e marcou de forma decisiva o destino da burguesia cafeeira nos anos de 1930. Paralelamente, Monteiro Lobato sofreu as consequências financeiras do *crash* da bolsa de valores, no qual investira todos os seus recursos, e obrigado a se desfazer de suas ações da Companhia Editora Nacional. Não por acaso, Monteiro Lobato enviou um relatório ao ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, sugerindo, entre várias outras medidas, que o governo brasileiro reconsiderasse os altos impostos de exportação e que, com urgência, investisse em propaganda. Em 1928, por solicitação do Itamaraty, Lobato enviou um minucioso balanço sobre o comércio Brasil-Estados Unidos. Dentre os informes, relatórios e sugestões que fez ao longo do ano, destaca-se seu interesse por combustíveis alternativos, em particular coco de babaçu que substituiria o

---

<sup>104</sup> Júlio de Mesquita era um importante nome da rede de sociabilidade intelectual de Monteiro Lobato e Arthur Neiva, fundador da *Revista do Brasil* e esteve à frente da Revolução Constitucionalista de 1932.

carvão hulha na obtenção de gusa no Processo Smith. Monteiro Lobato almejava usar no lugar do carvão o coco de babaçu, cuja polpa era extraída de forma artesanal (ILBAÑEZ; ALVEZ; RONCON, 2012).

Os dias mais tumultuados do pregão da Bolsa de Nova Iorque são narrados num capítulo de América – os Estados Unidos em 1929, escrito logo ao voltar. Retomando os diálogos com Mr. Slang, nesse livro Lobato passeia pelos Estados Unidos discutindo a realidade à sua volta, sempre fazendo contrapontos com o Brasil. Sendo assim, Lobato afirma que a ideia de progresso do Brasil seria, na verdade, um discurso utópico, algo inalcançável tendo em vista a realidade brasileira (MUQUIM, 2017). O seu personagem inglês da Tijuca afirma que a prosperidade do país seria expressão de “fenômeno de gigantismo”, ou seja, algo extraordinário e impensável para o país. Nos Estados Unidos e na Argentina a prosperidade seria considerada apenas como uma meta. Mr. Slang faz uso de uma alusão de que o Brasil, diante das duas potências mundiais, é uma “lesma”. Além disso, é válido lembrar que o crescimento do país era ínfimo ao se comparar com os Estados Unidos, pois o Brasil somente possui riquezas em estado bruto, em contraposição disto, o desenvolvimento de diversas nações era constante e eficiente, como, por exemplo, na Alemanha, Inglaterra, Argentina e Estados Unidos<sup>105</sup>. O livro *América* foi publicado pela primeira vez em 1932. Nele, Monteiro Lobato discutiu o desenvolvimento econômico e tecnológico dos Estados Unidos, pouco depois de retornar do país onde permanecera por quase quatro anos.

A consequência da queda da Bolsa de Valores em Nova Iorque foi expressiva na economia brasileira no setor de exportação para os Estados Unidos. Todavia, antes do “crash” americano, no final de 1928, Monteiro Lobato já previa a situação do mercado de exportação, e elogiou Neiva por investir em produção de laranjas em sociedade com Edmundo Navarro:

New York, 5 de dezembro de 1928.

Dr. Neiva.

Há muitos meses lhe escrevi uma, logo da minha volta de Detroit e como não obtive resposta fiquei na dúvida se lhe teria às mãos ou não. Parabéns

---

<sup>105</sup> Sobre isto, Mr. Slang afirma: O Brasil, com os seus incontáveis recursos naturais e seus 30 milhões de habitantes, produz menos que... a fabrica Ford! Henry Ford, à testa de 50 mil operários, transforma matéria-prima em utilidades no valor de 8 milhões de contos por ano. Nós, um país! Não chegamos lá!... (LOBATO, 1964, p. 146).

pela sociedade com o Navarro nas laranjas. Vão fazer um excelente negócio<sup>106</sup>.

Na carta de 5 de abril de 1929, Monteiro Lobato supõe a substituição do café por exportações de laranja, parabenizando Neiva por essa iniciativa. Na carta, o literato faz referência ao Instituto do Café no sentido de alertar seu amigo sobre a gravidade da crise:

Meus parabéns pelas laranjas. O café me parece em perigo e quem pensar e antecipar-se no cultivo de alguma das coisas que tem de substituir dará tacada. Acho a nossa situação econômica muito perigosa. Tenho diante dos olhos um gráfico da nossa exportação que figura um perfeito L., a linha vertical formada pelo café a linha horizontal pelos outros produtos. Aqui a reproduzo. Está pois toda a vida do país a equilibrar-se numa perna só, como os jaburus quando filosofam. Qualquer crise nessa perna porá abaixo o bicho e a crise se aproxima. A política de preços altos do Instituto é ótima no momento, mas está fazendo e fará o Brasil perder o monopólio que tem desse produto, com o desenvolvimento do café em outros países. Hoje vi uma estatística revelando que já não somos produtores de  $\frac{3}{4}$ , como apregoamos, mas sim de  $\frac{1}{2}$ . Faço votos para que a laranja transforme esse perigoso L em U. Adeus. Perdoe esta seca do Lobato<sup>107</sup>.

Na carta acima, Monteiro Lobato mencionou o risco de o Brasil perder o monopólio do café, e critica o fato de ser o principal motor da economia. O literato acredita que o investimento em laranjas possa ser o caminho para superar a crise que se aproximava no Brasil.

Em 31 de maio de 1929, Arthur Neiva foi nomeado como Secretário de Estado dos Negócios do Interior de São Paulo e permanece à frente do Instituto Biológico com atividade científica bastante dinâmica. Não por acaso, a discussão das cartas nesse período gira em torno da produção agrária exportadora brasileira com temas que abordam desde críticas aos excessos da produção de café, passando pela previsão de uma crise do produto e da indústria da borracha que perde mercado para a Ásia por falta de ciência na produção, chegando a observações sobre a inexistência de mercado para a banana, controlado pelos norte-americanos no Caribe.

<sup>106</sup>Carta de Lobato a Neiva em New York, 5 de dezembro de 1928. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>107</sup>Carta de Lobato a Neiva em 5 de abril de 1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Na carta de Arthur Neiva enviada a Monteiro Lobato em 30 de julho de 1929, o cientista diz acreditar que a laranja poderia se tornar o produto de exportação que sucederia o café na economia brasileira:

A minha plantação de laranjas com o Navarro vai muito bem e se a grande maioria compreendesse como de fato se deveria fazer para plantar convenientemente laranjas, o Brasil poderia encontrar valioso sucedâneo para o café que, imagino, terá sua grande crise no máximo até 1932. Este ano a produção de São Paulo é de 15 a 17.000.000 de sacas e todos esperavam uma salvadora geada que não veio. Para o ano a safra será igual ou maior, pois os cafezais do Noroeste começarão a produzir e dentro de mais alguns anos 400 milhões de cafeeiros novos, na zona do Noroeste e no norte do Paraná, com 300 e até 400 arrobas por mil pés, começarão a produzir de verdade e então a safra de São Paulo poderá elevar-se facilmente a 25 milhões de sacas anuais. Quem irá beber tanto café, Dr. Lobato?<sup>108</sup>

Na carta do dia 21 de dezembro de 1929, Arthur Neiva menciona o dano financeiro provocado pela larva da *Ceratitis*, mais conhecida como mosca-da-fruta do Mediterrâneo, para a produção de laranjas: prejuízos incomensuráveis na Bahia: “A produção baiana poderá ser intensificada porque, quando a *bahiana* está de vez a mosca ainda não terminou o seu ciclo evolutivo.” Neiva afirma a impossibilidade da exportação do produto devido à praga da mosca do mediterrâneo que atacava os laranjais:

O Café levou a breca, o reajuste vira, quando não se sabe com segurança. Existe uma impossibilidade de exportarmos laranjas para os Estados Unidos que e a presença da *Ceratitis capitata*, a célebre mosca do mediterrâneo que tanto deu a falar agora na Flórida. São Paulo é um dos lugares do mundo mais infestado (...)<sup>109</sup>

### **3.3 - “Homens de ação” na conjuntura política de 1930: a trajetória política de Arthur Neiva e a campanha do petróleo por Monteiro Lobato.**

O cenário político da década de 1930 é marcado por uma reorganização do Estado, em decorrência da crise do poder oligárquico, que por sua vez refletia a formação de novas

<sup>108</sup> Carta de Neiva a Lobato em 30 de julho de 1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>109</sup> Carta de Lobato a Neiva, New York, 21 de dezembro de 1929. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

camadas sociais, com interesses distintos, do processo de urbanização e por uma reordenação da economia mundial, afetada pela crise de 1929. No final da Primeira República, o Partido Republicano Paulista (PRP) viveu um processo de isolamento, tendo como oposição uma grande frente política, que envolvia diferentes setores da sociedade brasileira: a elite urbana – principalmente de São Paulo, aglutinada desde 1926 no Partido Democrático (PD)– as camadas médias, os tenentes e as oligarquias dos demais estados, incluindo a de Minas Gerais, que até então estivera no poder.

De acordo com a tradição da política oligárquica da Primeira República, o paulista Washington Luís deveria suceder um mineiro. Mas ele indicou Júlio Prestes, presidente de São Paulo, para sua sucessão, rompendo assim o acordo com os mineiros. Júlio Prestes venceu as eleições, e diante da vitória situacionista os tenentes decidiram-se pela luta armada, o que desencadeou o golpe de 1930. Esta mudança restringiu o poder dos Estados por meio de um impulso centralizador que marcou toda a atividade política e administrativa.

Com a burocratização pós-década de 1930, diversos intelectuais passaram a fazer parte do aparato estatal junto a seus projetos de nação que dialogaram, direta ou indiretamente, com a nova concepção de construção do Estado. Propostas políticas começaram a disputar espaço na tentativa de viabilizar a nação imaginada. Não por acaso que, foi no primeiro período Vargas que a política social, anotada pelo modelo de *Welfare State*, ganhou contornos mais acentuados e delimitados.

A chamada “revolução” de outubro de 1930 teve em Arthur Neiva um aliado tenaz, que estabeleceu estreito contato com o grupo dos tenentes. A amizade com um dos representantes destes, João Alberto Lins de Barros, e as conturbadas disputas de poder que marcaram o início do governo provisório de Getúlio Vargas levaram Neiva ao proscênio da política. Em 1930, João Alberto, nomeado interventor federal em São Paulo, designou-o secretário do interior do Estado, quando ele criou o primeiro Departamento de Educação Física no país, um Serviço de Assistência aos Psicopatas, bem como ordenou a reorganização do Instituto Bacteriológico de São Paulo, extinto em 1925 (BORGMEIER, 1940; LIMA, 1943; REZENDE, 2009). Um ano depois, retornou ao seu Estado de origem, a Bahia, como interventor federal.

Vale ressaltar que, antes de Monteiro Lobato voltar dos Estados Unidos para o Brasil, ele enviou uma carta a Getúlio Vargas sobre as conclusões a que chegou com sua experiência

norte-americana. A cópia da correspondência enviada ao presidente foi encaminhada para Arthur Neiva. No texto, Lobato supunha que os grandes problemas nacionais eram a falta de investimento em ferro, combustível e trigo, ocasionando a fraqueza da economia brasileira. O literato acreditava na mudança nos rumos da economia com a introdução da indústria de base, pois parecia ser inicialmente compatível com a proposta do presidente Vargas. Assim, Lobato demonstra uma visão moderna para a economia da nação, na medida em que os projetos propostos visavam uma integração territorial e alvejavam a autossuficiência nos moldes do que ocorreu nos Estados Unidos:

New York, 9 de dezembro de 1930.

Secretária dos Negócios do Interior. Senhor Presidente. Acho de meu dever apresentar a Vossa Excelência algumas das conclusões a que cheguei, com respeito a vários problemas brasileiros, durante minha estadia na América. Como são conclusões meditadas e baseadas em factos, espero que não redundará em perda de tempo os minutos que Vossa Excelência despender em lê-las. O exame das importações do Brasil revela três hipertrofias que por si sós explicam a fraqueza da nossa situação econômica; trigo, ferro e combustível. A redução dessas hipertrofias equivalera ao aumento de exportação que a balança comercial está pedindo e não temos conseguido. Que não temos conseguido e difícil se faz conseguir, dado o fenômeno notório da superprodução dos artigos que produzimos nenhum dos quais constitui monopólio nosso e, portanto, não encontra escoadouro livre de concorrência, parece-me linha de menor resistência atacar as importações, obtendo por meio da redução delas o ouro que tão cedo não podemos obter pelo aumento da exportação. Ferro. É o nosso problema básico, cuja solução solverá automaticamente uma série de outros problemas ate aqui apenas ladeados (...). São estas as conclusões que julguei de meu dever apresentar a Vossa Excelência neste momento em que todos os brasileiros sentem as esperanças renascidas. Conclusões meditadas e baseadas em factos que são, talvez mereçam ser lidas e ponderadas por quem empreendeu a gigantesca tarefa de arrancar o país ao atoleiro em que se ia afundando. Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração. A sua excelência o senhor doutor Getúlio Vargas. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil<sup>110</sup>.

De volta a São Paulo, Lobato dedicou-se às campanhas do ferro e apresentou um “Memorial” ao chefe do governo, Getúlio Vargas, no qual tocou na questão siderúrgica na correspondência do dia 13 de junho de 1931<sup>111</sup>. Nesse contexto, ele fundou o Sindicato

---

<sup>110</sup> Carta de Lobato a Getúlio Vargas em 9 de dezembro de 1930. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>111</sup> Carta de Lobato a Neiva em 13 de junho de 1931. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Nacional de Indústria e Comércio e a Companhia Petróleos do Brasil, voltados, respectivamente, à exploração do ferro e do petróleo. Iniciou também nessa época suas denúncias contra os contratos mantidos pelo governo com a *Itabira Iron Ore Company*. Monteiro Lobato acusava o governo de forjar laudos que afirmavam a não existência de petróleo no Brasil, no intuito de beneficiar as grandes empresas estrangeiras interessadas em manter inexploradas as reservas petrolíferas brasileiras<sup>112</sup>.

Em 1931, o engenheiro Edson de Carvalho iniciou os trabalhos de perfuração em Riacho Doce, Alagoas. No ano seguinte, anunciou à imprensa a descoberta de imensas reservas na região e associou-se a Monteiro Lobato para criar a Companhia Petróleo Nacional. Enquanto isso, na Bahia, outro engenheiro, Manuel Inácio Bastos e Oscar Cordeiro, presidente da Bolsa de Mercadorias daquele Estado, tentou conseguir apoio do governo federal para explorar vestígios de petróleo na região de Lobato. Posteriormente, a Companhia Petróleos do Brasil foi incorporada por Monteiro Lobato, Manequinho Lopes e L. A. Pereira de Queiroz, autorizada a funcionar em 17 de maio de 1932. Em agosto desse mesmo ano deu-se início as buscas por petróleo em Araquá no Estado de São Paulo.

O Ministério da Agricultura negou auxílio técnico e material a essas iniciativas privadas, alegando que não existia petróleo nas regiões indicadas. Foi no seio dessa disputa entre órgãos públicos e empresas privadas que se estabeleceu o debate sobre a existência de petróleo no Brasil. As companhias privadas nacionais tiveram que enfrentar a centralização do poder político e o crescente controle estatal da economia. Nesse período, ganhou força, entre os militares e burocratas brasileiros, a ideia de que o petróleo era um recurso natural estratégico para o desenvolvimento e soberania nacional.

Em paralelo ao início da campanha pelo petróleo empreendida por Lobato, em 1931, Arthur Neiva foi convidado pelo interventor federal em São Paulo, João Alberto Lins de Barros, a assumir o cargo de interventor federal da Bahia, deixando assim a sua função na Secretaria do Interior do estado de São Paulo. Em carta, Lobato parabenizou seu amigo pelo novo cargo,

---

<sup>112</sup> Monteiro Lobato. Biografia.

Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/monteiro\\_lobato](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/monteiro_lobato). Acesso em 20 de janeiro de 2020.

New York, 13 de fevereiro de 1931.

Dr. Neiva,

Li hoje no *Times* a sua escolha para interventor na Bahia e não resisti a tentação de lhe mandar parabéns – embora seja a Bahia que os mereça (...) Se nesses momentos de desespero sentir falta de contato com uma altíssima inteligência, das mais finas que ainda encontrei no meu caminho, procure o Anísio Teixeira, que foi diretor de instrução num governo passado. Convivi com esse rapaz aqui em New York por mais dum ano e ainda me acho sob a ação da sua encantadora personalidade. Faça dele um amigo e terá a mão um precioso oásis para repouso da estupidez ambiente.

No meio das minhas desesperanças, entretanto, alguma coisa reluz. A sua cooperação, por exemplo, me parece muito significativa e o fato de lhe reconhecerem o valor os redime de muito erro. Na minha sincera opinião, o senhor representa o que o país precisa – o homem moderno, isto é, o homem de ciência para o qual não há salvação fora dela. Isto não é cumprimento (inda não aprendi a fazê-los), mas sim o que penso e sempre pensei do Dr. Neiva. Acho que sua ação não pode ficar restrita a uma ação estadual. Tem que ser nacional. Seu lugar é num ministério, como degrau para o posto supremo. Já tivemos nele cretinos e loucos, Hermes e Delphins. É tempo de pôr lá o homem moderno – o homem de ciência – Arthur Neiva. Acho que o amigo tem o imperioso dever de fazer o posto supremo o alvo de todos os seus passos – para bem do país. Em voltando para ai vou demonstrar pela imprensa que essa é a boa solução para o momento (...). Vou trabalhar no negócio do ferro, agora bem adiantado e também no do babaçu. Este é todo um mundo novo que se abre. O mercado aqui existente para a *wood flower* feita da casca desse coco é de deixar a gente com tonturas. Mercado maior que o que tem o café. Mas depende de alta produção e não si se o Norte será capaz disso (...). Meu caro Dr. Neiva até por ai. Coragem e resignação – e não perca a oportunidade de conhecer o oásis.

Do Lobato<sup>113</sup>

No governo baiano, Arthur Neiva procurou desenvolver serviços sanitários, e em 8 de junho de 1931, junto ao Secretário da Agricultura, Joaquim Inácio Tosta Filho, criou o Instituto do Cacau, com a finalidade de defender os interesses da lavoura cacaueteira, um órgão sem finalidades comerciais ou lucrativos. Entre 1932 e 1941, o Instituto chegou a exportar 30% da produção cacaueteira do Estado<sup>114</sup>. Para Arthur Neiva, a obra do Instituto de Cacau era uma obra eminentemente brasileira<sup>115</sup>, feita por brasileiros, mediante capital brasileiro, visando à solução brasileira de um problema econômico nacional. Na correspondência

<sup>113</sup> Carta de Lobato a Neiva em 13 de fevereiro de 1931. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>114</sup> SCHVARMAN, Sheila. *Humberto Mauro e a imagens do Brasil*. UNESP, 2004:138.

<sup>115</sup> Carta de Arthur Neiva enviada a Monteiro Lobato: “Meu caro Lobato vou á Bahia, depois de amanhã, de avião, assistir á inauguração do Instituto de Cacau, obra minha, lutando contra tudo e contra todos. Como é bonito e interessante o Brasil visto do alto! Quando, porém, a gente vive dentro dele, como é pavoroso! Lembranças aos amigos e um abraço do Neiva”.

seguinte, Monteiro Lobato elogia Arthur Neiva pela inauguração do Instituto do Cacau na Bahia, cujo feito exalta como obra magnífica:

Dr. Neiva:

Li as notícias da inauguração do Instituto do Cacau. A sua passagem tão rápida pelo governo da Baía ficará eternamente assinalada por aquela obra magnífica

Adeus. Um abraço em Arturzinho do Lobato<sup>116</sup>.

Arthur Neiva permaneceu por pouco tempo no cargo de Secretário Interior de São Paulo, pois logo depois foi designado interventor na Bahia, seu estado natal. Depois de seis meses, Neiva teve que deixar o seu cargo devido a um ambiente político completamente hostil:

Um dos estopins para o descontentamento que culminou no seu afastamento foi a lei municipal de 08 de julho de 1931, através da qual pretendia reduzir as despesas públicas centralizar a administração, restabelecer as economias locais e redesenhar o mapa político do estado, extinguindo os municípios com menos de 20 mil habitantes. A medida desagradou profundamente os caciques políticos, aos quais se juntaram outros setores que apoiavam o governo revolucionário instaurado por Vargas (CARVALHO, 2005; PINHO, 2010 *apud* SILVA, 2011: 601).

#### **3.4 - O movimento constitucionalista de 1932 e a saída de Arthur Neiva no Instituto Biológico de São Paulo.**

A insatisfação popular contra o governo provisório tinha como a principal reivindicação a imediata convocação de uma Assembleia Constituinte. Devido às pressões, em fevereiro Getúlio Vargas decretou um novo código eleitoral, que marcava eleições para a Constituinte. O decreto instituiu ainda o voto secreto, antiga reivindicação do tenentismo, e estendeu o direito de voto às mulheres. Contudo, no dia 9 de julho de 1932, eclodiu na capital paulista a Revolução Constitucionalista, revolta armada comandada pelos generais Bertoldo Klinger, Isidoro Dias Lopes e Euclides Figueiredo. O principal líder civil do movimento da Constituição de 1932 era o jornalista Júlio de Mesquita Filho (1892-1969). Em 25 de janeiro

---

<sup>116</sup> Carta de Lobato a Neiva sem data. Devido às informações apresentadas nas cartas tudo indica que foi escrita no ano de 1931, inauguração do Instituto do Cacau. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

de 1932, mais de 100 mil pessoas marcharam da Praça da Sé à sede do jornal *O Estado de São Paulo*, então na Rua Boa Vista, para ouvir a saudação de Mesquita Filho, que discursou. “Anulada a autonomia de São Paulo, o Brasil se transformou num vasto deserto de homens e de ideias”, disse Julinho, como era conhecido, da sacada da redação<sup>117</sup>.

A “Revolução Constitucionalista” teve a sua base na tradição liberal democrática de amplas alas da sociedade urbana estadual. Os setores da elite oligárquica de São Paulo defenderam a instalação de uma Constituinte com o objetivo de fazer oposição ao governo provisório. No início de 1932, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático aliaram-se na Frente Única Paulista e lançaram uma campanha pela constitucionalização do país e o fim da intervenção federal nos Estados. Os atos públicos multiplicaram-se e as manifestações tornaram-se mais fortes. Esse movimento foi desencadeado em São Paulo, em 9 de julho de 1932, com repercussão pelo Brasil todo, pois cidades como Soledade, no Rio Grande do Sul, Sengés e Castro, no Paraná, e outros rincões do nosso país aderiram ao desejo de, unidos como um só bloco, a fim do retorno da Constituição.

Na correspondência de Monteiro Lobato enviada a Arthur Neiva em 23 de julho de 1934, o literato descreve o clima de disputas políticas na conjuntura do Governo Constitucional. Lobato demonstra o seu descontentamento com as ações de Manuel Lopes, o Maneco, que inclusive é um nome muito mencionado nas correspondências trocadas com Arthur Neiva. Ao mesmo tempo em que o literato escreve em tom de denúncia as ações dos rivais do seu amigo, entre eles, Rocha Lima, Lobato faz um pedido para a sua volta ao cargo do Instituto Biológico, parece aborrecido e não aceitou bem a saída de Neiva e sua mudança para a Bahia: “o senhor tem que responder a esta carta dizendo que voltará para o seu antigo posto, caso seja de novo convidado”.

O Instituto Biológico foi oficialmente criado em dezembro de 1927 no governo de Júlio Prestes, em consequência da percepção de que a lavoura e a pecuária paulista precisavam de uma instituição apta a equacionar seus problemas científicos, sobretudo os concernentes à defesa sanitária vegetal e animal (RIBEIRO, 1997; SILVA, 2006). O

---

<sup>117</sup> BRASIL, O legado deixado pela Revolução de 32. Jornal de Brasília. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/o-legado-deixado-pela-revolucao-de-32/> Acesso em 21 de janeiro de 2020.

arcabouço da instituição, suas atribuições e os quadros que a compuseram foram fruto das articulações de Neiva e de seu ideário de pesquisa científica. De certa forma, reverberando o perfil institucional que Oswaldo Cruz implementara em Manguinhos, ele procurou criar um espaço de produção de novos conhecimentos, sem deixar de atender às demandas práticas da agropecuária paulista. O cientista apoiou a “revolução de 1930” e estabeleceu estreito contato com o grupo dos tenentes, posteriormente Neiva foi obrigado a deixar São Paulo em circunstâncias bastante controversas, tão logo rebentou a chamada “revolução constitucionalista”. Na carta abaixo Monteiro Lobato descreve a fúria política no Estado de São Paulo e o seu entusiasmo com o início do voto secreto no Brasil. A expressão de um “São Paulo renovado” graças ao Governo de Getúlio Vargas segundo o literato:

S. Paulo, 23, 7, 1934.

Dr. Neiva:

Andamos aqui a formar um grupo de conspiradores com o fim de reintegrar no cérebro de S. Paulo um lóbulo que fugiu e está fazendo falta séria – um lóbulo chamado Arthur Neiva. Maneco<sup>118</sup> é o chefe da camorra, e com aquela língua de serpente do Éden, cada vez com maior prestígio em virtude das barbas cada vez mais brancas, esfarripadas e jeovistas, vai insinuando venenos discretíssimos contra os seus inimigos (inimigos de Neiva) e inoculando biotômicos estratégicos aos seus amigos, de modo a pô-los em eretismo ativo. A senhor tem aqui, é aquele bode alemão que o senhor mesmo embutiu no Instituto Biológico. Quer ele meter o Instituto como pedestal do seu Ich científico, e para isso trata de destruir toda a influência do criador e dos amigos do criador dessa instituição – e os vai afastando. Ser amigo ou admirador de Neiva é contar certo com guerra permanente – a guerra do pariato, do “espirra fora”. De modo que o ponto capital da conspiração é alijar o bode, que é quem arma e alimenta e fomenta todos os ressentimentos contra Neiva, tornando-se o verdadeiro Deus ex-machina do “não-Neiva em S. Paulo.” Mas os interesses científicos dos Institutos e os interesses últimos da cultura em S. Paulo não podem ficar á mercê disso; não podem admitir política pessoal no laboratório, e, portanto o senhor tem que responder a esta carta dizendo que voltará para o seu antigo posto, caso seja de novo convidado. S. Paulo agora está mais interessante do que nunca. Uma fúria política, das criadoras. Até eu me alistei – e a mulher e a filharada. Formamos um bloco de sete eleitores – número suficiente para fazer alguém ganhar ou perder uma eleição. Isso do eleitor poder votar secretamente de acordo com a sua consciência está parecendo maravilha até aos próprios pererês de baixo. E em consequência as futuras políticas

---

<sup>118</sup> Manuel Lopes de Oliveira Filho (1872 - 1938), amigo de Lobato e Arthur Neiva, importante entomologista do período. MELO, Luís Correia de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

paulistas vão ser cheias de surpresas. Imagine que vamos apresentar Maneco para deputado – e ele vai ter milhares de leitores do Estado que lhe engolem as semanais besteiras entomológicas e agrícolas. Á custa de desvendar os segredos biológicos das pulgas, dos carrapatos, dos pulgões do piolho, dos ratos, dos feijões, dos arrozes e das batatas ele deve ter formado um enorme eleitorado, que agora, com o voto secreto, tem meios de se manifestar.

Ora, um S. Paulo assim renovado, graças à abençoada getulice que atirou no que viu e matou para sempre a desgraça que era um regime no qual o voto já saia falsificado dentro do votante, quem por medo não vota em quem quer, falsifica o próprio voto, não pode dispensar o concurso do seu grande paulista por engano nascido na Baía. O senhor fez muito do que hoje anda aqui a produzir frutos, tem que vir assistir á maturação. Responda, mas nunca dizendo não! Be *Yea saying*.

Do velho amigo, Monteiro Lobato<sup>119</sup>

No diálogo acima, Monteiro Lobato expressou a sua visão sobre a “Revolução de 1930” e criticou a estrutura oligárquica da Primeira República. Considera a transição uma renovação política - “matou para sempre a desgraça que era um regime no qual o voto já saia falsificado.” Dessa forma, nesse período das correspondências há duas interpretações acerca do “Movimento da Constituinte de 1932” pelos missivistas: enquanto Lobato apesar de crítico demonstrava-se satisfeito com o fim do voto de cabresto típico das oligarquias estaduais<sup>120</sup> na carta de 23 de julho de 1934, o cientista Arthur Neiva expressava insatisfação na correspondência de 14 de agosto de 1934<sup>121</sup>.

Arthur Neiva enfrentava o cenário político de colisão com as elites paulistas, quando estas, em 1932, instalaram uma revolta contra as iniciativas centralizadoras do governo de Getúlio Vargas. Arthur Neiva foi obrigado a deixar São Paulo em circunstâncias bastante controversas, tão logo rebentou a chamada “revolução constitucionalista”. Seu vínculo com João Alberto e outros tenentes tornaram-no persona *non grata* no território paulista, obrigando-o a abandonar a direção do Instituto Biológico, que passou às mãos de Henrique da Rocha Lima, um dos que participaram da criação do Instituto de Manguinhos por Oswaldo Cruz e que trabalhara por quase vinte anos no Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo de 1909 a 1927 (SILVA, 2011:31).

<sup>119</sup> Carta de Lobato a Neiva em 23 de julho de 1934. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>120</sup> Na obra “Urupês” (1918), Monteiro Lobato crítica ao sistema eleitoral e o direito de voto aos mais pobres. A representatividade política como direito apenas dos homens considerados cultos é reafirmada. Para Lobato, os homens pobres de cultura e educação como Jeca Tatu não sabem votar e são analfabetos políticos.

<sup>121</sup> Carta de Neiva a Lobato em 14 de agosto de 1934. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Em carta-manifesto dirigida a Waldemar Ferreira, secretário da Justiça e Segurança Pública do Governo Constitucionalista Revolucionário de São Paulo, Lobato fez críticas ao “militarismo federal”, considerando a insurreição uma “guerra de independência”. Ele declara em carta: “São Paulo, depois da vitória, deverá expressar-se na fórmula Hegemonia ou Separação”, título que deu à sua carta manifesta. Já Neiva, como revela carta de 14 de agosto de 1934, apoiou a revolução porque não a considerava separatista. Colocou-se, junto com o Instituto Biológico, do qual era diretor, às ordens de São Paulo, entregando um ofício com essa informação ao Dr. Francisco Junqueira, secretário da Agricultura. No entanto, Henrique Rocha Lima teria se adiantado à Neiva, denunciando às autoridades rebeladas o cientista por seus vínculos com os tenentes. Cabe mencionar que o evento mencionado na carta é bastante controverso, inclusive após a morte de Arthur Neiva, pois a visão de Rocha Lima é divergente sobre esse o processo, sendo assim possível identificar nas cartas trocadas entres os cientistas a disputa política por cargos e organização de projeto.

Quando Rocha Lima retornou para Brasil em 1928, fora convidado por Arthur Neiva para fazer parte do Instituto Biológico de São Paulo. Lima aceitou o convite e decidiu permanecer definitivamente no país.<sup>122</sup>No início da Era Vargas, em defesa do Instituto Biológico, Rocha Lima se empenhou em apresentar às autoridades administrativas a relevância da atividade científica na promoção do desenvolvimento da agricultura e pecuária. Ele defendeu a manutenção do instituto, e não poupou nas críticas contundentes ao desinteresse do governo de preservar o instituto de pesquisa. Diferentes tentativas de reforma

---

<sup>122</sup> A presença dos “discípulos de Oswaldo Cruz”, Neiva e Rocha Lima<sup>122</sup>, no Instituto Biológico, representava a transplantação do patrimônio científico de Manguinhos para o solo paulista (SILVA, 2011: 554). Rocha Lima organizou o Instituto de Defesa Agrícola e Animal passando-se a chamar de Instituto Biológico de São Paulo. Lima pôde concentrar em seu domínio toda a vigilância sanitária animal, que antes dividia com a Diretoria de Indústria Animal (SILVA, 2011). Além disso, a reforma do Instituto envolveu a diretoria-geral, ou seja, a parte administrativa que abrangia a contabilidade. Nesse período, Lima deu espaço ao ensino nas atividades do Biológico, e organizou cursos de especialização de agrônomos e veterinários. Colaborou com a recém-criada Universidade de São Paulo (RIBEIRO, 1997: 51 *apud* SILVA, 2011), “reproduzia-se na instituição paulista o perfil tripartite que caracterizara Manguinhos – ensino, pesquisa e produção – inspirado, por sua vez, no modelo do Instituto Pasteur de Paris” (BENCHIMOL, 1990 *apud* SILVA, 2011). Lima propôs medidas de estreitamento das relações culturais entre Brasil e Alemanha. No contexto político do governo Vargas, a secretaria de Agricultura ficou a cargo de diferentes gestores nomeados de acordo com as conveniências do interventor do momento. Houve numerosas tentativas de desmembrar as seções do Biológico entre as demais repartições paulistas.

da secretaria previam a desintegração do Biológico, a descaracterização de seu perfil científico, diminuindo-lhe o escopo de atribuições ou a redução de verbas.

As relações pessoais e políticas definiam o perfil de ação dos administradores dos institutos científicos do país. Visto isto, é possível esclarecer os impasses políticos na carta abaixo a qual Arthur Neiva revela a Lobato o contexto de sua saída forçada do Instituto Biológico:

Quero ver se hoje posso terminar a carta que comecei terça-feira passada, o assunto é comprido. Nunca pensei falar tão cedo a respeito dos acontecimentos de S. Paulo, e como testemunho do meu proceder pode apelar para alguns paulistas que a tudo assistiram. Apesar de ter recebido aviso dos acontecimentos, a noite de quinta-feira que precedeu a revolução, por um amigo, engenheiro da Central, que foi procurar-me no Hotel, propondo meu regresso ao Rio, recusei deixar S. Paulo (...). Quando rebentou o movimento fui procurar o Secretário da Agricultura, Dr. Francisco Junqueira, e na presença do Adalberto Queiroz Telles, paulista de quatro séculos e Plínio Piza, também de cepa antiga, perguntei-lhe o seguinte: A revolução é separatista... Respondeu-me o Francisco Junqueira: Não. Disse-lhe então: ninguém de boa fé poderá pôr em dúvida o meu grande amor a S. Paulo e a suposição de que lhe tenho prestado alguns serviços. - Sabe o Dr. Junqueira que eu sou amigo do Capitão João Alberto – Resposta: - Sim. E seria uma indignidade da sua parte se não fizesse esta declaração neste momento. - Sabe que o meu filho trabalha a seu lado, como oficial de Gabinete: - Não sabia nada disso, porém, tem importância, porque o que S. Paulo sabe que o Dr. Neiva é um grande amigo desta terra e que disso tem dado provas as mais eloquentes. – Muito obrigado, respondi-lhe comovidamente. Neste caso Dr. Junqueira, se a revolução não é separatista, trago-lhe este ofício. E o ofício, Lobato, era pondo-me às ordens de S. Paulo com todo o Instituto Biológico. Entreguei-lhe o ofício em mão, por mim assinado, na presença do Adalberto e Plínio Piza. Disse-me, então, o Dr. Junqueira: Apresente-se amanhã ao General Klinger: Regressei ao Instituto e comuniquei ao Adalberto e ao Rocha Lima que no dia seguinte, o Diretor e os dois subdiretores incorporados, às duas horas da tarde, deveriam apresentar-se ao Quartel General.

Com surpresa, no dia seguinte, o Rocha Lima, às 8 horas da manhã, tinha ido, isoladamente, ao Quartel General, levando uma serie de produtos do Instituto e que poderiam ser utilizados na campanha, e pondo-se às ordens do mesmo Quartel. Senti imediatamente o que isto representava. Logo no dia seguinte, ao regressar do almoço, encontrei uma carta sobre minha secretaria, dentro do Instituto, colocada para quem conhece meus passos ali e o horário da minha entrada e saída, alguém do Biológico. Mostrei-a

Adalberto e ao Plínio Piza, e nesta carta vi a gênese de tudo quanto depois ocorreu inclusive a substituição do diretor do Biológico.<sup>123</sup>

O desfecho da carta relata a fuga de Arthur Neiva de São Paulo, perseguido pelos “revolucionários” de 1932. A saída repentina do Instituto Biológico deve ser considerada como resposta as articulações políticas do cientista, não por caso que ele estava ligado ao grupo de forças<sup>124</sup> que assumiu o poder com Getúlio Vargas em outubro de 1930 (SILVA, 2011: 601).

De volta ao Rio de Janeiro, Neiva ocupou em janeiro de 1933 a recém-criada Diretoria-Geral de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura, sob a qual ficaram submetidos o Instituto de Meteorologia, o Instituto de Geologia, o Instituto de Química, o Instituto de Biologia Animal e Vegetal, além da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios. Ainda em 1933, Neiva assumiu a direção do jornal carioca *A Nação*, fundado pelo tenente João Alberto e tendo como redator-chefe Azevedo Amaral, figura central na formulação do ideário que serviu de base ideológica para o governo implementado posteriormente no Estado Novo em 1937. Em junho de 1933, ele foi eleito Deputado Federal Constituinte pela legenda do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia.

Na correspondência do dia 8 de setembro de 1934 enviada por Neiva a Lobato, o cientista começou o diálogo em tom de despedida e nostalgia do seu cargo no Instituto Biológico. Neste ano, o mandato de Neiva de deputado federal da Bahia fora renovado na Câmara. Arthur Neiva parecia estar frustrado com a força do discurso político após o movimento da Constituinte de 1932, pois nem as publicações do Instituto Biológico que ajudou a fundar tinha mais acesso, precisando do favor de terceiros de lhe encaminhar as publicações, e assim poder ter notícias sobre o instituto. O cientista também escreveu sobre a viagem à Bahia como um escape à pressão a qual estava submetido em São Paulo,

---

<sup>123</sup>Carta de Neiva a Lobato em 14 de agosto de 1934. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>124</sup>Sabe-se que o estopim da “revolução de 1930” foi a contestação da posse do paulista Júlio Prestes como sucessor do presidente Washington Luís, um arranjo que contradizia a política da Primeira República. Esta previa a alternância entre paulistas e mineiros na presidência. Entre os fatores conjunturais daquele evento, estava o descontentamento com a dinâmica política de predominância de algumas oligarquias agrárias e das políticas econômicas agrícolas. Um dos líderes desses últimos era João Alberto Lins e Barros, figura de destaque na coluna Prestes, nomeado por Getúlio Vargas interventor do estado de São Paulo (CARVALHO, 2005; PINHO, 2010 *apud* SILVA, 2011).

expressando em carta a sensação de poder descansar, longe da “civilização” paulista a qual estava tão habituado:

Meu caro Lobato,

Envio-lhe por cópia os ofícios que enviei ao Secretário da Agricultura e as respostas recebidas a propósito da Revolução de S. Paulo.

Tive dificuldades em obter as cópias que foram conseguidas em surdina e por isso peço toda a reserva, guardando-as com cautela.

Nem mais as publicações do Biológico eu tenho direito, por enquanto tudo aqui me chega cautelosamente, e tenho eu acusado o recebimento, como é de praxe, recebi carta do atual diretor para devolver uma que chegou com algumas linhas dizendo “como recordação da sua grande obra”, mais ou menos isto, fui como já disse, obrigado a recambiar, o que fiz por intermédio de um amigo (...). No dia 11, parto para a Bahia, de onde não sei quando voltarei. Vou experimentar as consequências do voto secreto, que talvez acabe me liquidando e também libertando (...). Politicar, supremo gozo daquela minha gente. Realizar pouco, idealizar muito. Continua supondo que tudo as resolve a força de discurso. Imagine meu caro Lobato, quantos discursos têm assistido de 1930 para cá e quantas posses tenho eu presenciado (...). Se porventura quiser escrever-me qualquer coisa, mande para a Avenida 7 de setembro 111, Bahia. É melhor, porém, esperar pelo meu regresso. Vou dando para ver se encontro um tempo para ir ficar na Ilha do Bom Jesus, entre uns pescadores paupérrimos e humildes, mas onde não há rádio, fonofonar de automóveis, telefone, jornais, cheiro qualquer de civilização, a não ser ouvir de dois em dois dias, o apito de um vapor e vê-lo passando ao longe com destino a Santo Amaro. Que bom! Lembranças aos amigos e um abraço<sup>125</sup>.

No final da correspondência, Arthur Neiva escreve em tom de alívio e “férias” em poder descansar na Ilha do Bom Jesus. Lá na Bahia, Neiva ficaria isolado sem acesso aos meios de comunicação e transporte eficiente. O cientista comentava sobre a sua estadia fora de São Paulo e longe das atividades burocráticas, ao passo que Monteiro Lobato empreendia diversas missões frustradas entre os anos de 1934 e 1936 em busca de petróleo.

---

<sup>125</sup>Carta Neiva a Lobato, em 08/09/1934. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

### 3.5 – A promulgação do Código de Minas e as críticas de Monteiro Lobato à legislação varguista.

Em 1934, o governo constitucional realizou um programa de reformas com novos princípios de intervenção do Estado no domínio econômico. Cuidou desde logo da elaboração de dois grandes códigos, o de Águas e o de Minas, que visavam estimular o desenvolvimento das riquezas de fundamental importância para o interesse nacional. A elaboração do Código de Minas processou-se no Ministério da Agricultura, sob a orientação do ministro Juarez Távora, ao mesmo tempo em que se elaborava a nova Constituição. Promulgado em 10 de julho de 1934, somente foi publicado no Diário Oficial no dia 20 de julho, após, portanto a promulgação da nova Constituição, em 17 de julho. Foi nesse arranjo que a discussão sobre a compatibilidade no Código de Minas e a nova Constituição foi estabelecida no Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>126</sup>.

Monteiro Lobato criticava a legislação e chegou a apelar para autoridades, na tentativa de alterar o Código de Minas, para que fosse “o mais liberal possível”. Na visão dele, havia, pelo menos dois grupos estrangeiros interessados no petróleo brasileiro, mencionados em muitas das cartas: os norte-americanos, que teriam “interesses ocultos”, representados por Vitor Oppenheim e pela *Standard Oil*, e os alemães, representados por Frankie e pela empresa Piepmeyer, entre outros (CHIARADIA, 2016). Durante a pesquisa e a prospecção do petróleo no Brasil, Monteiro Lobato e o engenheiro de perfuração Charles Frankie, imigrado da Suíça em 1920, trocaram correspondências<sup>127</sup>.

Nesse período, o governo federal decretou o fim de qualquer atividade dos governos estaduais no setor de mineração, cabendo apenas à União o direito de autorizar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais. Antes eram responsabilidades do Ministério da Agricultura que, sob o comando de Juarez Távora, passou por uma profunda reestruturação que pretendia agilizar e centralizar as atividades do órgão. Um dos resultados foi a criação do Departamento

---

<sup>126</sup> Código de Minas. Temático.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/codigo-de-minas> . Acesso em 22 de janeiro de 2020.

<sup>127</sup> Os documentos pessoais do literato estão depositados no Centro de Documentação Alexandre Eulálio da Unicamp. Fundo Monteiro Lobato.

Nacional da Produção Mineral e a promulgação do Código de Minas, uma lei restritiva e nacionalista, que distinguia a propriedade do solo e do subsolo. Dessa forma, as riquezas do último passaram a ser consideradas patrimônio da União, só podendo ser exploradas por particulares mediante concessão. Apesar dessas mudanças, os avanços na pesquisa governamental foram poucos, devido à falta de recursos e pessoais treinados (JÚNIOR, 2012:6).

A legislação sobre a exploração das riquezas minerais passara para os interesses da União, com planejamento e a execução dos serviços correspondentes. Em decorrência disso, em 1932 passou a funcionar legalmente no Brasil a Companhia Brasileira de Petróleo, associada à americana Royal Dutch & Shell, referência mundial. Entre 1932 e 1935, outras duas companhias passaram a atuar no Brasil: a Companhia Petróleo Nacional, incorporada por Monteiro Lobato, Lino Moreira e Edson de Carvalho, que funcionava legalmente em Riacho Doce, Alagoas; e a Companhia Petróleos do Brasil, presidida por Lobato, instalada legalmente desde 1932 no interior de São Paulo. Nesse período, Lobato se associou à pesquisa da petrolífera Aliança Mineração e Petróleos LTD, a AMEP, um departamento da Companhia de Petróleo Nacional. Mesmo com as empresas estruturadas para o serviço, não se extraía oficialmente petróleo do subsolo brasileiro.

Em 1933, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, braço do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que marcara a entrada do Estado no setor petrolífero, foi extinto. O órgão atuara de 1919 até aquele momento, realizando pouquíssimas perfurações e em apenas sete estados: Alagoas, Bahia, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Nesse período, Juarez Távora solicitou oficialmente ao Itamaraty uma organização do exterior para estudos geofísicos no Brasil. Em março de 1934, o Departamento Nacional da Produção Mineral foi substituído pela Agência Nacional de Mineração presidido por Fleury da Rocha, figura com a qual Lobato travou uma longa batalha. O órgão passou a comandar as iniciativas de pesquisa de petróleo em território brasileiro. Pouco depois disso, Victor Oppenheim começou a divulgar os primeiros resultados de sua pesquisa.

A nova legislação estabelecia “a nacionalização das jazidas e minas julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país” e “a exigência de nacionalidade brasileira ou de constituição de uma empresa nacional para atuar no setor de mineração” – medidas

nitidamente nacionalistas. Ao definir as empresas nacionais como “sociedades organizadas no Brasil”, sem restrição de nacionalidade dos acionistas, o código possibilitava que companhias estrangeiras fossem até proprietárias de empresas nacionais. Lobato usou essa brecha para organizar no Brasil sociedades com capital estrangeiro, como foi o caso Aliança Mineração e Petróleos, que consolidou a união entre o autor empresário e os alemães. Ele não permitiria que o petróleo brasileiro ficasse exclusivamente com o truste americano *Standard Oil-Royal Dutch*, que o escritor imaginava estar por trás do imbróglio, sem oferecer uma concorrência mínima. A lei regularia a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país, o que não implicava transferir esses bens para o Estado brasileiro, e sim para nacionais brasileiros.

O código de 1934 assegurou a propriedade privada das minas que estivessem em lavra até 17 de julho daquele ano, ainda que temporariamente suspensa, estabelecendo um procedimento administrativo chamado manifesto, pelo qual os interessados em jazidas e minas conhecidas deviam declarar ao governo a sua existência e os direitos constituídos sobre as mesmas<sup>128</sup>. Estabeleceu dois regimes diversos para exploração das minas de propriedade privada: as minas, em lavras ainda que transitoriamente suspensas à data da promulgação da Constituição, poderiam ser exploradas independentemente de autorização ou concessão; as minas ou jazidas que não tivessem sido lavradas, embora continuassem de propriedade privada, somente mediante concessão ou autorização do governo poderiam ser exploradas, estando assegurada ao proprietário preferência pela lavra ou participação nos resultados. Nesse sentido, Monteiro Lobato julgava necessária a diferenciação entre acordo e “entreguismo”, cobrando que Getúlio Vargas priorizasse os interesses do Estado brasileiro, inclusive em longo prazo.

Nas correspondências, Monteiro Lobato fazia críticas contundentes a essa legislação que acabara de entrar em vigor e ao “atraso brasileiro”. Começou uma campanha para convencer a população e os governantes da existência de petróleo no país e necessidade de explorá-lo para nos transformarmos em uma nação desenvolvida. A experiência com o ferro o ensinou a não contar com o apoio do Estado e, por isso, ele foi buscar o auxílio da iniciativa

---

<sup>128</sup> FONTES: BEDRAN, E. Mineração; CALÓGERAS, J. Minas; PINHEIRO, A. Direito; ROCHA, L. Código; VENÂNCIO FILHO, A. Intervenção; VIVACQUA, A.

privada, que o ajudaria comprando ações de sua empresa. Além da falta de interesse governamental, para Monteiro Lobato, o petróleo não era encontrado no Brasil devido aos interesses das grandes companhias multinacionais.

Na carta de 12 de fevereiro de 1935, Arthur Neiva comenta com Monteiro Lobato as suspeitas sobre o petróleo no bairro Lobato na Bahia, cujo resultado só foi confirmado quatro anos depois. A informação de Neiva enviada a Monteiro Lobato era confidencial e exclusiva do Instituto de Tecnologia:

Rio, 12 de fevereiro de 1935.

Meu caro Lobato,

Envio-lhe uma informação reservada, para seu uso exclusivo. Outro dia fui ao Instituto de Tecnologia. Estive com o Fonseca Costa de quem eu sou amigo. Ele mostrou-me o que está fazendo lá a seu pedido. Não se trata, porém, deste assunto, mas de outro muito mais interessante.

Contou-me ele o seguinte: - Na Bahia existe um lugar que se chama Lobato e lá, de uns tempos a esta parte, fala-se muito em petróleo. Ninguém acreditava. Apareciam análises erradas ou erradíssimas, como a última feita por um tal Carneiro, lente da Escola Polytechica da Bahia. Ninguém levava a sério a coisa, mas de repente o Fonseca Costa recebeu material colhido e condições que lhe foi remetido e a análise feita pelo Sylvio Froes de Abreu, elemento de grande valor, mostrou que, de fato, existe petróleo e acredita não se tratar de nenhuma intrujice porque as amostras foram colhidas por pessoa de idoneidade. Como, porém o assunto é de grande responsabilidade, eu sugeri ao Fonseca Costa que mandasse, em pessoa, o próprio Sylvio Froes de Abreu, a título de ir fazer pesquisa em outros lugares e de fato colher o material para que se possa liquidar o assunto de vez (...). Dou essa informação sob sigilo<sup>129</sup>.

Posteriormente, na carta do dia 9 de abril de 1935, Arthur Neiva pôde complementar os dados da carta acima, pois informou que começou o trabalho com Ernesto Lopes da Fonseca Costa, engenheiro geógrafo e integrante da Diretoria Geral de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura. Participavam da Diretoria o Instituto de Meteorologia, o Instituto de Geologia e o Instituto de Biologia Animal, no que seria uma primeira e efêmera tentativa de criar uma agência central de pesquisas científicas no país. Arthur Neiva instalou seu gabinete no novo prédio do Instituto de Tecnologia, ao lado de Fonseca Costa (CASTRO; SCHWARTZMAN, 2008). Devido à intensa pesquisa, nas cartas Lobato e Neiva se

---

<sup>129</sup>Carta de Neiva a Lobato, de 12/02/ 1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

familiarizam com alguns termos técnicos geológicos da exploração petrolífera. O cientista demonstra-se preocupado com a questão do petróleo e do câmbio em libras das empresas *Standard Oil* e a *Casa Ford*, pois calculava os custos para a nação brasileira caso não fosse encontrado o petróleo,

Rio, 9 de abril de 1935.

Lobato amigo,

Já dei os passos junto ao Fonseca Costa que se interessou bastante pelo assunto e está manobrando para obter informações. Soube com toda segurança que agente alemães estão na Bahia trabalhando, sob grande reserva, com o interventor de lá para explorarem xistos betuminosos de marahu que pode dar 35% de óleo (...). O petróleo deve vir, de outro modo não sei para onde iremos (...). Se não houver um imprevisto, estou convencido que dentro de 2 anos, o Brasil não poderá pagar suas dívidas (...)

Imagine que alguns contam que sairemos das nossas dificuldades com a inevitabilidade da guerra. Outro dia li assombrado o orçamento de receita do Brasil? 2 milhões cento e tantos mil contos. A libra estava ontem a 7984 a nossa renda a este câmbio é um pouco acima de 25 milhões de libras, isto é, a *Standard Oil* e a *Casa Ford* rendem mais do que uma nação de 45 milhões de habitantes. Li há tempos, a exportação de minúscula Dinamarca, cujo comércio principal consiste em mandar ovos e manteiga para a Inglaterra; transformada ao câmbio do dia, era de 11 milhões de contos. Tem perto de 3.000 habitantes. A África do Sul, com 3 milhões de brancos e não sei quantos milhões de negros, rende muito mais de 30 milhões de libras.

Enfim, o povo bom e inteligente o brasileiro!

Até breve, e um abraço do Dr. Monteiro<sup>130</sup>.

Na carta de 21 de maio de 1935, Arthur Neiva escreveu acerca do seu incômodo com o descaso governamental na mobilização de cientistas nacionais para articular a questão do petróleo. A partir daí, o cientista sinalizou para Monteiro Lobato o interesse dos alemães sobre o petróleo nacional:

Rio, 21 de maio de 1935.

Burrice crônica sobre o Brasil, os melhores cientistas nacionais são mobilizados para tratar de setores muito diferentes, não tendo tempo de se especializarem e fiz-lhe ver que os alemães estão se interessando pelo petróleo no Brasil, dispondo-se até a gastar.

É admirável sua assombrosa tenacidade.

Quando vier, conversaremos,

Abraços do Neiva<sup>131</sup>

<sup>130</sup> Carta de Neiva a Lobato em 09/ 04/ 1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Nas cartas posteriores, Monteiro Lobato mencionou o contrato geofísico assinado e o projeto da sua empresa Campanha Mato Grosso de Petróleo, e os primeiros contatos com a empresa alemã ELBOF da qual Frankie era representante técnico. O literato estava entusiasmado também com o trabalho do Ministério para encontrar petróleo em Alagoas. Toda a euforia de Lobato na carta abaixo se deve ao contexto da campanha com o livro “O Escândalo do Petróleo”, assunto que tratarei mais adiante:

Dr. Neiva:

De volta de Cuiabá encontrei aqui a sua carta de 18. Assinamos lá o contrato geofísico e vamos agora lançar a Campanha Mato Grosso de Petróleo, em começos de dezembro. Ontem recebemos telegrama da Paraíba, comunicando a assinatura de igual contrato com a Elbof (...) Li as notícias da inauguração do Instituto do Cacau. A sua passagem tão rápida pelo governo da Baía ficará eternamente assinalada por aquela obra magnífica. Se cada governo fizesse uma coisa assim, iríamos longe. Tive a visão de conjunto do curiosíssimo e imenso Pantanal. Há trechos maravilhosos de beleza – o das lagoas. Parece um jardim. Na região do Rio Negro, onde temos contrato de subsolo, existem, contadas pelo Rondon, 170 lagoas, das quais 95 de água salgada (...). A campanha consiste em fazer estudos geofísicos e perfurar. Só. O resto se resume em literatura de relatórios – wild talk. O empenho do Ministério é agora perfurar em Alagoas para tirar petróleo antes do Edson. Para isso removeram para lá o material de sondagem existente no Paraná. Ótimo. Que se tire petróleo é o que quero. Venha ele por quaisquer mãos... Em todos os casos será Petróleo. Não tenho acompanhado a mexericagem do Ministério. Não me interessa. Não é construtiva. O efeito que desejei alcançar com meu livro foi além do esperado. Não imagina a manifestação que eu e Hilário<sup>132</sup> tivemos em Campo-Grande. Cinco mil pessoas, todas as escolas, a oficialidade de todos os batalhões lá aquartelados. Discursos incendiários. O avião teve de atrasar-se uma hora! Em todas as mais paradas, desde Cuiabá até aqui, repetiram-se as manifestações. Minhas palavras calaram fundo na alma popular.

<sup>131</sup> Carta de Neiva a Lobato em 21/05/1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>132</sup> Hilário Freire é bastante citado nas correspondências desse período. Contemporâneo de Lobato estudou na Faculdade de Direito de São Paulo dirigiu em 1907 e 1908 o “Correio de Jahu” onde fez sucesso incomparável. Foi advogado em Araras, membro de várias bancas examinadoras de português nessa Capital e professor de matemática da congregação fundadora do Conservatório Dramático de São Paulo e promotor público interino de Jahu. Elaborou trabalhos sobre a questão da divisa do Paraná-Santa Catarina. Em 29 de abril de 1922, foi eleito deputado do Congresso Estadual. Foi advogado junto de Waldemar Medrado Dias na defesa de Monteiro Lobato perante o iníquo Tribunal de Segurança Nacional, por sua prisão, apresentaram numerosos argumentos jurídicos em favor de sua absolvição.

Fonte: Grandes Advogados, Grandes Julgamentos - Pedro Paulo Filho - Depto. Editorial OAB-SP.

FONSECA, Antônio Carlos e outros – “São Paulo e seus Homens no Centenário”. Editora Independência, vol.1, edição 1922, página 138.

Verifiquei que há no Brasil duas mentalidades – a desse repugnante Rio de Janeiro e a do povo mais sadio das pequenas cidades.  
Estive na Bolívia, em Porto Suárez. Tudo inca.  
Adeus. Um abraço em Arturzinho  
do Lobato<sup>133</sup>.

Em junho de 1935, foi publicada pela Companhia Editora Nacional, “*A Luta pelo Petróleo*” escrito por Essad Bey e traduzido por Charles W. Frankie, um colaborador de Lobato, que escreveu um polêmico prefácio<sup>134</sup>. A obra denuncia a ineficiência do Serviço Geológico e demais órgãos do governo na exploração de recursos naturais. Para Essad Bey, a base do poder norte-americano estava no petróleo, e apresentava vantagens enormes sobre carvão: “O petróleo, uma vez aberto o poço, jorra, isto é, minera-se por si mesmo, ou é extraído por meio de bombas. A refinação pode ser feita no local ou a mil léguas de distância (...)” (LOBATO, 1951: 9). Na carta enviada a Arthur Neiva em 16 de julho de 1935, Monteiro Lobato comentou sobre a entrega do livro de Essad Bey aos congressistas:

S. Paulo, 16 de junho de 1935.

Dr. Neiva:

Espero que já haja recebido a *Luta pelo Petróleo*, que a Civilização (livraria) ficou de entregar na secretaria do congresso. Mandei um exemplar a quase todos os congressistas. Diga-me se receberá (...). O Fleury é uma besta. Na minha denuncia ao Getúlio contei isso com todas as letras. Oppenheim e Marx Malmphy. Ambos deixaram o serviço da Standard para insinuarem-se á – e hoje são lá dentro quem decidem tudo.

Em Alagoas, em um poço da empresa de Lobato, a Companhia Petróleo Nacional sob o estudo de Oppenheim contrariava a crença no petróleo litorâneo. Mais tarde, isso viria a ser desmentido por técnicos alemães próximos ao escritor. Na carta de 5 de junho de 1935, Arthur Neiva confirmou o esforço de Oppenheim, representante do Estado, em negar a existência de petróleo, local onde Monteiro Lobato bradava o oposto de forma visceral,

Rio, 5 de junho de 1935.

Lobato amigo,

<sup>133</sup> Carta de Lobato a Neiva sem data. Devido as informações apresentadas nas cartas tudo indica que foi escrita no ano de 1936, inauguração do Instituto do Café. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>134</sup> Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921. Carta de Lobato a Neiva, 22/05/1935. A “*Luta pelo Petróleo*” vai sair dentre de 8 – 10 dias – e espero que criará a mentalidade que precisamos depois o ler.

Respondo com atraso sua carta datada de 25.

O trabalho de Oppenheim foi publicado pelo Serviço Geológico sob a direção do Fleury (...). Em resumo, o trabalho diz que no Brasil não pode haver petróleo a não ser nos limites do Brasil com a Bolívia e com o Peru. Para mim, havendo esta distância, mesmo que ele jorre naquela altura, economicamente não será explorado. A publicação em questão tem número 5; mande buscar. O homem inventa uma teoria e dá um mapa mostrando que na região denominada Gondwana, a qual inclui o Brasil e certa parte da África, o petróleo se encontra no terreno cretáceo e terreno cretáceo a gente acha até no Estado do Rio e na Bahia, justamente naquela zona que tem o nome de Lobato, etc. Agora um ponto importante. Puseram-me numa tal comissão mista para salvar a pátria em 4 meses, e eu sou um dos dez trouxas. Querem que o Brasil que não pode ser salvo com 4 anos de governo direcionado, seja por um trabalho de falir transformado por decuria sob as ordens do Ministro da Fazenda de quem aliás, tenho impressão favorável.

Aí, expondo a possibilidade da existência do Petróleo no Brasil, com Victor Oppenheim, teorias gondwaicas e patati- patatá, eu afirmei que tudo era uma pilheria, embora pudesse admitir que houvesse fundamento e fosse verdadeira, necessitava comprovação. Cito, para exemplificar, que em S. Paulo que é um lugar onde a civilização no Brasil atingiu maior desenvolvimento, ocorreu o caso da chamada febre paulista e febre tifoide em que o Pereira Barreto sustentava a doutrina de que não havia febre tifoide e Adolpho Lutz sustentava ao contrário e que apesar de haver exame clínico, bacteriológico e até autópsia, o assunto foi resolvido por votação.

Ora, o Brasil, terra do tamanho de um continente, cuja triangulação ainda não se fez, que nos melhores mapas a gente encontra deslocadas cidades e acidentes geográficos de importância, verifiquei no Piauí, como é que se pode afirmar qualquer coisa de seguro se não há nenhuma pesquisa séria de subsolo?<sup>135</sup>

No *Boletim de Agricultura*, Oppenheim publicara, também, trechos de seu relatório sobre a região de Lobato: “A Questão do Petróleo da Bahia”. Afirmava-se que na localidade Lobato na Bahia, do ponto de vista da geologia de petróleo, era desfavorável à presença de hidrocarbonetos. O conjunto geotectônico desse local é absolutamente negativo. Os elementos técnicos atestavam de um modo formal a não existência de jazidas petrolíferas na região.

### **3.6 - A recepção da obra “O escândalo do Petróleo” no Congresso Nacional.**

Nos anos iniciais do governo provisório ficou latente o conflito entre tenentes e oligarquias na disputa pelo poder regional e do sistema de interventoria. As tensões no

---

<sup>135</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 05/06/1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

governo eram explícitas, a exemplo da influência do ex-presidente Artur Bernardes, perseguidor dos tenentes em sua presidência, na gestão Vargas. Aos poucos, os setores de ala militar foram absorvidos pela burocracia do novo governo enquanto outros romperam com o governo e buscaram um novo caminho de ação política. Sendo assim, nos anos iniciais da década de 1930, dois movimentos político-sociais passaram a se destacar. À esquerda, estava a Aliança Nacional Libertadora, cujo expoente máximo era o Capitão Luís Carlos Prestes (1898-1990). A antítese era o Integralismo, que na figura do chefe Plínio Salgado prometia uma sociedade unificada pelo sentimento nacional e uma luta anticomunista.<sup>136</sup>

Foi nesse cenário de polarização política e ascensão do integralismo que Monteiro Lobato, em 5 de agosto de 1936, publicou a obra “O escândalo do petróleo” pela Editora Nacional, vendendo 5 mil exemplares em poucos meses. Nela, defendeu a tese de que os trustes norte-americanos e os técnicos do governo brasileiro “não querem tirar petróleo e nem deixar que alguém tire”, já que o objetivo desses grupos era manter o Brasil na condição de eterno consumidor de combustíveis. Afirmou também que suas empresas foram vítimas de sabotagem e que a legislação sobre recursos minerais inviabilizava a atuação da iniciativa privada nacional (AZEVEDO, 1997).

A maioria das cartas trocadas entre os anos de 1935 e 1936 foram enviadas dos estados de Alagoas e Bahia devido às atividades lá exercidas por Neiva e Lobato. Na carta do dia 15 de dezembro de 1935, Monteiro Lobato descreveu como foi a sua recepção na Bahia, o que experimentou na culinária, falou dos sabores diferentes do nordeste e dos hábitos culturais. Nesses diálogos é recorrente a animação do literato ao escrever novidades para Neiva, não é à

---

<sup>136</sup> A ascensão do fascismo corresponde a uma época de descrença no Estado Liberal e de discordância com as teses marxistas. Com fortes críticas aos preceitos liberais da Primeira República, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se estruturou a partir de uma série de pequenos grupos e partidos de extrema direita. A AIB foi fundada oficialmente em 1932 com o lançamento do “Manifesto de Outubro”. A principal liderança era Plínio Salgado, redator do Jornal A Razão. O lema principal do grupo: “Deus, Pátria e Família”. A Ação Integralista Brasileira foi o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional e chegou a reunir milhares de aderentes pelo país. A AIB cresceu politicamente após a revolta comunista de 1935, na medida em que uma de suas bandeiras centrais era a luta contra o comunismo. Além da difusão ideológica de seu ideário, a AIB atuou no executivo e no legislativo de diversas cidades e estados entre 1933 e 1937. Para Trindade (1978), o integralismo se caracterizou como movimento de massas de corte nacionalista, antiliberal e anticomunista. Em paralelo, José Chassim (1978) e Antônio Rago Filho (1989), consideram a AIB como movimento de extrema direita, romântico e reacionário, mas não fascista, pois ambos entendem que o fascismo seria uma expressão particular do estágio de desenvolvimento pleno do modo de produção capitalista.

toa que ele usa a palavra “enfeitiçado” para descrever o seu sentimento em relação as paisagens baianas.

Monteiro Lobato posiciona-se como um influente empresário do petróleo no seio político. O literato conhece o doutor Hermano Santana, a quem acredita ser o homem representativo da alta inteligência baiana. Faz referência também a Juracy Montenegro Magalhães<sup>137</sup>, interventor federal na Bahia nomeado por Vargas em setembro de 1931, e fundador do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia em 1933, legenda vitoriosa das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Maceió, 15 de dezembro de 1935.

Dr. Neiva,

A Baía nos recebeu como se fossemos dois berengaandens caídos do céu. Os quatro dias lá passados são desses que a gente guarda no museuzinho íntimo das coisas marcantes. Dias de vatapá – e do bom! Do home-made! E de efós e feijão de coco e carurús e acarajés, tudo abundante regado com água de coco, muito caldo de caju e sorvetes de mangaba e outras frutas locais. Nosso paladar regalou-se com as novidades sem que os estômagos e intestinos protestassem. E nos intervalos da bromatologia baiana, igrejas e conventos e casarões históricos e fortes faróis. Vimos a joia única que é o S. Francisco. E da Graça com a caatinga ainda da Paraguassú (...). Sua Baía, meu caro dr. Neiva, positivamente enfeitiçou-me. Já agora quero passar nela um mês, em companhia de Mr. Slang, para uns diálogos que talvez saiam em livros. Como é caleidoscópica! Mas que feito material humano formiga entre tanta pedra velha! A massa popular é positivamente um resíduo, um detrito biológico. Já a elite que brota como flor desse esterco tem todas as finuras cortesãs das raças bem amadurecidas<sup>138</sup>. Como são encantadores inclinados para o contemplatismo e pouco para a ação. O seu Instituto do Cacau berra lá dentro um aleguá que deve incomodar os velhos santos nos altares. Um pingo de século XX em plena dormência seiscentista. Conhece o Dr. Hermano Santana? Que maravilha de homem! Mais representativo da alta inteligência baiana não existe lá! Como cicerone é único. Quem não vê a Baía por intermédio dele é um desgraçado. Quero ver se arranco dele um

<sup>137</sup> Entusiasta do movimento tenentista surgido na década de 1920, Juracy Magalhães integrou-se na sua rede conspirativa, servindo como ponto de apoio para oficiais foragidos que percorriam o Nordeste levando mensagens de Juarez Távora e Luís Carlos Prestes. Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), esclareceu que foi escolhido pelos colegas aspirantes (Jurandir de Bizarria Mamede e Landri Sales, entre outros) para liderar o movimento revolucionário no Ceará por não existirem entre os oficiais superiores adeptos da revolução. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes> Acesso em 2 de fevereiro de 2020.

<sup>138</sup> Nesse trecho da correspondência Monteiro Lobato atesta em uma expressão do diálogo a permanência do seu pensamento racista. O literato constantemente associa à palavra “atraso” a raça, a fim de atestar a incapacidade do brasileiro em ter sucesso nas grandes áreas nacionais: saúde, educação, política e economia.

maravilhoso estudo sobre os personagens de J. de Alencar, que escreveu com arte infinita mas que nunca pensou em publicar. Escrever para não publicar! Como isto é baiano! Que vatapá de displicência! O Juracy encheu-me as medidas. Inteligência alertíssima, mas sedutor, construtivo. Nada de tenente, nem de baiano. Nada tem de mórbido. A sua esplêndida saúde e mocidade fazem dele um otimista eficiente. Aquele o Getúlio não chupa por baixo. Vai ser o Bernadotte da revolução de 30. Hospedou-me oficialmente, fez-me comer com ele um vatapá palaciano (...)

A Câmara me recebeu em sessão e tive um eloquentíssimo discurso do deputado Rodrigues de Mello. O Hilário foi comigo e fi-lo responder por mim, já que não sei falar – e o Hilário reviveu a sua velha eloquência repentista que o Getúlio aposentou. O caso é dos mais sérios em Alagoas. Isto é uma segunda Venezuela, mas este assunto fica reservado para outra carta, que lhe escreverei depois de assinado aqui nosso contrato geofísico. Apenas me apresso em notar que vai a bom caminho a construção da muralha de repudio, ou de coices com que hei de isolar dos estados o Serviço Geológico, hoje pomposamente disfarçado em Depart. Nacional de Prod. Mineral. Já fiz S. Paulo dar o primeiro coice, votando 600 contos para estudos geofísicos da Elbof. Agora, Alagoas – segundo coice. As negociações estão quase conclusas no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso para o terceiro e o quarto (...). Esta vai apenas para agradecer a sua intervenção, graças á qual a Baía nos abriu os braços.

Até por ai ou até de S. Paulo. Do Lobato<sup>139</sup>.

A polêmica em torno da existência ou não de petróleo no território nacional, a atuação de órgãos públicos e privados no setor petrolífero e as denúncias de interferência estrangeira motivaram o Ministro da Agricultura, Odilon Braga, a solicitar a abertura de investigações. Assim, foi criada em 1936 a Comissão de Inquérito do Petróleo, que ouviu as partes interessadas e concluiu ao encerrar seus trabalhos que os órgãos do governo estavam agindo corretamente e que não houve nenhum tipo de sabotagem dos trustes estrangeiros contra as pesquisas petrolíferas nacionais. De 1934 a 1937, os debates sobre o petróleo agitaram os meios políticos e econômicos. Segundo Celso Carvalho (2012), diversos artigos foram publicados na imprensa, livros foram editados e personalidades se posicionaram sobre o tema. Monteiro Lobato foi um dos responsáveis por colocar esse assunto em pauta, “o que lhe rendeu acusações de charlatão, idealista, espertalhão e oportunista” (SMITH, 1978:47-48 *apud* CARVALHO JR., 2012).

Em 14 de agosto de 1936, Monteiro Lobato publicou a segunda edição da obra “O Escândalo do Petróleo”, com tiragem de 5 mil cópias que logo se esgotaram, levando os

<sup>139</sup>Carta de Lobato a Neiva enviada em 15/ 12/ 1935. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

editores a lançar a terceira edição, com dez mil exemplares. Na carta abaixo, Monteiro Lobato destacou a saída crescente dos livros vendidos na segunda edição e a projeção de vendas para a terceira, confessando o sentimento de dever cumprido em denunciar a questão do petróleo:

Se o Brasil persistir na atitude idiota que até aqui manteve quanto ao petróleo, não será por culpa minha. Contei-lhe a verdade inteira, ou contamos, eu e Hilário. E como o livro está com saída crescente, breve teremos 100.000 ou mais pessoas de cima bem informadas. Cada livro é em média lido por 5 pessoas. Com 20.000 exemplares, instruo 100.000 – e esse número de 20.000 será atingido na terça-feira próxima com a entrega da 3ª edição (...). Do Lobato<sup>140</sup>.

Já na introdução da obra Monteiro Lobato escreveu sobre o Código de Minas: “esta lei deitada por um ardente espírito nacionalista e voltada de dentes arreganhados contra o capital estrangeiro, resultou em última análise em mais um trunfo nas mãos dos *trusts* internacionais interessados nas nossas jazidas minerais” (LOBATO, 1936: 12). Monteiro Lobato criticou a inutilidade da política anti-imperialista e os fundamentos do sistema em que assenta o imperialismo. Tal como Arthur Neiva, no prefácio escrito por Caio Prado Júnior afirma que as revelações e demonstrações do *Escândalo do Petróleo* são tremendas, “já não há ninguém que possa alegar ignorância do que se passa nos bastidores. A muralha foi rompida do que se passa nos bastidores” (LOBATO, 1936: 7), ou seja, o literato divulgou todos os impasses políticos sobre a campanha do petróleo nacional. Para Caio Prado Jr., “Monteiro Lobato representava o verdadeiro e ardente idealista do progresso material”, para o historiador a origem do pensamento lobatiano encontrava-se na consideração do povo brasileiro, no simbolismo do Jeca Tatu (LOBATO, 1936: 10).

Na correspondência de Arthur Neiva a Monteiro em 21 de agosto de 1936, o cientista apontou para o recebimento da obra *O Escândalo do Petróleo*, o qual elogia junto de Antônio Garcia Medeiros Neto<sup>141</sup>, deputado estadual e federal pelo Partido Social Democrático:

<sup>140</sup>Carta de Lobato a Neiva enviada em 14 de agosto de 1936. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>141</sup> Antônio Garcia de Medeiros Neto elegeu-se três vezes deputado estadual e quatro vezes deputado federal. Dois anos após a Revolução de 1930, fundou (janeiro de 1933) com o interventor em seu estado, tenente Juraci Magalhães, o Partido Social Democrático (PSD) da Bahia, tendo integrado seu primeiro diretório central. Esse partido foi criado para que Juraci Magalhães consolidasse seu poder: por ser militar e cearense, o interventor sofria oposição tanto dos políticos baianos identificados com a revolução quanto dos que se haviam oposto a ela. Para estabelecer suas bases políticas, Juraci Magalhães articulou-se com os “coronéis” do interior, sobretudo os

Rio, 21 de agosto de 1936.

Lobato,

Abri o envelope para lhe escrever algumas linhas. Tinha esquecido de levar sua carta, foi bom. Recebi “O Escândalo do Petróleo”, o Medeiros também, tendo acrescentado, referindo-se a V.: “É formidável” (...) Asseguraram-me ontem que a lei de Minas, foi impingida ao Juarez pelo Leonardo e Djalma Guimarães, por intermédio do Fleury. Li um pedaço do Escândalo do Petróleo. Hoje acabarei provavelmente o livro todo. A introdução é uma maravilha. Abraços do Neiva<sup>142</sup>.

O livro foi um protesto indignado contra a burocracia federal que “não perfura, nem deixa que se perfure” para encontrar petróleo, e uma denúncia à ação das grandes empresas estrangeiras assim como à submissão de nossas elites aos interesses delas. Quando reunido nas obras completas da Brasiliense, esse livro já estava na sua décima edição. A obra “Ferro e voto secreto” completou o volume com o relato da luta de Lobato para o uso de soluções brasileiras para a exploração do minério do ferro. Para ele, Volta Redonda não era a solução mais apropriada, e defendia que o grande futuro da nossa siderurgia estava na redução dos óxidos de ferro em baixa temperatura. A primeira edição desse livro é de 1931 e foi outro grande sucesso de vendas. Na carta do dia 22 de agosto de 1936, Monteiro Lobato comenta a sua percepção sobre a censura da obra *O Escândalo do Petróleo* na conjuntura do período da ditadura de Vargas:

São Paulo, 22 de agosto de 1936.

Dr. Neiva

Meu livro foi um desabafo, onde disse coisas que pelos jornais seria impossível. Receei que fosse apreendido, e prevenindo essa hipótese tirei inicialmente 10.000, que infiltrei. Só depois disso pu-lo ai à venda aqui e no Rio. Se tentassem trancar o livro seria tarde. Mandeí a todos os congressistas

---

do vale do São Francisco, e com uma parte da intelectualidade do estado. Em maio de 1933, Neto elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte, à qual cabia elaborar uma nova carta constitucional, julgar os atos do Governo Provisório e eleger o presidente da República, dissolvendo-se em seguida. Na Assembleia, inicialmente como líder da bancada do PSD da Bahia e, mais tarde, como líder da maioria, apoiou irrestritamente o governo de Vargas, defendendo inclusive seus poderes discricionários. Medeiros Neto participou da Comissão Constitucional, conhecida como Comissão dos 26, formada por um representante de cada bancada estadual e dos grupos profissionais, num total de 26 membros. Medeiros Neto atuou decisivamente na articulação da candidatura de Vargas, fato reconhecido pelo próprio presidente, em carta de abril de 1934 a José Antônio Flores da Cunha. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-garcia-de-medeiros-neto> Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

<sup>142</sup>Carta de Neiva a Lobato, de 21/08/1936. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

dai e de muitos estados e também a todos os corpos de exército, batalhões, etc (...). A semana que vem sai a 3 edição de mais 10.000. No galope em que vai, creio que venderei 50.000 escândalos. A censura aqui está feroz, vedando aos jornais o comentário do livro e até artigos sobre o petróleo em geral. Parece que a Standard já subornou tudo<sup>143</sup>.

A obra “O Escândalo do Petróleo” foi prestigiada na Câmara Municipal pelo vereador Tenório de Brito, coronel da Força Pública de São de Paulo (IHGSP, 1987). O literato foi visto por seus contemporâneos como grande patriota por publicar a obra, interpretada como um ato de coração devido ao cenário político brasileiro que antecedeu o golpe do Estado Novo. Sendo assim, a obra simbolizou uma vitória na campanha do Petróleo Nacional empreendida por Lobato e apoiada por Arthur Neiva,

Na sessão da Câmara Municipal de ontem o vereador Cel. Tenório de Brito apresentou uma moção de aplauso ao “Escândalo do Petróleo” nestes termos: “O brilhante escritor M.L. que é também um grande patriota, acaba de publicar o Esc. do Pet., livro forte em que focalizando o problema petrolífero brasileiro lança, num grito de desespero, um apelo comovido e veemente ao exército nacional é a mocidade do Brasil, elementos que, dentro da nação, ainda são capazes de um impulso de nobre patriotismo em meio á frouxidão de caráter que se generaliza assustadoramente em nosso país. Assim, requeiro a consignação na ata do escritor pelo aparecimento do ”Escândalo do Petróleo”, como expressão de solidariedade e encorajamento desta Câmara Municipal á continuação da luta encetada por S.S até atingir os objetivos visados. A moção foi aprovada unanimemente – mas o nosso grande órgão, O Estado, amoitou. Aqueles próceres estão agora contra o petróleo, imagine! Agora que a vitória está assegurada. Como é curto o nosso Julinho.<sup>144</sup>

De acordo com Kátia Chiaradia (2016), entre os anos de 1934 e 1937 foram estreitadas as relações entre o escritor e o engenheiro do petróleo Karl Werner Frankie, suíço imigrado em 1920, que no Brasil mudou de nome, passando a ser “Charley Frankie” – também chamado de Charles pelos amigos. Para Lobato, o comportamento da Standart Oil era o mesmo de um “Octopus” ou polvo, disfarçando-se em empresas ou órgãos nacionais para, quando fosse interessante, prender sua vítima, ou seja, os “petroleiros brasileiros”<sup>145</sup>. Edson

<sup>143</sup>Carta de Lobato a Neiva em 22/08/1936. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>144</sup>Ibidem.

<sup>145</sup>Em entrevista com a pesquisadora Kátia Chiaradia sobre a sua tese de doutorado, ela afirma que no livro “O Escândalo do Petróleo”, Monteiro Lobato toma o cuidado de não deixar claro que se tratava da empresa, pois o

de Carvalho era sócio de Monteiro Lobato na Companhia Petróleo Nacional, uma pessoa de confiança para administrar os negócios em Maceió. Na correspondência de Lobato a Neiva, ele cita a parceria com seu sócio e lamenta o fim do contrato geofísico, o qual possibilitava os estudos sísmicos para a exploração do petróleo. Considera que o governo federal por via militar atrapalhava o progresso do seu empreendimento:

São Paulo, 12 de abril de 1936.

Dr. Neiva,

De volta de Campos aqui sua carta de 4. Incluo a declaração que me pede sobre a crítica do Brandenburger. Está difícil a nossa comunicação pelo correio. As coisas que mandou não chegam. Uma cópia do meu depoimento no Inquérito que mandei no mesmo dia em que mandei o original ao Pires do Rio, não chegou às suas mãos. O mesmo com a cópia que mandei ao Edson em Alagoas. Que infames tempos andamos a atravessar – e bom será que seja atravessamento, pois muito receio que fiquemos nisto sempre. Que país, santo Deus! O contrato geofísico de Alagoas termina no fim do mês – e até agora não foi possível desembaraçar na alfândega de Maceió a dinamite necessária a aplicação do processo (...). E agora que uma comissão militar que está criando o embaraço... A coisa federal sempre, sempre. Ora, esses estudos sísmicos são fundamentais para complemento dos já feitos pelos processos – e o contrato vai chegar ao fim sem que a parte sísmica se realize. Estas coisas dão-me náuseas. Sinto vontade de vomitar-me a mim mesmo. Repugnante um país assim. Quando estiver com o Pantaleão conte-lhe isso – que é a burocracia do exército que está agora sabotando. Hilário pôs-me a par do que está se passando na Comissão de Inquérito. Oxalá tenham os juizes a coragem de não se encolherem no “coonestamento” quando chegar o momento das conclusões. Em S. Paulo vamos perder a partida. A “coisa federal” sob forma odilonesca interferiu perante Piza (oddilon da agricultura daqui) para que seja barrado o contrato com os nossos alemães. Viva a coisa federal. Sem diz o Maneco: o paulista é burro e ladrão. Adeus, Lobato<sup>146</sup>.

Na correspondência de 15 de maio de 1936, Arthur Neiva solicitou respostas de Monteiro Lobato acerca das cartas enviadas anteriormente, reclamando de extravio do correio. Menciona os desafios da burocracia estatal em Alagoas e das exigências sem fim desse processo do negócio do Petróleo. Arthur Neiva estava demasiadamente angustiado, ao ponto de expressar “um grito d'alma” para sair do Brasil e mudar-se para os Estados Unidos ou

---

assunto é tratado em uma das cartas a Frankie: “Não podemos acusar a Standard. Sabemos que no fundo de tudo está o Octopus, mas, em vez de falar em Standard, temos de dizer os Interesses Ocultos”. Poder, literatura e petróleo. Jornal da UNICAMP. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/678/poder-literatura-e-petroleo> Acesso em 21 de janeiro de 2020.

<sup>146</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 12/ 04/1936. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

Inglaterra, sonhava em ser reconhecido no exterior, não suportava mais o sistema institucional brasileiro. Encontrava-se desiludido com os rumos da nação, era uma desgraça para o cientista ter nascido no Brasil:

Rio, 15 de maio de 1936.

Lobato,

Está difícil a nossa comunicação pelo correio, diz V. e eu também concordo, pois o extravio de correspondência é enorme.

Até hoje o Correio não me entregou o depoimento que V. me mandou, tampouco recebi resposta a cartas que enviei para S. Paulo e seu interior.

Temo muito que estejamos a fazer uma travessia de longa duração; não sei se teremos idade para chegar ao fim do deserto.

Burocracia, diz V., a propósito dos entraves criados para a remessa do material para Alagoas; burocracia deverá ser com mais precisão.

Os diretores das repartições cada vez mais se vêm atados com as exigências bizantinas (...). Meu caro Lobato vai agora um grito d'alma. Se eu pudesse, de repente, com minha família todinha, aparecer milagrosamente nos Estados Unidos, ou na Inglaterra, eu começaria a acreditar num poder eterno, esmagado e, sobretudo reconhecido pelo milagre e começaria a fazer propaganda da sua existência. Estou chumbado a esta droga até o último galego e provavelmente ainda terei a desgraça de ir servir depois da morte, indiretamente para alimentar tiririca ou capim para nutrir a gente burra do Brasil. Puxa!... Agradeço a carta sobre a crônica ao Brandenburger. Achei graça no caso em questão: eu, com fobia das coisas alemãs: meus filhos falam primeiro a língua da Germania que o português. V. tão bem conhece isto. Os ritos dos festejos do Natal liquidaram com os presépios da Bahia. No tranquilo lar que V. conhece os hábitos, a influência loura da Alemanha afasta a influência mestiça da Bahia, menos para mim na pimenta, o estômago continua africano<sup>147</sup>.

Nas cartas trocadas entres os amigos é possível identificar menções a livros e leituras, seja na parceria da tradução ou na organização e compilação de “*O Escândalo do Petróleo*”. Segundo Kátia Chiaradia (2016), Monteiro Lobato e Frankie estavam preocupados com o fato de engenheiros ligados à empresa norte-americana *Standart Oil* atestarem para o governo brasileiro que não havia petróleo no Brasil. “Lobato ficou conhecido como o ‘pai’ da Petrobrás, porque sempre foi contra a pesquisa americana no Brasil”. Para a pesquisadora, Lobato não era a favor da participação das empresas norte-americanas na exploração do petróleo por via do Estado brasileiro, a sua defesa era pela iniciativa privada nesse setor

<sup>147</sup> Carta de Neiva a Lobato, de 15/05/1936. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

devido às propostas de parceria com a empresa alemã ELBOF. Vale ressaltar que, as dificuldades de Monteiro Lobato com o governo brasileiro tem a ver com o interesse do presidente Getúlio Vargas pelas negociações econômicas e alinhamentos com os Estados Unidos, que é inclusive uma das maiores marcas de seu governo, ou seja, nesse contexto a prioridade para a exploração do petróleo em solo nacional seria dos norte-americanos.

Na correspondência do dia 22 de agosto de 1936, é possível identificar mais uma vez a relação entre literatura e ficção na trajetória do escritor Monteiro Lobato, a partir do entrelaçamento de informações dos contratos encaminhados, os estudos físicos e a parceria com a ELBOF:

S. Paulo, 22 de agosto de 1936.

Dr. Neiva,

Em Mato Grosso tudo também corre maravilhosamente. Pegamos 520.000 hectares de contratos nas melhores zonas do sul, e o governo do estado manifestou um milhão de hect. De terras devolutas ao norte, onde está a *Oil Seepage* de Pacasnovas, de que falo em meu livro. Vai agora fazer o contrato de subsolo conosco, para que lancemos já a Cia Mato-grossense de Petróleo. Já foi apresentado o projeto de lei autorizando 200 contos para os estudos geofísicos, devendo estar tudo liquidado no fim deste mês. Em setembro será feito o contrato com a ELBOF (...). Veja nas livrarias um livro que a Editora lançou, História da Filosofia por Will Durant. Leia esse livro. E dos mais interessantes que se escreveram nos últimos tempos. Vendeu só nos E. Unidos mais de meio milhão, apesar de o assunto ser unicamente filosofia. E cá no Brasil, apesar de livro caro, 15\$° já saiu quase toda uma edição de 5000 em 2 meses. Fenômeno. Adeus. Ei de escrever-lhe contando o desenlace do caso *Elbof* em S. Paulo, ou minha vitória ou derrota – ou melhor, vitória ou derrota do Brasil.

Até outra, Lobato<sup>148</sup>.

Na carta abaixo enviada a Arthur Neiva o literato comentou sobre a censura do “Escândalo do Petróleo”, e a perseguição com o desenvolvimento das suas pesquisas sobre o petróleo em território nacional<sup>149</sup>:

O “escândalo do petróleo” também foi para a fogueira dita justificadamente. Não havia nenhum escândalo naquele livro. O escândalo agora é com tal conselho. Infelizmente resposta: foram fechados por ordem do conselho dois

<sup>148</sup> Carta de Lobato a Neiva enviada 22/08/1936. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>149</sup> Com uma nova Constituição regida pelo Estado Novo, as regras para a pesquisa e a lavra das jazidas minerais ficaram ainda mais enrijecidas em relação à nacionalidade das empresas. Fechou-se a brecha da lei de 1934, estabelecendo-se claramente que apenas brasileiros ou empresas constituídas no Brasil, com sócios brasileiros poderiam participar das atividades mineradoras. Significa o fim para as pretensões de Lobato de se associar à empresa alemã Piepmeyer & Co.

poços, e estão, praticamente mortas duas companhias. A nossa pobre petróleo do Brasil estava com seu poço do araque em 1560 metros, o mais profundo e perfeito do Brasil, e com uma subvenção de 20 contos por mês do governo de S.Paulo, o conselho trancou-se. Está tudo abandonado. O cruzeiro do sul, idem. Foi impedida de tocar por diante um magnífico poço já com 430 metros. E a mato-grossense, que montou duas sondas em porto esperança, esta há meses parada, sofrendo grandes prejuízos, porque o conselho invente cada dia um novo pretexto para não dar autorização para furar... A infâmia é perfeita. Esta inquisição por baixo e a onda de mentiras da hora nacional por cima, como um incenso. Eu já estou calejado demais para indignar-me. Só me pergunto: vira a alvorada que sua carta prediz? A história mostra sempre essa alvorada depois das noites escuras - mas o Brasil tem revogado tantas leis naturais que receio também a revogação da lei das alvoradas<sup>150</sup>.

### **3.7 - A obra “O poço de Visconde” (1937) e a prisão de Monteiro Lobato em 1941.**

Com a implantação do regime do Estado Novo, Monteiro Lobato percebeu rápido que a campanha pública estava encerrada e que a criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) representou o fim das companhias privadas nacionais. Com a implantação da ditadura e a consequente censura à imprensa, Lobato passou a se dedicar prioritariamente à literatura infantil. Nesse regime os escritores perderam a autonomia de antes para lançar suas obras (CASTRO; OLIVEIRA; SILVA, 2018). Vargas tomou medidas drásticas em relação às obras, cujas páginas faziam oposição ao governo. Os textos comunistas ou aqueles que, mesmo sutilmente, contrariassem o Estado, teriam suas criações impedidas. No que diz respeito aos que já haviam escrito sobre esses assuntos, as suas obras seriam retiradas do mercado. Quanto aos livros que estavam em circulação, o Departamento de Imprensa e Propaganda tomou medidas rápidas a favor da “purificação” nacional literária. Os livros considerados nocivos para a sociedade foram procurados em todos os cantos do Brasil para sair de circulação (VIANNA; SILVA; GONÇALVES, 2014: 14). As obras de autores como Monteiro Lobato, Jorge Amado e José Lins do Rego estavam entre as mais perseguidas, assim como as obras traduzidas e adaptadas não escaparam da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo<sup>151</sup>.

<sup>150</sup> Carta de Lobato a Neiva, de 11/ 11/ 1939. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

<sup>151</sup> Cabe ressaltar que o cenário nacional está em constante diálogo com a política internacional. Na Europa o fascismo e o nazismo estavam em ascensão, de orientações ideológicas que culminaram no conflito da Segunda

Em 1937, Monteiro Lobato publicou “*O Poço do Visconde*”, décimo volume da série “obras completas” de ficção para crianças, a obra foi censurada, pois afirmava que “Petróleo o Brasil tem para abastecer o mundo inteiro durante séculos. Há sinais de petróleo por toda parte (...). A superfície de todos os Estados está cheia dos mesmos indícios de petróleo.” (LOBATO, 1965, p. 57). Nessa obra, Lobato afirmou que os peritos do governo de Vargas negavam a existência de petróleo no Brasil. O livro de Peter Pan e o livro História do mundo para crianças (1933) também foram retirados da biblioteca do Distrito Federal e queimados na fornalha de amortizações (LUCA, 2004: 153).

Uma década da vida de Monteiro Lobato foi dedicada a pesquisas para encontrar o óleo negro no solo do país<sup>152</sup>. Meses antes de pôr fim a sua campanha pela incessante busca por petróleo, Monteiro Lobato escreveu a Neiva a sua total amargura com o Brasil, expressando o sentimento de fracasso de uma vida dedicada às questões nacionais. Ele lamenta ao seu amigo a sua trajetória em defesa do setor petrolífero nacional e a falta de retorno e reconhecimento nessa luta. Relembra o seu trabalho na *Revista do Brasil* e do início da amizade com Neiva em Iguape:

S. Paulo, 25 de abril de 1940.

Dr. Neiva,

Recebi o seu livro, e já me delicieei com o prefácio. É o mesmo que uma palestra ao vivo na Brama, á moda antiga. Quantas saudades! E como o tempo passa! Velhos estamos, e mais velhos por dentro do que fora. Quanto a mim, um desejo me resta, da floresta desejos quando fui: morrer. Que delícia morrer, e escapar á infinita canalhice da humanidade. A impressão última que levarei da vida é essa: a mais sórdida canalhice.

Veja o petróleo. Dez anos levei como um maluco vivendo o petróleo. A ideia final venceu. Mas venceu também a sabotagem oficial. A nossa *Cia Matogrosso* está construída há ano e meio, e até agora não recebeu autorização de lavra. Está com duas sondas montadas em Porto Esperança, gastou nas instalações centenárias... e não pode perfurar! O Conselho Nacional do Petróleo não dá a autorização necessária... Ora, que desejo pode ter um homem como eu, num país como este, numa época em que tais coisas acontecem sem que a visita sequer tenha o direito de queixar-se? Um só: morrer.

---

Guerra Mundial. Todavia, no acervo de cartas trocadas entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva não há menção do conflito internacional (1939-1945) pelos missivistas.

<sup>152</sup> Em carta, Monteiro Lobato afirma – “Qualquer dia receberá ai o Poço do Araqua, um relatório de 70 páginas onde vem toda a história técnica do nosso poço, e então verá que coisa seria estamos a fazer (...) estamos ameaçados de ter petróleo jorrando dentro dum mês ou dois”.

Mas não morrerei antes de acabar a leitura do seu livro. É o meio que tenho de prolongar por mais um pouco as nossas inesquecíveis conversas de outro... da Revista do Brasil... da Brama... de Iguape... Saudosos tempos! Ainda não tínhamos perdido completamente a esperança nas nossas coisas. Adeus, meu caro amigo (...). Do, de sempre Lobato.<sup>153</sup>

A incansável atuação na Campanha do Petróleo colocou Monteiro Lobato em choque com o governo de Getúlio Vargas, o que levou à prisão do escritor de janeiro em junho de 1941. O literato era acusado de injuriar o Presidente da República, o Conselho Nacional do Petróleo e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Também levantaram indícios de crime contra a economia popular e ligação com interesses estrangeiros, notadamente de empresas alemãs. Ironicamente, enquanto Lobato estava preso, foi publicada a primeira legislação específica para o petróleo, o decreto-lei 3.236, de 7 de maio de 1941.

De acordo com Kátia Chiaradia (2016), a relação entre Getúlio Vargas e Monteiro Lobato desenrolou-se de maneira bastante irregular, alternando momentos de aparente concordância ideológica com divergências extremas. É notório ao longo dessa dissertação o itinerário recheado de contradições de Monteiro Lobato, com opiniões que aparentemente são guiadas pelo que é lhe conveniente no momento, assim como nas relações de amizades e trabalho. O patriotismo foi fio condutor para expor publicamente os seus projetos e sonhos como empresário e intelectual.

Na carta que o levou à prisão, Monteiro Lobato escreveu a Vargas acusando o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) de perseguir as empresas nacionais, escritor ressaltava a “displicência do Sr. Presidente da República, em face da questão do petróleo no Brasil, permitindo que o Conselho Nacional de Petróleo retarde a criação da grande indústria petroleira em nosso país, para servir, única e exclusivamente, aos interesses do truste Standard-Royal Dutch.

Depois de dois julgamentos Lobato foi condenado a seis meses de prisão, dos quais cumpriu apenas três, devido à pressão que amigos e admiradores fizeram junto ao governo por sua libertação. Foi preso em março de 1941, sendo libertado somente no mês de julho. Após esse episódio, Monteiro Lobato abandonou a luta pela exploração do petróleo: ele não participou mais das discussões sobre o petróleo brasileiro e a iniciativa privada nacional não

---

<sup>153</sup>Carta de Lobato a Neiva, de 25/04/1940. Fundo Arthur Neiva/ AN 18/06/1921.

conseguiu atuar no setor de pesquisa e exploração (CAVALHEIRO,1956: 65-68). Não obstante, os acontecimentos dos anos de 1930 marcaram profundamente os debates em torno da questão petrolífera nas décadas seguintes.

Em suma, nesse último capítulo da dissertação analisei o antilusitanismo e a campanha pelo ferro e petróleo no Brasil nas correspondências de 1927 a 1942. A partir da experiência de Lobato no consulado dos Estados Unidos busquei evidenciar o entusiasmo do missivista com o “American way of life” e o modelo liberal, o que motivou o literato se engajar com a metalurgia e o *Processo Smith*. O contato com o padrão de trabalho desenvolvido por Henry Ford foi admirado por Monteiro Lobato, dando-lhe uma direção para responder às questões econômicas do Brasil: investimento em ferro e petróleo. Ainda mencionei a relação da crise de 1929 e a produção agrícola no Brasil pelo viés das cartas de Lobato e Neiva.

Discorri sobre a perspectiva de Monteiro Lobato em relação ao jogo de interesses do mercado internacional, assim como a sua defesa pela iniciativa privada no setor petrolífero no Brasil. Apontei as fortes críticas dos missivistas ao Código de Minas de 1934, e dos impasses enfrentados para a realização das primeiras pesquisas das companhias petrolíferas no país. Mencionei a atuação de Arthur Neiva na política de 1930, a sua saída do Instituto Biológico devido ao movimento constitucionalista de 1932, e examinei as suas críticas à burocracia dos órgãos públicos, e a aversão de ambos à burocracia pública. Encerro este último capítulo com a prisão de Monteiro Lobato pela ditadura do Estado Novo, evento que marca o fim da campanha pelo nacional, ao mesmo tempo conclui a reflexão desse trabalho no que tange ao papel dos missivistas enquanto “homens de ação” engajados em soluções para tornar o Brasil uma nação viável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carreira dos intelectuais Monteiro Lobato (1882- 1948) e Arthur Neiva (1880- 1942) foram entrelaçados aos temas das correspondências de 1918 a 1942 nesse presente estudo. A relação de amizade dos missivistas por três décadas perpassou os projetos nacionais e individuais, correlacionados às questões de saúde, raça, educação e política. O título dessa dissertação, o nacionalismo militante, alude à característica predominante nas ações de Lobato e Neiva identificados como “homens de ação”. Portanto, os missivistas foram representantes do modelo do intelectual “polígrafo”, iniciando a atuação num momento que se estabeleciam as fronteiras da especialização intelectual no Brasil.

As temáticas nas correspondências variaram conforme o cenário nacional, conseqüentemente os interesses individuais e as formas engajamento de Lobato e Neiva. Na pesquisa foram evidenciados os momentos de permanências, rupturas e transformações ao longo da história do Brasil: o final da Primeira República, a chamada “Revolução de 1930”, o movimento pela constituinte de 1932, a constituição de 1934 e a ditadura do Estado Novo. Nesse sentido, foi apresentado o panorama nacional tal como retratado nas correspondências trocadas entre Lobato e Neiva.

Nesse trabalho tive o interesse em tratar também dos aspectos subjetivos no nacionalismo militante dos missivistas, a fim de evitar abordá-los puramente como patriotas, negligenciando os interesses de suas próprias agendas, e também de cair na armadilha de usar as correspondências como meros reflexos de contextos retratados de forma estática e generalista. Assim, para além da conjuntura política, a intensa troca de correspondências entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva registrou a evolução de projetos, conquistas, campanhas, êxito e fracassos dos seus sonhos.

O médico, cientista e político baiano, Arthur Neiva, desenvolveu sua trajetória especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, num momento de estruturação das políticas públicas em saúde e de campanhas sanitárias; de criação e consolidação de instituições de pesquisa científica, e de forte engajamento dos intelectuais nos projetos relacionados à construção simbólica e material da nação brasileira. Ele iniciou a carreira na Inspeção de Profilaxia de Febre Amarela ao lado de Oswaldo Cruz, e posteriormente em

1906, ingressou no Instituto Oswaldo Cruz na área de entomologia. O seu trabalho mais conhecido, por sua vez, o mais famoso foi ao lado de Belisário Penna na expedição científica pelo interior nos estados do norte e nordeste do Brasil. A repercussão positiva sobre o relatório desse trabalho marcou a carreira de Arthur Neiva. Em 1917, Neiva trabalhou no Serviço Sanitário de São Paulo e instalou medidas higiênicas rurais. Entre 1924 e 1927, chefiou a Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira do Estado de São Paulo, em trabalho com Ângelo Moreira da Costa Lima e Edmundo Navarro de Andrade. Em 1928, o governo paulista o contratou como diretor para o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal. Na década de 1930, Arthur Neiva foi secretário de educação do governo de São Paulo, interventor federal da Bahia e deputado federal pelo Partido Social Democrático.

Mesmo com uma carreira prodigiosa, a trajetória histórica de Arthur Neiva nas instituições brasileiras ainda tem uma interpretação memorialista na historiografia, diferente de Monteiro Lobato, cujo itinerário foi objeto de vasta produção acadêmica. Ainda é escasso um estudo biográfico para revelar as dimensões de sua diversificada ação como “cientista e homem público.” Nesse sentido, esse presente estudo apresentou uma possibilidade para novas interpretações acerca do itinerário de Arthur Neiva, buscando evidenciar outros aspectos da sua carreira intelectual no Brasil.

José Bento Monteiro Lobato iniciou a sua carreira como promotor público na cidade de Areias, em São Paulo. Como jovem literato escreveu para jornais e revistas, com destaque para o jornal *O Estado de São Paulo*. O seu primeiro livro de sucesso foi “Urupês” em 1918, e foi editor-escritor e proprietário da *Revista do Brasil*. Fundou a empresa “Monteiro Lobato & Cia”, e a “Gráfico-Editora Monteiro Lobato”. Ele ficou conhecido pelo gênero conto, e posteriormente consagrado como o grande escritor de obras infantis no Brasil. Não por acaso que o dia nacional no livro é comemorado na data de seu nascimento, dia 18 de abril, em sua homenagem. O empresário tornou-se, em 1927, adido comercial em Nova Iorque onde promoveu a campanha pela metalurgia. Ao retornar para o Brasil se engajou na questão do petróleo ao fundar a Companhia Nacional do Petróleo em 1931. O literato ficou conhecido por manifestar de forma polêmica e enfática as suas opiniões e convicções na imprensa e em sua produção intelectual.

Para além da atuação e compreensão das concepções dos intelectuais, as cartas dos missivistas identificam as principais críticas e propostas para a sociedade e o Estado brasileiro, tais como o antilusitanismo e a burocracia institucional no final da década de 1920. Os missivistas defenderam o modelo norte-americano como forma de o Brasil se desenvolver. Essa relação crítica com o passado lusitano foi analisada nos debates de Neiva e Lobato no terceiro capítulo desse trabalho. A temática racial e da eugenia nos escritos e nas ações de Neiva e Lobato, principalmente nos artigos de educação física e na literatura lobatiana, foi abordado no segundo capítulo, sendo articulada à produção intelectual de Monteiro Lobato e Arthur Neiva com as correspondências trocadas entre 1918 e 1942, ou seja, relacionei a temática das cartas com as obras do literato e as ações do cientista nas instituições públicas brasileiras.

Sabe-se que o racismo é tema de grande efervescência quando se trata do principal nome da literatura infantil brasileira, Monteiro Lobato. A temática das obras lobatianas já foi inclusive manchete do *Jornal do Brasil*, cujo texto foi bastante favorável ao literato: “Biógrafo: Defesa da Ku-Klux-Klan não tira grandeza de Monteiro Lobato”<sup>154</sup>. A acusação do racismo do literato invoca opiniões divergentes em relação ao conteúdo de suas obras e narrativas, tornando-se bastante difícil o consenso desse assunto tão polarizado entre pesquisadores e educadores. Assim, espero que em relação ao debate contemporâneo, o segundo capítulo dessa dissertação possa ter contribuído para uma leitura circunstanciada da declaração de apoio à *Ku Klux Klan* ao cientista Arthur Neiva.

No terceiro capítulo, enfatizei o engajamento de Monteiro Lobato com o *Processo Smith* e o padrão de vida norte-americano. Da mesma forma busquei apresentar o itinerário político de Arthur Neiva pós-1930 a fim de evidenciar seu posicionamento enquanto intelectual não apenas em âmbito científico. Sobre a campanha do petróleo, foi imprescindível ver a evolução das pesquisas no Brasil através das correspondências trocadas entre Lobato e Neiva, acionando os impasses políticos para o desenvolvimento desse setor durante a Era Vargas. Entre os anos de 1932 e 1937 Monteiro Lobato se filiou a várias companhias

---

154 Defesa da Ku-Klux-Klan não tira grandeza de Monteiro Lobato. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/redirect.php?url=/cultura/noticias/2011/05/11/biografo-defesa-da-ku-klux-klan-nao-tira-grandeza-de-monteiro-lobato/>>, acessado em 16 de fevereiro de 2019.

petrolíferas: Cia Petróleos do Brasil, Cia de Petróleo Nacional, Cia Mattogrossense, Petrolífera Aliança Mineração, Petróleos LTD e o Departamento da Companhia de Petróleo Nacional.

Em suma, essa dissertação apresentou por via das correspondências a questão nacional entre 1918 e 1942, a qual envolveu debates que atravessaram a saúde, raça, economia e política. Considero que para a historiografia, o gênero epistolar usado nesse estudo pôde contribuir na ampliação do horizonte acerca do repertório dos intelectuais no período que se estende da Primeira República ao Estado Novo.

## FONTES

### Fonte primária

#### **I – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil – CPDOC/ FGV**

##### Arquivo Arthur Neiva

*Correspondência entre Arthur Neiva e Monteiro Lobato*

Localização: AN c 1918.06.21

Série: c – Correspondência / Data de produção: 21/06/1918 a 02/10/1942.

Quantidade de documentos: 143 (227 folhas).

### Fontes subsidiárias

#### **II - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação**

##### Fundo Arthur Neiva

- *Formação e Administração da Carreira*. Documentos relativos à participação em homenagens e congratulações.

Localização: BR RJCOC AN-FC

#### **III - Fundação Casa de Oswaldo Cruz – Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz**

- *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, vol. 1.*

Localização: BR 1273.1613.94, C749a

#### **III - Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio - UNICAMP**

##### Fundo Monteiro Lobato

- *Correspondências*. Correspondências enviadas ou recebidas pelo titular, destacando-se, entre assuntos que dizem respeito às suas atividades de escritor e editor.

Localização: Ar 12D1P2-3cx1-10

- *Documentação Pessoal*. Iconográfica: Vida pessoal.

Localização: Ar8D1-2P3-9

- *Revista do Brasil*

#### **IV – Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/ USP**

Acervo: Ernani Silva Bruno

*Localização:* ESB (32) 2 -113

Estudos da Língua Nacional. Autor: Arthur Neiva

Acervo: Fernando Azevedo

*Localização:* FA-RSFA/ cd1,48

Artigo defendendo a prática do esporte entre a juventude brasileira. Autor: Arthur Neiva.

Acervo: Monteiro Lobato

*Localização:* ML – 01 – 12.

Espécie/ formato: Carta

Acervo: Plínio Barreto

*Localização:* PB – C- CP – 0961.

Espécie/ formato: Carta

#### **V - Biblioteca Florestan Fernandes – USP**

RBR,Revista do Brasil,v. 1, ano I, 1916.

RBR,Revista do Brasil, v.4., 1917.

RBR,Revista do Brasil, v.7., 1918.

RBR,Revista do Brasil, v.8., 1917.

RBR,Revista do Brasil, v.9., 1918.

RBR,Revista do Brasil, v.10., 1919.

RBR,Revista do Brasil, v.11., 1917.

RBR,Revista do Brasil, v.13., 1920.

RBR,Revista do Brasil, v.4., 1922.

RBR,Revista do Brasil, v.29, 1925.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Camila Russo de. *Monteiro Lobato, o leitor*. 269 f. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Marta de. São Paulo na virada do século XX: um laboratório de saúde pública para o Brasil. *Tempo*. Rio de Janeiro, nº 19, pp. 77-89, 2005.

AZEVEDO, Carmen Lucia de; CAMARGOS, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia*. São Paulo: SENAC. 1997.

BENCHIMOL, Jaime Larry; SILVA, André Felipe Cândido da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História Ciência e Saúde – Manguinhos*, v. 15, n. 3, pp. 719-762, 2008.

BENCHIMOL, J. L.; TEIXEIRA, L.A. Cobras, Lagartos e outros bichos. *Uma história comparada dos Instituto Oswaldo Cruz e Butantan*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Fiocruz – Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

BIGNOTTO, Cilza Carla Bignotto. *Novas perspectivas sobre as práticas editoriais de Monteiro Lobato (1918-1925)*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos históricos. Os anos 20*, Rio de Janeiro, v. 6, nº 11, 1993.

BORGMEIER, T. Arthur Neiva: a propósito do seu 60º aniversário. *Revista de Entomologia*, v.11, n. 1/2, p.1-104, 1940.

BRITTO, Nara Azevedo. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.

CAPELATO, Maria Helena. *Os Intérpretes das Luzes: Liberalismo e Imprensa Paulista (1920-1945)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 1986.

CASA DE OSWALDO CRUZ. *A Ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil, entre 1911 e 1913*. Rio de Janeiro: COC/FIOCRUZ, 1991.

CASTRO, MHM., SCHWARTZMAN, S. Tecnologia para a indústria: a história do Instituto Nacional de Tecnologia [online]. rev. and enl: *Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*. Rio de Janeiro, 2008.

CASTRO SANTOS, Luiz Antônio de. O pensamento sanitário na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1985, v.28, n.2, pp.193-210.

CAMPOS, André Vieira. *A República do Pica-pau Amarelo: uma leitura de Monteiro Lobato*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CAMPOS, André Vieira. Raça ou Doença?: o problema vital do Brasil. *Ipotesi: Revista de Estudos Literários*, v. 1, n. 2, pp. 45-52, 2012.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CÂNDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CARRETA, Jorge Augusto. Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 18, n. 3, pp. 1- 24, jul./set. 2011.

CASTRO, Jetur Lima; OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da. (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. *Em Questão*. Porto Alegre, v. 24, n. 3, pp. 262-288, 2018.

CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CAVALHEIRO, Edgard. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Nacional, 2. Edição, 1956.

CHASIN, J. O integralismo não é um fascismo. Entrevista de J. Chasin a G. Bittencourt. *Folha de S. Paulo*, 25 dez. 1977.

CHIARADIA, Katia Nelsina Pereira. *Bastidores lobatianos da descoberta do petróleo em solo brasileiro*. 631 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Instituição de Ensino, Universidade Estadual de Campinas, 2016.

COSTA, Fabio Pereira. *O homem da pena de aço: Monteiro Lobato e a articulação da raça na educação republicana*. 2016. 228 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

COSTA, Nivaldete Ferreira D.A. *A boneca Emília: Por uma pedagogia performática*. 178 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CUETO, Marcos. *Missionaries of science: the Rockefeller Foundation and Latin America*. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1994.

DALBEN, André; GÓIS JR., Edivaldo; LIMA, Rodrigo Jeronimo Correa; PALMA, Lucas Polli da. Criação do departamento de educação física do estado de São Paulo (1925-1932). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 264-286, jan./mar. 2019.

DALLACQUA, Leonardo de Carvalho. *O Sanear do Brasil – Saúde Pública, Política e Integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, 2019.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil, 1917-1945*. São Paulo: UNESP, 2006.

ENGEL, Magali Gouveia. Sexualidades interditas: loucura e gênero masculino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, Supl., p. 173-190, jun. 2008.

ENGEL, Magali. Os intelectuais e a Liga de Defesa Nacional: entre a eugenia e o sanitarismo? (Rio de Janeiro, 1916 a 1933). *Intellèctus*, v. 11, pp. 1-30, 2012.

“EM FAMÍLIA: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre”. In GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FARIA, Luiz de Castro. *Oliveira Vianna : de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói : o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

FERREIRA, A.C. *A epopéia bandeirante: Letrados, Instituições, Invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Unesp, 2000.

FIGUEIRÔA, S. *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, São Paulo, 1987.

FORMIGHIERI, Ana Paula de Souza. *Monteiro Lobato: construção ou denúncia do pensamento racista?*. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

FREIRE, Maria Martha de Luna. “Ser mãe é uma ciência”: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, jun.2008, p. 153 -171.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. 238 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

GÓIS JR., Edivaldo; MELO, Victor Andrade de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, n. 131, pp. 343-360, jun. 2015.

GÓIS JR., Edivaldo. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da Escola Superior de Educação Physica de São Paulo na década de 1930. *Movimento*. Porto Alegre, n. 2, pp. 701-714, abr./jun. 2017.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Essa gente do rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n.11, pp. 62-77, 1993.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. História e Saúde. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

HABIB, Paula Arantes. *Saneamento, eugenia e literatura: os caminhos cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato (1914-1926)*. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007.

HOCHMAN, Gilberto. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, pp. 40-61, 1993.

\_\_\_\_\_. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/ Anpocs, 1998.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, pp. 313-332, 2000.

\_\_\_\_\_. *A era do saneamento. As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 3 edição, 2012.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (Org.). *Federalismo e Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

HOCHMAN, Gilberto. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945). *Educar*. Editora UFPR. Curitiba, n. 25, pp. 127-141, 2005.

ILBAÑEZ, Nelson; RONCON, Olga; ALVES, Sofia Fabergé. Homens modernos e um novo modelo para o Brasil: A corres-pondência entre Monteiro Lobato e Arthur Neiva (1918-42). *Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan*. São Paulo, v. VIII, 2012.

JÚNIOR, Celso Carvalho. *Monteiro Lobato e a descoberta de petróleo no Brasil: desafios e possibilidades de estudo*. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. Anais do XXI - Encontro Estadual de História –ANPUH-SP, Campinas, setembro, 2012.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2012.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor*. São Paulo: Queiroz, 1982.

KROPF, S.P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962)*. 2006. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

LAJOLO, Marisa (org.). *Monteiro Lobato – literatura comentada*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

\_\_\_\_\_. *Encanto radical: Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEAL, Rhaiane das Graças Mendonça. *Urupês e Ideias de Jeca Tatu: Monteiro Lobato e o projeto de identidade nacional no início do século XX* (Monografia, História – UERJ). Rio de Janeiro, 2017.

LEJEUNE, Philippe. “A quem pertence uma carta?” *In: NORONHA, Jovita M. G. (org.). O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEVINE, Philippa. Venereal disease, prostitution and the politics of empire: the case of British India. *Journal of History of sexuality*, v.4, n.4, 1994.

LIMA, N. T. & FONSECA, C.M.O & HOCHMAN, G. *A saúde na construção do Estado nacional no Brasil: reforma sanitária em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

LOVE, J. A. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOBATO, Monteiro. Artur Neiva. *Problema Vital* (artigos). “Edição da Revista do Brasil”. São Paulo, 1918, 105 págs. Prefácio Renato Kehl.

\_\_\_\_\_. *Urupês*. “Edição da Revista do Brasil”. São Paulo, 1918, 233 págs.

\_\_\_\_\_. *Idéias de Jéca Tatú*. “Edição da Revista do Brasil”. São Paulo, 1919, 213 págs.

\_\_\_\_\_. “O Choque das Raças ou O Presidente Negro” (romance americano no ano de 2228) – “Cia. Editora Nacional”. São Paulo, Brasiliense, 1926, 279 págs.

\_\_\_\_\_. “Um país se faz com homens e livros”. “*AMERICA*” (Os Estados Unidos de 1929) – “Cia. Editora Nacional”. São Paulo, Brasiliense, 1931.

\_\_\_\_\_. “O Escândalo do Petróleo” (depoimentos apresentados à Comissão de Inquérito sobre o petróleo) - “Cia. Editora Nacional”. São Paulo, Brasiliense, 1936, 249 págs.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. *A erradicação do Aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.

MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil/ organizado por Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A Medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

MICELI, Sergio. “Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil (1920-45)”, in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 69-291.

\_\_\_\_\_. “Biografia e Cooptação (O Estado Atual das Fontes para a História Social e Política das Elites no Brasil)”, in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. “A Construção do Trabalho Intelectual”, in *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. “Intelectuais Brasileiros”, in S. Miceli (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)* (2a ed.). São Paulo/Brasília, Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999.

MOTA, Danyllo Di Giorgio M. *A relação inseparável entre o Regional e o Nacional: Monteiro Lobato e a Paulistanidade*. *Revista Espaço Acadêmico*. Paraná, nº 139, 2012.

\_\_\_\_\_. *O Brasil de Mr.Slang: A República nas crônicas de Monteiro Lobato (1926-1927)*. 174f. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

MUQUIM, Chaylenne Santos. *As faces do Brasil nas obras de Monteiro Lobato*. Seminário dos alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras. Anais do VIII Sappil – Estudos de Literatura, UFF, nº 1, 2017.

NAXARA, Márcia R. C. *Estrangeiro em sua Própria Terra*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

NEPOMUCENO, André. *Monteiro Lobato e a crítica da cultura brasileira*. Dissertação (Mestrado em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura). Minas Gerais: Universidade Federal de São João Del-Rei, 2005.

NUCCI, Priscila. *Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil: textos e silêncios*. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2000.

NUNES, Cassiano. *O patriotismo difícil: a correspondência entre Monteiro Lobato e Artur Neiva*. São Paulo: Copidart, 1981.

OLIVEIRA, Fabília Aparecida Rocha de Carvalho Honorato de. *De negrinha a Tia Nastácia: um estudo sobre as personagens negras na obra de Monteiro Lobato*. 196 f. (Mestrado em Letras) - Instituição de Ensino, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Luciana Scagnamiglio de. *A perspectiva científica de Monteiro Lobato na obra O poço do Visconde: um estudo à luz da história da ciência*. 147 f. Tese (Doutorado em História Da Ciência) - Instituição de Ensino, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

PONTE, C. F.; LIMA, N. T.; KROPF, S. P. “O sanitarismo (re)descobre o Brasil”. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, I. (org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

PRADO, Amaya Obata Mourino de Almeida. *O inquérito sobre o saci: no jornal e no livro, o trabalho de edição de Monteiro Lobato*. 215 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

RAGO FILHO, Antonio. *A crítica romântica à miséria brasileira: O integralismo de Gustavo Barroso*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30)*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1994.

*REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

REVENIN, Regis. “Homossexualismo e virilidade”. In: Alain Corbin (Org.). *História da virilidade*: Vol. 2 - O triunfo da virilidade. O século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 467.

RIBEIRO, M.A.R. *História, Ciência e Tecnologia – 70 anos do Instituto Biológico de São Paulo na defesa da agricultura*. São Paulo: Instituto Biológico, 1997.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... um inventário da saúde pública. São Paulo – 1880 – 1930*. 407 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1991.

REVENIN, Regis. “Homossexualismo e virilidade”. In: Alain Corbin (Org.). *História da virilidade*: Vol. 2 - O triunfo da virilidade. O século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. *Jeca Tatu e a urbe maravilhosa: Campo, cidade e modernização nacional na obra de Monteiro Lobato (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ROSENBERG, Charles, “Introduction: “Framing disease: Illness, society and history”, in Charles Rosenberg e Janet Golden (editors). *Framing Disease - Studies in Cultural History*. New Brunswick, Rutgers University Press, 1997.

SANTOS, Ricardo. “Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro”. In *Achegas.net*, n. 7, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SÁ, Dominichi M. de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

\_\_\_\_\_. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o ‘imenso hospital’. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 16, suplemento 1, pp. 333-348, 2009.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl. 1, jul. 2009, pp.183-203.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rocco: São Paulo, 2006.

SANTOS, Ricardo. Lobato, Os Jecas e a Questão Racial no Pensamento Social Brasileiro. *Achegas.net*, n. 7, 2003.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

SCARAVONATTI, Gihane. “Boneca de pano é gente/sabugo de milho é gente”; e Tia Nastácia, seria gente? A disputa em torno da personagem Lobatiana a partir de sua inserção nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2015.

SCHVARMAN, Sheila. *Humberto Mauro e a imagens do Brasil*. São Paulo, UNESP, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SPAGNOLI, Camila Russo de Almeida. *Monteiro Lobato, o leitor*. 269 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SILVA, André Felipe Cândido da. *Ciência nos cafezais: a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. A trajetória científica de Henrique da Rocha Lima e as relações Brasil-Alemanha (1901-1956). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

SILVA, Edvane de Araújo Andrade. Monteiro Lobato na obra “A barca de Gleyre” e o discurso racista em “Caçadas de Pedrinho”. 62 f. Monografia. Curso de Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

SILVEIRA, Éder. Revisitando Artur Neiva: eugenia, educação física e identidade nacional. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 1-14, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (org). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, pp. 331-392, 2004.

STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, pp. 224.

STERN, Alexandra. Eugenics, sterilization, and historical memory in the United States. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., pp.195-212, 2016.

SOUZA, Vanderlei Sebastião. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920 - 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, supl., dez. 2016, pp.93-110.

\_\_\_\_\_. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, pp.249-264.

\_\_\_\_\_. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 1, n. 2, jul., 2008, pp.146-166.

\_\_\_\_\_. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, José Wellington de. *Raça e eugenia na obra geral de Monteiro Lobato*. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituição de Ensino, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.

SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e Política no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

TIN, Emerson. *Em busca do “Lobato das cartas” : a construção da imagem de Monteiro Lobato diante de seus destinatários* (Doutorado em Teoria e História Literária). Campinas, 2007.

VALENTE, Thiago Alves. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)*. São Paulo: UNESP, 2010.

VASCONCELLOS, Zinda Maria Carvalho. *O universo ideológico da obra infantil de Monteiro Lobato*. São Paulo: Traço, 1982.

VIANNA, Aurélio; FRAIZ, Priscila (org.). *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986.

VIMIEIRO-GOMES, Ana Carolina; DALBEN, André. *O controle médico-esportivo no Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo: aproximações entre esporte e*

medicina nas décadas de 1930 e 1940. *História, Ciência, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 321-336, jun. 2011.

VISCARDI, Cláudia. *O Federalismo Oligárquico Brasileiro: Uma revisão da “Política do Café-com- Leite”*. Argentina: Instituto de Estudios Histórico-Sociales – Faculdade de Ciências Humanas, Universidad Nacional del Centro, 2001.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo - o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.

\_\_\_\_\_. “Integralismo: teoria e práxis política nos 30”. In: FAUSTO Boris (dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981. t. III.

TOTA, Antonio Pedro. *O Imperialismo Sedutor*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

WEINSTEIN, Barbara. Racializando as diferenças regionais: São Paulo x Brasil, 1932. *Revista Esboços*, n.16, UFSC.

WOODARD, James P. Regionalismo paulista e política partidária nos anos vinte. *Revista de História*. São Paulo, n. 150, pp.41-56, 2004.

### LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fundo Monteiro Lobato sob a guarda do Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio – Universidade Estadual de Campinas. Caixa de documentação pessoal - Iconográfica: vida pessoal - localização: Ar8D1-2P3-9.

Fotografia 1



Fotografia 2



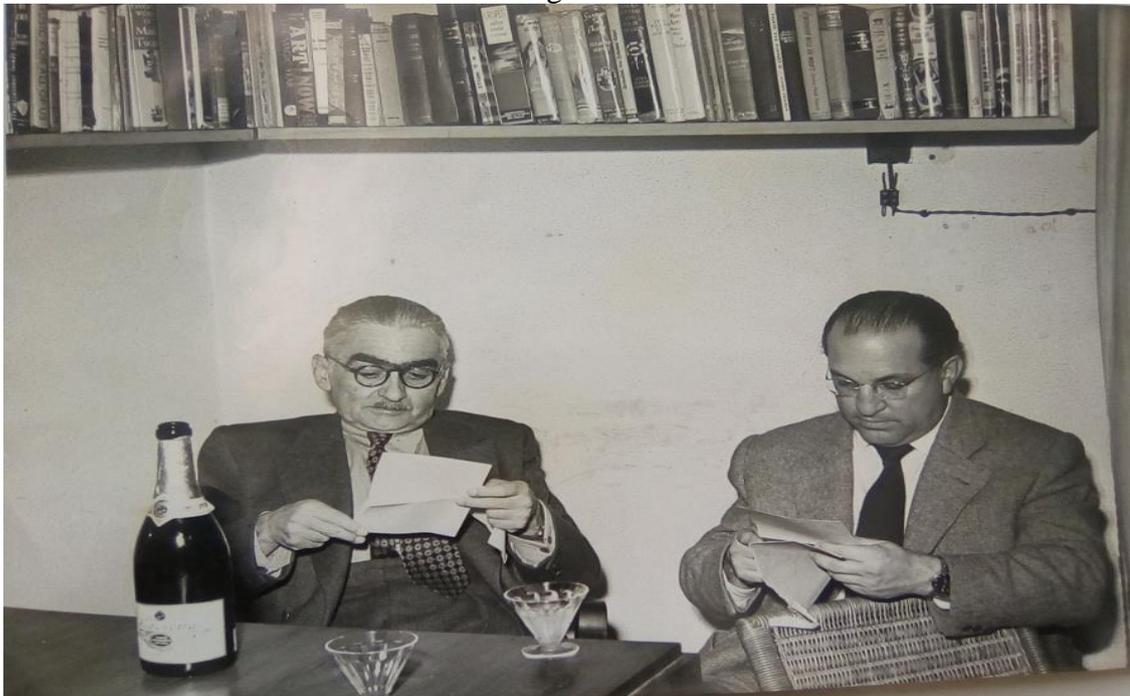
Fotografia 3



Fotografia 4



Fotografia 5



Fotografia 6



Fotografia 7



Fotografia 8



Fotografia 9



Fotografia 10



Fotografia 11



Fotografia 12



Fotografia 13



Fotografia 14



Fotografia 15



Fotografia 16



Fotografia 17



Fotografia 18



Fotografia 19



Fotografia 20



Fotografia 21



Fotografia 22



Fotografia 23



Fotografia 24

